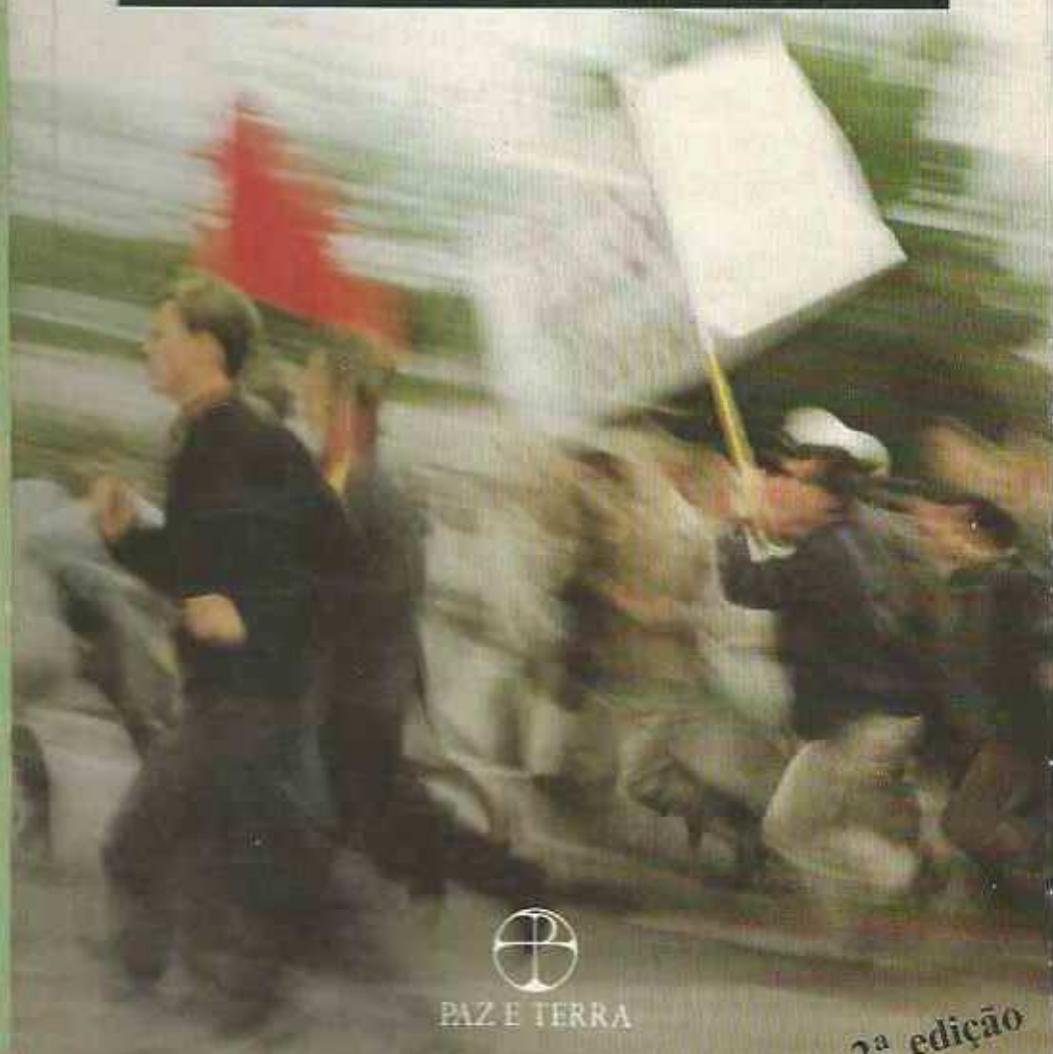


R O B E R T K U R Z

O COLAPSO DA MODERNIZAÇÃO

*Da derrocada do socialismo de caserna
à crise da economia mundial*



PAZ E TERRA

2ª edição

“Os passageiros do Titanic querem ficar no convés, e que a banda continue tocando. Se tivermos que viver mesmo o ‘fim da história’, não será um final feliz”. Com essas palavras terríveis, Robert Kurz resume a atual situação mundial e as perspectivas negras que estão reservadas a todos os países do globo, sem exceção, caso o atual sistema regido pela lei de troca de mercadorias insista em se perpetuar. Pois o presente livro é um libelo extremamente lúcido contra o oba-oba dos defensores da economia de mercado e os ideólogos do liberalismo.

Robert Kurz mostra que, ao contrário do que pensam os que vêem na derrocada dos regimes socialistas ora em curso a vitória do sistema capitalista, este, na verdade, já está há algum tempo em crise e caminha para uma falência de proporções catastróficas. Essa crise teve início nos países do Terceiro Mundo e neste momento é observável nos do Leste europeu, mas, pela própria lógica interna do sistema, começa a alastrar-se às grandes potências. Ou seja, Kurz vê na propalada derrocada dos países socialistas um dos sintomas da derrocada mais geral, já visível no horizonte, do próprio capitalismo. Para ele, o erro do chamado “socialismo real” está em declarar o trabalho a essência supra-histórica do homem como tal, fazendo desse fato, inclusive, a alavanca de sua crítica à sociedade burguesa. O autor aproxima a exaltação socialista do trabalho em abstrato da ética protestante, na qual Max Weber viu a essência e justificação do capitalismo. Por outro lado, ele demonstra a falácia de contrapor modelos de sociedade, como a concorrencial e a estatista, uma vez

O COLAPSO DA MODERNIZAÇÃO

ROBERT KURZ

O COLAPSO DA MODERNIZAÇÃO

*Da derrocada do socialismo de caserna
à crise da economia mundial*

2ª edição

*Tradução de
Karen Elsabe Barbosa*



PAZ E TERRA

© Vito von Eichborn GmbH & Co. Verlag KG,
Frankfurt am Main, 1991.

Traduzido do original em alemão *Der Kollaps der Modernisierung.
Vom Zusammenbruch des Kasernen - Sozialismus zur Krise der Weltökonomie.*

Capa Isabel Carballo

Preparação Ingrid Basílio

Revisão Sandra R. Garcia, Luís H. Nery, Maria Bacellar

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Kurz, Robert, 1943-

O colapso da modernização: da derrocada do socialismo
de caserna à crise da economia mundial /

Robert Kurz; tradução de Karen Elsabe Barbosa. —
Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

1. Crise econômica
2. História econômica - Século 20
3. Relações econômicas internacionais I. Título.

92-3325

CDD-338.5420904

Índices para catálogo sistemático:

1. Crises econômicas: Século 20 338.5420904
2. Modernização: Ciclos econômicos: Século 20 338.5420904
3. Século 20: Crises econômicas 338.5420904
4. Século 20: Modernização: Ciclos econômicos 338.5420904

Direitos adquiridos pela
EDITORA PAZ E TERRA S.A.
Rua do Triunfo, 177 - 01212 - Santa Ifigênia -
São Paulo - SP - Tel.: (011) 223-6522
Rua São José, 90 - 11º andar, cj. 1111
20010 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (021) 221-4066
que se reserva a propriedade desta tradução

Conselho Editorial
Antonio Candido
Celso Furtado
Fernando Gasparian
Fernando Henrique Cardoso

1993

Impresso no Brasil/Printed in Brazil

ÍNDICE

<i>Um livro audacioso</i> — Roberto Schwarz	9
Lógica e <i>ethos</i> da sociedade de trabalho	16
Estatismo e monetarismo no processo histórico da modernidade	30
A economia de guerra alemã e o socialismo estatal	46
Concorrência e emancipação	68
O dilema estrutural dos mercados planejados	91
Crise e colapso da economia de comando	119
O olhar fixado no Ocidente: caindo do fogo na brasa	140
O fracasso da modernização	165
A crise do sistema mundial produtor de mercadorias	198
Superação da crise e "utopia"	223
<i>Pequeno glossário</i>	235
<i>Bibliografia</i>	242

UM LIVRO AUDACIOSO

Como entender a derrocada dos países socialistas? Embora chegasse de surpresa, ela deu lugar a mais certezas do que dúvidas, e pareceu de fácil compreensão. Segundo a voz geral tratase: a) da vitória do capitalismo, e b) da refutação do prognóstico histórico de Marx; ou ainda, da derrota do estatismo pelas sociedades de mercado. Pois bem, para desmanchar a unanimidade acaba de sair na Alemanha um livro inteligente e incisivo, de Robert Kurz, que arrisca uma leitura inesperada dos fatos. A mencionada *débâcle* representaria, nada menos e pelo contrário, o início da crise do próprio sistema capitalista, bem como a confirmação do argumento básico de *O capital*.

O leitor escaldado dirá que o papel aceita tudo, até sofismas como os supracitados. Acaso será sinal de crise triunfar sobre o adversário? A derrota do socialismo não está à vista de todos? As sociedades ex-socialistas não reconhecem elas mesmas a superioridade da economia de mercado, cujos mecanismos procuram assimilar avidamente, a despeito de Marx? Os reservatórios de mão-de-obra e os mercados potenciais do Leste não ampliam o espaço do capital?

O livro não desconhece essa ordem de fatos, que no entanto considera noutra perspectiva. Em lugar de contrapor modelos abstratos de sociedade — capitalista vs. socialista, democrático

vs. totalitário, concorrencial vs. estatista, burguês vs. proletário etc. — trata de conceber em movimento e no conjunto a história do sistema mundial de produção de mercadorias. A esta luz o desempenho daqueles termos opostos se redimensiona, deixando ver um panorama surpreendente, de verossimilhança perturbadora. Isso posto, devo dizer que não sou especialista na matéria, e que me animei a resumir os raciocínios de Kurz pelo seu impacto crítico: evidenciam a caricata falta de horizonte em que o deslumbramento com o mercado vem encerrando a nossa *intelligentzia*.

O ponto de partida é conhecido de todos. A competição econômica força as empresas a buscarem a eficácia, revolucionando o trabalho, a técnica, os produtos, que adiante voltam a competir e a ser revolucionados, e assim por diante. Noutras palavras, está na lógica da produção de mercadorias obrigar ao desenvolvimento das forças produtivas. Algum tempo depois da Segunda Guerra Mundial esse processo, que acompanha o capitalismo desde o começo, alcançou um patamar decisivo, cujas conseqüências determinam a história contemporânea. O dado crucial está no casamento, sob regime mercantil, entre a investigação científica e o processo produtivo. A ligação foi dinamizada a fundo pelas condições de mercado mundializado que a *Pax Americana* sustentou, as quais abriram possibilidades inéditas à velha concorrência entre capitais.

É sabido igualmente que esses passos, com destaque para o aproveitamento da microeletrônica e dos computadores, não puderam ser acompanhados pelos países socialistas. A partir daí a distância entre os dois blocos cresce, e empurra os perdedores para o colapso (reunindo-os aliás a boa parte do Terceiro Mundo desenvolvimentista, forçado a entregar os pontos dez anos mais cedo). Concebida nos termos da competição entre sistemas, esta seqüência é a demonstração da vitória da economia de mercado sobre o estatismo. Não assim para Kurz, que entende as economias ditas socialistas como fazendo parte do sistema mundial de produção de mercadorias, de sorte que a quebra daquelas explícita tendências e impasses deste. A crise procede da periferia para

o centro, ou seja, começou pelo Terceiro Mundo, foi aos países socialistas e já chegou a regiões e bairros inteiros nos países ricos. Qual a sua natureza?

A concorrência no mercado mundial torna obrigatório o novo padrão de produtividade, configurado pela combinação de ciência, tecnologia avançada e grandes investimentos. Tanto o mercado como o padrão, na sua forma atual, são resultados tardios e consistentes da evolução do sistema capitalista, que, chegado a este patamar — sempre segundo Kurz — alcançou o seu limite, criando condições completamente novas. Pela primeira vez o aumento de produtividade está significando dispensa de trabalhadores também em números absolutos, ou seja, o capital começa a perder a faculdade de explorar trabalho. A mão-de-obra barata e semiforçada com base na qual o Brasil ou a União Soviética contavam desenvolver uma indústria moderna ficou sem relevância e não terá comprador. Depois de lutar contra a exploração capitalista, os trabalhadores deverão se debater contra a falta dela, que pode não ser melhor. Ironicamente a exaltação socialista do herói proletário e do trabalho “em geral” consagrava um gênero de esforço historicamente já obsoleto, de qualidade inferior e pouco vendável, superado pelo capital e não pela revolução. Mas o caráter excludente das novas forças produtivas não pára aí.

Também a derrota adquire atributos novos no mercado global, sem perder os antigos. Não diz respeito a empresas apenas, mas a regiões e até países. Muitas vezes os gastos em tecnologia e infra-estrutura, indispensáveis sob pena de abandonar a partida, são inalcançáveis. Assim, a vitória de uma empresa não é só a derrota da vizinha, mas pode ser a condenação e desativação econômica de um território inteiro noutro continente. Com a agravante, no caso dos países desenvolvimentistas, de que a mundialização do mercado foi precedida por um esforço industrialista nacional que ficou incompleto. Este arrancou a população aos enquadramentos herdados, para criar a força de trabalho moderna, assalariada, “abstrata”, isto é, pau para toda obra, necessária às empresas. Ora, a mutação do mercado e do padrão produ-

tivo faz que estas últimas já não tenham uso para as multidões de trabalhadores sem saúde, sem educação e quase sem poder aquisitivo que, depois de serem o trunfo competitivo do Terceiro Mundo, passam a ser a sua assombração, não tendo mais para onde voltar. Mesmo nos casos melhores, quando uma empresa sediada em país pobre logra enfrentar os custos da modernização e segura um lugar no mercado mundial, o efeito é perverso. Na falta dos investimentos pesados em comunicação de toda ordem, bem como em educação e saúde, necessários à articulação social desta espécie de progressos, os avanços eventuais ficam isolados, como um corpo estranho e dispendioso. Ou pior, só formam tecido com os parceiros de troca nos países ricos, constituindo talvez mais um dreno de empobrecimento dos já pobres.

Assim, combinada à concorrência global, a produtividade contemporânea leva de vencida e torna obsoleta grande parte das atividades produtivas do planeta, o que nas novas condições é o mesmo que as inutilizar. O debate ideológico entretanto não se fixou nessa queima, e sim nos méritos genéricos do mercado livre, entendido como modelo abstrato. Enquanto isso o mercado concreto, que é histórico, eleva a alturas mais e mais inatingíveis os seus requisitos de acesso. As virtudes do modelo, ao contrário portanto do que afirmam os ideólogos, não são para todos. Na vigência da lógica mercantil, o estoque de capitais que engendra os avanços produtivos já não tem como ser alcançado noutros pontos da terra: cada passo à frente nos países atrasados é compensado por dois, três ou mais, que não há como acompanhar, nas regiões adiantadas.

Vejam-se a respeito os esforços desenvolvimentistas do Terceiro Mundo, anacrônicos, via de regra, antes mesmo de começarem a produzir, isto quando chegam a tanto e não param a meio caminho, satisfeitos com as bandalheiras propiciadas. Subsídios, endividamentos e decênios de sacrifício humano brutal não trouxeram a prometida modernização da sociedade, quer dizer, a sua reprodução coerente no âmbito do mercado global, agora mais remota do que nunca. Com este fracasso abriu-se a época pre-

sente, das "sociedades pós-catástrofe", onde o desmoronamento dá a tônica. A situação de vários países da América Latina hoje se pode caracterizar como de "desindustrialização endividada", com populações compostas de não-pessoas sociais, ou seja, de sujeitos monetários desprovidos de dinheiro. Contudo, havendo ainda quem opere com lucro no mercado mundial, a ilusão de que este sistema é «normal» e leva a algum porto não se extingue, mesmo ao preço de os beneficiados viverem atrás de guaritas. "São essas minorias que se aferram às estratégias de privatização e abertura do FMI, sustentando as miragens a que figuras como Fujimori, Menem ou Collor de Mello devem a sua ascensão." A tendência chega ao extremo lógico quando uma economia é expelida da circulação global, depois de a concorrência moderna lhe ter desativado os recursos locais: a massa da população passa a depender de organizações internacionais de auxílio, transformando-se em caso de assistência social em escala planetária. Droga, máfia, fundamentalismo e nacionalismo representam outros modos pós-catástrofe de reinserção no contexto modernizado.

A *débâcle* soviética segue uma via análoga, também ela determinada pelo custo inalcançável da nova produtividade. Não vamos recapitular as engenhosas observações de Kurz a respeito desse processo, bem como das desilusões que o mercado reserva ao ex-países socialistas. Fiquemos com dois pontos: 1. A derrota deu-se no terreno capitalista da rentabilidade, que portanto tinha pertinência interna, o que aconselha o reexame do socialismo inicial. Sem duvidar da convicção dos revolucionários, Kurz aproxima formulações de Lenin e Max Weber, sublinhando o parentesco funcional entre a exaltação socialista do trabalho em abstrato e a sua justificação pela ética protestante. Nesse sentido e em retrospecto, o socialismo teria servido de cobertura ideológica a um esforço retardatário e gigantesco de industrialização nacional. Este não escapava ao sistema mundial de produção de mercadorias, a que aliás os momentos estatizantes nunca foram estranhos, bastando pensar no mercantilismo, em Bonaparte e Bismarck, e, no entre-guerras, no keynesianismo, em Stalin e Hitler. 2. É deste

ponto de vista que a derrocada dos países socialistas e de sua indústria representaria um capítulo, posterior ao terceiro-mundista, do colapso da modernização econômico-social. Esta não estaria mais no futuro, mas no passado, e deu no que deu, por tenebrosa que uma tal perspectiva seja para o Leste europeu e a América Latina. O capítulo seguinte da crise já está em andamento nos países centrais, onde o mesmo inexorável aumento de produtividade vai inutilizando e assimilando ao Terceiro Mundo novas regiões e novas camadas sociais. O caráter suicida dos termos atuais da concorrência capitalista salta aos olhos e a cegueira do mundo a respeito não augura nada de bom. "A corrida entre o coelho e o ouriço só pode terminar com a morte do primeiro."

A ser verdadeira, a feição inviável que o desenvolvimento das forças produtivas tomou, levando o capitalismo ao impasse, confirma o prognóstico central de Marx. Por outro lado, a novidade da presente crise vem da incorporação da ciência ao processo produtivo, a partir da qual o peso da classe trabalhadora, seja do ponto de vista numérico, seja do ponto de vista da natureza do processo, entra em declínio. Assim, contrariando o outro prognóstico de Marx, a crise do capitalismo se aguça no momento mesmo em que a classe operária já não tem força para colher os seus resultados. A versão última do antagonismo não será dada pelo enfrentamento entre burguesia e proletariado, mas pela dinâmica destrutiva e excludente do fetichismo do capital, cuja carreira absurda em meio aos desabamentos sociais que vai provocando pode ser acompanhada diariamente pelos jornais. O movimento vai em direção de uma nova idade das trevas, de caos e decomposição, embora o processo produtivo, considerado em sua materialidade e envergadura planetária, e apartado da carapaça concorrencial, exiba os elementos de uma solução, que o autor valentemente chama pelo nome de comunismo. A quem no entanto ocorreria pensar o mundo contemporâneo fora da lei de troca de mercadorias? Segundo o nosso livro, o próximo decênio ensinará a lição contrária, ou seja, a impossibilidade de conceber o mundo dentro daquela lei. Desse prisma, o Marx da crítica ao

fetichismo da mercadoria será mais atual que o da luta de classes. O movimento pendular do capitalismo, entre momentos concorrenciais e estatizantes, agora irá para o segundo pólo, talvez tomando a forma de estado-de-sítio, requerido pelo aprofundamento dos impasses do sistema.

A queda do bloco socialista foi acompanhada, no plano das idéias, pela proscrição da análise globalizante e pela promoção do catecismo liberal, pateticamente distante da realidade histórica. A perspectiva de uma história do sistema mundial de produção de mercadorias traz à frente conexões decisivas — bem ou mal apanhadas — que só por disparate, interesse de classe estreito ou acolhimento intelectual um morador da América Latina que leia jornais deixará de notar.

Roberto Schwarz

Publicado na *Folha de São Paulo* de 17.5.1992

LÓGICA E ETHOS DA SOCIEDADE DE TRABALHO

Os vencedores desaconselhados

Nunca houve tanto fim. Com o colapso do socialismo real, toda uma época desaparece e vira história. A constelação familiar da sociedade mundial da época pós-guerra está se dissolvendo diante de nossos olhos com rapidez incrível. Acabou-se toda uma era; mas levanta-se a premente pergunta: que era foi essa? Da perspectiva do conflito, agora desprivilegiado, entre o Oeste e o Leste, pode parecer, à primeira vista, que venceu o Oeste, que seu sistema confirmou-se como o melhor.

Entendendo-se ao pé da letra o conceito de *conflito de sistemas*, pode-se, de fato, observar uma capitulação social e econômica, teórica e prática, de enorme extensão, tal como ninguém a teria imaginado (e ainda por cima, em tão pouco tempo). “Um fantasma que anda de bengala” (*Sueddeutsche Zeitung*). Não apenas na própria União Soviética passou-se a “condenar a idéia de uma ditadura do proletariado”, a propagar a propriedade individual e a anunciar a mudança para a economia de mercado baseada na concorrência. Junto com o colosso central, também suas zonas de dependência e seus porta-estandartes ideais, as socieda-

des periféricas, estão se rendendo. A RDA terminou com um suicídio e na Hungria "o capitalista passa a ser uma figura positiva". O PC italiano, que já se tornou social-democrata há muito tempo, afirma: "Martelo e foice vão para o ferro-velho", enquanto a classe intelectual da Itália, com sua despedida do marxismo, comete "parricídio por falta de interesse". A Líbia de Kadhafi "tenta o abandono cuidadoso do socialismo restrito da revolução"; Mengistu, da Etiópia, "renuncia ao marxismo", Moçambique e Angola "viram, empobrecidos, as costas ao marxismo" e o governo em Hanói "aposta em John Maynard Keynes".

Essa seleção de citações da imprensa desde 1989 poderia prosseguir infinitamente. Não é de admirar que alguns ideólogos do aparente vencedor histórico fiquem um tanto arrogantes. No verão de 1989, o americano Francis Fukuyama, vice-diretor da equipe de planejamento do Ministério do Exterior dos Estados Unidos, proclamou um tanto precipitado, num artigo para o magazine trimestral *National Interest*, "o fim da história", sentença que se espalhou tão rapidamente quanto um raio e desde então é citada com muita freqüência. Como se isso não bastasse, o autor fundamenta sua tese na idéia de Hegel de uma "forma definitiva, racional, da sociedade e do Estado", que ele acredita tenha sido alcançada justamente na forma um pouco estranha do *american way of life*. É um colunista do *International Herald Tribune*, com o belo nome de Charles Krauthammer, acredita poder também responder nesse sentido, talvez um pouco constrangedor, "a pergunta de Platão sobre a melhor forma de governo".

Sem dúvida, é difícil negar a evidência de uma vitória *relativa* do mundo ocidental, quando continuamos aplicando os critérios do conflito de sistemas precedente e quando uma metacrítica parece estar fora de cogitação. Mas precisamente isso é duvidoso. Pois será mesmo que o Ocidente agiu com plena consciência e autoconsciência naquele terreno em que agora presume pisar como vencedor? Se a esquerda chorosa do Ocidente se limita a comentar de forma negativa os gritos de triunfo oficiais, estranhamente abafados, dos partidários da economia de mercado, deplorando as absurdas gerontocracias de uma economia

estatal potemkiana como vítimas "da prepotência e agressão permanente do imperialismo",* ela poderia com isso ficar tão distante da realidade quanto aqueles heróis da guerra fria, também já decrépitos e caducos, que de repente acreditam sentir em seus ossos uma segunda primavera, sem saber o que fazer com a noiva que lhes foi dada de presente. O aspecto fantasmagórico das formas em que reage a ideologia tanto de proveniência da esquerda quanto da direita ao colapso do Leste indica não apenas que essas formas fazem ainda, elas mesmas, parte da era em declínio, mas também, através de um véu, a estranha ausência de sujeitos nos processos sociais básicos.

Os protagonistas da constelação até então existente da sociedade mundial, ao desaparecer esta, revelam-se não apenas, em ambas as margens do rio Elba, como meras vítimas de um desenvolvimento histórico evidentemente cego e objetivado que se deu atrás de suas costas. Pois o Ocidente foi tão surpreendido pelo colapso do sistema socialista real, seu inimigo íntimo, quanto os representantes gerontocráticos deste. É um estranho vencedor aquele que tanto se surpreende com sua superioridade e os resultados de seu triunfo. Mas se não foram as atividades das classes políticas ocidentais no conflito de sistemas que conduziram ao colapso do socialismo real, mas sim a falha dramática de seus mecanismos de funcionamento internos, então a falta total de conhecimento dessa potência de crise e catástrofe, por parte das elites de ambas as esferas político-econômicas que dispõem de todas as informações, deixa relampejar a verdade de que, tanto aqui quanto ali, os que aparentemente governam devem estar sofrendo da mesma cegueira. Mas se ambas as partes combatentes são vencidas por processos sociais que quase têm o caráter de fenômenos naturais, pode-se supor que os sistemas em conflito tenham traços fundamentais em comum. O próprio solo, que serviu de campo de batalha, pode ter perdido sua firmeza. E já co-

* Assim, um suspiro vindo da cripta do marxismo do movimento operário tradicionalista, exalado pela revista *Arbeiterstimme* [Voz do trabalhador], para citar um exemplo particularmente drástico.

meçam a misturar-se, na imprensa burguesa, vozes de advertência e dúvida quanto aos gritos de triunfo um tanto ingênuos dos ideólogos imediatistas: "Será mesmo esta a sociedade perfeita que para todos os tempos triunfará sobre o socialismo?" (Graefin Doenhoff no jornal *Die Zeit*, 22.9.1989). A sociedade do sistema ocidental não tem realmente essa aparência. Mas alguns maus pressentimentos daqueles que, não obstante, consideram esse sistema como o seu e o defendem, poderiam ser interpretados como triunfo apenas moderado, que esconde atrás da autocritica sua profunda satisfação.

A questão é, portanto, se não foi na verdade deflagrada — independentemente da auto-restrição, transbordante de sabedoria, da consciência ocidental da vitória, que somente quer evitar provocar com sua soberba a ira dos deuses —, com a crise particular do sistema perdedor, uma crise global que também ameaça o pretense vencedor e indica a existência de fundamentos comuns dos sistemas que poderiam servir de base para uma metacrítica. Sem dúvida, a ideologia burguesa moderna produz, há muito tempo, elementos de uma metacrítica desse tipo, mas sem poder alcançar, com estes, os fundamentos sociais que permanecem obscuros. Desde os anos 50, teorias ocidentais de convergência têm prognosticado uma assimilação, seja por bem ou por mal, das formações sociais que apenas superficialmente excluem uma à outra.

Por um lado, explicou-se esse parentesco interno com as condições prévias comuns da modernidade, na área da técnica e das ciências naturais; assim, sobretudo por parte de todos os representantes do pessimismo cultural, que imputam todos os fenômenos de crise do século XX à base constituída pela sociedade industrial como tal (veja, por exemplo, Freyer, 1955), querendo reconhecer uma força de superação, se é que a reconhecem, somente na referência insuperável a um potencial de alienação ontológico.*

* Com modificações atuais repetem essa argumentação os fundamentalistas ecológicos que não têm consciência de sua origem na filosofia prática, de pessimismo cultural, ou então procuram negá-la. Mas como sempre em sua história, de quase duzentos anos, a crítica direta das ciências naturais e da industrialização tem efeito quase afirmativo por ignorar a condicionalidade histórica das formações sociais reais, in-

Por outro lado, a idéia de convergência alimentou-se daquelas teorias econômicas fundamentadas em Keynes que sustentam a necessidade inevitável tanto de mecanismos de mercado como de regulamentação estatal. Tal como o Leste deveria instituir o mercado em seus direitos, o Oeste deveria fazê-lo com o Estado. Mas essa idéia limita-se a pôr em movimento aquele dualismo eclético que marca em muitos aspectos a moderna consciência burguesa: mercado e Estado aparecem como matrimônio conflitante entre realidade e conceito, tão indissolúvel quanto o entre indivíduo e sociedade ou produção e circulação, economia e política etc. Também aqui, de maneira conciliadora, é interpretado um elemento especificamente histórico das sociedades modernas, com pessimismo moderado, em um sentido ontológico.

No entanto, o que se deu não foi nem uma conciliação assimiladora de mercado e Estado nem um processo de transformação ontológico das sociedades industriais marcadas pelas ciências naturais, mas sim um colapso histórico. Se este não significa o simples triunfo do sistema da economia de mercado ocidental, como formação apenas externamente oposta ao socialismo real, que faleceu sem cerimônias, mas sim, indica a existência de uma base comum ameaçada e que se torna obsoleta, esta deve ser procurada tanto além do paradigma da sociedade industrial como além da relação de mercado e Estado. Mercado e Estado, bem como os agentes da tecnologia e das ciências naturais, uma vez postos em movimento, seguem uma lógica básica social mais profunda; a identificação desta como *sociedade de trabalho* não denomina, de modo algum, um estado fundamental ontológico da humanidade.

Se a desorientação daqueles mais ponderados entre os "vencedores" é algo mais do que a autocrítica um tanto hipócrita de um, apesar de tudo, convencido *number one* da história, se uma crise global continua objetivamente amadurecendo, dando razão

terpretando as crises em sentido ontológico. A irracionalidade do fundamentalismo (ecológico e religioso) baseia-se em sua impraticabilidade, que o torna capacitado a seu papel de ideologia de legitimação negativa.

aos maus pressentimentos dos advertentes e céticos num sentido mais sério que talvez o intencionado, essa crise deve ser procurada naquele nível em que se encontram todos os sistemas sociais até agora conhecidos da modernidade. O termo, há algum tempo em circulação, da *crise da sociedade de trabalho*, mesmo que apareça por enquanto apenas como problemática particular e não se refira às formas sociais básicas, pode ter nascido do pressentimento dessa metacrise, que está amadurecendo.

*O trabalho abstrato como máquina que traz
em si sua própria finalidade*

Falar de uma crise da sociedade de trabalho tem que parecer mais do que estranho, tendo em vista que não apenas a ideologia burguesa, como também o marxismo do movimento operário, com uma convicção muito maior, declara sempre aquele "trabalho" a essência supra-histórica do homem como tal, fazendo desse suposto fato fundamental até a alavanca de sua crítica à sociedade burguesa. A controvérsia social e histórica que até agora dominou a modernidade, compreendida pelo marxismo como luta de classes, apoiou-se em um fundamento comum, a *sociedade de trabalho*, fundamento que deixa agora transparecer sua limitação e, caído em crise, aguarda sua dissolução.

Pois o trabalho como tal, considerado dessa forma seca e abstrata, não é nada supra-histórico. Em sua forma especificamente histórica o trabalho nada mais é do que a exploração econômica abstrata, em empresas, da força de trabalho humana e das matérias-primas. Nesse sentido, só faz parte da modernidade, e como tal foi aceito como pressuposto não questionado por ambos os sistemas conflitantes do pós-guerra, sem distinção. Mas o trabalho, nessa estranha forma abstrata, pode ser definido também como atividade que, de maneira igualmente estranha, traz sua finalidade em si mesma. É precisamente esse caráter, de finalidade inerente, que igualmente caracteriza o sistema burguês do Oci-

dente e o movimento operário moderno: revela-se no “ponto de vista do trabalhador” e no *ethos* de trabalho abstrato aquela idolatria fetichista do maior e mais intenso dispêndio possível de força de trabalho, além das necessidades concretas subjetivamente perceptíveis.

Em nenhum outro lugar, esse *ethos* protestante do homem abstrato de trabalho dentro de uma sociedade transformada numa máquina de trabalho, declarado por Max Weber como característica constitutiva ideológica e histórica do capitalismo, foi posto em prática com mais fervor e rigor do que no movimento operário e nas formações sociais do socialismo real.

Essa situação em nada se modifica pelo fato de que a motivação da subordinação do homem à máquina de trabalho transferiu-se dos indivíduos ao Estado e a seus meta-objetivos econômicos; a submissão à abstração do trabalho manifesta-se nela até de forma mais óbvia e rígida, por não estar disfarçada nem pela mera ilusão de uma finalidade individual. Ainda mais, aplica-se aqui, *mutatis mutandis*, o dito de Max Weber:

Mas é sobretudo o *summum bonum* dessa “ética”: a aquisição de dinheiro e mais dinheiro, com negação rigorosa de todo prazer despreocupado, tão completamente despida de todos os aspectos eudemonísticos ou até hedonísticos, tão puramente concebida como atividade que traz em si a própria finalidade, que, frente a “felicidade” ou ao “proveito” do indivíduo, parece ser algo totalmente transcendente e absolutamente irracional. O homem, está referido à aquisição como finalidade de sua vida; e a aquisição deixou de estar referida ao homem, como meio para a finalidade de satisfazer-lhe as necessidades materiais da vida. [Weber, 1984 (1920), p. 44]

Mas essa inversão no contexto do “sentido” subjetivo, forma pela qual Max Weber descreve uma inversão, que evidentemente não é claramente percebida por ele, no processo de reprodução da sociedade, pôde brotar historicamente apenas no clima religioso-

* Em oposição a Marx, no entanto, faz isso sem qualquer crítica formal dessa moderna sociedade de trabalho, cujas formas básicas são, para Weber, tão óbvias e ontológi-

ideológico do protestantismo; as novas virtudes (burguesas) nele criadas, porém, não precisam limitar-se necessariamente a esse específico lugar histórico e às vestimentas ideais ali encontradas:

Tanto a capacidade de concentração do pensamento quanto a atitude absolutamente central de sentir-se "obrigado frente ao trabalho" podem ser encontradas aqui, com freqüência extraordinária, em união com um pensamento econômico rigoroso, que *calcula* com o ganho e seu valor, e com um autodomínio e uma sobriedade que aumentam extraordinariamente o rendimento. Para aquela concepção do trabalho como atividade que traz em si sua própria finalidade, como "profissão", tal como a exige o capitalismo, este fundamento é o mais propício, sendo também maior a chance, "em consequência" da educação religiosa, de superar o desleixo tradicionalista. [...] A repugnância e a perseguição que, por exemplo, os trabalhadores metodistas do século XVIII encontravam por parte de seus colegas de trabalho, não se referiam [...], de modo algum, apenas, ou de maneira predominante, a suas excentricidades religiosas [...], mas sim, a sua específica "disposição ao trabalho", como se diria hoje em dia. [Weber, l.c., p. 53]

O socialismo do movimento operário nunca esteve muito distante desta criação fetichista da motivação do antigo protestantismo. Enquanto este colocou o trabalho abstrato a serviço da religião, aquele transformou o trabalho abstrato numa religião, da riqueza nacional endeusada, transcendendo dos fins vinculados às necessidades humanas; precisamente para a Rússia, à beira da modernidade burguesa, o socialismo era um substituto mais ou menos adequado dos elementos constitutivos religiosos do modo de produção capitalista na Europa ocidental, desde a Reforma.

Se Alexej Stachanov, aquele homem a respeito do qual se afirma ter extraído, na noite de 31 de agosto de 1935, na região do rio Donetz, 102 toneladas de carvão num turno de cinco horas e 45 minutos, tornou-se o modelo soviético e um mito do tra-

cas quanto para o marxismo do movimento operário e para os representantes da economia política burguesa.

balho, ele personifica com isso precisamente o princípio capitalista de um dispêndio abstrato de força de trabalho, em cuja esfera de influência existe o trabalho como atividade que, de forma tautológica, traz sua finalidade em si mesma. Só que o caráter naturalista da "ideologia de toneladas" expressa esse princípio em quantidades abstratas de matérias e produtos que são privados de suas qualidades sensíveis. Portanto, é lúcida a observação de Thomas Mann, que em junho de 1919, ao refletir sobre a composição de seu romance *A montanha mágica*, escreve:

Fiquei pensando, a esse respeito, que a diferença ética entre o capitalismo e o socialismo é insignificante, porque ambos consideram o trabalho o princípio supremo, o absoluto. Não é justo fingir que o capitalismo seja uma forma de vida parasitária e improdutiva. Ao contrário, o mundo burguês não tem conhecido nenhum conceito e valor mais elevado do que o do trabalho, e este princípio ético, que torna-se oficial somente no socialismo, vem a ser princípio econômico e critério político e humano, diante do qual somos aprovados ou não, e isto de maneira que ninguém pergunta por que o trabalho possuiria esta dignidade e santidade absoluta. Ou será que o socialismo traz um novo sentido e uma nova finalidade ao trabalho? Pelo que eu saiba não. O trabalho é uma fé, é algo absoluto? Não é. O socialismo não se encontra num nível intelectual, moral, humano e religioso mais alto do que a ideologia burguesa capitalista, sendo apenas um prolongamento desta. É tão ateu quanto ela, pois o trabalho não é divino. [Mann, 1979, p. 268]

Essa citação sobre o trabalho abstrato não perde seu valor por ser formulado na linguagem do artista e não do crítico da economia política. É uma bofetada, nascida de pressentimentos, no rosto daquela divinização do trabalho que de fato fez do socialismo do movimento operário um simples "prolongamento" do princípio capitalista, que não se propôs à supressão deste e, na realidade social da União Soviética, fez dele até o executor histórico desse princípio capitalista na própria carne.

A forma social do sistema produtor de mercadorias

Sem dúvida, o princípio protestante do esforço abstrato e desvinculado de conteúdos sensíveis não é apenas um princípio ético, uma vez que sua ética específica provém daquele conjunto de formas sociais em que o trabalho se transforma numa atividade que traz em si sua própria finalidade, e a sociedade, numa máquina destinada ao dispêndio de força de trabalho. Mas é precisamente essa forma social que escapa a Max Weber, e não só a ele, por ser adotada como axioma. E é somente a partir dessa forma, cuja determinação parece ser tão difícil, que o trabalho da modernidade pode ser reconhecido como fenômeno especificamente histórico, que se encontra além dos estados fundamentais ontológicos.

Essa forma específica do trabalho e o conceito de trabalho correspondente são de fato incompatíveis com todas as formações sociais anteriores da história humana, porque nestas o trabalho, seu produto e a apropriação deste ainda aparecem essencialmente em sua forma concreta, direta, sensível: como "valores de uso", na linguagem da economia política. Ainda que o trabalho, como *labor* no sentido antigo, como estafa e moléstia, ocupasse completamente o horizonte da vida da maioria das pessoas, isso acontecia devido ao grau de desenvolvimento relativamente baixo das forças produtivas, no "metabolismo entre os homens e a natureza" (Marx); o trabalho era, portanto, uma necessidade imposta pela natureza, porém precisamente por isso nenhum dispêndio abstrato de força de trabalho e nenhuma atividade social que traz em si sua própria finalidade.

No sistema produtor de mercadorias da modernidade, ao contrário, a lógica da necessidade foi invertida: à medida que as forças produtivas, mediante a industrialização e penetração das ciências, rompem a coação e a prisão da "primeira natureza", passam a ser presas numa coação social secundária, inconscientemente produzida. A forma de reprodução social da mercadoria torna-se uma "segunda natureza", cuja necessidade apresenta-se aos indivíduos igualmente insensível e exigente como a da "primeira natureza", apesar de sua origem puramente social.

A *sociedade de trabalho* como conceito ontológico seria uma tautologia, pois, na história até agora transcorrida, a vida social, quaisquer que sejam suas formas modificadas, apenas podia ser uma vida que incluísse o trabalho. Somente as idéias ingênuas do paraíso e o conto do país das maravilhas fantasiavam uma sociedade sem trabalho. Mas, desde a Renascença, a conexão natural entre estafa e riqueza de produtos veio a ser rompida pelo dinheiro.

O fato de que o trabalho vivo, ao produzir mercadorias, se transforma em trabalho morto, "representado" (expressão de Marx) na forma encarnada do *dinheiro*, parece óbvio à consciência moderna. De fato, o dinheiro é uma categoria real que atravessa muitas formações históricas, apesar de que a categoria econômica básica do valor, que se esconde atrás dele, foi somente sistematicamente refletida, tipicamente, pelas teorias econômicas modernas. Como mercadorias, os produtos são coisas de valor abstrato, privadas de suas qualidades sensíveis, manifestando-se somente nessa forma estranha a mediação da sociedade. No contexto da crítica da economia política de Marx, esse valor econômico determina-se de modo puramente negativo, como forma *objetivada, fetichista, desprendida* de todo conteúdo concreto sensível, abstrata e morta, em que se apresenta nos produtos um trabalho social que pertence ao passado, fenômeno que se desenvolve, num movimento imanente às relações de troca, até alcançar a forma de dinheiro, a "coisa abstrata". Esse valor é a qualidade distintiva de uma sociedade que não é dona de si mesma.*

Em oposição total a essa concepção, a teoria burguesa, desde seus clássicos, compreendeu essa forma como fenômeno existente *a priori*, desistindo por fim da tentativa de explicá-lo. Precisamente sua existência óbvia parecia ser a prova de seu caráter ontológico, que nem precisava mais de explicações teóricas. Mas esse ponto de vista esconde a inversão em que a "primeira" natu-

* É característico que na ideologia do movimento operário o conceito crítico de Marx do valor, denunciado como forma fetichista, foi invertido pela afirmação do "trabalhador criador de valores". Nessa figura ideológica, o antagonismo inconciliável de valor de troca fetichista e valor de uso sensível dissolve-se definitivamente para formar uma massa sem fundamento conceitual.

reza é substituída pela “segunda”, inversão que é o fundamento da constituição de todas as sociedades da modernidade. E precisamente nessa inversão origina-se o caráter do trabalho moderno, de atividade que traz em si sua própria finalidade.

A mercadoria pré-moderna distingue-se essencialmente da moderna. A primeira não podia constituir nenhuma forma de reprodução social, permanecendo sempre como uma mera “forma marginal” (Marx) nas relações de produção e apropriação baseadas numa economia não monetária; assim sendo, a sociedade como um todo não era nenhum sistema produtor de mercadorias. O trabalho que produzia mercadorias (por exemplo, o dos artesãos urbanos) permanecia dentro do horizonte social do valor de uso: era uma produção destinada à troca de produtos concretos. Nesse sentido, pode-se dizer que ela “extingue-se no valor de uso” (Marx), apesar de passar pelas abstrações do processo de troca no mercado.

Mas justamente este não é, de maneira alguma, o processo de produção da mercadoria moderna. O valor, na forma da mais-valia, que nunca antes constituía uma relação de produção, não aparece aqui simplesmente como forma socialmente mediada dos valores de uso concretos; porém, ao contrário, passa a referir-se de forma tautológica *a si mesmo*: o fetichismo tornou-se auto-reflexivo, estabelecendo assim o trabalho abstrato como máquina que traz em si sua própria finalidade. O processo de produção deixou de “extinguir-se” no valor de uso, apresentando-se como *automovimento do dinheiro*, como transformação de certa quantidade de trabalho morto e abstrato em outra quantidade maior de trabalho morto e abstrato (mais-valia) e, com isso, como movimento de reprodução e auto-reflexão tautológico do dinheiro, que somente nessa forma se torna capital, e, portanto, um fenômeno moderno. Nessa forma de existência do dinheiro, como capital, o dispêndio de trabalho desprende-se do contexto da criação de valores de uso sensíveis e transforma-se naquela atividade abstrata que traz em si sua própria finalidade. O trabalho vivo aparece apenas como expressão do trabalho morto que tornou-se inde-

pendente, e o produto concreto, sensível, como expressão da abstração inerente ao dinheiro.

Os recursos humanos e materiais (força de trabalho, instrumentos, máquinas, matérias-primas e materiais) deixam de ser simples componentes do "metabolismo entre os homens e a natureza", que serve para a satisfação das necessidades. Passaram a servir apenas para a auto-reflexão tautológica do dinheiro como "mais dinheiro". Necessidades sensíveis somente podem ser satisfeitas, portanto, pela produção não sensível de mais-valia, que se impõe cegamente como *produção* abstrata, em empreendimentos industriais, *de lucro*. A troca no mercado deixa de servir para a mediação social de bens de uso, servindo, ao contrário, para a realização de lucro, isto é, para a transformação de trabalho morto em dinheiro, e a mediação dos bens de uso passou a constituir somente um fenômeno secundário desse processo essencial que se realiza na esfera monetária.

Todo o processo vital social e individual é assim submetido à banalidade terrível do dinheiro e de seu automovimento tautológico, cuja superfície apresenta-se, em diversas variações históricas, como a famosa economia de mercado moderna. Atrás da ligeira subjetividade da troca no mercado esconde-se o pesado homem trabalhador, que apenas em sua forma mais grosseira aparece como um Stachanov; mesmo atrás da fachada mais brilhante da embalagem colorida dos valores de uso oculta-se a qualidade de capital fetichista dos produtos que faz deles "coágulos de trabalho" fantasmagóricos (Marx). Sua forma de existência sensível torna-se algo secundário, e um mal necessário para o processo do trabalho abstrato e do dinheiro.

[A submissão do conteúdo sensível do trabalho e das necessidades à auto-reflexão cega do dinheiro é de caráter monstruoso. Essa monstruosidade manifesta-se, durante a evolução da modernidade, em escala historicamente crescente, nas crises em que enormes quantidades de recursos humanos e materiais ficaram paralisadas por não poderem mais cumprir, por motivos incompreensíveis, aquela finalidade absoluta de transformar trabalho vivo em dinheiro.]

Por outro lado, foi precisamente esse desenvolvimento que, num processo contraditório em si mesmo, fez nascer as forças produtivas modernas e criou uma ampliação enorme das necessidades e possibilidades dos indivíduos. Os efeitos colaterais não intencionais do moderno sistema produtor de mercadorias ocultaram, durante muito tempo, em sua fase de ascensão histórica, o conteúdo negativo com elementos positivos. Enquanto cumpria essa "missão civilizatória" (Marx), esse sistema funcionava perfeitamente, vencendo todas as relações de reprodução estamentais, estáticas, pré-modernas. As crises eram apenas interrupções em seu processo de ascensão e pareciam, a princípio, superáveis.

Também o moderno movimento operário faz parte dessa constelação do sistema produtor de mercadorias, em sua fase de enorme ascensão, bem como o marxismo, como reflexo teórico correspondente e, por fim, a gênese da versão real-socialista da moderna sociedade de trabalho, cujo colapso está acontecendo diante de nossos olhos. Por estar preso dentro do horizonte histórico da ascensão do trabalho abstrato, não podia ser superado, nem ideal nem materialmente, o caráter tautológico desse trabalho, de atividade que traz em si sua própria finalidade.

O "mercado planejado" do Leste, como já revela essa designação, não eliminou as categorias do mercado. Conseqüentemente aparecem no socialismo real todas as categorias fundamentais do capitalismo: salário, preço e lucro (ganho da empresa). E quanto ao princípio básico do trabalho abstrato, este não se limitou a adotá-lo, como também levou-o ao extremo.

Mas no que consistia então aquela diferença entre os sistemas que agora começa a dissolver-se? Desde o princípio, o socialismo real não podia suprimir a sociedade capitalista da modernidade. Faz parte, ele próprio, do sistema produtor de mercadorias burguês e não substitui essa forma social histórica por outra, mas sim representa somente outra fase de desenvolvimento dentro da mesma formação de época. Aquilo que prometia uma sociedade futura, pós-burguesa, revêla-se como regime transitório pré-burguês, estagnado, a caminho da modernidade, como dinossauro fossilizado originado no passado heróico do capital.

ESTATISMO E MONETARISMO NO PROCESSO HISTÓRICO DA MODERNIDADE

A invenção do sistema produtor de mercadorias por parte do Estado

Superficialmente considerada, a diferença de sistemas que supostamente constitui o caráter não capitalista do socialismo real moribundo parece consistir em sua estrutura de comando estatista: as funções da produção de mercadorias são submetidas a decisões prévias políticas. Mas na alvorada da modernidade existiam também no Ocidente regimes transitórios estatistas, e isso, por ironia do destino, tanto na forma do absolutismo mercantilista como na do regime da Revolução Francesa, que derrubou o primeiro.

O Estado do absolutismo iluminado, o Comitê de Salvação Pública de Robespierre e o regime bonapartista de um império sintético distinguem-se apenas gradualmente em sua função de modernização, própria do capitalismo primitivo. Esse fundamento, que todos os partidos e poderes e todas as idéias combatentes daquela época têm em comum, a saber, o papel especial e a importância social do estatismo a partir do século XVII até os inícios do século XIX, distingue-se claramente do papel do Estado regulador e social keynesiano e pós-keynesiano do século XX,

apesar de existirem pontos de contato, interligações e semelhanças ideológicas.

Pois o atual Estado keynesiano social e de crescimento, com sua democracia de massas, fundamenta-se numa estrutura social capitalista já formada e profundamente escalonada. Para o estatismo mercantilista do capitalismo primitivo, ao contrário, este era um Estado futuro. Ele tinha que ocupar-se, em primeiro lugar, com os produtos estamentais da decomposição do feudalismo, isto é, com relações de produção em grande parte estruturadas agrariamente.

Devido ao arraigamento muito menor das estruturas sociais capitalistas, esse estatismo não podia interferir de forma tão eficaz na reprodução social quanto um Estado de massas do capitalismo tardio, profundamente organizado e dotado de instituições que penetram nos poros da sociedade. Mas precisamente por isso, tinha que enfrentar a sociedade que encontrara com militância maior, repressão mais violenta e pretensões ideológicas mais rígidas. Somente depois de impor-se a sociedade capitalista, atuando realmente apenas sobre os próprios fundamentos, aplica-se o que Marx constatou como peculiaridade dessa formação:

Continua o emprego de violência direta, extra-econômica, mas apenas excepcionalmente. No curso normal das coisas, o trabalhador pode ser abandonado às "leis naturais da produção", isto é, a sua dependência do capital que nasce das próprias relações de produção e que estas garantem e eternizam. [Marx, 1965 (1890), p. 765]

Como na violenta época primitiva do mercantilismo, a pretensão extrínseca do Estado, por incapacidade de socialização intrínseca, repete-se nas formações do socialismo real, que assim revela-se como regime modernizador protocapitalista de sociedades burguesas atrasadas. Isso manifesta-se em vários fenômenos descobertos pela *glasnost*, os quais, do ponto de vista ocidental, representam antes fraquezas antediluvianas na potência de intervenção social do Estado.*

* O fato de que, na República Popular da China, oficiais de impostos são espancados e

Mas, enquanto o Estado regulador e social keynesiano, desde o princípio, e como atitude óbvia, deixa um ambiente próprio para a economia de mercado total, já existente e diferenciada, da qual ele mesmo é um produto, limitando expressamente suas intervenções, sua atividade reguladora e administrativa à capacidade de funcionamento desta, o estatismo mercantilista do capitalismo primitivo tinha que assumir o papel ilusório de sujeito absoluto da sociedade e de sua economia. Num nível elevado, isso repetiu-se nas pretensões do estatismo do socialismo real de nosso século quase findado.

O Estado absolutista dos primórdios da época moderna não inventou a política econômica e nem a economia política da riqueza abstrata, "sem sentido", para manter em condições de funcionamento, dentro de suas próprias leis, um sistema produtor de mercadorias em estado embrionário. Ao contrário, queria subjugar a "economia" como suposta escravidão, e somente por esse esforço surgiu a economia política moderna. A manutenção da corte e do exército permanente do monarca absoluto, que por sua vez era produto do desenvolvimento anterior desde a Renascença, já não podia ser financiada na base dos domínios rurais dos reis e príncipes, que constituíam tradicionalmente sua fonte de renda principal.*

Para aumentar as receitas principescas, tinha que ser criado um sistema tributário geral. Essa medida não apenas fez nascer

trancados em chiqueiros pelos camponeses combina perfeitamente com o massacre estatal na Praça da Paz Celestial e com as pretensões de comando do regime frente à economia de mercado delegada a outras mãos. Tais contradições, em parte inacreditáveis, do processo de modernização capitalista podem também ser encontradas na história da constituição do capital na Europa ocidental, apenas faltando as lembranças concretas. Quem estranha os fenômenos na Rússia e na China, em vez de reconhecer neles o passado da sociedade de trabalho, da própria democracia e do Estado social, é muito ingênuo ou então é adepto da ideologia legitimadora do capitalismo tardio ocidental.

* Essa conexão foi ressaltada com muita frequência: "Não há a menor dúvida que as guerras cada vez mais dispendiosas contribuíram para o desenvolvimento do mercantilismo. Com a ampliação da artilharia, dos arsenais, das marinhas de guerra, dos exércitos permanentes e das fortificações, as despesas dos Estados modernos dão um salto. Guerras pressupõem dinheiro e mais dinheiro, e assim a posse de dinheiro, a acumulação de metais nobres, torna-se uma mania e domina, como última conclusão de toda sabedoria, o pensamento e o juízo". (Braudel, 1986, p. 604)

os traços fundamentais de uma economia financeira moderna, mas também exigia o fomento e o controle conscientes da produção de mercadorias, como fonte principal da tributabilidade monetária, a estimulação das exportações e a intensificação planejada do processo de produção de mercadorias, para além dos limites estamentais das forças produtivas. A manufatura, a divisão forçada do trabalho e o recrutamento coativo de mão-de-obra assalariada barata, entre os produtos da decomposição da sociedade feudal, conduziram a um novo modo de produção que logo rompeu os objetivos limitados do absolutismo.

Em seu famoso capítulo sobre “a chamada acumulação primitiva”, Marx descreveu os elementos que cega e instintivamente se juntam neste processo. Por um lado, trata-se do capital monetário, que se alimentava do sistema colonial e do crédito estatal absolutista:

Hoje em dia, a supremacia industrial traz consigo a supremacia mercantil. No período manufatureiro propriamente dito, ao contrário, é a supremacia mercantil que proporciona a supremacia industrial. Daí o papel predominante que desempenhava naquela época o sistema colonial. Foi o “deus alheio” que se instalou no altar, ao lado dos antigos ídolos da Europa, até derrubar, um belo dia, todos eles de uma vez. Proclamou o lucro o último e único objetivo da humanidade. O sistema do crédito público, isto é, das dívidas do Estado, cujas origens já descobrimos na Idade Média em Gênova e Veneza, passou a tomar posse, durante o período manufatureiro, de toda a Europa. O sistema colonial com seu comércio ultramarino serviu-lhe de estufa. [...] A dívida pública torna-se uma das alavancas mais enérgicas da acumulação primitiva. [Marx, l.c., p. 782]

A dívida do Estado e, com isso, o elemento estatista como componente da acumulação de capital, que no século XX reaparece em dimensões muito mais gigantescas, já existia, portanto, nos inícios da época moderna, isto é, na pré-história do processo de acumulação propriamente dito.

Por outro lado, também os elementos do moderno trabalho

assalariado tinham que ser criados do nada mediante o emprego de violência direta por parte do Estado. A transformação, que ocorria desde o século XV, de escravos e servos em trabalhadores assalariados “livres” e a “libertação” social, mediante a expulsão brutal dos camponeses independentes e dos pequenos arrendatários de suas parcelas, transformadas em pastos pelos latifundiários, somente podiam ser realizadas por meio da administração de coação do trabalho por parte do Estado, mediante militarização e terror do Estado:

Desta maneira, a população rural, violentamente desapropriada de suas terras, expulsa e transformada em vagabundos, foi chicoteada, marcada a ferro e torturada, por meio de leis grotescas e terroristas, até submeter-se à disciplina necessária para o sistema do trabalho assalariado. [Marx, l.c., p. 765]

De fato, os inícios daqueles “empregos” tão avidamente disputados pelos trabalhadores assalariados modernos eram literalmente a cadeia e a caserna de trabalho:

Na França, os trabalhadores, especialmente aqueles das manufaturas reais, moram freqüentemente em internatos manufatureiros. “Os trabalhadores de muitas manufaturas reais vivem sempre na manufatura, como os soldados na caserna, deixando-a somente nos feriados.” Outros falam do “rigor monacal” de sua vida. Regulamentados eram os horários do trabalho, das refeições, das orações, do sono. E mesmo assim, o rigor da disciplina de sua vida parece moderado em comparação à situação de muitos trabalhadores das manufaturas centrais na Alemanha, onde uma expressão corriqueira fala da casa de detenção e fiação. Isso significa que uma parte nada insignificante das manufaturas centrais era idêntica às penitenciárias. Tanto era assim a situação na Alemanha que não se empregavam os presos das penitenciárias como fiandeiros, mas sim, pelo contrário, construíam-se penitenciárias e prendiam-se pessoas para obter trabalhadores manufatureiros. [Kuczinski, 1967, pp. 18 ss.]

Faz parte da história da cegueira do movimento operário o fato de este não conseguir decifrar suas próprias intenções como elemento da modernização baseada em idéias de trabalho forçado na cadeia; isso manifesta-se de forma muito intensa no exemplo da União Soviética. Em todos os surtos de modernização do sistema produtor de mercadorias, o elemento do estatismo apareceu no primeiro plano, ainda que nas formas e disfarces mais diversos. O absolutismo foi apenas uma de suas formas de manifestação mais primitivas, mas o estatismo não desapareceu junto com ele.

Sem dúvida, os regimes revolucionários e o bonapartismo modificaram os fins sociais e as ideologias legitimadoras, mas isto apenas para fazer com que continuasse, sobre seus próprios fundamentos, a transformação, forçada pelo absolutismo, da produção de mercadorias num sistema de reprodução social. Na concepção dos protagonistas mudou apenas o sujeito estatista. Mas na verdade foi desencadeada a auto-reflexão cega do dinheiro, processo histórico que somente hoje começa a entrar em sua fase final.

Alexis de Tocqueville foi o primeiro a penetrar essa conexão de fatos, expondo-a de uma maneira que até hoje não está esgotada. Em sua obra *O Antigo Regime e a revolução*, ele prova que a ruptura com o *Ancien Régime* não foi, de modo algum, tão absoluta quanto parecia; a identidade intrínseca de absolutismo e Revolução Francesa, cujo contraste radical marca apenas um ponto de ruptura num processo básico homogêneo, constitui seu ponto de partida teórico para desfazer as ilusões ideológicas dos revolucionários:

Eu estava convencido de que, sem saber, eles teriam conservado em grande parte as convicções, os costumes e até as idéias do Estado antigo para realizar com sua ajuda a revolução que o aniquilaria, e que, sem querer, teriam se servido de seus destroços para erguer o edifício da sociedade nova. [Tocqueville, 1978 (1856), p. 9]

Esse ponto de partida já foi congenial ao de Marx. A crítica da ideologia faz Tocqueville reconhecer a continuidade despótica, que descreve assim:

[...] percebe-se então um enorme poder central que, como unidade, atraiu e devorou todos os componentes de autoridade e influência que antes se encontravam distribuídos entre uma multiplicidade de poderes subordinados, ordens religiosas, classes, profissões, famílias e indivíduos e, por assim dizer, dispersos em todo o corpo da sociedade. [...] Essa forma simples, regular e grandiosa já avistou Mirabeau através da poeira das antigas instituições semidestruídas. Apesar de seu tamanho, o objeto era naquela época invisível aos olhos das massas; aos poucos, porém, o tempo o revelou ao olhar de todos. Atualmente está fascinando sobretudo o olhar dos príncipes. Contemplam-no com admiração e inveja, e não apenas aqueles que devem sua posição à Revolução, como também aqueles que lhe são completamente estranhos e os seus inimigos decididos; todos empenham-se em aniquilar no seu território os direitos hereditários e em abolir os privilégios. Misturam os estamentos, nivelam as diferenças destes, colocam funcionários no lugar da aristocracia, a uniformidade das leis no lugar das liberdades locais e o governo homogêneo no lugar dos poderes diversos. [Tocqueville, l.c., pp. 25 ss.]

A “homogeneidade” e “uniformidade” do corpo social, instaladas tanto pelo absolutismo quanto pela Revolução, nada mais é que a preparação desse corpo para o sistema produtor de mercadorias que está por vir. O grandioso em Tocqueville é que já reconhece essa conexão de fatos, apesar de não deduzi-la (como analítico da “superestrutura política”) nas categorias de uma crítica econômica, tal como faz Marx, mas precisamente por isso ele pode ser lido como um Marx da crítica das instituições políticas das democracias modernas, na base da forma produtora de mercadorias. Tocqueville já reconhece como é precária, sem deixar-se enganar pelos disfarces ideológicos, a ilusão burguesa referente ao sujeito, ilusão que aparece tanto no absolutismo quanto na democracia, e a vontade do verdadeiro sujeito, constituído na forma-mercadoria, de assumir o comando sobre o complexo superpoderoso de formas que lhe correspondem e que não têm sujeito. Para ele, não se explica, pela consciência própria,

que todos os homens de nossos dias são levados por uma força desconhecida [!], que pode-se ter a esperança de regular e moderar, mas não de vencer, e que os impele, ora devagar, ora com ímpeto violento, a aniquilar a aristocracia [...]. Alguns acreditam que essa força desconhecida, que aparentemente de nada se alimenta, também por nada é enfraquecida, que ninguém pode refrear, que não pode refrear a si mesma [!], que essa força levará a sociedade humana à sua dissolução completa e definitiva. [Tocqueville, l.c., pp. 14 ss.]

Essa lógica da “dissolução” transcende muito a situação daquela época, em que a reação aristocrática costumava citá-la como instrumento para apoiar seus fins transparentes, anti-revolucionários. Tocqueville, ao contrário, refere-se ao fim desse processo de dissolução em nosso tempo, em que a mônada do indivíduo abstrato constituiu-se como fantoche do processo de automovimento, sem sujeito, da forma-mercadoria:

Nesse estado, os homens já não estão unidos por castas, classes, corporações e linhagens, tendendo por isso fortemente a ocupar-se apenas de seus interesses particulares, a pensar somente em si mesmos e a retirar-se a um individualismo em que toda virtude pública acaba sendo sufocada. O despotismo, muito longe de combater essa tendência, ao contrário, torna-a irresistível, pois costuma privar os cidadãos de todo entusiasmo coletivo, de toda necessidade comunitária, de toda necessidade de se entenderem, de toda oportunidade de agir em comum, emparedando-os, por assim dizer, na vida particular [!]. Já estavam inclinados ao isolamento: ele os isola; já estavam esfriando suas relações mútuas: ele faz com que congelem definitivamente. Já que em tal sociedade nada é fixo, cada um sente-se permanentemente excitado, em parte pelo medo de fracassar, em parte pelo impulso de subit na vida; e como nesse estado o dinheiro, ao tornar-se ao mesmo tempo o critério principal que classifica os homens e condiciona sua categoria social, alcançou mobilidade extraordinária, passando sem cessar de uma mão para outra, mudando a situação dos indivíduos, elevando ou rebaixando as famílias, não há quase nin-

guém que não esteja obrigado a fazer esforços desesperados e contínuos de assegurar-se dele ou de adquiri-lo. [Tocqueville, l.c., p. 15]

Essa observação é ainda mais notável quando consideramos que Tocqueville não está falando como ideólogo conservador ou reacionário da antiga aristocracia, mas sim, como crítico partidário da sociedade nova, cuja submissão ao “poder desconhecido” do trabalho abstrato e de seu movimento tautológico ele não está disposto a ignorar, apesar de tudo. E, precisamente por isso, suas observações aplicam-se não apenas à pré-história do sistema produtor de mercadorias, do século XVIII e dos inícios do século XIX, como também, com brutalidade surpreendente, a sua fase final, do fim do século XX.

O verdadeiro despotismo da modernidade é o absolutismo do dinheiro, sem sujeito, isto é, aquele do trabalho abstrato e de sua exploração em empreendimentos econômicos. O despotismo histórico dos príncipes absolutos e da Revolução Francesa, muito longe de poder subsistir como vontade estatista auto-suficiente que se limita a estabelecer os próprios fins, nada mais era que a grosseira parteira desse fenômeno absolutamente fetichista. Tinha apenas a função de “emparedar” os homens ocupados em romper os ferros do feudalismo naquela privacidade abstrata em que hoje estão morando sem protesto, mas cujos muros já começaram a desmoronar perigosamente. Se os homens ocidentais assustaram-se e arrepiaram-se em face, por exemplo, das “formigas azuis” da China, dos “soldados do trabalho” sob comando despótico, nada mais viram, nesses momentos, que o passado de sua própria sociedade, filmado com acelerador: o proto-estado dos sujeitos que hoje são.

A ilusão da modernização burguesa referente ao sujeito, ilusão criada pelo absolutismo e mantida pela Revolução Francesa e pelo bonapartismo, que no Ocidente, ao menos ideologicamente, começou a desfazer-se desde os meados do século XIX,* encon-

* Isso pode ser reconhecido nas filosofias de crises, cada vez mais intensas, referentes à subjetividade que se manifesta na forma-mercadoria do mundo burguês, pelo menos a partir de Kierkegaard e Nietzsche, que têm sua continuação na filosofia de vida e depois no existencialismo. Ao progresso dessas filosofias de crise corresponde

trou herdeiros, no começo do século XX, na Revolução de Outubro russa e no socialismo real subsequente, cujo disfarce ideológico ocultou de forma pouco convincente a verdadeira constelação dos fatos. A teoria de Tocqueville da identidade de "Antigo Regime" e "Revolução" no processo da modernização burguesa aplica-se aqui em grau até elevado. Pois, nas condições de um nível de desenvolvimento já relativamente alto do sistema produtor de mercadorias no Ocidente e de uma luta de concorrência já muito avançada no mercado mundial, todo novo impulso de modernização nas regiões ainda pouco desenvolvidas tinha que assumir o caráter de um desenvolvimento *recuperador*, particularmente forçado, em que não apenas se repetia o estatismo dos inícios da época moderna, mas que também se apresentava numa forma muito mais pura, conseqüente e rigorosa que a dos originais ocidentais esquecidos há muito tempo.

O Estado racional burguês de Fichte e seu reflexo no socialismo real

As idéias ideológicas em si são sempre mais conseqüentes e lógicas do que a realidade social que as reflete em formas distorcidas e modificadas. Por isso, dentro da seqüência histórica das formações sociais, somente podem aparecer realizadas ou pelo menos realizáveis — desde que esta constelação de fatos seja reconhecida e decifrada — na realidade de uma fase posterior do desenvolvimento, da qual têm sido uma ficção prévia. A filosofia

a desubjetivação do sistema social, que levou à atual desorientação pós-keynesiana.

- * Trotski, preso ele mesmo na idéia do estatismo modernizador, não sabe do que está falando ao chamar a burocracia stalinista de "bonapartismo", ainda que seja apenas com a intenção de denunciá-la ("revolução tráfida"), enquanto, na verdade, a analogia se refere ao caráter análogo da evolução histórica do sistema produtor de mercadorias (Trotski, 1979 [1936]). Temos um caso análogo no conceito de "bonapartismo" de August Thalheimer, aplicado ao fascismo alemão (Thalheimer, 1967 [1930]), que não apenas revela (sem querer) uma afinidade estrutural do socialismo de caserna soviético e do fascista, como também, ao mesmo tempo, a deficiência conceitual desses marxistas do movimento operário na crítica da economia política.

alemã clássica, por exemplo, oferece sob muitos aspectos e em várias formas, também na área da teoria do conhecimento, reflexões diretas e indiretas da lógica moderna da mercadoria, uma antecipação ideal de todas as fases posteriores do desenvolvimento. Ocasionalmente esse assunto aparece até sem disfarce em obras teóricas, políticas e econômicas.

Isso revela-se particularmente quando se compara a realidade estatista do socialismo real da primeira metade do século XX com as idéias mais progressistas da teoria social e as exigências programáticas da época mercantilista (tardia), representadas na Alemanha de forma insuperada pelo panfleto de Fichte sobre o "Estado mercantil fechado", escrito no outono de 1800, cujas teses centrais nos espantam. O "Estado racional" burguês de Fichte já pressupõe um sistema produtor de mercadorias, isto é, os "fabricos" são produzidos como "mercadorias" e mediados pela "troca", porém:

O governo tem que calcular esta troca que se realiza na nação [!], bem como o número de mãos que pretende ocupar, tanto em geral, quanto nos diversos ramos, se achar tal divisão necessária [...] Em um Estado organizado segundo os princípios estabelecidos, não se fornece a nenhuma casa comercial mercadorias de cuja venda esta não tenha absoluta certeza, uma vez que a produção e fabricação efetuada de acordo com as possíveis necessidades já está calculada no fundamento estabelecido pelo Estado. A casa comercial pode até forçar essa venda. Do mesmo modo que lhe foram prometidos determinados vendedores, também lhe foram prometidos determinados compradores. [...] Neste Estado, todos são servidores de um todo e recebem em compensação sua justa parte dos bens deste todo. Ninguém pode enriquecer muito, mas também ninguém pode empobrecer. [...] É certo que o governo possa contar com determinada quantidade de mercadorias comercializadas, para poder garantir permanentemente aos súditos a satisfação contínua das necessidades habituais [...] O governo deve fixar e garantir os preços das mercadorias [!]. [Fichte, 1977 (1800), pp. 81 ss.]

A tentativa de realizar esse "Estado racional" de Fichte, de uma produção planejada de mercadorias, seria empreendida ape-

nas 120 anos mais tarde. Revela-se assim que o colapso atual da economia soviética marca muito mais o fracasso posterior do idealismo burguês alemão do que a desatualização da crítica da economia política de Marx,* à qual o socialismo real sempre podia referir-se apenas de modo muito grosseiro e superficial. Essa conexão surpreendente afirma-se quando Fichte, além de estabelecer como característica de seu "Estado racional" a produção planejada de mercadorias, define a "propriedade" como *direito ao trabalho*, o qual faz do trabalhador um verdadeiro cidadão:

O que mais pode lhe dar o Estado? Evidentemente apenas a garantia de que ele sempre encontrará trabalho ou compradores para sua mercadoria, recebendo em compensação a participação correspondente nos bens do país. Somente por essa garantia ele fica vinculado ao Estado. Mas o Estado não pode dar essa garantia sem limitar o número daqueles que estão ocupados no mesmo ramo e sem cuidar da produção dos meios de subsistência necessários a todos. [...] A segurança, digo eu, deve ser dada pelo Estado, e também a garantia. Dizer que tudo isso dar-se-á por si mesmo, que cada um encontrará sempre seu trabalho e seu pão, e confiar somente na boa sorte, não corresponde a uma constituição realmente justa. [Fichte, l.c., p. 111]

Mercado planejado e direito ao trabalho (o que, por outro lado, também significa: dever de trabalhar sob direção estatal), este núcleo do programa social-econômico do socialismo real é na verdade mercantilismo ideológico, já programaticamente concebido nos primórdios da modernidade. E Fichte denomina também a terceira característica decisiva da economia estatal:

* Isso pelo menos quando se entende e aplica ao pé da letra o texto de Fichte. Independentemente disso, a filosofia alemã clássica (e com isso também a de Fichte) compreende uma riqueza de idéias historicamente ainda inexplicadas que em alguns aspectos transcendem consideravelmente a aplicabilidade imediata no momento histórico concreto, ultrapassando até os limites do sistema produtor de mercadorias, do qual, naquela época, ainda não se podia formar conceitos abstratos. Compreendiam não apenas as origens da futura crítica da economia política de Marx, senão também idéias que até hoje ficaram sem aplicação. Isso distingue Fichte, sem dúvida alguma, da trivialidade tanto dos epígonos marxistas quanto dos economistas atuais que se tornaram "realistas" no sentido mais lamentável da palavra.

Todas as relações com o exterior devem ser proibidas e impossibilitadas aos súditos. É desnecessário provar que no sistema mercantil aqui estabelecido não há lugar para relações entre súditos e estrangeiros. O governo [...] deve fixar e garantir os preços das mercadorias. Como pode fazê-lo contra a vontade dos estrangeiros, uma vez que não pode determinar os preços pelos quais estes estão vivendo em seu país e comprando as matérias-primas? [...] assim, o Estado racional é um *Estado mercantil* completamente *fechado*, do mesmo modo que é um reino fechado das leis e dos indivíduos. [...] Se o Estado precisa de um comércio de troca com o exterior, somente o governo deve efetua-lo. [Fichte, l.c., pp. 88 ss.]

Também o *monopólio estatal do comércio exterior* do socialismo real já faz parte, portanto, do programa conseqüente do mercantilismo. *Todas* as características decisivas e formas básicas supostamente não capitalistas do socialismo estatal soviético (e de todos os regimes semelhantes), do século XX, já foram pré-formuladas pelo próprio capitalismo e por seus ideólogos progressistas à beira da industrialização; não são estranhas, em sua essência, ao capital ou ao sistema produtor de mercadorias, mas sim, características estruturais do nascimento histórico desses últimos. Por isso, têm que repetir-se ali onde esse nascimento se dá de novo. Mas para este nem foi necessária a crítica da economia política de Marx, uma vez que todo o essencial do "socialismo" já pode ser encontrado mais de uma geração antes, em Fichte.*

O capitalismo, isto é, a produção de mercadorias desencadeada até constituir um sistema de reprodução, na forma do automovimento do dinheiro, nunca pretendeu, desde o princípio, estabe-

* Já no fim do século passado, o social-democrata francês Jean Jaurès observa com toda naturalidade: "Fichte foi o primeiro que esboçou a teoria do valor, plenamente desenvolvida a seguir por Marx" (Jaurès, 1974 [1891], p. 69). Do mesmo modo que Marx aparece em Schumpeter como mero epígono de Ricardo, aparece ele em Jaurès como epígono de Fichte. A descoberta de que esses pensadores já tinham formulado uma teoria do valor do trabalho é ligada diretamente à autoconsciência afirmativa do movimento operário. Suprime-se o fato de que no fundo a teoria de Marx compreende uma crítica radical do fetichismo do valor. Assim, não é de admirar que Fichte é igualmente apreciado pelos nacional-socialistas e pelos ideólogos do movimento operário.

lecer a pura "liberdade do mercado", intenção que, repetidamente, imputam-lhe os ideólogos provenientes da direita e também da esquerda. Antes, poderíamos falar de um movimento ondulatório de elementos constituintes antagônicos na história da modernização burguesa, movimento em que constantemente se revezam e penetram elementos estatistas e elementos monetaristas.* As teorias de convergência correspondentes refletem essa situação, mas apenas de forma atenuante: não como forma de movimento de um conflito básico irresolúvel da modernidade, que ameaça conduzir a uma crise, mas sim como conciliação eclética e sem fundamento conceitual dessa contradição central.

Estado e mercado condicionam-se mutuamente, não como complementação idealmente equilibrável de elementos sociais civilizatórios, mas sim como institucionalização de um antagonismo violento, hostil até o ponto de aniquilar o adversário e provocar catástrofes. Presos na cegueira da determinação da própria forma, os sujeitos trabalham em sua autodestruição.

O verdadeiro conflito básico da modernidade não é aquele entre "trabalho" e "não-trabalho", como sempre supôs o marxismo ingênuo do movimento operário e da luta de classes, mas sim

* De forma totalmente tradicional e sem conceitos claros manifesta-se a esse respeito também Fernand Braudel: "Ficou sem resposta clara, entre outras coisas, a pergunta muitas vezes repetida se o Estado fomentou o capitalismo e acelerou o desenvolvimento deste. Apesar de todas as dúvidas que se possa ter quanto à maturidade do Estado moderno, deve-se atestar-lhe que, entre os séculos XV e XVIII, estendeu sua influência a tudo e a todos e que figura entre os novos poderes da Europa. Mas isso significa que ele explica tudo, que submete tudo à sua ordem? De modo algum! Sem dúvida, fomenta e apóia o capitalismo, mas, aplicando-se a idéia da reversibilidade das perspectivas, pode-se também afirmar o contrário, isto é, que o Estado trava a ascensão do capitalismo e eventualmente por sua vez é travado por este. Ambas as afirmações são corretas [...], já que a realidade abrange sempre complicações previsíveis e imprevisíveis" (Braudel, 1986, p. 613). O Estado aparece aqui como princípio abstrato, como ente autônomo que existe "frente ao capitalismo", em vez de ser compreendido, em sua forma moderna, como elemento constitutivo e ao mesmo tempo imanente do próprio capital. Aqui revela-se que os "novos historiadores" (e não apenas estes), sob o pretexto da diferenciação científica, pregam uma confusão conceitual que de tanto contar as árvores deixa de enxergar a floresta. Não é nenhuma relação contraditória externa entre Estado e capital aquela a que se refere Braudel, mas sim, uma contradição interna do próprio capital, do qual o Estado é apenas um elemento, e isso já nos inícios da modernidade, no processo de constituição dessa formação social.

aquele entre o conteúdo social e a forma não social, inconsciente, do próprio trabalho. A sujeição de todas as idéias qualitativas humanas sobre valores e finalidades, a de todas as necessidades concretas em geral, ao fim, sem qualidade alguma, do movimento do trabalho morto, de fazer de um marco dois marcos, essa exigência desmesurada do sistema produtor de mercadorias condiciona necessariamente como expressão externa de seu antagonismo interno, a contradição institucional permanente entre Estado e mercado. A divisão interna do sujeito burguês manifesta-se como existência dupla, dividida entre a ação referente ao dinheiro ou ao mercado e a do cidadão.

O Estado, o outro volante da máquina de alienação ao lado do dinheiro, recebe assim, por sua vez, uma natureza dupla. Do ponto de vista histórico ele assume, já em sua primitiva forma moderna, absolutista, burguês-revolucionária e ditatorial, por um lado, o papel de parceira do sistema produtor de mercadorias e, por outro, torna-se componente imanente deste último; do ponto de vista institucional ele serve, por um lado, para assegurar as condições que apóiam o capitalismo, e por outro lado é promovido a instância reguladora que interfere ativamente no processo de reprodução do trabalho morto, tão logo os setores "improdutivos" da infra-estrutura (ciências, tratamento dos detritos, assistência social e de saúde, educação, reparo dos processos de destruição social-ecológicos etc.) começam a sufocar a estrutura de automovimento do dinheiro; do ponto de vista ideológico, por fim, o Estado apresenta-se, por um lado, como Moloch, "canibal" (Glucksman, 1978) e monstro leviatânico que constantemente ameaça agredir a "verdadeira" subjetividade burguesa, por outro lado, porém, como *deus ex machina*, como instância à qual se recorre sempre que há fricções e sofrimentos resultantes da socialização negativa.

Essa contradição de Estado e mercado, que como contradição interna do Estado reproduz-se a si mesma e em que se manifesta o antagonismo irreconciliável da modernidade, produz então aquele movimento histórico ondulatório em que domina ora o estatismo, ora o monetarismo, sem que jamais se alcance o equi-

líbrio de uma reprodução imperturbada: isso, desde o estatismo absolutista e revolucionário da modernidade primitiva até o liberalismo de Manchester e o "Estado dos guardas noturnos" do capital industrial ascendente; mais tarde, desde o estatismo da economia de guerra da época imperialista até o Estado anticrise do keynesianismo e, por fim, a reação monetarista e a "desregulação" global, que hoje já parece tomar-se obsoleta.* No fim de sua história, o sistema produtor de mercadorias tem fôlego cada vez mais curto. Estatismo e monetarismo revezam-se com frequência crescente, conforme ainda será mostrado.

O socialismo do movimento operário nem podia colocar em prática o programa da crítica da economia política de Marx, cujo tempo ainda não chegara (o próprio Marx iludia-se sistematicamente quanto a esse tempo). Em vez disso, o socialismo real repetiu e "realizou" as idéias mercantilistas tardias de Fichte. Fazendo isso, tinha necessariamente que concentrar sua atenção e seus interesses no Estado moderno, produto e máquina do sistema produtor de mercadorias, acreditando poder instrumentalizar essa última mediante uma simples inversão do sinal de "classe", para a "libertação da classe trabalhadora".**

* É característica da consciência burguesa, e também da esquerda, a compreensão da época precedente através da ótica do lado a cada vez dominante da contradição, em vez de reconhecer que se trata de elementos complementares irreconciliáveis dentro do processo histórico global da modernidade. Nesse contexto será possível decifrar, no que segue, a ideologia do socialismo real.

** O anarquismo e as tendências afins (sindicalismo etc.) oferecem uma alternativa apenas aparente ao *mainstream* do antigo movimento operário, porque fundamentam sua oposição ao Estado justamente em ideologias de uma produção de mercadorias "autodeterminada" e "justa" (Proudhon, por exemplo), deixando de reconhecer, portanto, tanto as leis do sistema produtor de mercadorias quanto a conexão interna entre a forma-mercadoria e o Estado moderno. Essa forma da imanência burguesa constitui, em relação ao marxismo estatal-socialista, apenas uma alternativa complementar e representa, por assim dizer, o ponto vista liberal ou monetarista da oposição burguesa no movimento operário, reproduzindo assim, por sua vez, num fundamento próprio, o antagonismo de Estado e mercado, estatismo e monetarismo, cidadão e sujeito de troca.

A ECONOMIA DE GUERRA ALEMÃ E O SOCIALISMO ESTATAL

Sociologismo da luta de classes e invólucro formal burguês

Encontramos a ilusão acerca do socialismo estatal de forma exemplar em Lenin, que declarou o Estado planejado e baseado na economia de guerra do Império Alemão como sendo praticamente o modelo da economia soviética prestes a nascer, desde que outro tipo de poder social se servisse dele. É famosa sua celebração dos correios alemães como modelo organizatório de uma transformação socialista da sociedade, no escrito *Estado e revolução* do fim do verão de 1917:

Um espirituoso social-democrata alemão dos anos 70 do século passado designou os *correios* como modelo de uma economia socialista. Isso é absolutamente correto. Atualmente, os correios são uma empresa organizada segundo o tipo do monopólio estatal *capitalista*. O imperialismo está transformando, pouco a pouco, todos os trustes em organizações semelhantes. Acima dos "simples" trabalhadores, que estão se esfalfando e vivendo na miséria, encontra-se nelas a mesma burocracia burguesa. Mas o mecanismo da direção social da economia já está desenvolvido. Só falta derrubar os capitalistas, romper com o punho de ferro dos trabalhadores armados a resistência desses exploradores, quebrar

a maquinaria burocrática do Estado moderno — e teremos um mecanismo liberado do “parasita”, tecnicamente bastante desenvolvido, que os trabalhadores unidos poderão muito bem pôr em movimento sem ajuda. [Lenin, 1972 (1917), pp. 439 ss.]

Lenin dá mais um passo à frente no artigo *Sobre o infantilismo “esquerdista” e o espírito pequeno-burguês*, de maio de 1918, no qual ele, sob a pressão das circunstâncias, abandona a idéia de libertar do “capitalismo estatal” o ominoso “mecanismo da direção social da economia”, com sua forma totalmente indefinida, pretendendo instrumentalizar diretamente o próprio capitalismo estatal:

Primeiro, o capitalismo estatal encontra-se *economicamente* num nível incomparavelmente superior ao nosso sistema econômico. Segundo, não é nenhuma ameaça para o poder soviético, pois o Estado soviético é um Estado em que está assegurado o poder dos trabalhadores e dos camponeses pobres. [...] Para deixar o problema mais claro, daremos primeiro um exemplo concreto do capitalismo estatal. Todos sabem de que exemplo se trata: Alemanha. Temos ali a “última palavra” de uma técnica moderna, baseada no grande capital, e de uma organização planejada, ambas *submetidas ao imperialismo da aristocracia agrária e da burguesia*. É só tirar as palavras sublinhadas e colocar no lugar do Estado militarista — dominado pela aristocracia agrária —, burguês e imperialista, outro Estado, de tipo social diferente, com outro conteúdo no que se refere às classes, o Estado soviético, isto é, um Estado proletário, e obter-se-á *todo* o conjunto de condições das quais resulta o socialismo. O socialismo não pode ser imaginado sem a técnica baseada no grande capital, que se constitui segundo a última palavra da ciência mais moderna, e sem a organização estatal planejada, que obriga milhões de pessoas ao cumprimento mais rigoroso de uma norma uniforme na fabricação e distribuição dos produtos. [Lenin, 1978 (1918), pp. 331 ss.]

Tais observações são extraordinariamente características não apenas de Lenin ou dos bolcheviques, como também do movi-

mento operário daquela época em geral (inclusive o ocidental), e ainda dos adversários diretos de Lenin, da "extrema esquerda", na discussão mencionada. A razão teórica e ideológica desse modo de pensar encontra-se na compreensão estranhamente sociologista da socialização e das formações sociais históricas. A teoria de Marx, vulgarizada por interpretações unilaterais até tornar-se "marxismo", foi privada de sua crítica decisiva da forma do sistema de reprodução burguês moderno; a crítica da forma-mercadoria que culmina no conceito do fetichismo, criado por Marx, foi eliminada e empurrada para um além teórico e histórico, difamada como nebulosa, ou degradada a um fenômeno mental puramente subjetivo.

No lugar de um conceito da forma do sistema produtor de mercadorias e de sua condicionalidade histórica aparece, dessa maneira, um conceito reduzido das "classes lutadoras", como a suposta razão última da socialização; o *constitutum* tornou-se *constituens*, o fenômeno secundário das classes sociais foi transformado num fato inquestionável. Assim, em vez de criticar o próprio capital, passou-se a criticar "os capitalistas" que tinham que aparecer como sujeitos pessoais da relação social da mercadoria, que na verdade não tem sujeito algum. As classes, mistificadas como meta-sujeitos sociais, assumiram assim um caráter estranhamente familiar, tal como o possuem os deuses da Antiguidade, que também se apresentavam como caracteres pessoais com comportamento muito humano.

Desse modo, uma categoria social analítica, a "classe trabalhadora", transformou-se numa pessoa coletiva com identidade consistente que, independentemente de pessoas empíricas, "atua" de forma quase biográfica. A identidade de classe encontrou sua razão numa ontologia errônea do trabalho, que não foi compreendido como elemento e parte integrante do sistema fetichista da mercadoria, mas sim de forma quase bíblica (isto é, "protestante"), como essência eterna da humanidade que apenas externamente foi violentamente modificada pelos sujeitos "exploradores", os capitalistas. O processo contrário, a libertação da relação de capital, podia então ser compreendido como destruição do poder dos

“capitalistas” ou, na pior das hipóteses, como liquidação jacobina destes; nesse ponto, a posição dos críticos de Lenin, da “extrema esquerda”, é muito mais jacobino-burguesa: como suposta alternativa do “capitalismo estatal” propuseram inocentemente a “aniquilação total da burguesia”.

Dentro da concepção do antigo movimento operário, a argumentação de Lenin tinha que parecer absolutamente plausível. Se o trabalho, independentemente da determinação social-histórica de sua forma, era considerado a razão positiva de todo “socialismo” imaginável, isso tinha que se aplicar também às categorias básicas do sistema produtor de mercadorias. Falta completamente em Lenin (e não apenas nele) a referência ao trabalho abstrato como forma do capital. Em compensação, esse trabalho aparece como reflexão *positiva*, de forma estranhamente vaga e nebulosa, e não definido como conceito, nas expressões “contabilidade econômica” e “mecanismo da direção social da economia”, em conexão demasiadamente direta com a “última palavra da técnica baseada no grande capital”(!) e a “ciência mais moderna” e, por fim, simplesmente como “organização estatal planejada”.

A todos esses conceitos está inerente uma compreensão quase ingênua e cega frente à lógica do capital, que na linguagem atual chamaríamos de social-tecnológica. “A sociedade da Revolução de Outubro como “laboratório gigantesco” era uma metáfora cor-

* O traço burguês-jacobino dos bolcheviques (que naturalmente implicava um caráter girondino de seus adversários mencheviques) não apenas foi freqüentemente observado, senão também ressaltado com orgulho por eles mesmos e especialmente por Lenin. O fato de que isso lhes parecia ser apenas uma gloriosa comparação histórica, à qual correspondia em sua própria revolução um “conteúdo de classe completamente diferente”, é apenas a reprodução irônica de seu engano no meta-nível. O conceito do “adversário”, reduzido em sentido personalista e sociologista, que fazia com que parecesse lógica sua decapitação para resolver o problema, caracteriza o jacobinismo bolchevista como repetição de uma revolução essencialmente burguesa, sob as condições do início do século XX.

** Basta um olhar no registro quilométrico das obras de Lenin para constatar que nelas não se encontra nenhum indício de uma tematização do conceito do valor econômico e da crítica do fetichismo de Marx. A condicionalidade histórica dessa ingenuidade teórica é explicada pelo fato de que também o marxismo ocidental a arrastou consigo até nossos dias, abstraindo-se de algumas iniciativas isoladas, pouco claras e sem maior resultado.

riqueira, e isso não apenas entre os bolcheviques. O suposto socialismo parecia ser uma tarefa organizatória somente externa, ainda que gigantesca, que tinha que ser realizada apenas pelo sujeito "certo" em vez da aristocracia agrária e dos imperialistas, mas ainda assim dentro das mesmas formas e com os mesmos meios.

No entanto, nem com o maior esforço conseguiu-se animar imediatamente o sujeito mistificado, a classe trabalhadora; a excitação e animação das "massas trabalhadoras" nos soviets e sua relação para com a ação tinham que secar à medida que essas massas eram requisitadas como mãos para o dispêndio de força de trabalho: tratava-se, em face do fraco desenvolvimento da produtividade, de uma medida coativa não apenas inevitável a longo prazo, como também de um Estado que ainda tinha que ser estabelecido, superando a inércia da produção de subsistência dos camponeses. Assim, "o" partido tornou-se a encarnação do sujeito-classe metafísico, e teria sido ideologicamente insuportável desmascará-lo como máquina burguesa de modernização: essa é uma das razões do terror sangrento stalinista contra a velha guarda dos bolcheviques (da qual quase cada um, e Trotski em primeiro lugar, poderia ter-se tornado outro Stalin).

O partido, ao fundir-se com a economia de guerra burocrático-estatista, em parte já existente, em parte por ele criada, podia justificar, como vigário da classe trabalhadora na Terra, praticamente todas as suas ações, até as mais absurdas, sangrentas e repressivas. O partido que "sempre tem razão" criou assim uma nova sociedade socialista de acordo com sua autoconcepção, que na verdade nada mais é que o recrutamento coativo recuperador de uma classe trabalhadora moderna, sob a direção do Estado.

Os céticos e críticos socialistas marxistas, que na União Soviética foram fisicamente liquidados pelo aparato stalinista à maneira jacobina, repetindo-se o exemplo da Revolução Francesa, nem tinham, no entanto, uma alternativa histórica a oferecer, nem estavam em condições de explicar em conceitos claros o processo social que estava se realizando diante de seus olhos. A tendência trotskista, que contava com uma "revolução proletária no Ocidente", por considerar impossível o socialismo em um só país e

especialmente na Rússia "subdesenvolvida", enquanto o Ocidente cumpria as condições objetivas e subjetivas, foi uma mera ilusão.

De fato, também o desenvolvimento das forças produtivas do Ocidente estava muito longe de alcançar seu ponto crítico. As revoluções e movimentos de massas do Ocidente, no fim da Primeira Guerra Mundial, do mesmo modo que a própria guerra e a Revolução de Outubro, ainda faziam parte da época de imposição do sistema produtor de mercadorias e não de sua fase madura, que conduziria a crises internas e à supressão desse sistema. Sem dúvida, os portadores desses desenvolvimentos já eram homens modernos, constituídos de forma capitalista, e suas contradições já estavam marcadas pelas contradições do sistema produtor de mercadorias, mas essas contradições permaneciam insuperáveis. Também no Ocidente tinham ainda que ser evaporados e dissolvidos, nesses abalos sociais, restos e escórias, estruturas sociais e relações de dependência, formas jurídicas e vínculos estamentais, rígidos e imóveis, da época pré-capitalista e do capitalismo primitivo; toda a época das guerras mundiais, em geral, ainda faz parte da história global do desdobramento do capital, que somente após 1945 começou a assumir o caráter de um sistema universal direto, coerente e maduro.

A queda do Império Alemão e da monarquia de Habsburgo, a abolição do direito de sufrágio prussiano baseado em três categorias de eleitores, o avanço sucessivo do sufrágio feminino também nos países ocidentais, e assim por diante, estavam na pauta do dia, e não a supressão do sistema produtor de mercadorias, que por isso nem teoricamente podia ser formulada pelos trotskistas, partidários da "extrema esquerda" etc. (se prescindirmos de algumas poucas tematizações abstratas e conceitualmente pouco claras); precisamente por isso, esse suposto radicalismo tinha que limitar-se à mistificação da classe trabalhadora.

Essa situação mostra claramente a falta geral de maturidade no desenvolvimento universal da sociedade capitalista. Ao próprio marxismo aplica-se o que Marx já disse em sua *Crítica da economia política* de 1859:

Uma formação social nunca se desfaz antes de estarem desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais ela está pronta e novas relações de produção mais elevadas nunca se impõem antes de estarem crescidas no seio da sociedade antiga as condições de existência materiais dessas relações. Por isso, a humanidade sempre se propõe apenas aquelas tarefas que pode resolver, pois a observação exata sempre revela que a própria tarefa nasce somente onde já existem as condições materiais de sua solução, ou onde estas pelo menos estão em desenvolvimento. [Marx, 1968 (1859), pp. 15 ss.]

No fim da Primeira Guerra Mundial não tratou-se ainda de suprimir o sistema produtor de mercadorias ou o capital, mas, pelo contrário, de acabar sua imposição. Em nenhum lugar do Ocidente existiam forças produtivas que já tivessem permitido a abolição da classe trabalhadora, isto é, o desligamento da reprodução social do sistema de dispêndio abstrato e em massas de força de trabalho. A alternativa teria sempre sido o retorno a formas de vida agrárias, com necessidades modestas, ou pré-modernas e primitivas.* Por isso, os críticos da extrema esquerda eram incapazes de imaginar outra sociedade revolucionária que não fosse a "autocracia da classe trabalhadora" radical e hiperjacobina: uma contradição em si, uma impossibilidade lógica, uma vez que se excluem mutuamente decisões autônomas da sociedade sobre os conteúdos de valores de uso, as necessidades e a existência como maquinaria de dispêndio de força de trabalho.

A famosa fórmula de Lenin, do comunismo como "poder soviético e mais a eletrificação", não apenas revela uma compreensão superficial, tecnológica, de emancipação social, como também reflete uma contradição insuperável naquela época: os "trabalhadores" como tais não podem "dominar" porque para isso

* Entremetido, essa opção voltou a ser seriamente apresentável e discutível entre os "críticos das forças produtivas" fundamentalistas dos círculos verdes, ainda que naturalmente como produto ideológico de terceira categoria, somente explicável pela grande distância histórica de tais condições que torna possível sua glorificação. Para o movimento operário e os bolcheviques de 1917, que ainda as tinham claramente diante de seus olhos, estava absolutamente fora de cogitação, e com toda razão, tal opção absurda, reacionária e profundamente antiemancipatória.

não dispõem de nenhum fundo de tempo social e porque, para poder "dominar", é preciso primeiro parar de "trabalhar"; mas, se isso fosse possível, a "dominação" nem seria mais necessária, tornando-se absolutamente supérflua no sentido social. O "domínio da classe trabalhadora", independentemente de seu sinal ideológico, somente podia transformar-se, portanto, numa ditadura de modernização burguesa e jacobina. Como ironia do destino, e em oposição a todas as lendas da extrema esquerda, a revolução proletária não aconteceu no Ocidente justamente porque este já estava mais desenvolvido e nem precisava dela para fazer o próximo passo da modernização burguesa.

Os comunistas ("leninistas") e os social-democratas ocidentais, os irmãos inimigos do antigo movimento operário, não apenas eram unânimes em sua compreensão básica ideológica, restrita à sociedade de trabalho, da socialização, senão também idênticos em sua função histórica como forças burguesas, representantes da sociedade de trabalho, da modernização. No Ocidente, bastava para essa tarefa a social-democracia e sua política, enquanto o atraso relativo do desenvolvimento na Rússia exigia meios mais radicais. Apenas dessa forma explica-se o cisma, do mesmo modo que a triste "reunificação" atual da social-democracia global, prestes a reconhecer sua identidade, se explica pelo fato de esse modelo ter-se tornado historicamente supérfluo, já que a história da modernização burguesa está entrando em sua crise final.

De certo modo, os mencheviques social-democratas ficaram

* Por enquanto, essa reunificação social-democrática realiza-se na forma de um regresso arrependido do filho pródigo comunista-leninista: em toda a Europa oriental, as estrelas vermelhas, símbolos de martelo e foice etc. estão sendo removidos, e os partidos do socialismo de caserna estão prontamente trocando de nome, chamando-se "socialistas" e "social-democratas"; o exemplo mais grotesco é o do SED, que historicamente foi formado mediante o casamento forçado entre os social-democratas e os comunistas e que agora, como Partido do Socialismo Democrático, quer chegar posteriormente a um casamento por amor mediante um salto mortal ideológico. Esse fenômeno fantasmagórico evaporar-se-á à medida que também no Ocidente a função de modernização da social-democracia e a propaganda de assimilação social acabará numa crise evidente. O "modelo sueco", por exemplo, que é tratado como perspectiva por ingênuos ex-leninistas convertidos, já está agonizando em sua terra natal.

com a razão no que se refere ao caráter “objetivamente burguês” da revolução a ser realizada na Rússia, e até muito mais do que podiam imaginar, mas naturalmente apenas no sentido lógico, e não no histórico e empírico. Pois na Rússia, a tarefa da modernização burguesa não podia ser realizada pelo portador social ao qual “cabia”, para empregar a terminologia sociologista, isto é, pela “burguesia liberal”, que na história da revolução russa desempenhava apenas um papel marginal. Somente um partido radical de trabalhadores, rigidamente distanciado do capitalismo ocidental, era capaz de iniciar, nessas condições, um desenvolvimento capitalista *recuperador*.

Assim, os bocheviques ficaram “praticamente” com a razão, tendo que se iludir, porém, ideologicamente, quanto ao verdadeiro conteúdo de sua revolução, devido à ilusão de Lenin sobre a primazia da política. Desejava-se que a vontade política do partido substituísse a supressão praticamente impossível do trabalho abstrato. Dessa maneira, podia ficar sistematicamente oculta a identidade interna de “capital” e “trabalho”, isto é, a permutabilidade dos portadores sociais e institucionais dessas “máscaras de caráter” (Marx) do sistema produtor de mercadorias apenas superficialmente opostas, ao aparecerem no mercado. Com isso, o comunismo transformou-se numa ideologia legitimadora “proletária” da modernização coativa burguesa recuperadora.

De fato, os oradores fúnebres de Lenin, qualquer que seja sua tendência, deixam de reconhecer a essência histórica da Revolução de Outubro justamente por compartilharem a ilusão de Lenin, projetando, portanto, alternativas ao passado, como se estas tivessem dependido apenas da decisão “certa” ou “errada” dos sujeitos atuantes. Mas a libertação das leis coativas da formamercadoria, isto é, a supressão de uma condicionalidade cega que se encontra fora do alcance dos sujeitos, está também, por sua vez, condicionada. Por isso, os reformadores da história esquerdistas e radical-democráticos propõem-se necessariamente a tarefa errada até hoje. Quem exige, à maneira iluminista e sem considerar a situação histórica, a abstrata “autonomia da ação”, “autonomia administrativa”, “democracia de base” etc., sem se-

quer tocar conceitualmente na estrutura básica fetichista do sistema produtor de mercadorias, está ainda querendo fazer valer, contra a realidade burguesa, o céu das idéias burguesas de liberdade, igualdade e fraternidade. Desde os dias da Revolução Francesa, esse *evergreen* da ilusão burguesa sobre o sujeito não perdeu nada de seu encanto, sendo por isso cantarolado até hoje*

O problema do orientalismo

Não muito melhor do que os iluministas tardios da extrema esquerda ou da burguesia esquerdista — que estão censurando, sem fundamento, o bolchevismo por não ter realizado os ideais burgueses tal como não os realizou a própria burguesia — estão se saindo aqueles críticos complementares que procuram explicar o estatismo bolchevista pela “tradição asiática”, pelos elementos despóticos asiáticos do czarismo e de sua herança social (Dutschke, 1974; Bahro, 1974, entre outros). Assim suprimem-se e ocultam-se precisamente as raízes e os elementos estatistas e despóticos do próprio pensamento democrático e iluminista e de sua base social e desfazem-se, talvez sem querer, os vestígios históricos do sistema produtor de mercadorias ocidental.

Somente um pensamento analógico muito superficial pode misturar o despotismo asiático com um regime de modernização baseado na economia de guerra, que na verdade foi copiado do Ocidente e cujo modelo não foi Ivã, o Terrível, mas sim os muito mais terríveis correios alemães. Naturalmente é fácil resumir todos os fenômenos despóticos da história universal em um único conceito superior formal e vazio; desse modo, também pode-se equi-

* O tratamento da história na forma de crítica do passado, que por motivos incompreensíveis fez mal o que poderia ter feito muito melhor, é um traço típico do pensamento iluminista, do mesmo modo que a medição do passado em princípios racionais abstratos, sem refletir a história da constituição destes. Esse pensamento pressupõe sempre um sujeito burguês e o projeta para dentro dos acontecimentos históricos, pelo menos da modernidade, sem perceber que toda essa modernidade representa a época de constituição dessa forma de subjetividade.

parar o bolchevismo ao império dos faraós — e até isso foi feito, por exemplo, por um anarquismo distinto que critica as forças produtivas e que constitui a base do *Mitos da máquina*, de Lewis Mumford (1974). Mas com isso não compreendemos nenhuma formação social real dentro da história concreta de sua condicionabilidade e constituição. Os fundamentos sociais do despotismo asiático são completamente diferentes daqueles do sistema produtor de mercadorias e absolutamente incompatíveis com este. Uma produção de subsistência agrária e a exploração desta por um povo dominante despoticamente centralizado, culturas baseadas em irrigação com economia não monetária, “sociedades hidráulicas” (Wittfogel, 1977 [1957]) com uma burocracia administrativa despoticamente dominada não estabelecem mercadoria e dinheiro como nexos básicos sociais. O estatismo da modernidade, ao contrário, por mais que apresente, em determinadas fases de desenvolvimento do sistema produtor de mercadorias, certas analogias formais com o despotismo oriental, é um elemento constitutivo do indivíduo abstratamente livre, mas que tem forma de mercadoria e cuja verdadeira heteronomia interna não resulta da “arbitrariedade burocrática”, mas sim das leis coativas e sem sujeito da forma-mercadoria e do dinheiro.

Se nas economias de guerra do Império Alemão e dos outros Estados imperialistas do sistema produtor de mercadorias, do mesmo modo que nas economias de guerra da Segunda Guerra Mundial, o estatismo da época mercantilista e da revolução da modernidade primitiva reaparece em nova forma e num nível de desenvolvimento superior, se tanto pelos críticos liberais quanto pelos críticos esquerdistas a correspondente “burocracia capitalista”, o “mundo administrado” etc. são deplorados como qualidades estruturais negativas, não se oculta atrás desses fenômenos nenhum burocratismo autóctone de proveniência despótica, mas sim a consequência da própria liberdade democrática, a adminis-

* Também Wittfogel tenta transformar seu exame das “sociedades hidráulicas” do despotismo oriental numa crítica do bolchevismo e da sociedade soviética; sob esse aspecto, sua tentativa é tão inútil quanto todas as demais, pois parte dos mesmos pressupostos não questionados, ocidentais e democráticos, do sistema produtor de mercadorias.

tração do automovimento do dinheiro, a qual obedece a necessidades objetivas, e a execução (talvez lamentada) das sentenças pronunciadas por esse caráter normativo da "segunda natureza".

Sendo assim, o estatismo despótico da sociedade soviética em desenvolvimento dirigiu-se precisamente *contra* os fundamentos econômicos e sociais do despotismo oriental inerentes à herança do império czarista; as observações repetidas sem cessar por Lenin de que se tratava de aprender com a cultura, ciência, administração etc. burguesas do Ocidente, e de adotar suas formas, não apenas se harmonizam com a função de modernização burguesa da Revolução de Outubro, mas também com as formas estatistas. Os restos do orientalismo foram destruídos e modificados com os mesmos meios estatistas da introdução de uma sociedade moderna, baseada na forma-mercadoria, que os produtos da decomposição da sociedade feudal, por parte do estatismo da modernidade ocidental primitiva:

Enquanto na Alemanha a revolução ainda retarda seu "nascimento", nossa tarefa é aprender com o capitalismo estatal dos alemães e adotá-lo *com toda força*, não hesitar em aplicar qualquer método ditatorial que possa acelerar essa adoção, do mesmo modo que Pedro acelerou a adoção da cultura ocidental pela Rússia bárbara sem hesitar em aplicar métodos bárbaros na luta contra o barbarismo. [Lenin, 1978 (1918), p. 333]

Essa frase do artigo já mencionado, *Sobre o infantilismo "esquerdista" e o espírito pequeno-burguês*, reflete a verdadeira natureza da Revolução de Outubro muito mais do que quer admitir. Pois do mesmo modo que, já antes da Revolução Francesa, os príncipes e monarcas absolutos tinham incentivado a destruição do modo de produção feudal e do poder da nobreza, desenvolvimento cujas vítimas tinham que ser, por fim, eles próprios, assim também os czares "modernizadores" já tinham posto em movimento desenvolvimentos contra o orientalismo e rápido e decapitado os aristocratas; do mesmo modo que a Revolução Francesa adotou e desenvolveu o estatismo mercantilista, a

Revolução de Outubro fez o mesmo com os elementos já existentes não do despotismo oriental, mas de intervenções estatistas empreendidas na modernidade primitiva, na área da expansão da produção de mercadorias, que teve início já nos projetos czaristas de industrialização. Somente um pensamento preso ao sociologismo e que considera tudo do ponto de vista das "classes" pode deixar de reconhecer essa identidade do processo em que se desenvolvem as formas da modernidade e que passa por várias fases, "sistemas de dominação", formas estatais e "lutas de classes".

A referência ao despotismo oriental nada mais é, portanto, do que uma manobra de diversão em que desaparecem os vestígios sangrentos próprios da democracia ocidental. A violência especial da modernização burguesa soviética explica-se pelo fato de que nela se concentrou, numa aceleração incrível, uma época de duzentos anos: mercantilismo e Revolução Francesa, processo de industrialização e economia de guerra imperialista em um só passo. Não é de admirar que nessa sociedade a militarização penetrou até os poros, que ela elevou não apenas o "capitalismo estatal" da economia de guerra alemã, mas também as virtudes militares prussianas, disciplina e obediência, a um ideal que pode virar instrumento, revestido de uma ideologia legitimadora supostamente contrária, ou seja, "proletária".

A qualidade capitalista da "acumulação primitiva socialista"

Se sob o regime stalinista foi estabelecida temporariamente a bagatela de uma pena de morte por simples atrasos, para forçar o adestramento das massas agrárias da Rússia, que não estavam acostumadas com as necessidades objetivas da disciplina fabril, isso constitui não apenas uma continuação direta da "militarização da economia" de Trotski, do período da guerra civil, como também um reflexo do processo violento de modernização de uma *acumulação primitiva* de capital, tal como Marx já a descrevera,

com qualidades bem semelhantes, para a Inglaterra da industrialização. Hoje, vistas com outros olhos, parecem chocantes e grotescas as tentativas de legitimação ideológica, incrivelmente forçadas e tortas, com as quais também os marxistas supostamente críticos (tanto da União Soviética quanto do Ocidente) procuravam salvar como alternativa "socialista" a acumulação violentamente iniciada de trabalho morto.

Naturalmente só conseguiram isso por vincularem a transcendência pós-burguesa não às formas básicas da reprodução social, mas ao aparecimento daquele "proletariado" mistificado. Já Preobrachenski, mais tarde condenado e executado como "trotskista", tinha criado o conceito logicamente absurdo da "acumulação primitiva socialista" (Preobrachenski, 1971 [1926]). No entanto, também os marxistas opositoristas ocidentais justificaram ainda durante muito tempo após a Segunda Guerra Mundial as formas de repressão mais horrorosas da acumulação de capital primitiva em nome do proletariado metafísico, contra o empírico:

Mas a ditadura proletária continua sendo necessária para a classe trabalhadora mesmo na fase do "socialismo", enquanto na própria classe trabalhadora predominam as convicções e os hábitos tradicionais do capitalismo, enquanto o novo modo de pensar e de agir, socialista e coletivista, não penetrou na carne e no osso das massas trabalhadoras e tornou-se decisivo. Por isso, neste momento histórico, não podemos prescindir, nem frente à própria classe trabalhadora nem frente às outras classes ativas, de violência, de meios coativos, da ditadura proletária. [Brandler, 1982 (1950), pp. 48 ss.]

Observações como essa, do comunista alemão Heinrich Brandler (chefe do Partido Comunista Alemão nos inícios dos anos 20,

* Acumulação de quê? — deveriam ter perguntado aqui imediatamente. De capital, naturalmente, mas isso não parece ter causado nenhuma dor de cabeça aos marxistas. "Acumulação primitiva socialista de capital", um conceito tão absurdo, indica claramente que o "capital" é, portanto, a forma fetichista, objetivada do metabolismo entre os homens e a natureza é considerada uma coisa neutra e não específica de determinadas formações, à qual se podem referir tanto os "capitalistas" quanto o "proletariado" cada vez de maneira supostamente contrária.

mais tarde expulso como opositorista), mostram a intensidade com que o pensamento do movimento operário, preso ao fetiche do capital, encontrava-se até o último momento, também no Ocidente, completamente dentro da tradição estatista burguesa, desde a modernidade primitiva. Para tais cérebros, o "socialismo" era idêntico ao "bom Estado" coletivista no sentido de Fichte. Com isso, a crítica da economia política de Marx ficou virada de cabeça para baixo. Somente nesse clima ideológico tradicional, na Alemanha fortemente influenciado por Lassalle, o *ethos* protestante a ser imposto forçadamente podia ainda ser apreçoado como ideal do futuro, podendo-se assim defender quase toda medida de terror da acumulação primitiva na União Soviética como necessidade supostamente pós-capitalista.

Os problemas de uma modernização burguesa recuperadora eram simplesmente definidos como "problemas do socialismo real", até o colapso atual dessa ilusão histórica. Lida corretamente e despidida de sua mistificação ideológica, fica muito clara a tarefa inevitavelmente imposta à União Soviética e sempre inequivocamente formulada por Stalin, como, por exemplo, no mal-afamado livro didático *História do PCUS (B)*:

Naturalmente novas construções tão grandes exigiam investimentos milionários. [...] Mas naquela época, nosso país não era nada rico. Esta era uma das dificuldades principais. Os países capitalistas costumavam construir sua indústria pesada por meio de recursos provenientes de fontes estrangeiras: com a exploração de colônias, com contribuições de povos derrotados, com empréstimos no exterior. Por princípio, o país soviético não podia servir-se de fontes tão sujas como a exploração de povos coloniais ou derrotados, para conseguir os recursos para a industrialização. Quanto aos empréstimos no exterior, essa fonte era inacessível para a União Soviética, já que os países capitalistas recusavam qualquer empréstimo. Tínhamos que encontrar os recursos dentro do país. [Stalin, 1938, pp. 340 ss.]

Enquanto não se trata da "construção do socialismo", mas

sim da construção recuperadora do *capitalismo*, Stalin tem toda razão. Pelo menos uma parte dos recursos para a histórica acumulação primitiva da Europa ocidental foi obtida mediante a expansão colonial desde o século XVI (sem esquecer a enorme quantidade de ouro roubado na América do Sul). Essas possibilidades realmente não existiam mais para a União Soviética. Mas, se o capital monetário exigido tinha que ser obtido exclusivamente “dentro do país”, isso significava que o “material humano” do próprio “país” tinha que ser explorado sem piedade e transformado rigorosamente em produtores de riqueza abstrata, isto é, em produtores de dinheiro ou mais-valia.

Não apenas a ausência de recursos estrangeiros reforçava a pressão da acumulação, como também o caráter recuperador de todo o processo, que também exigia recursos iniciais muito maiores do que a acumulação primitiva histórica no Ocidente. Compreende-se facilmente que nessa constelação específica o estatismo tinha que desempenhar um papel muito mais importante do que no Ocidente. O que os observadores burgueses sempre tinham considerado um elemento do “socialismo”, o que já Fichte tinha proclamado como “Estado racional”, tinha que se tornar realidade. Também nesse ponto, a manifestação de Stalin é inequívoca:

E na União Soviética foram encontrados esses recursos. Na União Soviética foram encontradas fontes da acumulação que não conhece nenhum Estado capitalista. O Estado soviético dispunha de todas as empresas e terras que a Revolução Socialista de Outubro tirou aos capitalistas e latifundiários, dos meios de transporte, dos bancos e do comércio interior e exterior. Os lucros das fábricas e empresas estatais, do sistema de transporte, do comércio, dos bancos não eram mais usados para o consumo por parte da classe parasitária dos capitalistas, mas sim para a ampliação da indústria. [...] De todas essas fontes de renda dispunha o Estado soviético. Podiam render centenas de milhões e até bilhões de rublos para a criação da indústria pesada. [Stalin, l.c., p. 341]

Em plena inocência e ingenuidade teórica Stalin descreve

aqui a lógica da acumulação do sistema produtor de mercadorias, que além de todas as necessidades e qualidades concretas produz "lucros" abstratos na forma encarnada do dinheiro. "Pouco dinheiro" é transformado, mediante seu automovimento e por meio de processos econômicos que o utilizam em empresas, em "mais dinheiro", o que sob a direção do Estado (porque a "classe parasitária" dos antigos "capitalistas" foi expropriada) já não parece ser capitalismo. O "capitalismo estatal", conceito que já Lenin definiu sem nitidez e que o "socialismo" delimitou sem exatidão, confunde-se com a concepção do socialismo do antigo movimento operário na existência real de um regime de acumulação estatista.

O congelamento do estatismo e a militarização da sociedade

Sob as condições iniciais modificadas do início do século XX, o estatismo de modernização bolchevista tinha que distinguir-se essencialmente dos fenômenos comparáveis da história da Europa ocidental, e isso sobretudo em um ponto: o ciclo estatista já não podia revezar-se com outro monetarista, o mencionado movimento ondulatório no processo contraditório da modernidade burguesa não podia ter lugar na União Soviética. O caráter especial, *recuperador*, de um processo capitalista básico exigia um regime que tinha que ser mais absolutista que o absolutismo e ter uma economia de guerra mais acentuada do que na própria situação de guerra. A ideologia do *ethos* de trabalho "protestante", a militarização da sociedade e a economia de comando estatista de um mercado "planejado" petrificaram-se, o verniz que se passara por cima da reprodução social solidificou-se e tornou-se a mortalha de todo progresso a longo prazo.

Aconteceu que a época do nascimento e da ascensão da União Soviética à segunda potência mundial era também no Ocidente um período do estatismo: as economias de guerra das duas guerras mundiais (que serviam de modelo para a "nova economia" bolchevista), as intervenções estatais até então nunca vistas

na reprodução "normal" do capital, durante a crise econômica mundial, a economia planejada do fascismo alemão nos anos 30, o triunfo do keynesianismo na ciência econômica e a constituição ideológica de um paradigma do Estado social faziam os contemporâneos pensar que o estatismo soviético, particularmente rigoroso e conseqüente, era apenas uma pequena amostra de um processo social universal e definitivo.

De qualquer maneira, sempre compreendeu-se, em toda a história da modernidade, a tendência estatista, qualquer que seja seu fundo social ou ideológico, não como elemento integrante do processo capitalista, mas como pólo oposto deste e como potência que eventualmente pudesse suprimi-lo. Parecia ter chegado a hora dessa supressão, mesmo aos olhos daqueles que não conseguiram aprová-la. Enquanto os marxistas tradicionais em conjunto, apesar de suas divergências políticas, de Hilferding até Lenin, viam na tendência estatista a "preparação imediata do socialismo", os críticos da burocracia e do "totalitarismo", como Horkheimer e Adorno, viam esse mesmo desenvolvimento de forma contrária, como "supressão mal-feita das contradições capitalistas", sobre o fundamento do próprio capital. O "Estado autoritário" total (Horkheimer, 1972 [1942]) parecia ser a tendência geral na qual estava congelando toda a modernidade.

No entanto, essa visão estava obcecada pelo caráter imediato do fenômeno histórico, do mesmo modo que, por outro lado, estava marcada positiva ou negativamente pelas tradições da reflexão burguesa imanente desde o "Estado mercantil fechado" de Fichte. Na verdade, o estatismo não podia ser, de modo algum, a última palavra da modernidade; também no século XX ele não passou de uma mera fase transitória do processo contraditório capitalista que não pode ser suprimido a partir de seus próprios fundamentos. De fato, as economias de guerra e os outros fenômenos do estatismo moderno não podiam criar no Ocidente raízes tão profundas quanto na União Soviética. A autonomia dos processos no mercado nunca foi sujeita completamente ao comando estatal, a relação entre Estado e mercado nunca chegou a congelar. Já no período entre as guerras diminuíram as interven-

ções estatistas, e o paradigma keynesiano compreendeu o Estado expressamente como mero elemento auxiliar na regulamentação do mercado e não como sujeito de comando, superior a este.

Era de prever, portanto, que o reconhecimento já habitual do dinheiro e de sua estrutura de automovimento no Ocidente conduziria necessariamente a uma nova virada. Depois da Segunda Guerra Mundial iniciou-se uma nova ascensão do paradigma monetarista em várias etapas, do ponto de vista econômico-teórico um longo *roll-back* do neoliberalismo. Desde o Ludwig Erhard — já figura simbólica — do “milagre econômico”, baseado na economia de mercado e de concorrência, e de sua “economia social de mercado”, até a filosofia de crise militante já quase anti-social de um monetarismo explícito atual, aperfeiçoado nas doutrinas político-sociais práticas do thatcherismo e das *reagano-mics*, a tendência estatista, mesmo a simplesmente keynesiana, tornou-se cada vez mais fraca e desamparada.

Mas o “Estado autoritário” não foi capaz de suprimir em seu movimento universal a contradição interna do capital que termina numa crise, e tampouco o foi (e continua sendo) a nova virada monetarista. Pois esse rodeio no processo da modernidade burguesa já é uma reação a novos fenômenos de crise que o estatismo recuante não pôde superar, e também ele terá seu fim e provocará um contra-ataque estatista à medida que a nova crise mundial se intensifica e a tendência monetarista tiver que revelar suas deficiências específicas ao tentar superá-la. Quanto mais a moderna sociedade do trabalho abstrato se aproxima de seus limites econômicos e ecológicos, tanto mais rápida e desesperadamente tem que se realizar o revezamento, tanto mais curtas ficam as ondas de estatismo e monetarismo.

Mas é precisamente essa flexibilidade saltitante nas formas sociais de reação, essa capacidade de mudar de posição no processo irremediável da contradição capitalista, que protela o fim, que prolonga a vida do capital e produz a forma em que percorre a crise, com momentos de superação. O capital apenas externamente controlado pelo estatismo nas economias de guerra petrificadas do socialismo real, porém, não possui essa capacidade. A

realização do "Estado racional" burguês mercantilista e a eternização da economia de guerra tinham que transformar-se, de uma máquina de desenvolvimento recuperador, em um depósito de ferro-velho onde joga-se a estagnação incapaz de reagir. A crise das sociedades do dispêndio de força de trabalho abstrato recai de forma inclemente em primeiro lugar e mais sensivelmente sobre as partes mais imóveis, congeladas no estatismo, do sistema mundial produtor de mercadorias.

Esse colapso manifesta-se de forma mais trágica na periferia ocidental da União Soviética, e aqui particularmente na parte oriental da Alemanha. Pois nessas regiões a estatização total do capital, desde o princípio, não podia sequer justificar-se pela relativa racionalidade histórica de uma constituição recuperadora de modernas sociedades burguesas; pelo menos a Alemanha e a Tchecoslováquia (e em parte também a Hungria e a Polônia) já tinham alcançado antes, mais ou menos, esse estado, em todo caso até o ponto no qual o processo de modernização do capital poderia então ter continuado sobre os seus próprios fundamentos. A incorporação coativa dessas sociedades à esfera do estatismo soviético foi, portanto, desde o início, historicamente reacionária e contraprodutiva, o que testemunha claramente a longa série de revoltas populares e movimentos de massas desde os anos 50.*

Particularmente na República Democrática Alemã, no entanto, este estatismo neomercantilista e de economia de guerra podia apoiar-se em certa tradição espiritual. Pois no desenvolvimento ocidental interno, entre todas as outras sociedades burguesas modernas, a sociedade alemã tinha sido ela própria, por assim dizer, a recuperadora, e o elemento estatista do capital mostrara-se aqui correspondentemente forte. Não foi por acaso que a economia de guerra do Império Alemão era a mais acentuada, cha-

* Também a esse respeito, o marxismo ocidental e supostamente crítico produziu, em grande parte, nada além de apologia, ressaltando, por exemplo, o "antifascismo" daquelas ordens coativas e regimes de comando estatistas, que hoje revela sua superficialidade vergonhosa. Em geral, um "antifascismo" não praticado e fácil após a Segunda Guerra Mundial tem que servir de recipiente não conceitualmente determinado para muitos fenômenos e desenvolvimentos não compreendidos e reprimidos.

mando por isso a atenção especial dos bolcheviques, e também não foi por acaso que a economia planejada fascista da Alemanha, entre todos os países ocidentais, foi a que mais se aproximava do "Estado racional" e do "mercado planejado" de Fichte. O regime de proveniência bolchevista violentamente instalado, que brotara do processo da criação recuperadora de uma sociedade burguesa, encontrou, portanto, na Alemanha, vestígios espirituais atenuados de uma tradição análoga, marcada pela modernidade primitiva.

Esse regime de afáveis burocratas operários, "tipicamente alemão", mas instalado do lado de fora e contratado por uma potência protetora, sentado tão inconfortavelmente sobre as baionetas, somente podia referir-se — uma ironia diretamente fantástica da história — a elementos, tradições e estruturas de pensamento análogos na própria sociedade, procurando mobilizar para si, a despeito da retórica constantemente cantarolada de revolução e progresso, que parecia sempre mecânica e de pouca credibilidade, precisamente os conteúdos reacionários, prussianos, imperiais (e em alguns pontos, até os fascistas) do passado: o passo de ganso do exército popular nacional simbolizava mais do que uma simples herança militar.

Aqui uniam-se o estatismo bolchevista e o prussiano, os produtos de desenvolvimentos recuperadores do capital de épocas diferentes, penetrando os poros da sociedade até formar um conglomerado particularmente repugnante. Surgiu assim uma mistura de correios alemães, acampamento de escoteiros permanente, desde o berço até a sepultura, e economia de comando militarizada. Se a União Soviética já precisava ter uma economia de guerra mais acentuada do que na própria situação de guerra, a RDA tornou-se agora mais soviética do que os soviets e, precisamente por isso, mais prussiana do que os prussianos. Economia em passo de ganso e socialismo de caserna produziram na RDA um fenômeno extraviado na evolução da modernização capitalista que na biologia deveria ser chamado de pesadelo darwiniano.

Tanto mais assustadora apresenta-se a perspectiva de uma reunificação das duas Alemanhas; não apenas porque assim poderia nascer um superestatismo nacional, como também porque

as partes não combinam absolutamente uma com a outra, podendo sua fusão, já em virtude da distância histórica entre seus estados atuais, somente manifestar-se na forma de uma crise. A economia de guerra petrificada do capital de 1916, com suas estruturas imperiais antiquadas, vai ao encontro de uma sociedade do capitalismo tardio e monadista que faz parte do mercado mundial. Chocar-se-ão suas formas opostas de crise do sistema produtor de mercadorias. Esse processo merecerá antes o nome de um acidente histórico no período final da modernidade do que o de um casamento pomposo no início de uma nova era de prosperidade.

CONCORRÊNCIA E EMANCIPAÇÃO

Ilusão e fracasso da "abolição" da concorrência na sociedade de trabalho

Depois de tantas décadas, o esquema de interpretação estatista e orientado na economia de guerra marca o marxismo profundamente. A crítica fundamental de Marx ao sistema produtor de mercadorias foi reprimida ou esquecida. Por isso, no discurso sobre o colapso do socialismo real, o fundamento comum de ambos os sistemas, a sociedade de trabalho, aparece tão pouco quanto a determinação de suas formas básicas; o fossilizado sistema que se baseia na economia de guerra, com todas as suas deficiências, é somente medido em seu par ocidental, mais desenvolvido, e não numa crítica da reprodução em forma-mercadoria como tal.

Particularmente a esquerda, a caminho de seu Waterloo, cujo universo conceitual, até a extrema esquerda, origina-se na compreensão teórica da antiga social-democracia, destaca-se a esse respeito com falhas colossais. O absurdo lógico que desde sempre se esconde no conceito do "mercado planejado" fica agora óbvio, mas não obstante passa por outra desfiguração que ignora os fatos, por parte de uma ideologia que já se encontra no fim. Não confiamos nos nossos olhos e ouvidos quando, por exemplo, certos economistas da RDA, abruptamente interrompidos em sua la-

dainha há muito tempo ridícula de uma “economia política do socialismo”, põem-se a afirmar redondamente que aquilo que fracassou tenha sido uma “economia não monetária” (!) ou um “comunismo imediato” errôneo (Land *et alii*, 1990). Sistemáticamente, eles confundem e misturam a economia estatista de comando e de caserna, baseada na produção de mercadorias, com a reprodução social que não se baseia na forma-mercadoria, apesar de sempre terem existido todas as categorias básicas do sistema produtor de mercadorias; em vez de pôr criticamente a mira em sua existência, declaram-nas categorias não propriamente ditas e escamoteiam-nas às escondidas, para poderem cumprimentá-las depois com entusiasmo em sua forma supostamente nova (ocidental).*

Entretanto, quem fala de categorias de mercado “não propriamente ditas”, tratando agora simplesmente de fazê-las “propriamente ditas” e de instituí-las em seus direitos, nem sequer chegou a interpretar ideologicamente errado a inclinação alter-nante da consciência e da realidade burguesas ao estatismo e ao monetarismo. Já que agora é supostamente a vez do elemento monetarista, o estatista, que na verdade é complementar, é mais uma vez denunciado como “errado”, como estorvo do mercado “propriamente dito” e como prejudicial, o que fica particularmente cômico em pessoas que acabam de fanfarronar como marxistas convictos. Na verdade, também no Ocidente o elemento estatista está presente por toda parte, e dizem que os turistas acadêmicos em assuntos de economia de mercado, da Polônia e da RDA, quase se puseram a chorar ao conhecerem mais de perto, por exemplo, o sistema de agricultura da Comunidade Européia.

* A escuridão conceitual que reina na compreensão da crítica da economia política de Marx já é documentada pelo termo “economia não monetária”. Já nos debates sobre o socialismo depois do fim da Primeira Guerra Mundial confundia-se a ausência da forma-mercadoria com a “abolição do dinheiro” apenas externa: não se pretendia suprimir a lógica básica incompreendida do sistema produtor de mercadorias, mas realizá-la sob a direção do Estado como “economia não monetária”, em sua forma imediata e concreta, sem o “véu do dinheiro”. As raízes desse debate não se encontram na crítica da economia de Marx, mas na economia política burguesa, que até hoje discorda na questão de um “sistema de troca de mercadorias” ser ou não imaginável sem dinheiro — uma forma insípida de colocar o problema.

O estatismo como elemento integrante do sistema produtor de mercadorias reúne o socialismo real em dissolução e o Ocidente numa estrutura contínua da modernidade, em vez de constituir um desenvolvimento errôneo alheio e apenas externo. Do absolutismo iluminado ocidental até o atual Estado de crescimento estende-se essa continuidade, que inclui o socialismo real baseado na economia de guerra e cujo objetivo idêntico consiste em impor a sujeição das necessidades, finalidades e intenções humanas à riqueza nacional abstrata de um sistema produtor de mercadorias e ao aumento desta, em preparar os homens sistematicamente para esse fim que, como tal, não tem "sentido" algum.

Portanto não pode residir no estatismo, como tal, a diferença de sistemas tão comentada, nem em sua predominância temporária, pois por esta passou várias vezes também o Ocidente, mas unicamente no congelamento da ação recíproca com o elemento monetarista, formal e basicamente também presente. Este, porém, não consiste na simples existência de dinheiro, e sim na forma em que o dinheiro existe dentro de um sistema produtor de mercadorias, isto é, no contexto específico da modernidade. Aqui o dinheiro está vinculado ao mecanismo funcional da *concorrência*, e sobretudo nesta manifesta-se o que chamei de elemento monetarista.

É estranho que o socialismo real, seus ideólogos e apologistas sempre se orgulharam de terem eliminado esse mecanismo funcional. Na ideologia do antigo movimento operário, a concorrência figurava como algo puramente negativo: por um lado, por motivos morais, como princípio social-darwinista e destrutivo da "luta de todos contra todos", e por outro lado, por motivos econômicos, como aquela famosa "anarquia do mercado" que tinha que ser substituída por um "planejamento" racional. Essa crítica econômica, apoiada por considerações morais, do princípio da concorrência, não penetrou, no entanto, na base do sistema produtor de mercadorias, e sobretudo excluiu sistematicamente a questão da emancipação social daquela "classe trabalhadora" que, segundo Marx, deveria ter-se comportado no sentido de sua auto-supressão, enquanto o movimento operário marxista real, muito ao contrário, chegou à auto-afirmação conseqüente do "trabalhador".

Sem dúvida, revela-se aqui um dilema até hoje insuperado no centro da teoria de Marx. A afirmação do movimento operário, por parte de Marx, que nas expressões de movimento dos “trabalhadores”, “posição do trabalhador”, “posição de classe” etc. atravessa toda a sua obra, é na verdade inconciliável com sua própria crítica da economia política, que desmascara precisamente aquela classe trabalhadora não como categoria ontológica, mas sim como categoria social constituída, por sua vez, pelo capital. Do mesmo modo que se excluem a ontologia do trabalho e a crítica do trabalho abstrato, excluem-se também a “posição do trabalhador” e a crítica da vida do trabalhador.

Na verdade, Marx enfrentava duas lógicas históricas completamente diferentes, amalgamadas e em suas obras ainda não claramente distinguíveis: por um lado, a autoconscientização da mercadoria força de trabalho dentro do sistema produtor de mercadorias, a qual, por meio do movimento operário, conduziu à emancipação *capitalista* dos trabalhadores assalariados de todas as escórias feudais e patriarcais, isto é, a sua existência atual como mônadas-dinheiro e mônadas-cidadão democráticas; por outro lado, porém, o automovimento tautológico e sem sujeito do dinheiro e seu limite próprio, imanente.

Do ponto de vista da lógica de desenvolvimento apenas infra-histórica do sistema produtor de mercadorias, a “classe trabalhadora” não podia ser concebida no sentido de sua supressão efetiva. O conceito da emancipação social tinha que ficar preso dentro do sistema do trabalho abstrato e somente podia ser definido com as categorias deste, o que ressalta claramente no palavreado moralista sobre justiça social etc., tal como ainda hoje caracteriza a linguagem dos sindicatos que perdeu seu fervor primitivo. O elemento racional, mas hoje historicamente esgotado, dessa constelação na verdade não era nada mais do que a emancipação das massas *para* — e não *do* — trabalho assalariado moderno.

Mas precisamente por isso, esse ponto de vista não podia aparecer como crítica concreta do sistema produtor de mercadorias, mas tinha que permanecer no mais-ou-menos, com a tendência ao charlatanismo ético. A crítica apenas empírica, não lógica,

da vida do trabalhador implicava uma crítica igualmente imamente, restrita aos fenômenos empíricos negativos, da concorrência: entre ambos os elementos existia, portanto, um abismo lógico que não podia ser fechado por propostas concretas teóricas ou práticas, precisando ambos constantemente de muletas morais.

Nessa situação, tinha que cair uma sombra fatal sobre a crítica da concorrência. Pois, em princípio, a eliminação da concorrência não conduziu de modo algum à emancipação social.* Os trabalhadores continuavam sendo trabalhadores, sob o ditado da economia de mercado e de caserna do Leste muito mais do que na economia de concorrência do Oeste. Isso não escapou aos observadores críticos que não se comprometeram nem como ideólogos da guerra fria nem como apologistas esquerdistas, como sobretudo Adorno, Horkheimer e sua escola. A estes parecia que a lógica negativa da sociedade de trabalho e o estatismo do socialismo real e outros fenômenos estatistas análogos da época da guerra mundial tivessem se unido, também no Ocidente, de forma hermética no princípio racional "errado" do "totalitarismo", como se o comando estatista tivesse conseguido a supressão "errada" da contradição capitalista e o mecanismo funcional do trabalho abstrato se tivesse instalado para sempre como sistema sem atritos e retroalimentado:

Sob os jacobinos, o capitalismo estatal não passou dos inícios sangrentos. Mas o Termidor não acabou com a necessidade de praticá-lo. Esta fazia-se valer sempre de novo nas revoluções do século XIX. [...] E desde que em certa ocasião, na batalha de junho, as oficinas nacionais e o direito ao trabalho puderam ser suprimidos apenas mediante o desencadeamento dos generais, a

* Isso também revela-se no fato de que, nessa concepção do socialismo, os trabalhos exclusivamente subalternos, inferiores, sujos e/ou mecânicos não são abolidos, mas sim seus portadores "reconhecidos" como cidadãos e homens "equivalentes" aos demais, com a premissa de que todos os tipos de trabalho contribuiriam igualmente para a riqueza nacional e por isso seriam honrosos. Atrás do brilho desse palavrório moral oculta-se naturalmente também aqui a equivalência efetiva do trabalho abstrato e das múnadas que o realizam, como portadoras da mercadoria força de trabalho.

economia de mercado mostrou-se cada vez mais reacionária. [...] Sob as condições da grande indústria, lutaram para decidir quem ficaria com a herança da sociedade de concorrência. Tanto os dirigentes clarividentes quanto as massas perceberam que essa sociedade tinha acabado. [...] A forma mais conseqüente do Estado autoritário, liberada de toda dependência do capital privado, é o estatismo integral ou socialismo estatal. Intensifica a produção como somente o faz a transição do período mercantilista ao liberalista. [...] A circulação é abolida. [Horkheimer, 1972 (1942), pp. 20 ss.]

A referência ao passado mercantilista e jacobino do comando estatista sobre o mercado poderia muito bem ter levado Horkheimer a reconhecer que dessa maneira a concorrência (o elemento e motivo oposto, monetarista) não pode ser afastada da reprodução capitalista, que ela jamais tinha realmente acabado. Nesse ponto, Horkheimer permaneceu preso ao ponto de vista tradicional do marxismo do movimento operário (só com tendência negativa) e ao empirismo de sua época. Não vê toda a história da modernidade como processo contraditório do capital que historicamente agrava-se cada vez mais, insolúvel sobre seus próprios fundamentos, mas sim como ascensão lógica, unilateral, irrefreável do elemento estatista em direção ao totalitarismo, em que "a circulação é abolida".

Essa ilusão, porém, não é apenas irmã gêmea da idéia positiva de um possível "mercado planejado", como também de sua atual variação negativa, que compreende a aparente ausência da concorrência no "mercado planejado" como pura economia distribuidora estatista (economia não monetária, comunismo imediato), sem circulação alguma. Aqui manifesta-se mais uma vez aquela estranha cegueira teórica que confunde a existência não propriamente dita das categorias de mercado com a inexistência destas. De fato, a tentativa de planejar a circulação não significa, de modo algum, a mesma coisa que sua abolição.

A abolição efetiva da circulação, pela lógica, deveria ser idêntica à abolição do dinheiro e da instituição do mercado, como tal. Mas então, conseqüência igualmente lógica, acabaria também a

necessidade, e até a possibilidade, do Estado, pois este, no processo da modernidade, nada mais é que o elemento contraditório imanente do sistema produtor de mercadorias. Quem puder apenas imaginar de forma estatista a abolição da circulação, sem poder sair desse círculo lógico defeituoso, é refutado praticamente pelo fato de que junto com o Estado moderno aparecem sempre, sendo até desencadeados e impostos por este, o dinheiro e a circulação (e com estes, o mercado).

O Estado moderno é o recipiente institucional da riqueza nacional abstrata, para cuja acumulação sem sentido ele tem que reunir as necessidades e os impulsos humanos numa única vontade global exteriormente imposta. E a existência encarnada da riqueza abstrata, do trabalho morto que se multiplica, é precisamente o dinheiro, que por sua vez somente pode existir no contexto do mercado e da circulação. Se esse Estado quisesse mesmo abolir o dinheiro e a circulação, teria que destruir sua própria finalidade.

A divisão do trabalho e a produção de mercadorias na história

Tanto o mercado quanto o dinheiro e sua circulação surgiram historicamente como relação social extrínseca que servia para trocar os produtos de produtores individuais entre cujos processos de produção propriamente ditos não existia ligação alguma; do ponto de vista histórico, mercado e dinheiro nada mais são, portanto, que a expressão de uma divisão de trabalho relativamente pouco desenvolvida e ainda não universalmente engrenada. A interpretação habitual é justamente a contrária, mas então os critérios para a comparação podem ser tomados somente de sociedades primitivas cuja reprodução se realiza quase sem divisão do trabalho.*

* Existiam historicamente as exceções mencionadas por Marx, da sociedade indiana antiga e da sociedade dos incas, onde a divisão do trabalho para além dos fundamen-

Mas para reconhecer, em comparação ao desenvolvimento histórico primitivo das categorias do mercado e do dinheiro, as contradições lógicas do moderno sistema produtor de mercadorias, deve-se examinar, ao contrário, a divisão do trabalho na sociedade industrial moderna. De modo algum os sistemas com divisão de trabalho altamente desenvolvida têm por consequência "natural" a expansão e generalização correspondente da forma-mercadoria e forma-dinheiro. Tal idéia pressupõe uma identidade direta da divisão social do trabalho e da forma-mercadoria, que na verdade não existe. Se entre os povos primitivos não existem categorias de mercadoria porque sua divisão de trabalho ainda está pouco desenvolvida, essas categorias existem, ao contrário, dentro da civilização simplesmente porque o sistema de divisão do trabalho somente chegou a estabelecer formas básicas relativamente grosseiras.

Sem dúvida, já se pode falar nessa fase de certa socialização; trata-se, porém, de formas de socialização ainda embrionárias e extrínsecas, posteriormente estabelecidas mediante a "troca" e subordinadas a relações de dependência e apropriação "primitivas" (sistemas escravocratas e feudais). As produções reais, pelo menos em parte, já dependem uma da outra, mas ainda não estão reciprocamente engrenadas nem ligadas a agregados logísticos sociais globais. Mas, logo que no processo da modernidade a divisão do trabalho transgride definitivamente essas estruturas primitivas, logo que as produções industriais, em escala crescente, estão diretamente engrenadas, soldando-se num sistema global imediato, alimentado por agregados sociais globais como ciências, educação etc., logo que, portanto, nasce um entrelaçamento universal, o sistema de divisão do trabalho deixa de corresponder, em seus aspectos "materiais", "técnicos" e de "conteúdo", às catego-

tos da sociedade primitiva não produziu as categorias da mercadoria e do dinheiro; ali a união social devia-se evidentemente a instituições religiosas que nada têm em comum com o Estado moderno. Esses desvios do desenvolvimento social humano podem dificilmente ser reclamados como perspectiva civilizatória perdida ou "totalmente diferente"; parecem ter produzido, ao contrário, uma divisão de trabalho apenas em nível muito baixo (os incas, por exemplo, nem conheciam a roda). Nesse sentido, trata-se de exceções que apenas confirmam a regra.

rias primitivas do mercado e do dinheiro. Essas categorias foram sobrepujadas. Pois a divisão do trabalho uniu as produções reais (e nisso consiste o lado “material” do processo da modernidade) num sistema de socialização *direta*, enquanto o mercado e o dinheiro são expressão da socialização *indireta*, apenas posteriormente imposta, das produções reais, sobre a base de sistemas de divisão do trabalho simples e pouco desenvolvidos, existentes entre produtores individuais isolados. Como conseqüência lógica, a existência ulterior do mercado e do dinheiro, muito longe de ser expressão das novas formas superiores da divisão do trabalho, novas sob aspectos materiais e de conteúdo, entra numa contradição irreconciliável com estas últimas.

A progressiva socialização direta das produções reais acontece, portanto, paralelamente à generalização precisamente das categorias formais de uma socialização indireta e posteriormente imposta, isto é, as da mercadoria e do dinheiro. Nisso consiste a absurda contradição básica da modernidade. A reprodução social vira-se contra seu conteúdo, o dinheiro, que passou a trazer seu fim em si mesmo, contra o mundo sensível e concreto. Somente sobre essa base pode nascer a concorrência como necessidade lógica e princípio impulsor do sistema produtor de mercadorias. Os produtos, em seu contexto social, já não representam aquilo que realmente são no sentido material-sensível; sua produção é, na verdade, produção de mais-valia. Sem dúvida, a troca no mercado continua apresentando-se como compra e venda de bens necessários concretos, sendo, porém, em seu contexto social efetivo apenas a realização da mais-valia encarnada nos bens, a transformação em sua forma verdadeira, a de dinheiro. Os bens de uso são degradados a um mero estado transitório no processo de mudança de forma do valor econômico abstrato. A concorrência é apenas a forma na qual esse automovimento do dinheiro impõe-se aos sujeitos como “lei coativa” externa (Marx), provocando assim uma dinamização social cujo caráter contraditório se explica pela relação entre produção e circulação dentro de um sistema produtor de mercadorias.

A concorrência como processo de dinamização histórico

O dinheiro representa a abstração real social, é a encarnação do trabalho abstrato por excelência, totalmente desvinculado do conteúdo concreto da produção. Como essa abstração real, o dinheiro é a *coisa diretamente social*, do mesmo modo que, por outro lado, a produção penetrada pelas ciências e universalmente engrenada, sob aspectos materiais e de conteúdo, se torna diretamente social, enquanto os próprios homens permanecem num estado *não social*, flutuando como mônadas-dinheiro na superfície da situação de socialização em que se encontram e que se apresenta a eles nos fenômenos materiais de forma estranha e extrínseca. O caráter social do dinheiro, porém, que como quantia global representa a riqueza nacional, implica sua "liquidez" universal, em oposição ao pesado mundo real dos bens materiais.

Uma vez que o objetivo final de todo o processo já não é a mediação de bens concretos, mas sim a transformação de dinheiro em (mais) dinheiro, surge uma estranha tensão e incongruência entre a produção da mais-valia e sua realização na esfera da circulação. Como quantia de dinheiro, a riqueza abstrata, em sua última encarnação, já é um fenômeno social global, e com isso também a mais-valia. Em sua forma apenas transitória de produtos concretos, por outro lado, ela é ainda particular, não social, "inacabada".

Dessa tensão entre os diferentes estados de agregação da mais-valia nasce a *concorrência*, como luta entre as unidades empresariais particulares pela realização da mais-valia. Enquanto o sapateiro, na época das corporações com seus métodos de produção e preços rigorosamente fixados, tinha ainda a garantia de uma fixação análoga entre os padeiros, açougueiros etc., podendo ele, por isso, contar com uma mediação quase sem dificuldades dos bens de uso, ainda que inflexível e permanecendo em seu nível uma vez estabelecido, o sistema da mercadoria moderna já não tem a oferecer tais garantias e fixações.

A unidade empresarial individual não recebe aquela quantia de mais-valia que incorporou, ela mesma e particularmente, a seus

bens produzidos, como quantidade de horas e minutos de trabalho abstrato despendido. Pois não se trata mais de produzir sapatos, pão e carne, em proporções fixas, para a mediação no mercado, mas os bens de uso são atirados no dinâmico processo de automovimento do dinheiro. Por isso, a unidade empresarial não pode "trocar" pela quantia correspondente de dinheiro "sua" mais-valia, em forma de bens de uso, tal como o sapateiro trocava seus sapatos por pão e carne; ao contrário, tem que "lutar", na esfera da circulação, mediante a venda de seus produtos num mercado, por uma participação na forma-dinheiro social global da mais-valia (nascida de abstratos processos passados de exploração de trabalho vivo), mercado que, devido à mudança de sua finalidade, já não pode ser inflexível e garantido.

Portanto separam-se, lógica e praticamente, a produção e a apropriação da mais-valia: como particularidade do produto e universalidade do dinheiro, como incongruência da forma material, de valor de uso, e da forma abstrata, de dinheiro, da mais-valia. Mas precisamente essa incongruência torna-se a força motriz de todo o processo da modernidade, a fonte de uma dinâmica social enorme. A verdadeira mais-valia não é a simples soma dos excedentes particulares que resultam da exploração de trabalho vivo; não é nenhum fator fixo e inflexível, mas sim um fator móvel, vivo, oscilante, elemento em que se manifesta um processo social infatigável. Da última forma da mais-valia, isto é, da forma-dinheiro, a unidade empresarial individual pode apropriar-se de uma parte maior ou menor que a parte incorporada em seus próprios produtos. Isso depende diretamente do relativo sucesso ou insucesso no mercado, isto é, na esfera da circulação.

Como se sabe (abstraindo-se de influências perturbadoras "extra-econômicas", que, porém, jamais podem suprimir completamente a lógica básica), tem nesse processo, em princípio, o maior sucesso relativo aquela unidade empresarial que pode fazer as "ofertas mais baratas". Essa capacidade, por sua vez, depende da produtividade mais alta ou mais baixa com que a empresa pode operar. E alta produtividade nada mais significa que poder fabricar grande quantidade de produtos com pouco dispêndio de trabalho

vivo. Já que a concorrência pela apropriação da mais-valia, isto é, por sua transformação na forma-dinheiro, força constantemente o aumento da produtividade, sob pena da ruína da unidade de reprodução particular, esse mecanismo social, uma vez instalado, deu origem a um surto nunca visto, uma explosão enorme da produtividade, que dentro de um período historicamente minúsculo de menos de duzentos anos se intensificou mais do que em toda a história anterior.

Precisamente essa dinâmica é o “sentido” secreto da concorrência. A crítica da economia política de Marx aponta isso claramente. Marx está muito longe de uma condenação apenas externa, em parte moral, em parte social-tecnológica, da concorrência, tal como era corriqueira nas idéias do movimento operário. Pois para Marx, a concorrência no sistema produtor de mercadorias era historicamente necessária para iniciar, numa forma a princípio ainda inconsciente e fetichista, a emancipação humana dos fundamentos puramente naturais, do trabalho como *labor*, como sofrimento “com o suor do rosto”.

Pois nas formações sociais pré-capitalistas não existia nenhum motivo impulsor para desenvolver as forças produtivas; ao contrário, os métodos de produção estavam muitas vezes expressamente fixados, com ameaça penal para toda tentativa de modificá-los. A idéia ingênua de que os homens, nessas condições tradicionais, poderiam ter criado consciente e coletivamente o moderno desenvolvimento das forças produtivas de outra maneira, com menos fricções, evitando o “capitalismo”, pressupõe um sujeito que não existia e nem podia existir. Somente a concorrência, como “coação muda” (Marx) do sistema produtor de mercadorias, nascida e atuando “atrás das costas” dos sujeitos, podia pôr em movimento de modo tão enérgico as forças produtivas, ainda que em condições gritantes de destruição e emancipação.

Pois a concorrência priva o homem de todo sossego, mas também desacredita a inflexibilidade e estupidez em baixo nível; destrói grande número de existências, mas também torna obsoleta toda relação existencial estamental e grosseira, toda relação de dependência pessoal; priva massas humanas, em escala cada

vez maior, da satisfação de suas necessidades, mas também desenvolve, em escala cada vez maior, as necessidades das massas e "barateia" (Marx) certos bens até então reservados para o consumo de luxo de alguns poucos, incorporando-os ao consumo das massas; desumaniza os homens, fazendo deles meras máscaras do dinheiro, mas ao mesmo tempo os humaniza, transformando-os em sujeitos (por enquanto abstratos, condicionados, constituídos), ao destruir todos os fetiches naturais e poderes institucionais, sob os quais as massas vegetaram como mero acessório da propriedade territorial, sem serem sujeitos."

Sobretudo, porém, força e chicoteia a concorrência dos homens ao dispêndio abstrato de sua força de trabalho, sendo ao mesmo tempo o princípio dinâmico que tendencialmente suprime o "trabalho" e o torna obsoleto mediante sua outra tendência, igualmente implacável, a cada vez novos surtos de produtividade e cientificismo; transforma as forças produtivas em forças destrutivas, mas eleva ao mesmo tempo a apropriação da natureza pelo homem a um nível nunca visto. Marx nunca deixou de ver o lado positivo, progressista, emancipatório da concorrência, chamando-o de "missão civilizatória do capital". Quase admirado observa Josef Schumpeter que Marx, apesar de sua crítica fundamental do capital, apesar de pronunciar sua "sentença de morte", deu no fundo uma "descrição quase entusiasmada dos resultados que trouxe o capitalismo" (Schumpeter, 1980 [1942], pp. 23 ss.)

Na verdade, a crítica da economia política de Marx somente tem em conta a ambigüidade da dinâmica capitalista. Apesar de sua força destrutiva frente aos homens e à natureza, a máquina da concorrência é ao mesmo tempo emancipação negativa, por alcançar inevitavelmente, mediante desenvolvimento ininterrupto das forças produtivas, o ponto de uma "abolição do trabalho", isto é, do trabalho de produção abstrato, repetitivo, somente des-

* Essa contradição no processo da modernidade, condicionada pela concorrência, também possibilitou, em todas as etapas de sua imposição, uma oposição conservadora, desde os ideólogos defensivos do feudalismo até os "conservadores de valores" de nossos dias. A oposição reacionária combate o lado emancipatório da modernização, repreendendo-o pelo lado negativo, destrutivo, do mesmo processo.

tinado a "criar valores"; com isso, no entanto, suprime também sua razão de ser, fazendo-se obsoleta a si mesma. O entrelaçamento dos conteúdos da reprodução num sistema global de socialização direta opõe-se às categorias da mercadoria, mas é precisamente o sistema produtor de mercadorias, aperfeiçoado até trazer seu fim em si mesmo, que cria essa penetração das ciências e esse entrelaçamento, fazendo nascer, ao perseguir inconscientemente seu objetivo limitado, "sem sentido", seu próprio antagonista. A concorrência trabalha, sem saber e sem querer, na destruição de seu próprio fundamento.

Em outras palavras: a abolição do trabalho, no invólucro do sistema produtor de mercadorias, não nasce como pura alegria e felicidade, mas somente em forma negativa, como crise, e finalmente como crise absoluta da reprodução realizada dessa forma, situação que já se anunciou por uma seqüência histórica de crises de ascensão relativas da sociedade de trabalho moderna. A sociedade mundial capitalista está se aproximando assim de sua prova de resistência e sua ruptura, pois tem que chegar a um ponto (que aos contemporâneos possa talvez parecer uma linha) em que suprimirá o trabalho abstrato em sua aptidão de ser a substância social do valor econômico. Mas por outro lado quer conservar à força o invólucro formal dessa forma-valor, manter seus frutos (salário, preço e lucro), apesar de estes terem perdido sua substância.

O movimento operário marxista não reconheceu claramente esse caráter ambíguo da modernidade e somente o aceitou com relutância num sentido geral, como dito pelo mestre, porque ele faz parte de seus próprios traços. Enquanto na própria obra de Marx a contradição aparece ainda como oposição insuperada entre a "posição do trabalhador" e a crítica da economia política, o marxismo dos epígonos eliminou quase completamente a decisiva crítica formal de Marx do trabalho produtor de mercadorias, mantendo a fixação à sociedade de trabalho.

Até a segunda metade do século XX, o desenvolvimento empírico não forneceu nenhum indício que desse razão à crítica de Marx, cuja lógica precisamente por isso parecia obscura. O desenvolvimento das forças produtivas não tinha alcançado aquele

ponto a partir do qual se torna obsoleto o princípio básico da sociedade de trabalho. Por isso, a crítica da concorrência permanecia ainda durante muito tempo dentro do horizonte da sociedade de trabalho, parecendo duvidosa. Na base dessa concepção era impossível reconhecer o lado emancipatório da concorrência.

Por conseguinte, considerava-se, de forma abstrata, o capitalismo uma "formação empiricamente necessária", cujo tempo dentro da sociedade de trabalho (imaginada como ontologicamente insuperável) já acabou, ou até (e isso precisamente por parte das tendências supostamente radicais e críticas) um simples "erro desde o princípio",* que a cada momento poderia e deveria ter sido interrompido, do ponto de vista do trabalhador, como é claro. Repete-se aqui aquela crítica dos bolcheviques que os inculpa de não terem posto em prática a utopia supostamente realizável a qualquer momento (tratando-se, na verdade, apenas de ideais burgueses).

Desse modo, o elemento dinamizador da concorrência apresenta-se como escândalo moral, como princípio puramente negativo e a ser imediatamente abolido. O movimento operário marxista nunca compreendeu que ele mesmo libertou os trabalhadores assalariados não *da* concorrência, mas sim para ela; por outro lado, o que é paradoxal, pretendia parar e abolir a concorrência justamente pela elevação a fenômeno absoluto de um segmento dessa concorrência que, como tal, somente podia surgir na concorrência e por meio dela, a saber, a classe trabalhadora.

Nos países ocidentais mais desenvolvidos, o antigo movimento operário tem cumprido sua missão. Tornou-se, despido de toda ênfase e de todo objetivo futuro, um elemento banal da concorrência na sociedade burguesa. Na União Soviética e nos demais países do socialismo real, ao contrário, a modernização bur-

* Uma atitude bem iluminista, pois o próprio iluminismo, em sua "falta de iluminação acerca de si mesmo" (Hegel), compreendia a história anterior, em grande parte, como "erro" e "afastamento da razão"; nesse aspecto, como também em muitos outros, a ideologia do movimento operário, inclusive determinados elementos do marxismo, revela-se como mera "segunda edição" do iluminismo burguês no contexto do sistema produtor de mercadorias também intelectualmente insuperado e como expressão imanente das formas de consciência por este constituídas.

guesa recuperadora conduziu a um novo paradoxo na reprodução social. A contradição interna do capitalismo não foi suprimida, mas sim, ao contrário, quase redobrada. A Revolução de Outubro fez surgir um moderno sistema produtor de mercadorias, sem permitir que este seguisse seus próprios mecanismos funcionais; a concorrência entre os participantes do mercado foi impossibilitada e substituída pelo comando estatal.

A extinção da dinâmica capitalista no socialismo real

A ideologia do movimento operário, cuja encarnação social é o socialismo real, limitou-se a contrapor determinadas categorias reais burguesas a seu pólo complementar: o "trabalho" ao "capital", o elemento estatista ao monetarista do princípio concorrente. Mas essa ideologia tinha seu firme fundamento material nas próprias circunstâncias, e também sua imposição real em regiões relativamente pouco desenvolvidas da socialização mundial capitalista nascente não foi nenhum "erro", mas sim resultado dessas próprias circunstâncias.

O paradoxo lógico de um sistema produtor de mercadorias sem concorrência teve sua origem no paradoxo histórico de que, nos inícios do século XX, uma nova economia nacional independente somente podia ser desenvolvida pela aplicação absoluta do elemento estatista. A concorrência tinha que ser abolida por causa da concorrência; para se poder subsistir na concorrência *externa* com os países relativamente mais desenvolvidos do Ocidente, para não ser absorvido por estes ou degradado a uma zona marginal subdesenvolvida, a concorrência *interna* tinha que permanecer eliminada por comandos estatais no sentido stalinista. O desvio estrategicamente "planejado" das massas de mais-valia da acumulação interna, forçadamente criada, para os setores centrais das indústrias básicas e da infra-estrutura somente era possível à custa da anulação do princípio funcional da própria produção de mais-valia.

Mas essa eliminação paradoxal da concorrência interna no

sistema da economia soviética conduziu necessariamente à situação de que o meio se virou contra o fim, não se dispondo, por outro lado, de nenhum outro meio para alcançar esse fim. A mesma razão que produziu a aplicação absoluta e petrificação do estatismo da economia de guerra, na União Soviética, tornou também este desesperadamente obsoleto. O que a economia de comando estatal tinha construído com as mãos do planejamento estratégico da mais-valia, derrubou depois com os traseiros da estagnação.

Essa lógica trágica da infrutuosidade não era historicamente óbvia à primeira vista, e isso sobretudo por duas razões. Por um lado, a primeira fase de expansão *extensiva* do sistema produtor de mercadorias soviético trouxe de fato bons resultados, isto é, altas taxas de crescimento. Não admira, pois as massas de camponeses foram “chicoteadas, marcadas a ferro e torturadas” — para empregar as expressões de Marx — para forçá-las ao dispêndio abstrato de sua força de trabalho. Massas enormes de produções em parte destinadas à mera subsistência, num nível de necessidade extremamente baixo, as quais nem poderiam aparecer numa estatística econômica moderna, foram pela primeira vez incorporadas à máquina de trabalho social e transformadas em processos industriais.

Paralelamente investimentos gigantescos foram feitos na indústria pesada e básica, respectivamente na infra-estrutura, áreas em que, apesar de todos os defeitos logo perceptíveis da economia de comando, não se podia cometer quase nenhum erro e que já por si mesmas garantiam um crescimento rápido. Uma vez que esses processos elevaram, pelo menos em parte, também o nível das necessidades e fizeram surgir certos elementos daquela “missão civilizatória” do capital, na máscara socialista da economia de guerra estatista, espalhou-se temporariamente na União Soviética de fato uma espécie de euforia de desenvolvimento, que mais tarde se repetiria em alguns países do Terceiro Mundo, desfazendo-se ali rapidamente e criando toda uma superestrutura de literatura edificante socialista.*

* Enquanto esse acompanhamento literário de uma acumulação primitiva recupera-

Por outro lado, podia-se ter a impressão nessa fase, e isso não apenas por causa das próprias taxas altas de crescimento, de que a economia soviética nascente seria capaz, dentro de um espaço de tempo historicamente previsível, de acompanhar o Ocidente. Pois o próprio Ocidente encontrava-se durante toda a primeira metade do século XX numa fase de ascensão do estatismo. As estruturas de economia de guerra das duas guerras mundiais fizeram recuar o mecanismo de concorrência do princípio oposto, monetarista, ainda que o estatismo não tivesse chegado a petrificar-se tanto na forma de um sistema quanto ocorreu na União Soviética; a crise intermediária do sistema produtor de mercadorias, a última e maior em sua ascensão à socialização mundial capitalista, refreou o desenvolvimento, fortaleceu as tendências estatistas e provocou um clima de fim do mundo que marcou as reações ideológicas até a Teoria Crítica.

Somente no apogeu fordista do capital definitivamente amadurecendo a um sistema mundial total, essa situação mudou fundamentalmente. A concorrência, depois de alcançar um grau mais alto de desenvolvimento e de libertar-se da economia de guerra e de crise, impeliu, sob a égide da *Pax Americana*, a novos surtos enormes o desenvolvimento das forças produtivas e a penetração das ciências, até a introdução mais recente da micro-eletrônica e dos computadores com seus potenciais de automatização antes inimagináveis em todos os setores da reprodução social. Para as unidades empresariais esse processo significa uma "coação muda" da concorrência, cada vez mais ligada ao mercado mundial, que obriga à intensificação do processo de produção, isto é, uma coação que atua no sentido de uma racionalização a cada vez renovada, penetração das ciências e automatização.

Nesse processo de dinamização social mundial do capitalismo da época pós-guerra, a intensificação da produção de mais-

dota, por mais sinceras que possam ter sido inicialmente suas intenções, se transformou logo numa propaganda estatal vazia, era desde o princípio uma grande mentira na periferia ocidental da União Soviética, porque ali a imposição da economia de caserna estatista jamais teve nenhuma justificativa histórica, nem sequer relativa, nas condições do desenvolvimento.

valia alcançou dimensões empiricamente nunca vistas. Nesse caminho, os sistemas petrificados de economia de guerra da produção de mercadorias real-socialista não conseguiram mais acompanhar o Ocidente. Fixadas desde o princípio exclusivamente à produção extensiva de mais-valia, enquanto o aumento sempre exigido da produtividade somente podia ser estimulado por ucas-es estatais e campanhas de propaganda morais, as economias de comando e de caserna do sistema soviético voltaram a ficar muito atrás, e poder-se-ia ter reconhecido logo que isso significava sua ruína inevitável.

Vingou-se, portanto, o meio em seu próprio fim; a eliminação do princípio da concorrência interna, necessário para a instalação "recuperadora" de uma economia nacional baseada na sociedade de trabalho, trouxe conseqüências sensíveis não apenas para a concorrência externa (dos sistemas), como também para toda a reprodução social. Ironia da história: "A vida castiga", para citar o secretário-geral Gorbachev, "aquele que se atrasou", isto é, a "vida" do capital castigou aqueles que lhe tiraram a alma mecânica do princípio da concorrência, tomando isso por socialismo.

Com a mesma ironia, a adesão absoluta dos marxistas ao princípio capitalista do trabalho foi bruscamente substituída pela crescente invalidade social mundial do dispêndio de força de trabalho no socialismo real, porque esse dispêndio estava ficando abaixo do padrão global de produtividade. A suposta supressão do caráter contraditório do capital, sobre seus próprios fundamentos, não tinha eliminado o capital como tal, senão que apenas o privara durante muito tempo, junto com seu "caráter contraditório", também de sua dinâmica interna.

Por isso, na dinamização capitalista da época pós-guerra, o socialismo real tinha que encontrar-se numa situação cada vez mais desesperada, como o imbecil histórico que levava o trabalho demasiadamente a sério, querendo ser, nesse aspecto, mais capitalista do que o próprio capitalismo. Nessas condições, a divinização do trabalho sem o princípio da concorrência que imanentemente a contradiz, muito longe de "alcançar e ultrapassar" o capitalismo ocidental da época pós-guerra ou de criar uma alter-

nativa social qualitativa, produziu no melhor caso um fordismo bonsai ridículo, simbolizado na Alemanha pelos veículos anãos e fedorentos da indústria automobilística da RDA.

Num longo combate em retirada, com esforços de reforma que acabaram em concessões feitas a algum aspecto do princípio da concorrência, sem tocarem na base do sistema de economia de guerra e estatismo petrificado, as economias de caserna corriam atrás do Ocidente e de seus próprios planos, com esperança cada vez menor. É fácil provar isso empiricamente, precisamente no exemplo da RDA, em comparação à RFA. Numa pesquisa já publicada em 1985, a comparação da produtividade prevê para 1990, num prognóstico quase exatamente acertado, uma diferença muito acentuada em prejuízo da RDA (em %, RFA = 100):

	1960	1970	1984	1990
produtividade	70	55	46	35
salários reais	78	58	44	35

Fonte: *Wirtschaftswoche*, n.º 36, 30.08.1985

A proporção é ainda mais desfavorável quando comparamos indústrias-chave como, sobretudo, a produção de automóveis. Assim, o professor Horst Siebert, presidente do Instituto de Economia Mundial em Kiel, resumiu numa conferência:

Enquanto na República Federal, nos últimos vinte anos, o número de funcionários da indústria teria diminuído constantemente, de 10,1 para 8 milhões, este número teria aumentado na RDA. Siebert refere-se à indústria automobilística como exemplo da falta de produtividade: o *combinat* "ifa", com 65 mil funcionários, teria produzido 200 mil carros por ano. Com o mesmo número de funcionários, a Toyota produziria 4 milhões de automóveis. Com uma relação de produtividade de 1:20, essa indústria não teria, de modo algum, capacidade competitiva. [*Handelsblatt*, 25.5.90]

Revela-se assim que a casa de trabalho forçado do socialismo de caserna tem conservado e congelado num padrão há muito tempo ultrapassado a "honra do trabalho", que se torna cada vez mais obsoleta.* Somente por isso podia ele garantir o emprego total, festejar este como suposta "força da classe trabalhadora" e de uma maneira muito ingênua ainda orgulhar-se da falta de mão-de-obra, atitude que agora está sendo desmascarada como orgulho de um trabalho simplesmente improdutivo.**

O atraso cada vez mais acentuado na produtividade da sociedade de trabalho do socialismo real indica também um atraso correspondente no processo de entrelaçamento da reprodução. Mas um entrelaçamento desenvolvido seria a condição prévia da supressão da produção de mercadorias e, com isso, de uma transformação revolucionária efetiva da sociedade burguesa. Esse atraso pode ser observado no grau de terciarização que hoje indica o grau de penetração das ciências. Enquanto em 1987, na RDA, ainda 58% da população ativa trabalhava na agricultura e na indústria, e apenas 42% no setor terciário, na RFA apenas 46% ocupava-se da produção material e, por outro lado, já 54% no setor terciário. Esse desenvolvimento atrasado na densidade do entrelaçamento manifesta-se também na própria estrutura indus-

* O exemplo citado fica menos drástico quando se inclui na Toyota as indústrias fornecedoras externas que no *combinat* "Ifa", em virtude da diversificação maior da produção, já fazem parte dele. Nesse sentido a superioridade da produtividade da Toyota refere-se apenas à empresa particular (à custa de fornecedores) e não à sociedade global. Mas, mesmo levando-se em consideração esse efeito, é enorme a distância social global na produtividade.

** Ainda durante o colapso da RDA, uma parte dos apologistas "críticos" e da esquerda ocidental teimou em culpar as "condições iniciais desiguais" após a Segunda Guerra Mundial e os diversos *handicaps* daí resultantes pelo atraso catastrófico da produtividade da Alemanha Oriental. Na verdade, a RDA, como país já industrializado, oferece até as melhores condições para uma comparação; como provam os números, o atraso era até muito menos acentuado sob as "más condições iniciais", e até os anos 60 não se fazia sentir, de modo algum, de forma tão drástica quanto hoje. Tomou-se tanto mais evidente quanto mais as sociedades das duas partes da Alemanha se afastaram daquelas condições iniciais, tendo que se fazer valer sobre seus próprios fundamentos. A argumentação desajeitada mostra apenas com que obstinação essa esquerda permanece anacronicamente nas constelações e idéias da época pós-guerra, incapaz de uma concepção crítica (e muito menos de uma crítica radical) do sistema produtor de mercadorias e de sua lógica contraditória.

trial. Assim, lê-se nos resultados publicados recentemente de uma pesquisa do Instituto de Pesquisas Econômicas Renano-Vestefálico (RWI):

Também o entrelaçamento interno das áreas industriais e o destas com o setor de serviços e o comércio estaria menos desenvolvido na RDA do que na República Federal. [...] Uma razão seria a de que os *combinats* teriam passado a reagir cada vez mais com produção própria às dificuldades no fornecimento de produtos prévios. Na República Federal, ao contrário, teria aumentado a divisão de trabalho inter-setorial. [*Handelsblatt*, 8.5.1990]

Também nesse ponto mostra-se, portanto, a ironia da história: a socialização real, material, está muito menos desenvolvida no socialismo do que no Ocidente. Do mesmo modo que, em oposição ao Ocidente, a produtividade relativamente baixa, sem o estímulo da concorrência, petrificou-se muito abaixo do nível crítico de supressão do trabalho, o entrelaçamento relativamente insignificante petrificou-se abaixo do nível crítico de supressão da forma-mercadoria. Do mesmo modo que a economia de caserna conservou o dispêndio de força de trabalho, manteve separadas, na esfera material-técnica, as empresas individuais. A contradição imanente do capital extinguiu-se, portanto, abaixo de sua "massa crítica". Mas, já que o capital somente no apogeu de seu desenvolvimento pode existir em escala mundial, precisamente essa extinção de sua dinâmica provocou a crise e o colapso no Leste.

Mas adotando-se esse ponto de vista seria um erro muito maior esperar da assimilação e adaptação aparentemente mais do que urgente à "bem-sucedida" economia de concorrência ocidental uma solução dos déficits já catastróficos do socialismo real. A tal visão bastante ingênua escapa totalmente o fato de que esses déficits já são um resultado histórico das contradições capitalistas. A eliminação da concorrência interna não foi um "engano" ou "erro", e tampouco pode agora ser simplesmente corrigida.

Ao contrário, a crise que levou ao colapso do socialismo real, no nível atual de socialização mundial capitalista, está relacio-

nada com o nível de desenvolvimento do sistema global. Resulta, agora mais do que nunca, da "divergência temporal" deste último. A crise da sociedade de trabalho do socialismo real marca a crise iminente da moderna sociedade de trabalho em geral, e isso precisamente *porque* os mecanismos de concorrência tiveram tanto êxito e minaram e debilitaram de fato os fundamentos do sistema produtor de mercadorias. Faz parte da lógica desse sistema o fato de que seus componentes mais fracos, no que se refere à produtividade e ao entrelaçamento, são os primeiros a cair no abismo de colapso do sistema; mas, mais cedo ou mais tarde, a penetração das ciências que passa dos limites lógicos do sistema produtor de mercadorias ocorrerá também no Ocidente, sendo os indícios disso perceptíveis há muito tempo.

A vida realmente castiga quem se atrasa. Mas quando os países do ex-socialismo real, com mais entusiasmo do que juízo, invadem com determinação furiosa o mercado mundial aberto da economia de concorrência, esperando sua salvação, terão o azar de chegar atrasados pela segunda vez, e "a vida" parece ter preparado castigos muito piores do que os até agora sofridos. Na verdade, a moderna sociedade de trabalho como um todo está no fim e, com isso, também o estão suas categorias básicas da forma-mercadoria e forma-dinheiro. O exame isolado da crise final do socialismo real deixa de reconhecer a lógica de crise do próprio princípio da concorrência, a qual, como emancipação negativa, se descarregará em futuros surtos de crise da produção mundial de mercadorias.

O DILEMA ESTRUTURAL DOS MERCADOS PLANEJADOS

*A abstração entre o produtor de mercadorias e o
valor de uso sensível*

Poderia parecer que a eliminação da concorrência pela economia de guerra, apesar de fazer com que se extinguisse o processo de emancipação negativa antes de alcançar sua fase crítica, tivesse que atuar, justamente por causa disso, no sentido de poupar aquelas sociedades de crises e colapsos. Precisamente nisso consiste a argumentação de Horkheimer e Adorno, que temem também para o Ocidente esse congelamento no "estatismo integral" de uma sociedade de trabalho não emancipada. Mas com isso não se compreende nem de longe a estrutura interna do colapso atual do socialismo real. Um período de 70 (União Soviética) ou de 40 anos (Europa oriental, China) pode parecer muito extenso aos indivíduos humanos, por preencher todo o seu tempo de vida consciente; historicamente, porém, trata-se de um espaço de tempo minúsculo que nos faz duvidar se o socialismo real jamais aparecerá nos anais da humanidade como formação social independente que mereça ser mencionada. Será, talvez, apenas uma nota de rodapé no processo transitório, historicamente curto, dos sistemas produtores de mercadorias e de sua crise global.

De fato, o socialismo real congelado na economia de guerra revelou-se como a parte mais frágil e suscetível de crises do sistema produtor de mercadorias global. O congelamento mais matou do que conservou, e a retroalimentação burocrática do processo de reprodução social, longe de eternizar-se num automovimento cibernético, foi perturbada, ao contrário, pelo "estatismo integral", até alcançar sua atual incapacidade reprodutiva absoluta. Por isso, cabe examinar primeiro em seus próprios fundamentos a crise que levou ao colapso da sociedade de trabalho do socialismo real, antes de considerá-la no contexto de uma crise global da moderna sociedade de trabalho. A questão é, portanto, como se apresenta concretamente a eliminação estatista da concorrência, tanto na economia interna como nas relações exteriores das sociedades do socialismo real, e como daí resultaram necessariamente a crise e o colapso.

Na modernidade produtora de mercadorias, são os próprios sujeitos que preparam sua crise;⁶ na economia de caserna estatista, somente o fazem de maneira específica. A lógica do princípio da mais-valia exige, como já mostramos, a existência da circulação (do mercado) como esfera de realizações da mais-valia, porque o dinheiro, a forma encarnada da mais-valia, somente pode aparecer no momento da circulação. A pretensão do socialismo real de socializar diretamente os sujeitos desmente-se, portanto, a si mesma pela determinação formal pressuposta desses sujeitos, nas categorias de uma socialização negativa, apenas indireta.

Pois quanto à sua forma de manifestação (e nisso não se

* Abstraindo-se das guerras que, no entanto, costumavam interferir menos profundamente na reprodução social, as crises das sociedades pré-modernas estavam em primeiro lugar condicionadas pelo fato de essas sociedades estarem à mercê da "primeira natureza", isto é, as crises manifestavam-se na forma de catástrofes naturais, más colheitas e epidemias. Ainda as primeiras crises do próprio capital, no século XIX, como mostrou Marx, estavam, pelo menos em parte, condicionadas por crises agrárias, revelando, portanto, o grau em que o sistema produtor de mercadorias, ainda em estado embrionário, estava dependendo do cordão umbilical que o ligava à relação primária com a natureza. Mas também mais tarde o processo de crise nunca pôde ser completamente separado dos fundamentos naturais como tais. Ao contrário, a crise social apresenta-se hoje, em sua forma mais desenvolvida, também como crise da "natureza socializada", isto é, como crise ecológica.

distinguem fundamentalmente daqueles do Ocidente), têm que ser sujeitos de troca. Mas com isso estabelece-se uma esquizofrenia fundamental no que se refere à sua própria situação social. Pois a divisão da produção e do consumo dos bens de uso concretos, entre os quais aparece a circulação, faz com que também os próprios sujeitos sejam divididos em dois papéis, o de produtor e o de consumidor. Apesar de cada indivíduo e cada empresa ser ao mesmo tempo tanto produtor quanto consumidor da riqueza social, sua existência e seus interesses de produtor e de consumidor separam-se de forma absurda.

Como produtor, o sujeito-mercadoria ou sujeito da troca não está interessado no valor de uso de seus produtos, seja ele "trabalhador" ou "capitalista", seja gerente de empresa no capitalismo ou no socialismo real. Pois não se produz para o consumo próprio, mas sim para o mercado anônimo, e a finalidade do processo não é a satisfação de necessidades concretas, mas sim a transformação do trabalho em dinheiro (salário e lucro). Para o produtor e para os diversos funcionários de uma unidade produtora de mercadorias, os próprios produtos já estão perdendo suas qualidades sensíveis e se transformando naqueles "coágulos de trabalho" enquanto ainda se encontram em sua forma material e no processo de criação dessa forma, pois nada mais são que dinheiro potencial.

Em princípio, portanto, tanto faz se esse tipo de produtor faz tortas de chocolate, bombas de nêutrons ou cubos completamente inúteis, se cava buracos e depois os fecha etc. Naturalmente, cada um desses produtores, desde que tenha juízo normal, tem "de alguma forma" consciência do caráter absurdo ou socialmente perigoso de sua atividade, mas, por outro lado, seu interesse abstrato em dinheiro o impele a produzir aquilo que, realizado de maneira adequada, conduz pelo caminho mais curto e direto ao maior resultado monetário possível, a despeito dos conteúdos e das conseqüências talvez lamentáveis.

Como outro lado de sua existência à maneira de Dr. Jekyll e Mr. Hyde, no entanto, cada produtor, em seu *alter ego* de consumidor, tem também um interesse exatamente oposto, pois, no papel

de consumidor, está naturalmente muito interessado naquele valor de uso material que, em princípio, nada importa para ele no papel de produtor. Isso aplica-se tanto aos indivíduos como às empresas. Como consumidoras de matérias-primas, produtos semi-acabados, máquinas e prédios, no consumo produtivo, as empresas têm que se importar com aquele valor de uso ótimo que antes as incomoda no papel de produtoras; como indivíduos que comem, bebem, moram e se vestem, os homens têm que ser sensíveis em pontos que, no papel de produtores, exigem sua insensibilidade.

Encontram-se, portanto, como produtores e consumidores, numa oposição recíproca constante. Assim, o produtor de gás tóxico ou macarrão contaminado cospe enojado seu vinho de glicol (ou tenta suicidar-se com ele), o gerente que fica desesperado com peças de reserva defeituosas ou fornecidas contrárias ao contrato, tenta vender, sem escrúpulos, mercadoria de péssima qualidade como se fosse de primeira, de modo que todos estão constantemente montando armadilhas uns para os outros, nas quais, em virtude do entrelaçamento social universal, acabam por cair eles mesmos.

Compreende-se facilmente que numa relação de reprodução tão irracional^{*} apenas a concorrência pode ser o fator que, apesar de não eliminar essa irracionalidade básica, faz com que esta se manifeste numa forma que leva em conta, pelo menos como efeito colateral e coação secundária do mercado, os valores de uso e as necessidades. A objetividade da coação exercida pela concorrência otimiza, do ponto de vista das empresas, também "valores de uso" prejudiciais, irracionais em si ou destrutivos (por exemplo, os da indústria de armamentos e farmacêutica etc.), cuja "pro-

* É desmentido assim, pela própria situação, em última instância, também o dito de Max Weber sobre a "racionalidade" da modernidade, e isso, hoje mais do que nunca, nos processos da crise ecológica e da nova crise da economia mundial. Em palavras mais exatas, a "racionalidade" de Weber, como racionalidade puramente interna, refere-se unicamente à finalidade fetichista da produção de riqueza abstrata. Somente nesse contexto é racional, como princípio econômico de rentabilidade. Do ponto de vista da sensibilidade, porém, do usufruto efetivo e da relação concreta com a natureza, a mesma "racionalidade" tem que se tornar irracional. As ações "racionalis" do sujeito-mercadoria-dinheiro são racionais no mesmo sentido em que um louco, dentro do sistema de sua loucura, pode agir de forma completamente lógica.

cura" nasce da própria irracionalidade do sistema. Do mesmo modo que a concorrência, na forma negativa e errada do sistema produtor de mercadorias, faz com que se desenvolvam e avancem em grande escala as forças produtivas, também garante, nessa forma negativa e errada, o valor de uso e a procura. O impulso e o interesse do produtor de mercadorias de aumentar sua produção, se possível sem levar em conta o valor de uso material de cada produto,* são contraminados pela concorrência no mercado, que o obriga a considerar até certo ponto o valor de uso para os consumidores, aos quais tem que oferecer e mostrar esse valor.

Até uma criança pode imaginar as conseqüências que em tal sociedade terá a supressão da concorrência e sua substituição por comandos estatistas. Pois a tendência dos produtores à abstração destrutiva do valor de uso das coisas perde então seus limites objetivos. As belas palavras sobre o socialismo como pretensa produção de valores de uso que se orienta na satisfação das necessidades (em vez do "lucro explorador" etc.) são assim desmentidas de forma vergonhosa e, no final, catastrófica.

Para impedir a fabricação de produtos de péssima qualidade, a economia de comando estatista criou um proliferante sistema de códigos que com minuciosidade contábil tenta fixar as qualidades de valor de uso dos produtos: realmente, uma prova de incapacidade por parte de uma sociedade que se propõe uma socialização consciente, e a caricatura de um planejamento. Mas com isso a instância controladora perde a imperturbabilidade objetiva de uma lei natural. Manifesta-se apenas na forma de uma fiscalização estatal-burocrática externa, e não na forma das "leis coativas da

* Essas fúrias da abstração destrutiva estão ainda adormecidas na produção de mercadorias pré-moderna, acordando apenas esporadicamente (por exemplo, nas adulterações de vinho e alimentos, conhecidas desde sempre); no artesanato medieval, são domadas não apenas pelas leis corporativas, mas também, e sobretudo, pelo orgulho profissional do próprio artesão, cujo trabalho, dentro de seu processo vivo, permanece para ele diretamente concreto, constituindo a finalidade e a forma sensível de sua existência. Abstrato torna-se esse trabalho somente *a posteriori*, ao assumir na troca a forma-dinheiro. Na relação capitalista do mundo moderno, ao contrário, a abstração do trabalho e portanto também seu instinto destrutivo já constituem o ponto de partida.

concorrência” (Marx). Por isso, pode ser contornada, enganada e ludibriada de mil maneiras.

Assim, dirige-se aos sujeitos econômicos de todos os níveis, desde os trabalhadores até os gerentes das empresas, a exigência de desempenharem, por um lado, o papel social de produtores de mercadorias, dotados com os interesses correspondentes, mas, por outro lado, a de não se comportarem conseqüentemente como tais. Uma vez que, com a eliminação do princípio da concorrência, desaparece também a coação objetiva de observar os critérios de valor de uso, precisa-se apelar aos produtores de “coágulos de trabalho”, privados de suas qualidades sensíveis, em campanhas eternamente repetidas que vacilam entre remuneração e castigo, para que assumam uma atitude “sensível” frente a seus produtos; precisa-se apregoar bom senso incessantemente às mônadas-dinheiro constituídas pelo fetichismo, o que obviamente não adianta em nada.

De fato, as possibilidades de sanções por parte do controle burocrático subjetivo de necessidades e valor de uso são limitadas e dificilmente podem ser levadas a sério. A “lei coativa da concorrência”, sem sujeito, executa suas sentenças imediatamente, na forma de falência iminente ou manifesta. A instância controladora burocrática, pelo contrário, é ao mesmo tempo a proprietária geral abstrata de todas as empresas. Por isso, não pode castigá-las e muito menos liquidá-las:

O Estado, ao impor às empresas um plano de produção concreto, compromete-se também a garantir a venda da produção. Para esse fim, cada empresa recebe uma lista de compradores de seus produtos. Mas precisamente esse procedimento exclui qualquer concorrência entre as empresas com produtos semelhantes. O comprador, por sua vez, não pode escolher o fornecedor mais barato e eficiente, tendo que aceitar o que lhe fornecem. A situação agrava-se ainda pelo fato de que o pagamento à firma fornecedora é quase sempre efetuado pelo banco imediatamente depois da chegada da fatura de expedição, isto é, antes de o comprador poder conferir se o número e a qualidade das mercadorias forticidas correspondem às condições estipuladas. Mais tarde, revela-se que uma parte considerável das merca-

dorias fornecidas não funciona, tendo o comprador que prepará-las para o uso. Isso acontece particularmente na agricultura, onde os trabalhadores têm que desmontar tratores e máquinas agrícolas recém-fabricados, que acabaram de receber, consertar as peças ou instalar aquelas que faltam, remontar tudo e adaptá-los às normas correspondentes. [Saslawszkaja, 1989, p. 101]

As conseqüências do “Estado racional” burguês de Fichte, “posto em prática”, que garante de forma “planejada” a venda da produção pré-fixada, são, portanto, muito pouco “rationais” para os consumidores do ponto de vista do valor de uso. A profunda irracionalidade do sistema produtor de mercadorias somente pode ser superada por esse próprio sistema, mas não, como tal, ser submetida a um “planejamento racional”.

Lei da produtividade e acumulação de valor

Essa contradição interna específica da economia de comando estatista é ainda completada e agravada pela modificação que experimenta devido à eliminação da concorrência interna o princípio básico da acumulação de riqueza nacional abstrata. Pois talvez o fenômeno mais estranho, tanto ideológico quanto social real, da economia de comando estatista é sua relação com a categoria econômica do valor (denunciada por Marx como fetichista), categoria central do sistema produtor de mercadorias.

Em virtude da eliminação da concorrência, a afirmação da criação de valores, como acumulação de riqueza nacional abstrata, em conexão com o interesse individual e econômico dos produtores, tinha que resultar numa ignorância ainda maior e completamente absurda frente ao valor de uso material sensível e frente às necessidades reais. Pois a falta de interesse, em princípio, dos produtores de mercadorias no valor de uso de seus produtos intensifica-se não apenas pela possibilidade de enganar as instâncias controladoras burocráticas, mas também em virtude dessa

própria burocracia que, por sua vez, está interessada na acumulação de valores abstratos.

Naturalmente, encontramos também no Ocidente conteúdos de produção perigosos ou até catastróficos e as conseqüências correspondentes, além de projetos grotescamente inúteis (na RFA ficou conhecida, por exemplo, a reconstrução do canal que liga o Reno, Meno e Danúbio, justificável apenas sob o aspecto de uma terapia ocupacional econômica); também aqui o Estado figura como cúmplice desses processos inúteis e cada vez mais perigosos que trazem em si sua própria finalidade, uma vez que ele, como instância que representa a vontade global de despender força de trabalho abstrata, depende do êxito desses processos.

Portanto, somente pode ser relativa a diferença entre o socialismo real e o Ocidente. Neste, a ilusão objetiva só é atenuada pelas "leis coativas da concorrência", que, frente ao imperativo primário, imanente ao sistema, da utilização abstrata máxima, obrigam, por outro lado, a um máximo (igualmente abstrato) de "economia". Isto é, toda empresa deve explorar abstratamente o máximo de trabalho e material, mas, ao mesmo tempo, economizar o máximo de trabalho e material. Porém esse antagonismo, paradoxal à primeira vista, de imperativos que aparentemente se excluem mutuamente, encontra sua solução constante no movimento da concorrência no mercado. A unidade empresarial tem que explorar, sem consideração do conteúdo e das conseqüências, o máximo de trabalho e material, mas apenas pode fazê-lo no nível social atual da produtividade. As unidades produtivas, sendo assim obrigadas à economia abstrata máxima em trabalho e material, podem apenas cumprir o imperativo oposto de maximização aumentando sua participação no mercado, o que acontece, por um lado, mediante a expulsão do mercado de outras unidades (que, realizada em grande escala, já se torna um elemento de crise) ou, por outro lado, mediante a expansão do próprio mercado e, com isso, do modo de produção capitalista.

No fundo, trata-se, no caso desse movimento contraditório, apenas da forma capitalista daquela lei elementar da produção de mercadorias que já Marx descreve nas palavras conhecidas:

Poderia parecer que, se o valor de uma mercadoria se determina pela quantidade de trabalho despendida durante sua produção, quanto mais preguiçoso e inábil é um homem, tanto mais valiosa é sua mercadoria, porque ele precisa de tanto mais tempo para fabricá-la. O trabalho, porém, que constitui a substância dos valores, é trabalho humano igual, dispêndio da mesma força de trabalho humana. A força de trabalho global da sociedade, que se representa nos valores do mundo das mercadorias, é aqui considerada uma única força de trabalho humana, apesar de compor-se de inúmeras forças de trabalho individuais. Cada uma dessas forças de trabalho individuais é igual à outra força de trabalho humana, desde que possua o caráter de uma força de trabalho social média e atue como essa força de trabalho social média, isto é, desde que precise na produção de uma mercadoria apenas do tempo de trabalho necessário na média ou socialmente necessário. [Marx, 1965a (1890), p. 53]

Essa lei do tempo de trabalho socialmente necessário na média atua cegamente, como todas as leis da "segunda natureza" das sociedades produtoras de mercadorias. Nas produções de mercadorias marginais pré-modernas, realiza-se pela tradição; no sistema produtor de mercadorias da modernidade é executada pela concorrência — do mesmo modo que, já no caso do valor de uso e das necessidades, a economia de mercadorias sob comando estatista tem que substituir também no caso do tempo de trabalho necessário na média as leis coativas por determinações subjetivas da burocracia.* No fundo, o tempo de trabalho necessário na média teria que ser fixado burocraticamente e constantemente redefinido, empreendimento quase irrealizável. Ainda por cima, é contraminado pelo interesse da burocracia no aumento da riqueza nacional abstrata, e isso numa ironização social grotesca

* Certamente seria ainda mais ilusória a substituição do comando burocrático pela "constituição democrática de uma vontade", sobre a mesma base social. O renascimento atual, quase inflacionário, do pensamento de Rousseau, as propostas um tanto infantis de todas as espécies de novos "contratos sociais" entre os sujeitos-mercadoria não se cansam de pressupor uma consciência social sobre a base de categorias marcadas pela falta de consciência.

da tese de Marx que deriva logicamente de sua teoria do valor do trabalho:

Quanto maior a força produtiva do trabalho, tanto menor é o tempo de trabalho exigido para a fabricação de determinado artigo, tanto menor também a quantidade de trabalho nele cristalizada e tanto menor seu valor. Ao contrário, quanto menor a força produtiva do trabalho, tanto maior é o tempo de trabalho necessário para a fabricação de determinado artigo, e tanto maior seu valor. [Marx, l.c., p. 55]

É fácil imaginar as conseqüências absurdas que resultam necessariamente dessa definição simples e lógica do valor na economia de comando, em virtude da subjetivação das leis coativas. Pois o imperativo da "criação de valores" e de sua otimização conduz à situação de que a burocracia, mediante um sistema de remunerações e castigos (prêmios, concessão de fundos e material etc.), favorece aquelas unidades empresariais que produzem mais valor. Mas, uma vez que as coisas são exatamente como Marx as descreve, essa remuneração conduz, por assim dizer, a uma competição em que se trata de alcançar o mínimo de força produtiva do trabalho e o máximo de desperdício de força de trabalho e material, pois assim também se cria o maior valor, que deixou de ser controlado pelo mecanismo da concorrência. Não é apenas quase impossível determinar burocraticamente o tempo de trabalho socialmente necessário na média: esse tempo é ainda objetivamente mantido num nível muito alto em virtude daquele mecanismo absurdo de remuneração. Surge, portanto, algo como uma competição em preguiça e uma otimização contraprodutiva do *input* de força de trabalho e material, aumentando a desconsideração do valor de uso, situação que já foi apontada no contexto dos primeiros debates de reforma, nos anos 60:

Quando o *output* da produção se mede em máquinas prontas, o resultado é a falta de peças de reserva. Quando as metas do plano para a organização do transporte se medem em toneladas

por quilômetro, deixa-se de aproveitar ótimas possibilidades de transporte. Quando se avaliam os candelabros pelo peso, saem desnecessariamente pesados. Já que as unidades de exames geológicos recebem seus planos em metros sondados, realizam conscientemente trabalhos desnecessários. Quando se medem tecidos pelo comprimento, saem demasiadamente estreitos. O *combinat* de construção "Stalingrado", quando recebeu um plano orientado no material gasto, desperdiçou de propósito metal para cumprir o plano. [Citado segundo Strotmann, 1969, pp. 16 ss.]

A fome de um *input* abstrato, condicionada pelo sistema, a qual, em oposição ao Ocidente, manifesta-se diretamente e sem ser filtrada pelos movimentos do mercado, não podia ser atenuada, em sua capacidade absurda de desperdício, por nenhum esforço da burocracia. Vinte anos após as denúncias citadas, a calamidade correspondente até se agravava:

Desperdício estava acontecendo na economia não apenas com a força de trabalho, mas também com os fundamentos materiais — técnica, energia, combustíveis, matérias-primas, material de trabalho etc. A imprensa soviética está cheia de exemplos de perdas sensíveis de materiais preciosos. Assim, há uma perda média de 20% do cimento, de mais de um quarto dos produtos agrícolas e de mais de metade da produção de madeira. Em muitas empresas acumulam-se máquinas e equipamentos novos, na espera de entrarem em funcionamento. Devido ao armazenamento inadequado, as máquinas tornam-se muitas vezes inúteis e têm que ser removidas sem terem jamais funcionado. Essa pilula é ainda mais amarga quando se trata de máquinas importadas, compradas com divisas. [Saslavskaja, 1989, p. 87]

Não há nada estranho nisso, pois os materiais, as máquinas etc., uma vez fornecidos, entram formalmente como *input* da empresa na criação do valor, independentemente do fato e, sobretudo, da forma de sua utilização real-material. Tanto faz se a energia escapa pela chaminé ou se é realmente incorporada de forma ótima em processos de produção, e também se uma máquina é

removida para algum depósito devido ao desgaste efetivo ou devido à deterioração passiva.

Acontece, portanto, uma potenciação de todas as tendências da produção de mercadorias que atuam contra o valor de uso e as necessidades, em vez da superação desses elementos inerentes à forma-mercadoria. Não se opõe nenhum limite, na forma das "leis coativas da concorrência", à abstração destrutiva natural entre o produtor de mercadorias e o valor de uso dos produtos — e essa eliminação de todos os freios potencia-se ainda pelo imperativo burocrático de criar o maior valor possível, imperativo que também já não pode ser contraminado pela obrigação de produtividade e economia, imposta pela concorrência. Em virtude de suas metas planejadas, orientadas para um crescimento abstrato e para acumulação de valores, a burocracia está minando seu próprio papel de instância controladora, cumprindo as empresas, numa atitude esperta, ao pé da letra essas metas. O vencedor é aquele que trabalha devagar, desperdiça força de trabalho e material e pouco se importa com o valor de uso de seus produtos:

Naturalmente cabe às autoridades centrais de planejamento reduzir pedidos exagerados a um nível que se harmonize com os recursos disponíveis. E de fato estão reduzindo, mas a quantia global ainda parece ser muito alta. Uma das razões é a defesa de altas taxas de crescimento por parte da liderança política. [Nove, 1980, p. 196]

Colocados em tal aperto, naturalmente não se podem fazer valer os aspectos apenas posterior e externamente impostos de valor de uso, necessidades e produtividade. Dessa maneira, a economia de comando do "mercado planejado", seguindo sua própria lógica imanente, leva ao extremo todas as irracionalidades do sistema produtor de mercadorias, em vez de pelo menos começar a eliminá-las.*

* Do mesmo modo que a própria burocracia e seus ideólogos, propagandistas etc. sempre podem referir-se apenas posteriormente às necessidades do valor de uso, explicando, suplicando e ameaçando, a crítica ocidental mobiliza o empirismo do

A transformação de valor em preço

As irracionalidades dessa maneira desencadeadas encontram sua expressão na superfície do “mercado planejado”, no sistema de formação de preços. Se hoje certos reformadores dizem que esse sistema se compõe “de muitas camadas historicamente nascidas” (Aganbegjan, 1989a, p. 40), referem-se às numerosas tentativas das centrais de comando burocráticas de escapar, por medidas de fixação de preços, àquelas irracionalidades que, na verdade, apenas se refletem em tais medidas. Podemos observar principalmente três “camadas geológicas” no estabelecimento de sistemas de preços:

a) Nos inícios das tentativas e dos debates de planejamento, aproximadamente desde o fracasso do comunismo de guerra, havia o sistema dos preços políticos. A fixação dos preços pela burocracia realizava-se quase arbitrariamente segundo as determinações da vontade política, seja sob aspectos industrial-estratégicos, seja sob aspectos sociais. Restos desse sistema são sobretudo os preços de energia e matérias-primas, fixados independentemente do custo em nível baixo (segundo Aganbegjan, estão duas a três vezes abaixo dos preços do mercado mundial), além dos preços dos alimentos básicos e de outras necessidades básicas, como aluguel, transporte urbano etc.

b) Do debate, ordenado por Stalin, em que foi reconhecida a objetividade de certas leis sociais independentes da vontade humana (tratando-se obviamente da objetividade da “segunda natureza” criada pelos sistemas produtores de mercadorias) resulta a segunda camada da formação de preços, na qual se pretendia assimilar os preços ao “valor real” — o que, do ponto de vista da crítica da economia política de Marx, se parece com a tentativa tragicômica de uma quadratura do círculo.

bom senso para chamar a atenção às falhas óbvias de um sistema que nada mais fez que, forçado por seu caráter historicamente recuperador, levar à última conseqüência a irracionalidade do próprio modo de produção ocidental. A diferença na irracionalidade é apenas gradual. Mas uma consciência que somente pode imaginar alternativas dentro das formas do sistema produtor de mercadorias é naturalmente incapaz de reconhecer esse fato.

c) Acima dessas formações mais antigas (que continuam existindo em diversos níveis) encontra-se, por fim, como camada mais recente da formação de preços, um sistema (ou mais exatamente: um conglomerado bastante confuso) de preços de reforma que têm sua origem nas tímidas tentativas de reforma realizadas desde os anos 60, ora parcialmente revogadas, ora tematizadas novamente. Nessa fase passou-se finalmente a admitir, o que é absolutamente correto no sentido da reprodução básica fetichista, que a formação de preços obedece a determinadas leis autônomas, tanto frente às determinações políticas quanto frente ao suposto valor verdadeiro, mas também esse reconhecimento permanece dependente do sistema e preso às contradições de uma modernização recuperadora.

Nenhuma dessas três tentativas principais, as únicas possíveis, de estabelecer um sistema de formação de preços para "mercados planejados" pode acabar com as irracionalidades desencadeadas por um sistema produtor de mercadorias desligado da concorrência. Pois é óbvio que jamais se compensam com medidas secundárias realizadas na superfície do mercado (isto é, no sistema de formação de preços) os defeitos primários na base da reprodução social, que se manifestam em constelações de interesses e imperativos objetivos. Apesar disso, ou precisamente por isso, é necessário examinar mais detalhadamente os mecanismos que atuam nessa infertilidade.

Os preços, conforme afirma a economia política, indicam a escassez relativa de bens. Mas o conceito de relatividade tem que ser interpretado num sentido extremamente amplo, muito além de seu horizonte lógico, para abranger fenômenos tão estranhos quanto a destruição de enormes quantidades de alimentos, a paralisação de recursos humanos e materiais em grande escala (aniquilação de capital, desemprego em massa), a destruição, seguida pela reconstrução provisória e dispendiosa, de fundamentos naturais, bem como o desperdício de recursos em produções que trazem em si sua própria finalidade, não resultando delas nenhum valor de uso individual ou social. Evidentemente não se refere essa escassez, de modo algum, nem relativa nem absolutamente,

ou então apenas em casos excepcionais (por exemplo, quando se trata de determinados metais objetivamente raros etc.), a recursos naturais, material-sensíveis ou humanos.

No entanto, não se trata de uma produção de valores de uso sensíveis, mas sim do automovimento tautológico e fetichista do dinheiro, que traz em si sua própria finalidade, pressupondo-se que também nessa forma de dinheiro se expresse aquela escassez ominosa. Não se trata, portanto, de escassez no nível sensível-material, porque nesse podemos observar também no Ocidente atos de dissipação e desperdício grotescos e socialmente prejudiciais, mas sim da escassez relativa de capacidade aquisitiva social que, por sua vez, tem sua origem na escassez relativa da exploração lucrativa de força de trabalho. No mesmo grau em que mais ou menos trabalho vivo pode ser utilizado de forma lucrativa, resulta relativamente mais ou menos capacidade aquisitiva social em forma de salário e lucro. Para os ramos de produção e as empresas individuais, essa conexão apresenta-se como limite de sua lucratividade, isto é, como limite de sua capacidade de atrair, com despesas de produção dadas, tanta capacidade aquisitiva social que os preços realizáveis contêm um lucro suficiente. A capacidade de produção e distribuição de bens não está, portanto, nem um pouco limitada pela falta relativa de recursos naturais, sensíveis, mas unicamente pelo fetichismo do capital e de suas leis de movimento. E somente nesse sentido os preços indicam aquela escassez relativa.

Marx mostrou isso no terceiro volume de *O capital*, no exemplo da transformação de valores em preços de produção, que não se expressam diretamente pela soma das quantidades de trabalho individualmente despendidas, mas sim pelo movimento social da mais-valia e pela transformação dessa em lucros empresariais. Os preços de produção (que somente num nível global-capitalista, realizado por nenhuma instância, voltam a coincidir com os valores) constituem-se, portanto, depois de passar pela taxa de lucro social média, a qual, por sua vez, somente pode vir a existir e ser estabelecida repetidamente devido ao processo cego da concorrência.

Os preços que resultam do cálculo da média das taxas de lucro diferentes das diversas esferas de produção e do acréscimo dessa média nos preços de custo das diversas esferas de produção são os *preços de produção*. Pressuposto deles é a existência de uma taxa de lucro geral, e essa, por sua vez, pressupõe que as taxas de lucro de cada esfera de produção particular já estejam reduzidas ao número correspondente de taxas médias. [...] O preço de produção da mercadoria é, portanto, igual a seu preço de custo mais o lucro que, de acordo com a taxa de lucro geral, lhe é percentualmente acrescentado, ou igual a seu preço de custo mais o lucro médio. [Marx, 1965b (1894), p. 167]

O que os preços de produção indicam é, portanto, a escassez relativa de rentabilidade social na produção de bens ou, em outras palavras, o limite relativo da capacidade de produção. Mas esse não se alcança ali onde faltam recursos reais, mas sim ali onde uma produção fica abaixo da taxa de lucro média. E isso significa, no jargão da economia política, os conceitos "escassez" e "rentabilidade".

A reprodução do socialismo real, porém, apesar de definida como acumulação de capital, carece daquele mecanismo interno em que a mais-valia social se divide nas diversas formas de lucro, sendo apropriada como lucro pelas empresas individuais, mediante o movimento da concorrência. Por isso não se podem formar aqueles preços de produção** que, no jogo das forças da con-

* Um papel triste desempenha nesse sentido a esquerda marxista tanto do Leste quanto do Oeste, que costuma esquecer todos os fundamentos da crítica da economia de Marx logo que passa do sermão dominical crítico, filosófico, para a análise e os aspectos "práticos" de problemas sócio-econômicos concretos e atuais. Com a maior naturalidade põe-se a confabular no provado jargão dos economistas sobre a "escassez" e a exigir "rentabilidade", como se essas categorias famosas não tivessem nada a ver com aquelas metas de "lucro" e "exploração" oficialmente combatidas e condenadas, como se fossem determinações quase ontológicas da reprodução social em geral. Não admira que a esquerda teórica perdeu nesse ponto, após o colapso do socialismo real, quase todos os escrúpulos, praticando sua "crítica" barata apenas nas esferas do palavreiro "político".

** Também os preços de produção não são idênticos aos preços de mercado empíricos, o que se pressupõe aqui para simplificar. Na prática, acontecem outras tantas modificações. Mas aqui trata-se apenas de expor o problema fundamental, para pôr em relevo o defeito decisivo do sistema de formação de preços do socialismo real.

corrência e na distribuição, por ele condicionada, dos recursos entre os diversos ramos da produção, têm que indicar aquela relação de escassez, isto é, a rentabilidade da produção.*

As empresas referem-se, portanto, diretamente, sem que interfira o correspondente mecanismo de mediação social, à mais-valia global social que está submetida aos comandos burocráticos externos. Trata-se, por assim dizer, de um capitalismo cujo fluxo sanguíneo foi interrompido e que constantemente tem que ser mobilizado artificialmente por um aparelho cardíaco-pulmonar, e nesse caso por um modelo produzido pelo socialismo real e, portanto, defeituoso e incapaz de funcionar. As dificuldades e as camadas do sistema de formação de preços refletem a impossibilidade lógica e prática de realizar, por meio da subjetividade burocrática, uma transformação de valor em preço e de chegar a preços de produção adequados.

Nem o custo empresarial nem o acréscimo de lucro, dos quais se compõe o preço de produção, podem constituir-se no movimento da concorrência, como corresponde à sua natureza, porém têm que ser fixados pela burocracia, caso a caso, em nego-

* Dessa constelação de problemas resulta também, em última instância, uma discussão teórica aparentemente independente, tanto dentro do marxismo quanto entre esse e a economia política acadêmica, a saber, a que diz respeito ao problema da transformação, isto é, a transformação de valor em preço de produção. A afirmação sempre repetida a respeito de Marx não ter resolvido satisfatoriamente esse problema no terceiro volume de *O capital* (havendo, por isso, um abismo entre a teoria do primeiro e do terceiro volumes) deve-se a uma única razão: os críticos não aceitam o caráter de objetividade cega do valor ou do "sujeito automático" (Marx) e de todas as suas emanações, querendo reincorporá-los, e com isso também e sobretudo a formação de preços, à subjetividade burguesa das ações no mercado. Na medida em que se trata de marxistas, esse debate implica a pretensão teórica e prática e a impossibilidade positiva, não de querer suprimir as leis fetichistas do valor, mas sim de "planejá-las conscientemente", o que naturalmente também implica uma transformação consciente e "planejada" dos valores em preços de produção. O fato de que essa colocação do problema, como é justo, não trouxe nenhuma solução teórica e o fracasso prático não conduziu ao reconhecimento do absurdo das próprias premissas, mas sim, ao contrário, à condenação da teoria do valor do trabalho de Marx. Se, portanto, a transformação de valor em preço, devido a sua própria natureza, não pode ser "planejada", atribui-se a culpa disso justamente à teoria supostamente falsificada de Marx, que desde sempre ressalta precisamente essa impossibilidade. Essa é realmente a acrobacia teórica mais desastrosa do marxismo do movimento operário, que aspirava à felicidade econômica.

ciações com as empresas. Mas, uma vez que com a ausência do mecanismo da concorrência a transformação de valor em preço carece de qualquer fundamento objetivo, chega-se necessariamente a decisões arbitrárias que nada mais podem ser que compromissos entre os desejos e as constelações de interesses da burocracia e das empresas. E como estas não possuem nenhuma racionalidade sistemática no sentido da lógica do capital todavia pressuposta, têm que se limitar a corrigir na superfície do sistema de preços o desperdício de recursos predeterminado na relação social básica:

Quando o preço de um material do qual se sabe que é realmente escasso não reflete essa circunstância, é provável que se gaste dele, em projetos de investimento planejados, uma quantidade maior que a disponível; portanto, precisa-se introduzir diretrizes administrativas ou medidas de racionamento. Ou, para dar outro exemplo que contém um aspecto em princípio importante: supondo que os preços se baseiem no custo, e também supondo que haja duas máquinas que para o produtor tenham o mesmo custo e proporcionem o mesmo lucro, sendo, porém, uma delas muito mais produtiva no emprego. Se o fato de produtividade maior não se refletir no preço e no lucro, uma decisão que se refere à norma de eficiência da empresa produtora [...], sob aspectos econômicos globais, pode ser muito menos eficiente. [Nove, 1980, p. 188]

A fome de um *input* abstrato máximo de material, força de trabalho e tempo de trabalho faz com que tendencialmente aumente cada vez mais o custo individual das empresas. Sob a lei da concorrência, a formação de preços não poderia levar em conta essa tendência, porque é determinada pelo movimento do mercado, independentemente do custo individual. Mas, sem essa lei, o nível de custo, também o social global, tem que elevar-se constantemente, em vez de baixar em virtude da obrigação de produtividade.

Uma vez que, por isso, o "valor verdadeiro", pelo menos dentro dos limites do sistema da economia de comando, é absurdamente alto e continua subindo constantemente, não pela expansão inten-

siva dos mercados, mas sim unicamente pela expansão extensiva do custo, ocorre necessariamente uma elevação constante do nível de preços que faz surgir uma pressão inflacionária. A burocracia está em desvantagem frente às empresas porque quer insistir em preços baixos e porque seu próprio imperativo de maximizar o valor, sob as condições dadas do sistema, resulta no contrário, ou seja, no aumento do input abstrato e, conseqüentemente, do custo, e também, com isso, dos preços. Além disso, as empresas têm de fato o monopólio de informação sobre o custo efetivo, podendo contar às instâncias burocráticas o que lhes convém. Finalmente, isso acontece também quando a burocracia concede às empresas certas margens na elevação dos preços para inovações de produtos, a fim de melhorar a qualidade do valor de uso. As empresas aproveitam-se dessa oportunidade para realizar pseudo-inovações à maneira de Potemkin, dando simplesmente outros nomes aos produtos e aperfeiçoando-os apenas aparentemente, para poderem exigir preços mais altos:

Fui uma vez visitar uma empresa construtora de máquinas pesadas que afirmou ter em seu programa 38% de produtos novos. Mas a mim, os produtos do século passado que estavam expostos na parede da sala de reuniões pareciam quase idênticos aos atualmente produzidos. O fato de a empresa alcançar uma taxa de inovação de 38% deve-se obviamente à habilidade do contador-chefe. [Cornelsen, 1989]

Situação não melhor que a do custo de produção, da base dos preços de produção, é a dos lucros acrescentados. Já que esses não se constituem de maneira objetiva, pela mediação da concorrência no mercado, sendo também burocraticamente fixados, carecem de qualquer critério objetivo. E definitivamente põe-se o bode para cuidar da horta quando, em face dessa problemática, justamente o próprio custo básico é elevado ao grau de um critério pseudo-objetivo para os lucros:

Além disso, as empresas estão interessadas em manter no nível mais alto possível o custo de produção, porque a margem de

lucro é calculada como percentagem do custo de produção. [Saslaws-kaja, 1989, p. 100]

Em vez de diminuir, portanto, a tendência à inflação do custo, o critério do lucro ainda a potencia. Todas as reformas realizadas dentro da estrutura da economia de comando não podem mudar nada nesse dilema, pois não existe outro critério.

É óbvio que nessas condições de uma inflação de custo permanentemente crescente a consequência teria que ser uma hiperinflação correspondente dos preços. Nem o critério do "valor verdadeiro", ingênuo do ponto de vista da economia política, nem muito menos uma liberação da formação dos preços pelas empresas pode mudar alguma coisa nessa lógica que reina dentro das estruturas básicas estatistas. O "valor verdadeiro", por sua vez, reconduz tautologicamente ao "custo real", e esse, devido à natureza do sistema, é elevado por princípio por parte das unidades empresariais. A liberação da formação dos preços, por outro lado, enquanto não se baseia numa concorrência aberta no mercado e na possibilidade de falência, incitaria ainda mais uma inflação arbitrária dos preços, uma vez que, nesse caso, segundo a lógica econômica, iniciar-se-ia necessariamente uma concorrência orientada não pelo preço mais baixo, mas sim pelo preço mais alto.*

Como solução inevitável resta, portanto, apenas um caminho, ainda que cada vez mais precário e, devido a sua natureza, de sustentabilidade apenas limitada, que é a subvenção permanente e crescente dos preços por parte do Estado. Nesse sentido, a ca-

* Nesse dilema fracassaram até agora todas as tentativas de reformas de preços dentro do socialismo real que, sob a premissa de "mais economia de mercado", pretendiam conceder a esse respeito mais autonomia às empresas. Têm toda razão, nesse sentido, aqueles críticos ocidentais que consideram "um pouco mais de mercado" tão impossível quanto "um pouco mais de gravidez". A liberação dos preços somente pode conduzir à diminuição do custo quando a concorrência com todas as consequências é liberada sem reserva, o que é naturalmente idêntico à capitulação incondicional da economia de comando estatista e de suas elites burocráticas, capitulação que, por sua vez, pressupõe o colapso total que hoje de fato está acontecendo. Mais tarde mostraremos que da adoção então necessária da lógica ocidental "normal" da economia de concorrência não resultará nenhum melhoramento da situação de vida das massas, mas sim que atuará de forma ainda pior a lógica do mercado mundial.

mada mais antiga do sistema de formação de preços, isto é, o preço político subvencionado, que faz lembrar os fundamentos e os modelos da economia de guerra, não apenas se conserva plenamente, mas até tem que expandir-se. No fundo, todos os preços são preços políticos, do mesmo modo que todo "Estado racional" do "mercado planejado" se baseia na ilusão da vontade política de uma subjetividade burguesa.* Também os preços não diretamente subvencionados (por exemplo, em virtude do monopólio do comércio exterior do Estado) são em última instância políticos e contribuem para aumentar a pressão inflacionária, por exemplo, na forma da importação proibida de mercadorias estrangeiras mais baratas.

Sobretudo, porém, faz-se sentir de forma cada vez mais insuportável a pressão das crescentes subvenções diretas. Já que a inflação do custo empresarial está subindo constantemente, tem que ser aumentada também a subvenção dos preços por parte do Estado, o que, por falta de receitas públicas suficientes, somente é possível pela impressão de notas de banco. Dessa maneira abre-se uma tesoura monetária que já não pode ser fechada dentro da lógica estatista e que prepara o colapso das finanças públicas e do sistema monetário. A insustentabilidade das subvenções dos preços manifesta-se de forma mais clara nos preços dos alimentos. Na União Soviética, por exemplo, a situação é a seguinte:

Atualmente, o preço do pão, bem como o da carne e dos laticínios estão fixados no comércio estatal num nível extremamente

- * Também a esse respeito cabe ressaltar que fenômenos análogos não são, de modo algum, alheios ao capitalismo ocidental. Não apenas nas economias de guerra ocidentais existia o mesmo tipo de preços políticos subvencionados. Subvenções protecionistas de caráter direto ou indireto podem ser encontradas em todas as economias de mercado, sem exceção; basta lembrar o sistema de subvenções intensivo e dispendioso da agricultura da Comunidade Européia. Conhecidas são também as subvenções de preços político-sociais do fascismo na Alemanha, Itália e Espanha, do peronismo na Argentina ou da maioria dos atuais regimes do Terceiro Mundo. A diferença ao socialismo real é também nesse caso apenas relativa e deve-se ao congelamento do estatismo: no Oeste e no Sul, os sistemas de subvenções são sempre de novo corroídos pelo sistema monetarista oposto e não se podem consolidar e expandir no mesmo grau da economia de comando congelada.

baixo, encontrando-se abaixo dos preços dos produtores. Com um preço de venda médio de 1,80 rublos por quilo de carne, no comércio estatal, a subvenção é de mais de 3,50 rublos. Ao todo, as subvenções estatais para esse grupo de alimentos somam mais de 60 bilhões de rublos, frente a uma receita estatal global de 480 bilhões de rublos. [Aganbegjan, 1989a, p. 43]

Não é melhor a situação na RDA, apesar de ali toda a estrutura industrial e a infra-estrutura estarem mais desenvolvidas do que a média na União Soviética, apresentando o nível mais alto de todo o bloco oriental:

Mais de quatro quintos do custo efetivo da produção ou importação de alimentos é pago na RDA pelo Estado. [...] Segundo esse número, o Estado está subvencionando neste ano os alimentos com aproximadamente 33 bilhões de marcos orientais, pagando assim 84% do custo efetivo. [*Frankfurter Rundschau*, 23.11.1989]

As subvenções apenas dos alimentos ultrapassam atualmente na União Soviética 100 bilhões de rublos (Aganbegjan, 1989b), na RDA chegaram por fim a constituir 20% do orçamento estatal (Cornelsen, 1989). E ainda por cima houve um aumento acentuado nas últimas décadas:

As subvenções, no passado uma "vacca sagrada" na RDA, aumentaram entre 1970 e 1989 de 8 para 58 bilhões de marcos (orientais), o que significa um aumento de 7% ao ano frente a um crescimento anual da renda nacional entre 3,5 e 4%. [*Handelsblatt*, 15.11.1989]

No entanto, não devemos deixar de ver que essas consequências fatais não se devem simplesmente a "erros" do sistema, sendo esse próprio sistema um produto da lógica histórica da modernidade. As "adversidades" do sistema produtor de mercadorias estão condicionadas, por sua vez, pelo sistema, e a correção de supostos "erros" conduz apenas a novos "erros", conforme

ainda veremos. Mas primeiro é necessário continuar no exame das contradições e dos potenciais de crise imanentes do "mercado planejado" da economia de comando, que de modo algum se limitam a manifestar-se no sistema de preços disfuncional.

Estrutura dos investimentos e "construção de catedrais"

A disfuncionalidade tem sua continuação lógica no sistema de investimentos e no comportamento real das unidades empresariais e do Estado nessa área. Encontramos aqui, em princípio, as mesmas irracionalidades que levam ao extremo, e até ao absurdo, todas as contradições do sistema produtor de mercadorias, e que já reinam na área do valor de uso e da produtividade das produções correntes, expressando-se e potenciando-se nestas pelo sistema de preços disfuncional. Segundo a lógica abstrata do crescimento (acumulação de valores), estabelece-se o imperativo sistemático de uma reprodução crescente, para além das necessidades, e com isso, em princípio, o crescimento do setor dos bens de investimento. A esse respeito, no entanto, podemos observar nos sistemas da economia de comando uma estranha contradição: por um lado, parece tratar-se de investimentos insuficientes, quando se fala de instrumentos de produção antiquados e defeituosos etc.; por outro lado, porém, há reclamações de *investimentos excessivos* (cf. Nove, 1980, pp. 194 ss.) que são feitos a cargo da produção corrente, particularmente da indústria de bens de consumo.

Essa contradição, por sua vez, é explicada pela indiferença objetivamente condicionada frente ao valor de uso e à produtividade, que obviamente tem que se manifestar também no comportamento na área dos investimentos. O que ocorre na produção corrente, onde uma empresa consegue o melhor resultado monetário frente à burocracia mediante o simples aumento do custo e o aperfeiçoamento aparente do valor de uso, repete-se na área dos investimentos destinados à reposição e ampliação. Também aqui a burocracia engana-se a si mesma e mina sua própria função

controladora pela remuneração de um “crescimento” abstrato, não filtrado pela concorrência no mercado.

Em primeiro lugar, o limite de um comportamento racional na área dos investimentos (“racional” — cabe ressaltar novamente — apenas no sentido das metas de utilização fetichistas) já está fixado pelo fato de que os lucros que poderiam ser destinados ao reinvestimento não podem ser absorvidos e aplicados de forma autônoma pelas próprias empresas, mas têm que ser entregues ao Estado, já que constituem sua fonte de renda principal.* A absorção centralizada dos lucros tem naturalmente sua razão na lógica histórica daquela modernização recuperadora, imposta pela concorrência externa. Essa lógica exigiu um planejamento estratégico da mais-valia para os setores básicos necessários da infra-estrutura, da indústria pesada etc., e isso contra a lógica representada pelas empresas particulares. Mas esse procedimento revela sua irracionalidade quando enfrenta as necessidades de investimentos de um crescimento “intensivo”, as quais, após a Segunda Guerra Mundial, apresentaram-se de forma cada vez mais irrecusável.

Pois a burocracia, devido à sua carga hereditária histórica (e também, talvez, devido às suas estruturas de pensamento sociais), está programada para a megalomania, para megaprojetos de investimento como usinas elétricas, barragens, deslocamento de rios inteiros, construções gigantescas e, naturalmente, o armamento.** Além disso, absorve como uma esponja gigantesca uma parte considerável dos lucros arrecadados, redistribuindo-os para fins duvidosos ou privados e em estruturas nepotistas. E em terceiro lugar, não dispõe de informações concretas suficientes para poder avaliar as necessidades de investimentos das empresas. Uma vez que falta a pressão da concorrência, os pedidos

* Por isso, aliás, não existe, ou então existe apenas em forma pouco desenvolvida, um sistema tributário geral análogo ao ocidental, parecendo ser uma alternativa pouco séria e dificilmente realizável. E isso é lógico em países onde o Estado, como proprietário, já absorve os lucros de todas as empresas.

** Esse fenômeno é o núcleo real de todas as teorias que descobrem no socialismo real traços de orientalismo ou traços faraônicos. Mas, por mais que os superprojetos megalomaniacos burocraticamente mediados possam lembrar formações históricas mais antigas, referem-se em cada época a mecanismos básicos completamente diferentes.

das próprias empresas não precisam orientar-se pelo imperativo de produtividade.

Já por esses fatores explica-se por que uma parte considerável dos investimentos excessivos tem que se destinar a projetos desnecessários. Essa tendência intensifica-se pelo imperativo abstrato de crescimento, filtrado pela burocracia em vez da economia de concorrência. A burocracia provoca uma inflação de custo não apenas nas produções correntes, mas também nos investimentos. Isso manifesta-se sobretudo na relação entre os investimentos de reposição e de ampliação. Toda empresa ocidental está obrigada pela concorrência a renovar e modernizar de fato, depois de certo tempo, suas máquinas amortizadas, de acordo com o atual nível de produtividade social. E somente depois de cumprir satisfatoriamente esse imperativo primário dos investimentos, ela pode pensar em investimentos de ampliação, para aumentar sua participação no mercado e intensificar as vendas. Já que não atua essa coação na economia de comando e, por outro lado, uma vez que, em razão do "crescimento" econômico, particularmente os investimentos de ampliação são remunerados pela burocracia na forma de concessão de fundos e material, as conseqüências são previsíveis: os investimentos de reposição, que são menos lucrativos, ficam desatendidos; o parque de maquinaria é amortizado, mas não renovado de fato, tornando-se assim antiquado e propenso a consertos, o que baixa o nível da produtividade:

Infelizmente temos que constatar que durante décadas não se empregou nenhum recurso na renovação ou na compra de máquinas de produção. Aproximadamente 60% das empresas produtoras de bens de consumo são antiquadas. [Aganbegjan, 1989b]

Isso aplica-se igualmente a todos os países do socialismo real. Também nessa área, a situação não era nada melhor na RDA, o país mais desenvolvido entre as economias de comando. Os especialistas e assessores de empresas ocidentais que, após a abertura das fronteiras, puderam viajar pela RDA (e particularmente pela província, até então oculta ao olhar público) para visitar as

empresas ficaram horrorizados e abalados; tiveram um aperto no coração ao verem as ruínas abandonadas de indústrias que ainda estavam produzindo. A realidade foi muito pior do que a situação inevitavelmente imaginada e comentada há muito tempo:

Nada está realmente bem organizado; muitas vezes, as máquinas são velhas e quebradas. Por isso, muitas empresas da RDA têm que empregar um número inimaginável de pessoas somente para fazer consertos. Além disso, essas máquinas e instalações gastam material e energia em excesso, e isso aumenta a escassez. [Cornelsen, 1989]

Enquanto o aparato de produção propriamente dito e o parque de maquinaria ficam incrivelmente abandonados porque sua renovação, sob as condições dadas, não é lucrativa para as empresas e nada contribui para o resultado monetário, realizam-se, por outro lado, os investimentos de ampliação, remunerados pela burocracia, segundo o método provado do Príncipe Potemkin. Os investimentos excessivos dessa área entram sobretudo em projetos de construção porque esses são mais apropriados para manobras contra a burocracia e para fazer desaparecer recursos. Como funciona isso, pode revelar-nos também o "reformador" Aganbegjan:

No setor de construção, por exemplo, escolheu-se como base a extensão das obras realizadas: quando se constrói um objeto caro, os salários são altos, quando se trata apenas de instalações limitadas, os salários são mais baixos. O resultado dessa política eram obras inacabadas no valor de aproximadamente 30 milhões de rublos. As empresas construtoras adaptaram-se imediatamente às novas condições: formalmente, a extensão estava dada, mas nada foi terminado. [Aganbegjan, 1989b]

Mas não são tão novas assim essas condições, conforme provam reclamações análogas do passado. Em nenhum outro setor a simulação de valor de uso, o cumprimento apenas formal do plano podem ser praticados com maior facilidade que em projetos de construção, particularmente em obras muito grandes que podem então demorar como a edificação de uma catedral medieval.

Aumenta o número de obras inacabadas a despeito dos repetidos apelos "de concentrar os recursos no acabamento". Ano após ano o ministro da Fazenda reclama daquilo que chama de "dissipação de recursos na indústria de construção". [...] O fluxo constante de recursos e bens centrais para determinada região tem suas vantagens, porque uma parte desses recursos pode ser aproveitada para outros fins, e assim não há nenhum motivo para terminar logo um grande projeto. [Nove, 1980, pp. 195 ss.]

Os meios de investimento, devido à estrutura da absorção centralizada, não apenas entram, portanto, em projetos disfuncionais e megalomaniacos, mas também fica inacabado um número crescente desses projetos. Às ruínas de indústrias e aos instrumentos de produção que parecem ser peças de museu, por falta de investimentos de reposição e modernização, junta-se um número gigantesco de ruínas de investimento na forma de objetos de construção e de outro tipo, jamais terminados, com os quais estão salpicados os países das economias de comando baseadas na economia de guerra. E ainda por cima, essas ruínas de investimento estão sujeitas à mesma inflação de custo de todas as demais produções, o que significa outro agravamento para o orçamento público e o volume de suas subvenções. Dessa maneira são consumidos os meios que na verdade deveriam ser empregados em investimentos produtivos. Com isso, inicia-se um movimento espiral que não apenas tem que conduzir ao colapso das finanças, senão também àquele da produção material, que se torna cada vez mais mórbida.

Por outro lado, a renúncia à absorção central dos lucros pelo Estado ou a delegação parcial ou total das decisões de investimento às empresas, experimentadas repetidas vezes em diversas iniciativas de reforma, teriam no contexto da estrutura estatista os mesmos efeitos negativos de uma liberação correspondente da formação de preços: o comportamento disfuncional e absurdo das empresas, de acordo com seu interesse abstrato preestabelecido, agravar-se-ia de forma ainda mais descontrolada. Além disso, o Estado já não pode renunciar à absorção dos lucros, porque depende

dela em razão do volume constantemente crescente das subvenções, não lhe restando outro caminho que uma política monetária de emergência, com um curso médio entre a inflação causada pela emissão excessiva de notas de banco e a falência nacional. *

* Por toda parte, a dívida interna dos Estados do socialismo real aumentou em dimensões insuportáveis. Como também nas economias de guerra ocidentais da época das guerras mundiais, trata-se principalmente de dívidas diretas e precárias com o banco emissor, enquanto a dívida pública do Ocidente, que sem dúvida representa um fator de crise especial, está hoje em grande parte mediada pelos mercados financeiros nacionais e internacionais. Na União Soviética, o déficit interno do Estado alcançou um total de pelo menos 100 bilhões de rublos, levando-se em conta a estatística pouco confiável e a tendência da burocracia, apesar da *glasnost*, de fazer segredo de números "negativos". E semelhante é a situação em todos os demais países do socialismo real.

CRISE E COLAPSO DA ECONOMIA DE COMANDO

Economia de escassez e concorrência secundária negativa

O resultado lógico do socialismo real é uma extensa economia de escassez que penetra todos os setores e determina a vida social e individual. Nesse nível desenvolve-se então necessariamente uma concorrência negativa entre as empresas, que açambarcam material, roubam umas das outras, aliciam mão-de-obra alheia etc.

As empresas concorrem com o Estado na absorção dos lucros e nas cotas do plano, as empresas, os ramos e as regiões concorrem entre si na obtenção de fundos e material, os produtores e os consumidores concorrem nos preços e valores de uso dos bens. A rigor, não se pode falar, por isso, de uma liquidação total ou da simples inexistência da concorrência; ao contrário, a "concorrência negativa" do estatismo baseado na economia de guerra nada mais é que uma concorrência invertida, de acordo com o sistema, em comparação àquela do capitalismo ocidental. Realmente eliminada foi apenas a função da concorrência de aumentar a força produtiva, mas não a rivalidade abstrata entre as instâncias sociais e os indivíduos. Essa parece ser secundária porque se refere aos imperativos subjetivos e "políticos" preestabeleci-

dos e às ordens da burocracia, enquanto a "coação muda" da concorrência ocidental, por ser um fenômeno cotidiano e sem sujeito, já não é sentida como condição prévia que impõe determinada forma.

Essa inversão dos problemas da reprodução e da suscetibilidade de crise, que distingue a economia de concorrência ocidental e o estatismo do socialismo real, foi logo percebida, ainda que não enquadrada no contexto histórico e teórico, impossível de avaliar naquela época. Em sua análise, publicada em 1924, do comunismo de guerra, como "período heróico da Grande Revolução Russa", o economista Lev N. Kritzman, falecido em 1938, expõe com nitidez surpreendente a constelação dos problemas. Não afeta absolutamente a lógica de sua análise o fato de que ele enquadra essa constelação no contexto de uma suposta "economia não monetária proletária", isto é, que não a deduz da lógica contraditória de um "mercado planejado", limitando-se à fase muito curta e fracassada de "economia não monetária" do comunismo de guerra,* e que não pode explicar esse fracasso pela lógica interna do processo de modernização, atribuindo-o à mera "imperfeição" de uma "primeira tentativa" sob condições difíceis.

Uma vez que essa efêmera "economia não monetária proletária", como já indica a designação *comunismo de guerra*, representa ela própria um componente e o decorrer do estatismo baseado na economia de guerra, não pode ser considerada, de modo algum, precursora de uma sociedade futura não determinada pela forma-mercadoria. Apenas anuncia o congelamento fatal das estruturas, orientadas na economia de guerra, de um "mercado planejado" dentro da lógica histórica de um estabelecimento recuperador de formas burguesas. Interpretada nesse sentido, a análise de Kritzman torna-se surpreendentemente atual:

* Essa "economia não monetária" do comunismo de guerra tinha de fato traços heróicos. Tratava-se da tentativa, naquela época necessariamente condenada ao fracasso, de "abolir" o dinheiro, tentativa que nem sequer pôde ser formulada como programa, chamando-se por isso de "proletária". O fato de que também essas experiências passageiras com uma "economia não monetária", restritas ao setor de distribuição, tinham que apoiar-se em estruturas de comando estatistas, já anuncia o inevitável retorno, dentro de pouco tempo, do dinheiro, o qual, junto com o Estado, veio a constituir a forma básica inevitável da máquina de modernização soviética.

Como se sabe, a anarquia da vida econômica conduz à situação de que certos produtos que são indispensáveis para a sociedade como um todo não são consumidos e ficam paralisados. Na economia de mercadorias capitalista, realiza-se isso de tal modo que o consumo (a procura solvente), restrito por limitações que lhe impõe a natureza da economia capitalista, não basta para absorver tudo aquilo que foi produzido; o excedente de produtos acumula-se *nas mãos dos produtores* (os proprietários primitivos das mercadorias), crescendo ao mesmo tempo a necessidade desses produtos entre aqueles que não os possuem, ou apenas em quantidade insuficiente. Também na economia não monetária proletária observamos um fenômeno essencialmente análogo, a saber, a impossibilidade de aproveitar (consumir) os produtos existentes e necessários para a sociedade como um todo. Só que esse fenômeno assume aqui a forma contrária; o excedente de produtos não se acumula nas mãos dos produtores, mas sim *nas dos consumidores*. A formação de excedentes nas mãos dos produtores é impossível, a não ser que o produto em questão seja absolutamente supérfluo; pois tal excedente, ao formar-se, é imediatamente distribuído quando se recebe a informação de haver procura desse produto. Mas, em face da multiplicidade e independência recíproca dos órgãos distribuidores [1], é inevitável que, por exemplo, um órgão que precisa de lâmpões receba de outro órgão econômico o número suficiente de vidros (100%), do segundo, 60% dos suportes necessários, do terceiro, 50% dos pavios, e do quarto, 20% dos queimadores; nesse caso, 4/5 dos vidros, 2/3 dos suportes e 3/5 dos pavios estão sobrando e ficarão armazenados por não poderem ser usados. E após um mês, outro órgão que precisa de lâmpões terá que armazenar exatamente aqueles queimadores dos quais precisa o primeiro consumidor de lâmpões. A mesma coisa acontece inevitavelmente com os combustíveis, as matérias-primas e as matérias auxiliares mais diversas. Aplica-se também à mão-de-obra. Na economia de mercadorias capitalista, em que a força de trabalho é uma mercadoria entre muitas, a anarquia da vida econômica conduz à situação de que a força de trabalho fica paralisada com seus proprietários primitivos, os trabalhadores: acontece um aumento do desemprego. Na economia não monetária proletária, a força de trabalho fica paralisada entre seus consumido-

res, ao desemprego correspondem aqui as interrupções do processo de trabalho, altamente características dessa economia, o descanso dos trabalhadores em consequência do abastecimento interrompido da empresa ou dos trabalhadores. Também nesse caso trata-se do mesmo fenômeno, que se manifesta de forma invertida. Todas essas manifestações (e muitas outras) de desconcerto da vida econômica, ao se acumularem, conduzem, tanto na economia de mercadorias capitalista quanto na economia não monetária proletária, a crises gerais da produção (e da troca). A restrição da produção, a restrição dos transportes, a diminuição da troca, a diminuição do consumo, em resumo, o conteúdo das crises é absolutamente igual aqui e ali. Mas suas formas de manifestação são diretamente opostas. Na economia de mercadorias capitalista, que se caracteriza pela anarquia da distribuição (e por conseguinte, das vendas), manifesta-se a crise como *crise de venda*, como impossibilidade de realizar as mercadorias que possui o produtor. Na economia não monetária proletária, que se caracteriza pela anarquia do abastecimento [!], manifesta-se a crise, ao contrário, como *crise de abastecimento*, como impossibilidade de obter os produtos dos quais se precisa para o consumo. Em outras palavras: na economia de mercadorias capitalista, a crise da produção manifesta-se na forma de uma *crise de superprodução*, na economia não monetária proletária, na forma oposta, isto é, numa *crise de subprodução*. O desconcerto da vida econômica, a clara evidência da anarquia da economia assume na economia de mercadorias capitalista a forma de abundância geral, e na economia não monetária proletária, a de *escassez* geral. Em ambos os casos, isso não significa que seja absolutamente impossível o consumo dos produtos excedentes ou a produção daqueles que faltam. Essa impossibilidade não é de ordem natural, mas sim social; não se origina na natureza das coisas, mas sim na natureza da sociedade em questão. A abundância do primeiro caso e a escassez do segundo são apenas a causa aparente da crise, perceptível na superfície. [Kritzman, 1971 (1924), pp. 194 ss.]

Já que ainda setenta anos após o comunismo de guerra, na União Soviética e em todas as demais economias de comando estatistas baseadas na economia de guerra, os mesmos fenômenos não apenas continuam existindo, mas ainda se agravaram até

a insuportabilidade, podemos supor que o "mercado planejado" posterior e a suposta "economia não monetária proletária" se fundamentam na mesma lógica. Abstraindo-se da terminologia desconcertante de Kritzman, que cria, por exemplo, o termo curioso da "anarquia da economia não monetária", compreende-se facilmente que ele, com a "igualdade absoluta" do conteúdo que assume "formas de manifestação diretamente opostas", se refere, sem saber, à igualdade da lógica básica: a lógica da exploração de trabalho abstrato, a qual o pensamento de Kritzman ainda não pode transcender porque confunde a liquidação transitória, apenas externa, do dinheiro com a supressão da "economia de mercadorias capitalista".

De fato, a identidade da crise e da restrição tanto da produção quanto do consumo é evidentemente inerente ao sistema do trabalho abstrato, como tal; sua manifestação oposta, invertida, marca apenas a diferença entre a lógica estatista e a monetarista dentro das mesmas categorias básicas. De acordo com isso, a dinâmica da concorrência e o revezamento flexível de monetarismo e estatismo, no Oeste, implicam também a alternância dinâmica de prosperidade e crise, enquanto o congelamento estatista do Leste tinha que conduzir ao congelamento subsequente da crise, na forma de economia de escassez permanente e estagnante.

Mas Kritzman descreve adequadamente o mecanismo invertido na relação entre produção, distribuição, circulação e consumo dos bens numa economia de comando estatista, apesar de não reconhecer a transcendência efetiva. O que ele chama de acumulação de "excedentes nas mãos dos consumidores" aparece hoje nos debates de reforma como "ditado dos produtores" que tem que ser rompido; e trata-se realmente do mesmo fenômeno dentro da concorrência secundária negativa. Pois enquanto os produtos aparentemente excedentes se acumulam no Ocidente nas mãos dos produtores, por serem *invendáveis*, as economias de comando garantem aos produtores, à maneira de Fichte, a venda dos produtos. Mas na medida em que as empresas, por outro lado, são consumidoras no "consumo produtivo", acumulam-se nelas, pelos motivos mais diversos, bens inaproveitáveis que são obrigadas a comprar.

Mas não se trata apenas de uma irregularidade da distribuição, tal como a representa no exemplo de Kritzman a proporção entre suportes de lâmpões, pavios e queimadores; esse tipo de irregularidade ainda poderia ser corrigido ou pelo menos moderado por medidas organizatórias. Ao contrário, as empresas, conforme mostramos, fornecem umas às outras conscientemente produtos defeituosos que naturalmente se acumulam nelas, no papel de consumidoras, precisando de consertos, modificações ou da simples remoção, ocupando os depósitos etc. Mas isso ainda não é tudo. A economia de escassez cria também a necessidade preventiva de pedir, de açambarcar e, por isso, de fazer "desaparecer" bens, materiais e máquinas de fato ou supostamente escassos, independentemente das exigências do "consumo produtivo"; precisamente nessa área realiza-se uma parte essencial da concorrência secundária negativa.* E quando as empresas e os *combinats*, em seu desespero, passam afinal, contra toda razão, à fabricação própria de produtos prévios, peças de reserva e máquinas, na tentativa de substituir o sistema da divisão social do trabalho em dissolução,** completa-se a cena, indo-se muito além dos exemplos ainda relativamente inocentes de Kritzman.

*Dificuldade de consumo,
excedente de dinheiro e mercado negro*

Enquanto a economia de escassez se manifesta por parte das empresas como concorrência negativa e acumulação de material

- * Isso inclui naturalmente caminhos informais e ilegais de abastecimento. Na União Soviética existe para esse fim em todas as empresas a instituição semilegal do *tolkach*, cuja função exclusiva consiste em arrumar material mediante negócios no mercado negro, açambarcamento e suborno. Fenômenos semelhantes são constantemente relatados nos países da Europa oriental. Na RDA, não era nada incomum diretores de empresas percorrendo o país em seus carros particulares, à procura de peças de reserva: o verdadeiro remate de uma "economia planejada" e do "Estado racional" de Fichte.
- ** Daí explica-se concretamente a mencionada pouca densidade e profundidade, até tendencialmente regressiva, do entrelaçamento industrial na reprodução da economia de comando.

em parte inútil, em parte açambarcado, apresenta-se ela por parte do consumo individual como pobreza geral, como subconsumo progressivo das massas. Pois a produtividade baixa e estagnante conduz necessariamente a salários analogamente baixos. A distância em relação ao nível ocidental ficou cada vez maior, como mostra a comparação da RDA e da RFA desde 1961:

Também naquele tempo, o nível de vida da RFA estava mais alto que o da RDA. Mas não havia grandes diferenças. Os salários em marcos orientais encontravam-se ali aproximadamente no mesmo nível dos salários em marcos ocidentais aqui. Nas agências de câmbio de Berlim Ocidental, o marco oriental era cotado em 0,25 marco ocidental. Hoje, os salários são duas vezes e meia mais altos que os da RDA, na moeda correspondente, e as aposentadorias são quatro vezes mais altas. O câmbio livre do marco oriental é de 0,10 marco ocidental. [Engels, 1989]

A argumentação de Engels, professor de economia, não é correta sob o aspecto de que comparações diretas de níveis salariais e relações cambiais nada dizem sobre a capacidade aquisitiva real dos dois sistemas diferentes. A capacidade aquisitiva de um salário da RDA não era absolutamente tão baixa quanto sugerem os critérios de comparação aqui adotados. Pois nesse caso, a uma renda de 2000 marcos, na Alemanha Ocidental, teria correspondido em 1989 uma renda de 80 marcos na Alemanha Oriental, levando-se em conta o câmbio. Em virtude do caráter do marco oriental, de moeda puramente interna e inconvertível, a capacidade aquisitiva real era naturalmente muito maior. Mas, apesar disso, permanece um fato incontestável que desde 1961 baixou continuamente a capacidade aquisitiva da renda média da RDA, em comparação ao Ocidente.

Em segundo lugar, porém, existiam cada vez menos coisas que se podiam comprar com esses salários já relativamente baixos. O tempo de espera para um carro na RDA chegou a ser, por fim, de quinze a vinte anos, e para uma linha telefônica, de 25 anos ou mais [!]. Também para os bens de consumo cotidianos

repetiam-se já no passado as notícias de escassez — são conhecidas as filas em todo o bloco oriental. Isto é, os salários baixos nem sequer podiam ser gastos, acumulando-se durante anos e décadas nas cadernetas de poupança da população.

As rendas monetárias da população ultrapassam a produção de bens de consumo e serviços, e a margem entre a procura solvente e a satisfação das necessidades materiais, em vez de diminuir, fica cada vez maior. [Aganbegjan, 1989a, p. 13]

Essa acumulação de procura solvente que não se pode realizar conduz a um excedente de dinheiro cada vez mais perigoso entre as pessoas privadas, que como potencial inflacionário (ao lado da enorme dívida pública devida ao aumento forçoso das subvenções) ameaça toda reforma de preços, manifestando-se por enquanto o baixo valor desse dinheiro não nos preços, mas sim em sua inutilidade, por causa da falta de oferta:

As economias domésticas privadas dispõem de recursos líquidos no valor de aproximadamente 500 bilhões de rublos, mas as prateleiras das lojas estão vazias. [*Frankfurter Rundschau*, 14.12.1989]

Esse fenômeno pode ser encontrado, sem exceção, em todas as economias de comando. Tornou-se também o problema nem de longe superado da união monetária alemã, cujo potencial inflacionário realizar-se-á somente com atraso. Outros efeitos colaterais indesejáveis manifestam-se na motivação da mão-de-obra:

Atualmente, as economias médias correspondem aproximadamente à soma de sete salários mensais médios: as economias globais somam 80% do fundo salarial anual. Por conseguinte, uma parte considerável da população teria, do ponto de vista econômico, a possibilidade de ficar algum tempo sem trabalhar, por exemplo, para procurar um emprego mais adequado. [Saslawsckaja, 1989, p. 80]

Não falta muito para a esquerda apologista do Oeste ser capaz de vender também esse tipo de desemprego como conquista so-

cial. Na verdade, ele conduz naturalmente ao empobrecimento que contamina até o último poro a vida cotidiana das pessoas. O homem culto que está lendo Puchkin enquanto fica na fila é apenas uma lenda. O que a um observador ocidental pode parecer, à distância, um passatempo agradável,* nada mais é que a caça desgastante a bens de consumo, o cultivo de contatos etc. Essa atividade intrigante à qual obrigam as necessidades mais banais, satisfeitas no Ocidente por qualquer supermercado, é conhecida de todas as economias de guerra e de escassez históricas, nas quais, como também nos inícios da época pós-guerra, o açambarcamento tornou-se a atividade mais importante, ocupando todo o horizonte temporal.

Do mesmo modo que causou perplexidade, após a abertura das fronteiras, o cenário de indústrias decaídas, assim também a atitude das massas da RDA que nos primeiros dias esvaziaram as bancas das cidades fronteiriças à procura de revistas pornográficas e sensacionalistas. Mas o que mais se pode esperar de pessoas que na monotonia de suas vidas de caserna nada melhor tinham para fazer que colecionar, como preciosidades ou relíquias, as embalagens coloridas de determinados artigos de consumo ocidentais? O choro convulsivo ocorrido em face da oferta excessiva, de repente acessível, nas lojas de departamentos do vencedor alemão-ocidental no mercado mundial não pode surpreender em pessoas crescidas e educadas nos códigos de uma economia de escassez permanente. Faz parte desta vida acostumar-se com complicados negócios de troca em espécie, para obter as coisas mais banais. Essa é realmente uma caricatura da "supressão do dinheiro" que nessa miserabilidade nem Kritzman teria jamais imaginado:

A esse tipo de negócios, os cidadãos da RDA chamam de "troca circular": Anton precisa de um escapamento novo. Pergunta

* Depois de a *glasnost* fazer transparecer um pouco mais a situação real, também no que se refere à vida cotidiana das massas e às condições estruturais reais, poder-se-ia antes supor que aquele leitor de Puchkin, tantas vezes citado, tenha sido o único homem alfabetizado da fila. Olhando-se mais de perto, volatiliza-se também o suposto excedente educacional. E isso não por último porque também os bens educativos, como, por exemplo, os livros, estão sujeitos às consequências da economia de escassez e até as instituições de ensino estão expostas à decadência geral.

no círculo dos amigos quem poderia arrumá-lo e chega a saber que Berthold tem um escapamento, mas somente o daria em troca de um vaso sanitário. Agora entra no negócio a colega Christiane que, apesar de não poder arrumar um vaso sanitário, dispõe de azulejos de banheiro e os trocaria por cinco caixas de cerveja Pilsner Urquell para a próxima festa. E o Anton que precisa do escapamento adquiriu na semana passada, a um bom preço, precisamente essas caixas de cerveja. Em troca dos azulejos, um conhecido de Dieter, Emil, daria um vaso sanitário; Anton já está a um passo do escapamento, falta só arrumar um cabo de foice que Dieter exige para seu serviço de intermediador. Tudo é mais fácil quando os parentes ocidentais deixaram na última visita "coloridos" ou "moeda" (jargão da RDA para marcos ocidentais), então corre tudo "sem atrito". [*Frankfurter Rundschau*, 1^o.11.1989]

Além da frustrante troca em espécie, o mercado negro, conhecido de todas as economias de guerra e de escassez, é também um fator desmoralizador que marca a vida cotidiana; nele negociasse em dinheiro (ou até apenas em divisas), mas, de acordo com a realidade da economia de escassez, a preços tão horrendos que a subvenção "político-social" dos preços oficiais revela-se como absurda em um número cada vez maior de bens escassos. Não é apenas na União Soviética que o mercado negro se tornou um dos fatores econômicos mais importantes, tanto para as empresas (pensando-se no sistema do *tolkach*) quanto para os indivíduos:

Um problema enorme representa [...] a "economia paralela": o mercado clandestino, controlado por gangues organizadas e com um movimento comercial avaliado em 150 bilhões de rublos, é um fator de poder notável. [*Frankfurter Rundschau*, 25.11.1989]

Não nos surpreende que as conseqüências da estrutura estatista congelada, que se manifestam numa economia de escassez, atingem primeiro e de forma mais grave os fracos da sociedade, que não podem faltar em tal sistema, isto é, sobretudo os aposentados, os enfermos, os deficientes, as crianças de asilos etc.: todos que não têm agilidade suficiente, que não podem arranjar divisas

e que não são capazes de competir no mercado negro. Acrescenta-se ainda a circunstância de que também a burocracia, fixada em crescimento, acumulação de valores abstratos e construção de pirâmides, apesar de todo o palavrorio social, considera todos os "improdutivos" parasitas, e isso tanto mais quanto mais precária se torna a situação das finanças públicas.

Enquanto nas épocas pré-modernas a crueldade contra os fracos, velhos e enfermos se devia ainda parcialmente à força produtiva insuficiente e à dependência da "primeira natureza", resulta ela nos sistemas produtores de mercadorias unicamente do fato de que os homens são apenas "válidos" na medida em que, sem consideração dos recursos reais, podem cumprir o imperativo do trabalho abstrato. As gratificações sociais, concedidas como se joga um osso para o cão, permanecem dependentes dos processos de exploração abstratos e são retiradas sem perdão na crise. Como se sabe, isso ocorre também no Ocidente, cuja administração da pobreza segue a mesma lógica perversa. Também nessa área, a economia de comando do socialismo real levou ao extremo as contradições e a lógica do sistema produtor de mercadorias, em vez de suprimi-las. Segundo as informações da revista reformista *Ogoniok*, aproximadamente um quinto da população soviética está vivendo abaixo do nível de pobreza, sendo o número provavelmente muito maior. As favelas de Baku, por exemplo, postas a descoberto pela *glasnost* e pelas reportagens sobre a perseguição de minorias, revelam boa parte da realidade. Essas imagens abaladoras fizeram a esquerda apologista do Ocidente reconhecer a cabeça de medusa de suas ilusões sobre a "economia de mercado socialista" e o "mercado planejado".

Relações com o mercado mundial e dinamização da crise

Agora resta saber como um "socialismo" de caserna tão absurdo, com suas estruturas gastas, conseguiu sobreviver durante tantas décadas. Sem dúvida, há várias razões. Primeiro, não se

deve subestimar certos fatores de consciência, positivos e negativos. Durante muito tempo, para a geração da Revolução de Outubro não estava em absoluto moralmente gasta a exigência de uma atitude "sensível" frente à produção própria, mesmo que fosse apenas em benefício de gerações futuras. Grande parte dos fenômenos da economia de escassez, já mencionados por Kritzman, podiam inicialmente ser equilibrados, contra a lógica econômica, ou pelo menos considerados suportáveis, pela moral e pelo entusiasmo revolucionários, uma vez que reinava a ilusão de que se tratava de dificuldades iniciais.

Depois de mais de uma década de penúria, quando se esgotara a moral revolucionária, esta foi substituída pelo terror policial da era stalinista, em que o pavor ocupava o lugar do entusiasmo, forçando àquela disciplina externa que se tomara necessária para substituir o mecanismo interno de reprodução da sociedade produtora de mercadorias que fora burocraticamente liquidado. Essa situação teve sua continuação na sociedade de emergência da "Grande Guerra Pátria", forçada então também pelas atrocidades da máquina de guerra fascista, que devastava o país e fazia com que se tornasse uma necessidade imediata de sobrevivência certa eficiência da produção. Pois também as economias de guerra ocidentais tinham que mobilizar, nessa época (e já pela segunda vez), a disciplina militar e a coação exercida pela economia de comando.

Em segundo lugar, temos que levar em conta certo fator temporal histórico que condiciona a maturidade para a crise do sistema do socialismo real. Levava várias décadas até o descuido dos investimentos de reposição, condicionado pelo sistema, ter arruinado todo o parque de maquinaria. E somente depois de tornar-se inevitável a mudança para uma reprodução intensiva, isto é, após o fim da Segunda Guerra Mundial, faziam-se sentir em maior escala as deficiências do sistema. Também demorou algumas décadas até finalmente a disciplina angustiada, forçada pelo Estado policial, afrouxar-se até o ponto de já não ser levada a sério. Os regimes do socialismo real do Leste europeu, que nem chegaram a conhecer uma fase de "moral revolucionária", passaram por um ciclo de revoltas reprimidas por contra-ataques san-

grentos e de subsequente indiferença resignada, até poderem alcançar aquela fase de "não levar a sério" que contribuiu para a manifestação da crise econômica.

Não obstante, somente esses fatores de crise internos poderiam ter sido insuficientes para provocar o colapso. O costume é um dos poderes mais assustadores na vida humana, e precisamente em sistemas burocráticos, congelados no estatismo, parece causar nos homens uma latente paralisação intelectual e política. Onde não há dinamização, faltam também as crises repentinas e os acontecimentos alarmantes. Talvez pudesse ter-se arrastado por um período ainda muito mais longo a estrutura de comando completamente gasta, se não tivesse penetrado, nos anos 80, uma forte dinâmica de crise, devida ao fator externo das relações com o mercado mundial.

Sem dúvida, as economias de comando estatistas, de acordo com suas raízes históricas e devido à coação da modernização recuperadora, desenvolveram uma forte tendência à autarquia. Toda economia fechada, burocraticamente regulada, tem que isolar-se do mercado mundial. Isso já revela o conceito do "Estado mercantil fechado" de Fichte. Não obstante, nenhum sistema industrial da moderna produção de mercadorias pode conservar sua plena autarquia. Produções industriais em grande escala exigem uma variedade tão grande de ingredientes e concatenações que nem o maior país estaria em condições de realizá-las de forma autônoma. Além disso, é uma tentação irresistível o aproveitamento da troca de bens próprios no mercado mundial para apropriar-se dos resultados do conhecimento alheio e da habilidade desenvolvida por outra parte. A troca de *know-how* torna-se uma necessidade crescente.

O monopólio estatal do comércio exterior não muda absolutamente nada no fato de que a mercadoria do "socialismo real", ao chegar ao mercado mundial, tem que sujeitar-se às leis deste, independentemente de suas leis próprias (diferentes das primeiras e invertidas). O mercado mundial, em primeiro lugar uma metaesfera da produção de mercadorias das economias nacionais, impõe progressivamente em um contexto global a lei da produtividade,

descrita por Marx. Vem a constituir-se um padrão mundial "do trabalho socialmente necessário na média" que obviamente não se orienta pelas economias nacionais mais atrasadas, mas sim pelas mais avançadas. Assim surge a possibilidade de que, para um número crescente de mercadorias, difira na economia interna e no nível do mercado mundial o "trabalho socialmente necessário na média", mas sem que se estabeleça no contexto global uma média ideal; o que se impõe por toda parte é o padrão da produtividade mais alta.*

Enquanto era relativamente suportável o atraso na produtividade das economias de comando do socialismo real, podendo-se enfrentar esse problema com a perspectiva de "alcançar e ultrapassar" os concorrentes, tal atraso não se refletia na reprodução interna como dinâmica de crise acelerada. Houve, porém, uma mudança dramática quando os surtos ocidentais de racionalização e produtividade, nos anos 70 e 80, acelerados pela microeletrônica, fizeram com que o socialismo real perdesse no mercado mundial o chão debaixo dos pés, uma vez que, devido a sua estrutura interna estagnante, não podia acompanhar esses surtos. Todos os seus esforços "comandados" pelo pânico crescente eram em vão. Esse desenvolvimento dramático pode ser demonstrado no exemplo da RDA, que por falta de matérias-primas próprias dependia em alto grau do comércio exterior, e dentro desse país, no exemplo da construção de máquinas, ramo tradicionalmente forte e orientado para a exportação. Assim se lê, por exemplo, pouco antes do colapso da RDA, numa reportagem sobre o *combinat* de máquinas de ferramentas Fritz Hecker:

Novos planos, isso significa [...] automaticamente mais rendimento. De acordo com isso, o plano para a "Brigada Juvenil

* Esse problema, que também atinge o Terceiro Mundo, exercendo ali pressão crescente, fez nascer um debate tão extenso quanto ingênuo do ponto de vista da economia do capital (e precisamente sustentado pelos marxistas) sobre a "troca justa", que lembra bastante as antigas ilusões de Proudhon. Pretende-se curar a lógica da mercadoria dentro dela própria, não se podendo ou não se querendo compreender que as leis da produção de mercadorias, também no nível do mercado mundial, somente podem ser suprimidas pela abolição da própria forma-mercadoria.

Willi Reiml¹⁷ estabelece para 1990 um aumento de aproximadamente 10% na montagem de máquinas. Mas já agora, os jovens operários estão reclamando da situação de trabalho. Querem realizar um bom trabalho, mas há todos os tipos de dificuldades: o abastecimento com ferramentas torna-se cada vez pior, porque a empresa produtora, propriedade do povo, atrasa o fornecimento. Também está piorando a qualidade dos produtos prévios. [*Sueddeutsche Zeitung*, 5.10.1989]

No entanto, sob as condições novas, impostas pelo desenvolvimento ocidental da força produtiva, mediada pela concorrência, esse andamento habitual das coisas, ou melhor, essa vagareza, tinha que conduzir a um derrocamento catastrófico:

Enquanto a República Federal realizava ainda em 1970, para produtos da indústria de construção de máquinas, um resultado de vendas 1,8 vez maior, por unidade fornecida, em comparação à RDA, em 1987 esse resultado já era seis vezes maior. Isso significa que a RDA tem que empregar, em seu setor mais eficiente, a construção de máquinas, seis vezes mais recursos para realizar uma criação de valor igual àquela da República Federal. O nível de inovação cada vez mais baixo da construção de máquinas na RDA conduziu a uma diminuição de sua participação no mercado dos países da OCDE de 3,5% (1973) a 0,9% (1986). Por outro lado, aumentou consideravelmente a participação de mercado de vários países ascendentes, como Taiwan, México, Hong Kong, Coreia do Sul, Cingapura etc. A participação do Taiwan nas importações de máquinas da OCDE é atualmente vinte vezes maior que a da RDA, em cujo território se encontrava antigamente o centro mundial da construção de máquinas. Mesmo nas áreas em que a RDA no início dos anos 70 ainda levava vantagem sobre a RFA, esta se desfez há muito tempo. Assim, por exemplo, tinha a RDA em 1970, nos setores da mecânica de precisão e ótica, um resultado de venda, por unidade fornecida, que superava em 10% o da RFA. Hoje, realiza apenas um terço dos resultados de venda da República Federal. A diferença entre os resultados de exportação dos dois Estados alemães é caracteristicamente maior naqueles setores em que a quali-

dade dos produtos depende da microeletrônica. Assim, a República Federal realiza atualmente, para máquinas de escritório, um resultado doze vezes maior, em comparação à RDA. [Maier, 1989]

Esse balanço desolador dos últimos vinte anos contém o fato humilhante de que a RDA, por fim, no mencionado fornecimento de máquinas aos países da OCDE, alcançou apenas um quarto da quantidade fornecida pela Malásia (compare Vincenz, 1989).

Da crescente miséria no mercado mundial das economias de comando resultaram necessariamente duas outras conseqüências que afinal causaram a queda no abismo. Por um lado, tinha-se que manter a todo custo as exportações já não capazes de competir, para conseguir divisas para as importações indispensáveis. Não restava outro caminho, portanto, que subvencionar as exportações, do mesmo modo que os preços da reprodução interna:

Avaliações de especialistas ocidentais partem do fato de que a RDA está atualmente vendendo seus produtos no Ocidente a preços abaixo do custo. Dissimula-se essa estrutura mercantil nada rentável tratando como segredo de Estado o câmbio entre o marco oriental interno e o marco de valuta, isto é, a unidade de cálculo artificial em que Berlim Oriental contabiliza seu comércio exterior. [Huebner, 1989]

Naturalmente essas subvenções das exportações recaem plenamente sobre a reprodução interna, porque devoram o bolo das subvenções internas quase já não representável em categorias monetárias. Por outro lado, porém, inicia-se assim um movimento espiral de dívidas externas que não pode ser refreado por truques contábeis baratos, como acontece internamente. Assim, o professor Eugen Faude da Academia de Economia Bruno Leuschner, em Berlim Oriental, teve que confessar numa entrevista:

Enquanto nas exportações de 1980, para realizar um marco ocidental, tínhamos que gastar 2,40 marcos orientais, já eram 4,40 marcos em 1988. O custo na produção, em relação ao desenvolvimento internacional, teve um desenvolvimento tão negativo que

se formou um monte de custo que não encontra o reconhecimento adequado no mercado internacional. Um fator [...] é o de que, em conexão com isso, subiu de novo a dívida externa da RDA. A eficiência reduzida e a necessidade, em razão de uma dívida externa líquida de 10 bilhões de dólares, de realizar excedentes de exportação para garantir o pagamento de juros e a amortização futura conduziram à situação de que internamente não dispomos de recursos correspondentes à renda nacional produzida. [Die Welt, 24.11.1989]

Isso significa, portanto, que a dívida externa rapidamente crescente (em meados de 1990, já se falava, para a RDA, em pelo menos 20 bilhões de dólares; a verdadeira quantia será descoberta no cálculo do custo da reunificação), seguindo o modelo de muitos países do Terceiro Mundo, estava tomando rumo para uma situação em que as exportações subvencionadas a alto custo sequer poderiam servir para importações próprias, mas sim teriam que ser dissipadas para atender às obrigações da dívida externa. Esse estado de dessangramento já foi alcançado muito antes por outros países do socialismo real, menos desenvolvidos que a RDA, sobretudo a Polônia. Com isso, porém, tornou-se inevitável o colapso do sistema. A latente crise interna tinha que se agravar dramaticamente pela pressão externa do mercado mundial, infinitamente avançado em sua produtividade.

A "expertocracia" econômica, no entanto, inclusive os marxistas, somente pode compreender a derrocada catastrófica do mercado mundial como coação objetiva que conduz a restrições sociais, porque infelizmente já não podem ser "realizados" recursos suficientes para fins filantrópicos. Mas o colapso das economias de comando não apenas tirou a razão de ser desses argumentos, como também tornou supérfluas as medidas propostas.

Da crise ao colapso

Desde a segunda metade dos anos 80, a depravação social fez-se sentir com uma violência brutal nunca vista, manifestando-se

agora também na superfície, no colapso do abastecimento dos consumidores. Enquanto inicialmente parecia tratar-se dos apertos conhecidos há muito tempo quando nos meios de comunicação da RDA foi discutido, para o divertimento das agências ocidentais, o colapso do abastecimento de calcinhas ou quando, vindo da Sibéria e do Cáucaso, divulgou-se o grito de socorro “Pelo amor de Deus, mandem-nos sabão!”, o tom tornou-se cada vez mais estridente durante o ano de 1989. Surgiu a pergunta sobre se a administração “reformista” de Gorbachev ia sobreviver ao inverno:

Depois de quase meia década de *perestroika*, a situação do abastecimento está mais funesta e ameaçadora do que jamais esteve na época pós-guerra. Em alguns lugares, o colapso já se anuncia nas lojas por volta do meio-dia — assim também na capital. Acontece que mesmo em bairros recém-construídos, com grande número de crianças pequenas e em idade escolar, não há bastante leite. Na frente dos balcões frigoríficos, ressonantes como tanques de guerra ou defeituosos e, portanto, quietos, acotovela-se centenas de pessoas, esperando aos resmungos que alguém jogue neles desatenciosamente algumas lingüiças para os fregueses. Nas farmácias faltam remédios elementares, nos hospitais acabam ataduras e seringas. Açúcar, sabão e detergentes estão racionados por quase toda parte, e em vastas regiões também manteiga, carne e queijo. [...] Em Petrovsk, perto de Saratov, somente há açúcar numa única loja e os compradores, para fazer fila, perdem às vezes metade de um dia de trabalho. Na região de Kurgan, na Sibéria, não teve açúcar durante três meses, e então 250 gramas por pessoa. Botas e casacos de inverno, bens de consumo de melhor qualidade, como móveis maiores ou carpetes, sumiram completamente das lojas há muito tempo. Para manter seus funcionários quietos, as empresas e repartições públicas concluem contratos exclusivos com lojas estatais, recebendo assim ocasionalmente mercadorias escassas que, em troca de vales, são passadas para colegas selecionados. No mercado negro, o vale para um televisor em cores portátil está custando atualmente um salário médio, e o vale para um conjunto de móveis estofados, dez vezes mais. [*Der Spiegel*, 23.10.1989]

Entretences, a periferia no Leste europeu já se separou politicamente da União Soviética, sem qualquer melhoria previsível da situação econômica. A RDA foi liquidada e incorporada à RFA. O processo de dissolução progride rapidamente em toda a região e também na própria União Soviética. Numa notícia da DPA [agência de notícias alemã], do início do outono de 1990, lê-se o seguinte:

No domingo, os moscovitas estavam fazendo fila em frente às padarias. [...] No dia seguinte, não houve pão nem sequer por divisas, nas lojas para estrangeiros. O fato de que até este alimento básico se tomou na União Soviética um "déficit" — assim chama-se ali a mercadoria escassa — surpreendeu até os moscovitas mais pessimistas. Recentemente fala-se na capital soviética cada vez mais de um "déficit total". Isso significa que não se compra mais nada. Mesmo os cidadãos soviéticos, acostumados durante toda a vida com a escassez dos artigos mais diversos, ficam pasmos. [...] Há muito tempo não há carros, móveis, televisores, geladeiras, máquinas de lavar, lustres, ferros elétricos, enfim, nenhum bem de longa vida. A justificativa oficial: a população estaria investindo seus rublos acumulados nesses produtos. Mas então deve estar investindo também muito dinheiro em preservativos, gasolina e papel higiênico, pois também essas mercadorias desapareceram completamente do comércio. Não há vagas nas colônias de férias, nem passagens da companhia aérea estatal Aeroflot, nem passagens ferroviárias. O jornal local *Moskovskaia Pravda* publicou a profecia funesta de apartamentos não aquecidos para o próximo inverno, por falta de combustíveis. Para o começo do ano novo, o ministro da Saúde prognosticou o colapso total do abastecimento de remédios. [...] Mesmo as coisas que sempre houve — ovos, cevadinha, coalhada, doces simples, arenques salgados — não se encontram mais. [...] O déficit onipresente impede até a fuga ao exterior: não há passaportes — por falta de papel. Quem acreditou que com isso o déficit já fosse realmente universal, teve que corrigir esse engano em face de novas filas em frente aos automáticos de troca do metrô de Moscou; pois entretences até se tornaram escassas as moedas de cinco copeques com que se paga a passagem. A razão: na Casa da Moeda estatal de Leningrado, que

cunha as moedas para o país inteiro, acabou a liga de cobre e níquel para a produção das moedas. [*Nuernberger Nachrichten*, 8.9.1990]

O colapso completo torna-se a cada dia ainda mais completo. A fome geral é bem possível; por mais absurdo que isso possa parecer num país industrializado. No fundo, nem uma safra recorde dispensada pela "primeira natureza" nem remessas subsidiárias ou créditos para importações de alimentos, por parte do Ocidente, podem ainda aliviar a miséria, porque naturalmente também deixou de funcionar o sistema de transporte, não chegando os poucos bens existentes às mãos dos consumidores:

O que causa o aperto mais perigoso à economia é o transporte. Já são milhões de toneladas de cargas que ficam paradas durante meses por falta de vagões ou por causa de congestionamentos na linha. [...] Nos portos, os navios permanecem durante muito tempo porque faltam as condições técnicas para o carregamento e descarregamento. A marinha mercante é antiquada, grande parte dos navios tem mais de quinze ou vinte anos. A única companhia aérea do país, a Aeroflot, não pode satisfazer a procura. Atrasos e avarias tornaram-se fenômenos normais. [*Handelsblatt*, 2.1.1990]

O que se observa nas vias marítimas e fluviais e nas aéreas aplica-se mais ainda ao transporte terrestre. Já que nesse, particularmente na União Soviética, a ferrovia desempenha o papel decisivo, seu mau estado constitui um dos maiores obstáculos que se opõem ao transporte tanto de alimentos de produção própria como de remessas subsidiárias do Ocidente. O mesmo aplica-se, ao contrário, às remessas soviéticas destinadas aos países do bloco econômico oriental, agora já dissolvido, com cujo fim também decaíram as estruturas decisivas do comércio exterior. Também essa decadência tem seu lado material-técnico devido a investimentos sistematicamente errados que ignoraram os valores de uso mais elementares, funcionalmente necessários:

Já que todos os países do Leste europeu dependem do fornecimento de matérias-primas pela União Soviética, todos estão também sofrendo com os defeitos da ferrovia soviética. Devido à maior bitola da via na URSS, todas as cargas têm que ser transferidas para outros vagões nas poucas estações fronteiriças. Na fronteira entre a Tchecoslováquia e a União Soviética, já é normal um congestionamento de mil vagões. Nas estações fronteiriças entre a Polónia e a União Soviética, que também são importantes para a RDA, a situação é semelhante. Dentro da União Soviética, a situação da ferrovia tornou-se catastrófica. Nas estações e nas linhas de manobra está aparado aproximadamente um milhão de toneladas de bens que não foram descarregados. Uma parte estraga. Enquanto antigamente as perdas no transporte de legumes eram de aproximadamente 30%, conta-se agora com o dobro. [Die Welt, 13.12.1989]

Com isso, o "Estado racional" burguês de uma produção planejada de mercadorias foi atingido definitiva e irrevogavelmente pelo contra-senso do trabalho abstrato e de suas leis formais; o meio da modernização burguesa recuperadora devorou seu fim. A abstração lógica entre o produtor de mercadorias e o valor de uso e as necessidades, irrestrita devido ao congelamento estatista das relações entre esses produtores, levou sua loucura à última consequência, encontrando assim seu fim lógico e histórico.

O OLHAR FIXADO NO OCIDENTE: CAINDO DO FOGO NA BRASA

A ilusão dos "modelos"

Compreende-se muito bem que o triste colapso das economias de comando baseadas na economia de guerra provoca o grito por uma "autêntica" economia de mercado. As velhas e gastas roupas ideológicas que ninguém quer mais ver já estão se esfarrapando. E uma vez que o conflito histórico com o Ocidente sempre se passou dentro do sistema produtor de mercadorias da modernidade, essa exigência tem certa justificação imanente. Para voltar ao ponto de partida: parece que o Ocidente venceu; e sobre o fundamento do sistema produtor de mercadorias não apenas parece ser assim. O único problema é que esse fundamento não é mais firme.

Sem dúvida, o princípio da concorrência e o revezamento flexível de estatismo e monetarismo "funcionaram" de fato melhor, na época pós-guerra, do que o socialismo de caserna que foi se paralisando até a imobilidade; garantiram melhor tanto o valor de uso quanto a produtividade, criaram de acordo com isto mais necessidades e maior gozo de vida e liberaram maiores potenciais emancipatórios. Seria inútil não querer reconhecer esses fatos e insistir numa constelação irrecuperavelmente passada, uma concepção do socialismo dos "mercados planejados", com aquela obsti-

nação incompreensiva que estão demonstrando atualmente os restos de uma esquerda pseudo-radical do Ocidente, que adotam frente ao colapso da RDA e do antigo "bloco socialista" uma atitude puramente negativa e defensiva, culpando o Ocidente de uma estratégia de incorporação "imperialista" e remexendo as cinzas à procura de alguma coisa que mereça ser conservada, em vez de ver nesse colapso aquela libertação negativa que ele na verdade representa.

No entanto, é apenas a libertação da ilusão de um socialismo concebido na base da sociedade de trabalho e imanente ao capital, concepção que, por razões históricas, nada mais gerou que um ramo lateral da modernização burguesa que agora se extingue como o homem de Neanderthal. Ainda não surgiu nenhuma perspectiva social nova, que transcenda o sistema produtor de mercadorias; assim, aqueles que realmente se despediram das velhas ilusões, trocaram-nas por ilusões novas. A consciência social ainda não compreendeu que o princípio da concorrência funciona bem demais, e o que realmente significa isso. O instantâneo histórico mostra a imagem de uma vitória grandiosa da forma ocidental, autêntica, baseada na concorrência, do sistema produtor de mercadorias, ainda que o brilho resulte apenas da comparação com o colapso do socialismo real. A circunstância de que se trata apenas de uma comparação de duas ruínas da modernidade decaídas em graus diferentes não pode ser percebida do ponto de vista imanente da alma entregue à mercadoria.

Assim, o grito por uma "autêntica" economia de mercado mobiliza a esperança das massas quanto a uma elevação rápida do nível de vida. Tudo, mas tudo mesmo, parece ser melhor do que o *status quo*; ninguém quer outra coisa além de finalmente poder comprar algo com seu dinheiro e finalmente sair da economia de escassez desgastante, da monotonia cotidiana da socialização de caserna e da caça cansativa a negócios de troca em espécie e de mercado negro. A esquerda ocidental, enquanto não tem nenhuma nova perspectiva para apresentar, não tem nenhum direito de torcer o nariz ou de indignar-se com os economistas desesperados do Leste, que, como gatos escaldados, passam de vento em

popa para a ideologia ocidental mais militante da economia de mercado, de matiz monetarista, agarrando-se às idéias de um Milton Friedman, que defende de forma mais radical os benefícios da *invisible hand* do mercado contra toda regulamentação estatal da procura e dos investimentos, e recuando até das moderadas intervenções estatais keynesianas da social-democracia ocidental.

Mas por mais compreensível que seja essa reação, somente pode fazer com que se caia do fogo na brasa. O erro de pensamento fundamental consiste em considerar a própria miséria um simples "erro" que se imputa aos socialistas estatais ou até àquele Karl Marx a quem se atribui agora a sentença irreverente-satírica: "Sinto muito, rapazes, foi apenas uma idéia minha". Atrás disso oculta-se uma concepção de formações sociais que procura a origem destas em "modelos" certos ou errados: mais uma vez o velho pensamento iluminista indestrutível, desta vez vindo da direita. Mas não foram "realizados" modelos deste ou daquele tipo, tal como sempre supõe a ideologia subjetivista burguesa; ao contrário, fez-se valer um processo histórico cego, em que o "socialismo estatal" das economias de comando, baseadas na economia de guerra, somente era um elemento objetivamente suscitado. E por outro lado, também o mercado mundial ocidental não é nenhum modelo excogitado por cabeças pensantes, mas sim apenas um elemento do mesmo processo histórico da modernidade.

Por isso, não está sendo substituído agora um modelo social e econômico errado por um modelo correto, o que poderia conduzir à paz e ao bem-estar, mas sim está se impondo de forma abrangente a lógica de crise do sistema produtor de mercadorias. O colapso dos "mercados planejados" é apenas uma parte dessa crise global. Se nos lembrarmos da exposição de Kritzman da inversão lógica e prática que distingue a economia de guerra estatista da economia de concorrência, sobre a mesma base do trabalho abstrato, poderemos facilmente imaginar no que resultará de fato a suposta troca de modelo. Será um "fenômeno essencialmente igual", isto é, a simples substituição da forma oriental da crise pela forma ocidental.

Enquanto nas sociedades da economia de comando as massas nada podiam comprar, apesar de sua capacidade aquisitiva formal, agora, ao contrário, nada podem comprar porque, apesar da abundância nas lojas, não têm mais dinheiro. O "serviço folgado" nas empresas da economia de escassez, subvencionadas pelo Estado, está sendo substituído pelo óbvio desemprego em massa; o congelamento estagnante da crise, pela dinamização desta. Se a monotonia da sociedade de caserna parecia insuportável, a monotonia do dinheiro e de seu automovimento libertado não trará nenhuma melhoria. Tanto aqui quanto ali, a penúria não está condicionada pela escassez de recursos naturais, materiais e humanos, mas unicamente pelo fetichismo social do valor abstrato, mudando para as massas apenas sua forma. Enquanto antes as empresas, com sua produtividade inferior ao nível social mundial, produziam valores de uso duvidosos, ficam hoje em proporção crescente definitivamente paralisadas, em aplicação rigorosa das leis do mercado. O negativo pouco nítido da relação capitalista está sendo substituído por um positivo perfeitamente nítido, cujo aspecto apenas pode inspirar horror.

O novo darwinismo social

De certo modo, essa simples troca de forma da miséria manifesta-se também na consciência como onda de maus pressentimentos, os quais, no entanto, por falta de uma alternativa com alguma perspectiva, não encontram nenhum apoio. Ao mesmo tempo continuam florescendo as ilusões porque o olhar à realidade é ofuscado pelo brilho aparente dos vencedores ocidentais no mercado mundial, com a RFA à frente de todos. Esse olhar fixo evita propositadamente os fenômenos de crise do Ocidente,

* A esse respeito, os cidadãos da RDA receberam com a troca de suas economias na relação de 1:1 algo como uma última refeição no consumo ocidental, que ao mesmo tempo proporciona às indústrias de bens de consumo da RFA uns últimos dias de verão na conjuntura mundial já regressiva por outra parte. Mas, sem dúvida, o pior ainda está por vir.

que parecem insignificantes em comparação aos seus próprios. Os males do desemprego em massa e da nova pobreza, tais como estão se espalhando pelo Ocidente desde os anos 70, não são desconhecidos, porém não são levados a sério nessa perspectiva distorcida.

Pois, em primeiro lugar, a pobreza em massa do Ocidente não é tão claramente perceptível quanto a da economia de escassez, onde pode ser verificada todo dia nos supermercados vazios. Os paraísos de consumo nas áreas de pedestres, ao contrário, e os hipermercados na periferia, a ideologia de luxo dos anos 80, tão onipresente quanto desvairada, que no início dos anos 90 parece definitivamente passar dos limites, o teatro absurdo das "Compras Emocionantes", humilhante para um Samuel Beckett, e o *outfit* das massas ocidentais, com seu chique fantasmagórico, têm que ofuscar uma consciência cuja cobiça, acumulada em décadas de abastecimento precário, não quer nem ver outras coisas.

Do mesmo modo que um faminto até praticaria canibalismo, os homens do Leste estão programados para a necrofagia do fetiche de consumo ocidental, que nada mais é que uma manifestação invertida de sua existência faminta.* Por isso, não podem e

* O fetiche do consumo corresponde ao fetiche do trabalho, sendo seu lado oposto; portanto, a sua crítica não pode consistir na atitude contrária de renunciar ao consumo, tal como a prega a crítica esquerdista e romântica do consumo desde fins dos anos 60. A exigência ridícula de deixar de usar batadeiras, televisores e geladeiras, como reação à vaidade da vida fordista, não reconhece absolutamente o caráter do problema do fetiche: isto já revela a circunstância de que se responsabilizam diretamente as coisas, assim como são, pela miséria social. O consumo torna-se necrofagia porque o fetichismo se oculta na forma social, isto é, porque lhe corresponde uma produção baseada no "trabalho morto". As coisas não podem ser objetos de gozo enquanto estão sujeitas à coação do trabalho morto, a qual se reflete no consumo e em suas formas até a incapacidade de gozar. O mandamento de sensibilidade, por parte do consumo, já é *a priori* desmentido pela obrigação à insensibilidade da produção do trabalho abstrato. É essa relação básica que tanto produz uma nova pobreza material, até no meio dos centros mundiais da riqueza, quanto impõe, ao mesmo tempo, ao consumo aquele caráter cadavérico. E somente na perspectiva de uma crítica radical dessa relação básica podem ser reconhecidos, em sua identidade interna, e superados, tanto a pobreza material quanto o fetichismo do consumo, em vez de constituírem um antagonismo absurdo e de gerarem perspectivas da crítica que se excluem uma à outra. O crítico da miséria social que permanece dentro do horizonte do capital e está ele próprio sujeito ao fetiche sempre apenas clamará por mais dinheiro para os pobres; o crítico superficial da mania de consumo, ao contrário, pela renúncia e pela vida simples, sem que jamais cheguem a enfocar a contradição fundamental.

nem querem compreender que a pobreza material, espiritual e anímica se manifesta no Ocidente de forma mais silenciosa e imperceptível ou, por assim dizer, com maior naturalidade. Essa pobreza quase poderia ser tomada por um mero produto de propaganda do regime fracassado, com sua economia de guerra, apesar de os fatos dizerem outra coisa. No outono de 1989, ao mesmo tempo em que o colapso dramático da RDA dominava as manchetes, apareceu numa das últimas páginas a seguinte notícia modesta:

Mais de 6 milhões de pessoas na República Federal, 10% da população, são pobres. A esse resultado chega um "relatório de pobreza" da Associação Alemã Paritária de Bem-Estar (DPWV), apresentado em Bonn, na quinta-feira, por seu presidente Dieter Sengling. A DPWV é uma organização de cúpula de mais de 6 mil organizações de utilidade pública. O relatório define a pobreza não apenas como renda que se encontra em 50% abaixo da média da RFA, mas inclui também o trabalho, a moradia, a saúde, a educação e o ambiente social. Pobres são muitos desempregados permanentes, aposentados, mulheres que educam sozinhas seus filhos, famílias com muitos filhos, estrangeiros, refugiados, deficientes físicos e psíquicos, desabrigados e estudantes. Aluguéis altos e dívidas tornam pobres até famílias da classe média. Sengling fez o apelo de não se fechar os olhos, nas comemorações do quadragésimo aniversário da fundação da RFA, a determinados recordes de crescimento. Desde 1980, o número de beneficiados pela assistência social teria aumentado em mais de 46%, ultrapassando os 3 milhões. Mas das pessoas que tinham direito a essa assistência, apenas 48% a teriam solicitado, de modo que muitos idosos fariam parte dos "pobres envergonhados". O desemprego permanente teria aumentado, desde 1980, em mais de 500%, atingindo mais de 680 mil pessoas. Apenas 39% dos desempregados estariam recebendo o auxílio-desemprego, o resto teria sido excluído desse círculo, recebendo apenas assistência social. Sengling acusou os políticos de negarem a pobreza. Dessa maneira seria possível fechar os olhos ao fato de haver pessoas vivendo à margem da sociedade. E essa atitude, por sua vez, possibilitaria a rigidez da reforma do setor de saúde em relação aos enfermos crônicos e

deficientes, o fim do apoio às iniciativas de desempregados após a nona modificação da lei sobre o incentivo ao trabalho e o aumento da assistência social muito abaixo das necessidades. Sen-
gling exigiu do governo federal relatórios de pobreza nacionais, como base do combate à miséria social. Seriam recenseadas árvores fruti-
feras, galinhas e quantidades de lixo, mas não existiria nenhuma esta-
tística da pobreza, porque esta poderia estragar as estatísticas de su-
cessos. [*Frankfurter Rundschau*, 10.11.1989]

A “margem da sociedade”, aqui timidamente mencionada, deve ser bem larga, pois já tornou-se habitual a designação de “sociedade de dois terços” para a RFA, campeã mundial de ex-
portação. Não obstante, as massas empobrecidas, bem como os “novos economistas” do Leste, adotaram aquele ponto de vista dos políticos, porque não podem e nem querem ver a realida-
de ocidental em sua complexidade, seguindo uma percepção se-
letiva que apenas pode ser explicada a partir de sua situação histórica.

Acrescenta-se ainda que aquele olhar seletivo é turvado pela esperança irracional de uma situação de mudança radical, em que cada um por si pode recomeçar do zero e construir uma posição social nova. Essa esperança provocou uma nova tendência social-darwinista, muito forte e com efeito embrutecedor. Pois os ho-
mens, mais do que fartos do bivaque permanente de uma prussia-
nização estruturalmente militarizante, não apenas querem escapar à economia de escassez, mas também, ao mesmo tempo, às rela-
ções de comando que penetram até a esfera íntima e nas quais a individualidade abstrata das mônadas-mercadoria-dinheiro, que se formara por um lado, era sujeita todo dia, por outro lado, a exercícios intelectuais e culturais a passo de ganso. Mas a liberta-
ção da uniformidade opressora faz surgir imediatamente o lema “cada um por si, e Deus contra todos”, pois não é a libertação do sistema de trabalho abstrato, mas sim, ao contrário, o último de-
sencadeamento desse sistema.

Dessa forma, acaba-se também com aquela idílica “solidarie-
dade”, tantas vezes citada, que fora cultivada nos cantinhos privados,

para enfrentar os desafios da economia de guerra; esta revela-se agora como a solidariedade forçada de uma vida social num acampamento cercado de arame farpado, que se desfaz no mesmo momento em que desaparece sua base de referência negativa. Enquanto dessa maneira se impõe a cobiça há muito tempo acumulada daqueles que se imaginam defraudados do consumo fordista, as pessoas estão se entregando sem escrúpulos, em face dos paraísos de consumo, de repente aparentemente acessíveis, àquela ideologia privada de eficiência e rendimento que, sem piedade para com os perdedores, faz depender a sorte e a desgraça de cada um unicamente dele próprio, em sua individualidade abstrata.

Essa ideologia do sucesso *self-made*, reativada incessantemente na economia de mercadorias e degenerada há muito tempo, no Ocidente, a uma pose histórica, encontra em toda a sua ingenuidade novos adeptos no Leste. A crença na própria força de se impor e de ter sucesso, que em nosso país apenas pode ser inspirada a muito custo, mediante psicoginástica e psicofármacos, está de volta no otimismo individual oriental, sobretudo de certos jovens e infernais pais de família, que têm menos motivos para tê-la. A esperança obstinada de poder impor-se contra os próximos universalmente concorrentes, mediante disposição ao trabalho, conhecimentos e empurrões, não apenas é animicamente perversa (que se queixem disto os moralistas profissionais das igrejas, que eles próprios contribuem para apoiar o sistema), mas também completamente ilusória do ponto de vista sócio-econômico, porque o sistema produtor de mercadorias, em seu atual nível de desenvolvimento, *tem* que produzir perdedores em massa. Massas de novos concorrentes, dispostos ao rendimento máximo,

* Como se sabe, a governanta britânica do monetarismo, a (ex-) primeira ministra Margaret Thatcher, até chegou a negar a existência de uma sociedade humana que passasse da mera reação recíproca entre os indivíduos. Como ironia do destino, as consequências mortíferas dessa ideologia são hoje executadas na própria carne pelas vítimas da socialização do mercado mundial; isto ocorre, no entanto, menos à maneira de sujeitos individuais refletidos do que, ao contrário, àquela dos lemingues [pequenos roedores do hemisfério norte que, ao atravessarem braços de mar durante migrações à procura de alimentos, morrem em grande número, o que deu origem a lenda nórdica segundo a qual tais animais cometeriam suicídio em massa].

podem apenas fazer subir o nível de rendimento; assim, tratar-se-á de perder num alto nível do dispêndio absurdo de “nervo, músculo, cérebro” (Marx).

A pirâmide do mercado mundial

Mas além de ideologias de rendimento individualistas e das ilusões social-darwinistas daí resultantes, o que distorce a perspectiva das massas do Leste — e este é o fator mais importante — é a concentração do olhar naquelas economias ocidentais de concorrência que, por enquanto, se apresentam com sua economia nacional como vencedoras. No fundo restaram destas apenas a RFA e o Japão. Do mesmo modo, portanto, que não se quer ver as massas de pobres e perdedores na RFA, vencedora no mercado mundial (e naturalmente, toda a Europa oriental, a oeste do Ural, crava os olhos “neste nosso país”), deixa-se assim também de perceber a grande maioria das economias nacionais ocidentais dentro da OCDE que, em comparação à RFA, são perdedoras, apesar de todas elas possuírem também o “modelo certo” da economia de mercado, isto é, participarem realmente no processo cego do mercado mundial.

De fato já existem hoje, mesmo nas sete “grandes” nações da OCDE (além do Japão e da RFA, estas são os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, a França, a Itália e o Canadá), o supra-sumo das economias de concorrência ocidentais, vastas regiões e parcelas crescentes da população que estão em grande parte excluídas da produção de riqueza abstrata, e isto em grau muito mais alto do que o terço de pobres da RFA.* É conhecida a agonia dos antigos

* A esse respeito, o Japão distingue-se em todo caso das condições ocidentais, porque nunca chegou a superar efetivamente em suas estruturas internas as condições do Terceiro Mundo. A pobreza dos idosos é em parte de uma brutalidade desconhecida na Europa, os salários e o nível de vida das massas de trabalhadores ocupados nas indústrias fornecedoras das empresas multinacionais são muitas vezes indignos de seres humanos, e a infra-estrutura encontra-se no nível europeu dos anos 50: apartamentos sem banheiro e com latrina no pátio constituem antes a regra do que a exceção, e as estruturas de dependência, de pensamento e culturais, ainda de tom feuda-

centros industriais do norte da Inglaterra, do mesmo modo que os cortiços dos Estados Unidos, verdadeiros infernos dantescos de completa depravação humana. Em algumas partes de Nova York, a metrópole simbólica da liberdade e da economia de concorrência ocidentais, o nível e a expectativa de vida encontram-se abaixo do nível de Bangladesh. E a "chance" de acabar em cortiços já é muito maior nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha do que na RFA, porque aquelas ex-potências mundiais já se tornaram países de segunda categoria.

Isso se aplica muito mais à periferia européia, sobretudo a do sul. O nível de vida no sul da Itália, na Espanha, em Portugal, na Turquia e na Grécia, todos eles partes da economia de mercado ocidental, encontra-se para a maioria da população, sem dúvida, muito abaixo do nível da RDA da era Honecker. E nem é preciso falar da grande maioria dos países do Terceiro Mundo, de orientação ocidental, com sua depauperação inegável. O mercado mundial das economias de concorrência, do qual as economias de guerra do socialismo real se isolaram apenas externamente, do ponto de vista político e militar, durante um espaço histórico limitado, não se apresenta globalmente, portanto, de forma positiva, como o mundo "mais certo", melhor e feliz; ao contrário, o melhor funcionamento do sistema produtor de mercadorias gerou, ao mesmo tempo, de acordo com sua natureza, relações de pobreza e potenciais de destruição, como reverso da medalha, e isto acompanhado por um escalonamento de vencedores e perdedores.

O Japão e a RFA encontram-se hoje em primeiro lugar, mesmo assim, produziram sua própria pobreza de massas interna. A essas economias nacionais vencedoras segue a segunda categoria dos sete "grandes" países, onde a pobreza e a destruição não apenas se apresentam em maior escala, como também se dividem de forma

lista, com sua qualidade negativa, incompatível com a individualidade abstrata da sociedade de mercadorias, podem facilmente competir com o coletivismo militarista da economia de guerra do Leste europeu e da União Soviética, situação que se reflete em patologias sociais e perturbações psíquicas. Essa sociedade completamente obsoleta em sua estrutura interna será a última a sobreviver a uma derrocada do mercado mundial e a primeira a fracassar em sua extrema orientação na exportação.

muito mais acentuada em vencedores e perdedores as regiões do país, os bairros das cidades etc. Ainda maior é a distância à periferia capitalista, cujas economias nacionais, abstraindo-se das regiões favorecidas pelo turismo, se aproximaram durante os anos 80 cada vez mais das condições do Terceiro Mundo. Formam a base da pirâmide, por fim, os "casos sociais mundiais" da África, da América Latina e de outras regiões de miséria do Terceiro Mundo, cuja situação piorou dramaticamente e onde já fazem parte da vida cotidiana aquelas catástrofes de fome que na imprensa soviética são apenas profecia fatídica.

Essa observação superficial do mercado mundial e de sua hierarquia, na qual agora estão sendo encaixadas forçosamente as economias de comando em dissolução, já mostra claramente que o melhor funcionamento da economia de concorrência ocidental, para a grande maioria dos homens que vivem nela, já faz parte do passado. Atrás do véu da ideologia de "mudança" e dos penduricalhos de luxo dos anos 80, essa capacidade de funcionamento se afastou das necessidades das massas como jamais antes em sua ascensão histórica.

Mas precisamente esse aspecto do mercado é tratado unanimemente como tabu, tanto pela direita quanto pela esquerda, tanto pelos neomonetaristas católicos da Polônia quanto pelos camaleões da RDA, pelos mártires e figuras simbólicas dos movimentos orientais pelos direitos civis e pelos restos da esquerda radical do Ocidente, pois chamaria a atenção para a crise global de todo o sistema produtor de mercadorias, ao qual estão sujeitos todos eles, só que com acentuações diferentes. Deixa-se de considerar a relatividade da diferença entre os imperativos do sistema que são de proveniência estatista e aqueles de proveniência monetarista. Crise e colapso são apenas atribuídos às economias orientais de comando, enquanto os fenômenos análogos nas demais economias do mercado mundial são definidos, segundo a base ideológica, ou como preço social lamentável que se tem que pagar pela "preponderância do capital" ou como pequenos defeitos estéticos no triunfo louvável do segundo melhor de todos os mundos (já que pareceria impossível encontrar o melhor). Assim, a esquerda

exercita-se a choramingar e a direita, com retórica de sucesso, enquanto a história já começou a tirar-lhes o fundamento comum por baixo dos pés.

O segundo momento de susto histórico do colapso do socialismo real produziu, portanto, um clima ideológico muito peculiar, em que o contraste desvanescente entre o Leste e o Oeste, sempre apenas relativo, apresenta-se como absoluto, enquanto os fatos sociais e econômicos mais óbvios são sistematicamente reprimidos ou percebidos de forma totalmente distorcida. A obstinação com que também no Ocidente todos os ideólogos idolatram, defendem e conjuram as categorias da economia de mercado, como se tivesse alguém, além daquele "outro" e obscuro Marx, que jamais as tivesse fundamentalmente atacado, apenas pode sinalizar seu fim iminente. Somente assim explica-se a apologética histórica e quase ladrante do dinheiro que atravessa todas as posições políticas e ideológicas — justamente no momento de seu suposto triunfo supremo.

Nessa névoa de uma iniciada transição histórica, que conduz a um terreno desconhecido, as antigas idéias estão correndo desconcertadas de lá para cá, para lembrar-se por fim, apesar de terem sido até agora inimigas mortais, de sua base comum, a sociedade de trabalho, e implorar aos ídolos de sucesso da economia de mercado a conservação do *status quo*. Essa idolatria já anacrônica manifesta-se como incitamento recíproco ao otimismo e a pôr mãos à obra, para colocar, na última hora, um estimulador cardíaco no antigo mundo da caça ao dinheiro, já em estado de coma. Mas o imaginado *status quo* ocidental de prosperidade nem precisaria ser conjurado, se ainda existisse. Tanto os ideólogos quanto as massas do Leste, Oeste e Sul estão se enganando uns aos outros e a si mesmos, fingindo uns que ainda se encontram nesse estado, e os outros, que somente aguardam o momento de alcançá-lo.

Um único olhar perspicaz à situação mundial efetiva deveria revelar que o Leste somente pode esperar agora uma única coisa, a saber, ser encaixado no penúltimo segmento, ou em parte até no último e inferior, da pirâmide do mercado mundial. Por mais inequívoca que se apresente essa opção, é impossível que

seja aceita por aqueles cuja noção está marcada, com toda razão, por ódio e repugnância das estruturas experimentadas das economias de comando. Pelas razões já mencionadas, somente podem perceber de forma seletiva a realidade do mercado mundial ocidental. Mas mesmo que a vivência de pobreza e sofrimento crescentes, em vez de reduzidos, provoque um dia algo como uma lembrança nostálgica do socialismo estatal desaparecido, com seus cantinhos e suas dachas, todos sabem que não pode haver nenhuma volta. O socialismo real tinha que fracassar em sua própria irracionalidade interna, na forma-mercadoria levada ao extremo do absurdo e na relação insustentável com o exterior, na qual esta se realizava de forma negativa. Acabou-se o tempo da modernização recuperadora, e não pode ser jamais chamado de volta.*

Crise da reforma em vez de adaptação ao mercado

A despeito de todas as promessas e ilusões ideológicas e de todo auto-engano, a decadência real torna-se cada vez mais clara, e isto, por um lado, como galopante processo de colapso sócio-econômico e político que ainda está muito longe de passar por todas as suas formas, e, por outro, como impossibilidade de adaptar-se ao "modelo" ocidental ardentemente almejado, apesar dos esforços mais desesperados, à maneira da figura de um Lázaro cada vez mais decaído. Seria plausível pensar que o processo de colapso que está se intensificando de mês para mês, de semana para semana, implicasse a adoção imediata e incondicional do

* Parece que cabe ressaltar especialmente esse fato, em face daqueles esquerdistas incorrigíveis que ainda acreditam poder fazer uma contabilidade eclética dos lados "bons" e "ruins" de um sistema social e falam com indignação, por exemplo, da supressão de uma "função protetora" dos sistemas monetários internos do Leste, como se a convertibilidade forçosa dessas moedas e os fenômenos de crise correspondentes (paralisação de empresas, desemprego em massa) não fossem um produto específico desses próprios sistemas monetários. Aqui manifesta-se outra vez uma visão distorcida, cujos problemas de percepção se originam em sua restrição às categorias da mercadoria, dentro das quais pretendem, mas já não podem, resolver os problemas.

modelo ocidental, desde que se trate mesmo de um modelo. Mas os governos "virados" e os "novos economistas", bem como a maior parte dos "reformadores", desmentem-se a si mesmos ao hesitarem apreensivamente e recuarem de ações conseqüentes, atitude incompreensível do ponto de vista de sua própria ideologia.

Em todos os Estados das economias de comando moribundas, a produção industrial já estava caindo durante o ano de 1989, e desde então está em queda abrupta. Em 1990, caiu na Tchecoslováquia em aproximadamente 4%, na União Soviética (onde a estatística está falhando cada vez mais), em aproximadamente 10%, na RDA (no período anterior à reunificação), em 30 a 40%, na Bulgária, em aproximadamente 10%, na Iugoslávia, em aproximadamente 20%, e na Polônia, adepta radical da economia de mercado, em pelo menos 30%. As taxas de crescimento também estão diminuindo, conforme se ouve, na Hungria, na Romênia e — no âmbito extra-europeu — na China, no Vietnã e particularmente em Cuba. Os balanços negativos continuam irrefreados no primeiro trimestre de 1991: na Polônia, a produção industrial caiu em outros 25%, na Alemanha Oriental, em mais de 50% (iniciando-se com isto a crise da reunificação alemã), na Tchecoslováquia, em 12%. Incluindo-se ainda a parte potemkiana, também crescida, da produção que aparece na estatística, todas as ex-economias de comando e as ainda existentes encontram-se numa profunda depressão, acompanhada de surtos de hiperinflação e colapsos do sistema monetário. Tanto na União Soviética quanto em todo o Leste europeu, o marco ocidental e o dólar tornaram-se há muito tempo a moeda verdadeira, existindo ao lado deles, em algumas regiões, a moeda-cigarro e outros objetos que substituem o dinheiro na troca em espécie.

Esse processo está acompanhado de um desemprego em massa que vai crescendo de semana para semana e quase já de dia para dia, desemprego que em alguns países nem aparece na estatística e apenas pode ser estimado aproximadamente, chegando uma parte dos prognósticos para os próximos dois a dez anos a números apavorantes. Até o fim do século, o "reformador" soviético Abalkin prevê 12 a 15 milhões de desempregados; para o mesmo período,

estimativas oficiais chinesas falam de 240 a 260 milhões (!) de desocupados. Precisamente na China está se iniciando, quase despercebida pelo público ocidental, mais interessado no Leste europeu, uma gigantesca catástrofe sócio-econômica com conseqüências incontroláveis. As condições atuais já são desesperadoras:

Dos 10 milhões de pessoas que em 1989 procuravam um emprego, mal a metade encontrou uma vaga. Especialistas consideram retocados os números oficiais e estimam a taxa de desemprego em 10% no mínimo. Nos grandes centros urbanos está ainda mais alta. Em Xian, no noroeste da China, por exemplo, estavam, em novembro, até 20 a 30% da população sem emprego e sem pão. O desemprego rural nem aparece na estatística — milhões de camponeses têm apenas ocasionalmente um emprego; chega a 60 milhões o número de chineses que estão percorrendo o país à procura de alguma ocupação. [*Der Spiegel*, 25.12.1989]

De fato iniciou-se uma onda de movimentos migratórios que leva a população do Norte ao Sul mais desenvolvido e favorecido pelo planejamento perspectivo, com suas zonas econômicas especiais, onda da qual o Sul não pode dar conta e que pesa insuportavelmente sobre as cidades: "Nas praças públicas, nas áreas verdes e nos parques estão acampando centenas de milhares de pessoas." (*Die Welt*, 10.5.1989)

Nada melhor é a situação nos países reformadores do Leste europeu. Na Tchecoslováquia esperava-se até o final de 1990, o mais tardar no decorrer do ano de 1991, 750 mil a 1 milhão de desempregados devido à diminuição da produção e às paralisações de empresas. Na Bulgária, segundo as informações da Associação Industrial, "setores industriais inteiros estão à beira do colapso". A Polônia, que desde 1^o de janeiro de 1990 introduziu oficialmente, com a bênção do Banco Mundial, a "livre" economia de mercado, perseguindo nesse processo o ministro da Fazenda Balcerowicz — com a assistência do monetarista Sachs, formado em Harvard — um rigoroso curso de *austeridade*, conse-

guiu em poucos meses aumentar seu desemprego oficial de zero a meio milhão; até o meio do ano, já alcançou quase 1 milhão, e até o final de 1991, a expectativa é de pelo menos 2 milhões.

A transição à queda livre, e esta é a graça, deve-se tanto às reformas no sentido da "economia de mercado" quanto ao colapso do sistema antigo, e também, em parte, às reações sociais às conseqüências das reformas (greves, tumultos e revoltas). Aqui, o absurdo mundo ideal monetarista, isto já se pode dizer agora, terá muito menos a ver com a realidade sócio-econômica do que no Ocidente. Todo o ex-bloco oriental revela seu caráter capitalista precisamente pelo fato de cair no conflito entre a abstrata lógica de produtividade do dinheiro e a necessidade de reprodução social. A crise oriental confunde-se de forma diabólica com a crise ocidental, e nesse dilema entre a cruz e a espada revela-se o sistema produtor de mercadorias, de forma exemplar, como beco sem saída. A cada dia progride o colapso das antigas estruturas da economia de comando, torna-se a situação mais insuportável e clama por mudança; mas cada passo de mudança em direção à "liberdade" do dinheiro traz, por sua vez, novos fenômenos de crise, novas catástrofes e condições insuportáveis.

Assim, é de admirar que os "reformadores", e até os monetaristas recém-convertidos, não parem de pôr as mãos à obra, realizando mudanças no sentido da economia de mercado, para logo em seguida retirarem as mãos queimadas. Na China, as reformas de Ding (particularmente aquelas do sistema de preços), elevadas com grande pompa ideológica ao grau de uma doutrina nova, foram em grande parte revogadas. De modo algum isto aconteceu apenas para salvar a pretensão de poder do Partido, conforme afirmam os meios de comunicação ocidentais desde o massacre na Praça da Paz Celestial, mas também porque as conseqüências sócio-econômicas das reformas no sentido da economia de mercado estavam em perigo de escapar ao controle. Mas essa retirada apenas fez avançar a forma oriental da crise, o que poderia provocar uma nova reviravolta, e assim por diante, até também esse movimento espiral chegar ao seu final.

Nada diferente é a situação na União Soviética: uma onda de concepções e programas, leis e projetos de leis, medidas e a revogação das mesmas criou condições que apenas podem ser chamadas de caóticas. Os primeiros passos para liberar a propriedade privada no sentido ocidental apenas conduziram à fundação de "cooperativas" de especuladores e negociastas que a população odeia e cujos membros ocasionalmente já foram linchados. A duplicação dos preços dos alimentos, anunciada pelo primeiro-ministro Ryshkov em meados de 1990 e que se pretendia moderar por um sistema pouco claro de pagamentos sociais compensatórios, sucumbiu imediatamente à pressão das compras feitas em pânico. A segunda tentativa, em abril de 1991 (um terço dos rublos foi desvalorizado da noite para o dia), somente pôde ser imposta à custa de greves e tumultos violentos e contínuos em quase todas as regiões do país. Depois das ondas de compras feitas em pânico, os cidadãos enfrentaram chorando padarias vazias, e o *Komsomolskaia Prawda* comentou com ironia sardônica: "O fantasma do comunismo está deixando hoje nosso país, junto com os restos dos alimentos e bens de consumo cotidianos".

Enquanto os parlamentos das repúblicas parciais, bem como o Supremo Soviete, anunciam solenemente a introdução da economia de mercado, toda tentativa de realizar medidas concretas revela-se como bumerangue. E ainda que também aqui os meios de comunicação ocidentais responsabilizem pela hesitação o aparato antigo e seus interesses, deve-se essa atitude na verdade, do mesmo modo que na China, às conseqüências insuportáveis que resultam de todo passo de reforma prática. A "decadência contínua da disciplina de contrato" (*Handelsblatt*, 4.4.1990) nas empresas sempre pode apenas ser combatida por medidas que resultam em desemprego, encolhimento de ramos inteiros e novas formas de depauperação.

* Entrementes, a paralisia na União Soviética avançou até o ponto de circularem cada vez mais novos boatos sobre um golpe militar iminente. Mas o dilema não será mesmo resolvido à maneira das repúblicas das bananas, o que já deveria ter demonstrado o exemplo polonês. O governo militar do general Jaruzelski durou apenas pouco tempo, porque a lógica econômica não se deixa impressionar nem um pouco pela

A Hungria, outrora o país exemplar na realização de reformas, figurando agora entre os Estados com maior dívida externa, está se perdendo também numa infinita discussão político-econômica, na qual todos os novos "partidos democráticos", desde o Fórum Democrático, por intermédio da União dos Democratas Liberais, até o Partido dos Pequenos Burgueses, estão fazendo o possível para não se queimar: "O aumento do desemprego é considerado inevitável. Mas ressalta-se ao mesmo tempo que as empresas, operando continuamente no vermelho, somente podem ser fechadas gradualmente. Qualquer terapia de choque deveria ser evitada". (*Handelsblatt*, 19.4.1990)

Mas até na Polônia, onde Balcerowicz parece impor de fato sua terapia de choque, não se abriram realmente, por bons motivos, as comportas do mercado. As subvenções dos preços não foram abolidas, mas sim cortadas pela metade; a convertibilidade do *zloty* permanece fortemente restrita para as empresas; 80% das indústrias permaneceram propriedade do Estado, e a lei de privatização, promulgada com atraso depois de debates violentos, nem foi posta em prática. Das 7 mil empresas pretende-se vender quarenta até meados de 1991, além de arrendar duzentas a trezentas das indústrias menores. Assim, não é de admirar que a maioria das empresas estatais tem que ser mantida a muito custo, sem qualquer perspectiva de solução. As empresas estatais em parte protelam a crise, de forma semelhante à ex-RDA, mediante trabalho reduzido e férias compulsórias não pagas, em parte continuam pagando os salários a partir de uma reserva antiga de divisas, originalmente previstas para investimentos urgentes.

O novo paradoxo, explicável apenas pela situação anterior, de um "movimento operário monetarista", tal como se manifestou no Solidariedade, desmorona-se no avanço das contradições novas. As opções reciprocamente irreconciliáveis de "liberdade de mercado privada" e reprodução social no nível de um país

força das armas. Por outro lado, nem o mais recente plano de reforma de Ryszkov (originalmente considerado radical, agora rejeitado por Jeltsin e outros por sua falta de consequência) nem o chamado plano dos quinhentos dias de Chatalin, de caráter "radicalmente reformista", trarão uma adaptação ao modelo ocidental que se possa levar a cabo.

industrializado, que apenas podiam ser ideologicamente unidas sob o teto de ilusões católicas, começam a transformar-se em confrontações hostis * — sem que transpareça alguma perspectiva que possa trazer mais do que a tentativa dos líderes de se virarem enquanto isto for possível:

Os empregados das empresas no Leste europeu pós-comunista não estão nada entusiasmados com a privatização anunciada das indústrias estatais. Conforme mostra o exemplo de algumas empresas polonesas, querem permanecer o maior tempo possível no setor estatal. Em Varsóvia houve recentemente protestos quando os empregados da conhecida fábrica de doces E. Wenzel souberam que a direção está negociando com um grupo empresarial suíço: o conselho local do Solidariedade não quis nenhuma modernização que levasse à perda de empregos. [...] Sem dúvida, Lech Walesa é teoricamente adepto da privatização, mas, no papel de político e líder operário, depende fortemente dos sindicatos e conselhos de trabalhadores. A velocidade da privatização depende, portanto, de muitos fatores, por enquanto desconhecidos. [*Handelsblatt*, 16.10.1990]

As ilusões de reforma neocapitalistas estouraram como bolhas de sabão: segundo as informações dos consultores de Walesa, a renda real dos poloneses encontra-se em 30% abaixo da renda obtida sob o antigo governo comunista; de cada três húngaros, segundo as informações do Ministério Social, um está vivendo hoje "em extrema pobreza"; o número de desabrigados vai aumentando, bem como nos grandes centros urbanos do Oeste, enquanto cada vez mais apartamentos impagáveis estão ficando vazios:

Em alguns bairros de Budapeste, 20 a 30% dos habitantes já não podem pagar o aluguel. Pessoas fidedignas afirmam que um

* O mesmo processo de divisão da oposição do antigo sistema, que agora chegou ao poder, realiza-se na Tchecoslováquia, onde o Fórum Burguês está se desunindo em confrontações hostis. Também o pregador de moral e amigo da paz e liberdade Václav Havel sentou-se como presidente num barril de pólvora cheio de explosivos antagonismos de interesses, confrontos irracionais e conflitos sociais sem saída, para cuja superação, além de sermões, ele não possui nem o mínimo sinal de um programa.

terço da população húngara está vivendo *abaixo* do mínimo de subsistência, como quer que se defina este sob as condições modestas da Hungria. Em todos os cantos da capital foram instaladas cantinas populares: a Caritas, a Assistência Maltesa, a Cruz Vermelha, freiras indianas da ordem da Madre Teresa (!) estão distribuindo, ao meio-dia, centenas de refeições gratuitas. [*Frankfurter Allgemeine*, 20.3.1991]

O mesmo romantismo de cantinas populares está se espalhando pela Polônia, sob a orientação da Igreja Católica, que evidentemente passa a criar ela própria, no pior caso, a miséria a ser caritativamente atendida. Sobretudo muitos idosos literalmente têm que passar fome e morrer por não poderem mais pagar os preços dos alimentos básicos e remédios depois da supressão das subvenções estatais. O antigo sistema quebrou, manifestando-se o novo com brutalidade tanto maior, apesar de não poder ousar revelar todo o seu rigor. Mas também na constelação nova agarraram-se todos os envolvidos com obstinação na lógica insustentável da sociedade do trabalho abstrato: os trabalhadores nada mais querem que assegurar, a todo custo, seu emprego e pão, e os governos e as direções de empresas nada mais querem que "rentabilidade". Ninguém pode nem quer meter-se numa outra perspectiva, de mudança radical, e os tons cada vez mais demagógicos de populistas como Ieltsin e Walesa não prometem nada de bom para o manejo futuro da matéria de conflito explosiva.

Apesar de não haver evidentemente nenhuma saída (e precisamente por isso), precisa-se continuar sem cessar na construção de um castelo ideológico no ar, que apenas mudou de nome. As antigas notícias inacreditáveis de sucesso e os apelos de perseverança do aparato de comando da economia de guerra estão sendo substituídos pelos produtos da imaginação, igualmente inspirados por Orwell, do novo elenco de políticos e economistas que defende a economia de mercado. Todo aspecto parcial insignificante é abalofado, tornando-se notícia de sucesso; assim, por exemplo, o abafamento talvez temporário da hiperinflação na Polônia, ainda

que esse "sucesso" nada mais represente que o reverso do desemprego em massa assim produzido.

Sobretudo, porém, é naturalmente o futuro mais ou menos distante que é pintado todo cor-de-rosa. * Do mesmo modo que os antigos regimes odiados, só que com sinal inverso, também os novos propagandeiam sacrifícios insuportáveis no presente em benefício de um futuro tão paradisíaco quanto imaginário, que agora passou a ser um próspero futuro neocapitalista. E do mesmo modo que os obscurantistas do stalinismo, também os novos profetas da economia de mercado atribuem todos os fenômenos de crise atuais, que na verdade são expressão da crescente incapacidade de reprodução do sistema produtor de mercadorias, à carga hereditária lamentavelmente pesada das estruturas "pré-revolucionárias": "Estão chorando, mas agüentando firme". (*Der Spiegel*, 9.4.1990)** Esse estado de espírito dos católicos poloneses, evidentemente masoquistas, é também aquele que mais convém aos novos senhores.

O consenso ideológico fundamental é, portanto, por enquanto o seguinte: na transição ao modelo "certo" da economia de mercado, baseado na economia de concorrência, teria que haver, infelizmente, processos de adaptação dolorosos na marcha através de um vale de lágrimas, ao qual seguiria um dia, porém, como recompensa, a normalidade capitalista (que, por sua vez, é ingenuamente equiparada à normalidade até agora mantida dos "melhores" dois terços da RFA, vencedora no mercado mundial). Essa relação é estabelecida como curto-circuito, permanecendo as condições e estruturas da suposta "transição" uma caixa preta. Não se tem nenhuma idéia de como efetuar essa "transição".

* Isto acontece tanto por parte dos próprios novos ideólogos quanto por parte de seus aplaudidores e propagandistas. Assim, para citar um exemplo de muitos, o professor sueco Aslund não teve vergonha de prognosticar que "a Polónia logo se tornaria um 'tigre económico' europeu, bem como a Coreia do Sul na Ásia. Um caricaturista acrescentou à citação do professor a observação: 'A cauda já está à vista', desenhando em cima a cobra que se encontra na frente do consulado americano em Varsóvia". (*Frankfurter Allgemeine Zeitung*, 2.4.1990)

** Por mais estranho que pareça, nem as antigas teorias stalinistas de conspirações podem faltar, desta vez em sentido contrário. A vergonhosa falta de sucesso da *perestroika* e de seu herói Gorbachev é seriamente atribuída à "sabotagem do antigo aparato stalinista".

Pois o mercado ocidental não é nenhum "modelo" estrutural abstrato, mas sim o mercado mundial altamente concreto. Como podem jamais fazer-se valer nesse mercado as economias em colapso do socialismo real? Por seu reconhecimento miserável de *freedom e democracy* ninguém vai lhes dar, a longo prazo, nenhum *pfennig*, nenhum *cent* e nenhuma máquina. As simpatias ideológicas das elites de mercado ocidentais não trazem nenhum apoio financeiro duradouro. Num nível de desenvolvimento entretanto muito mais alto do mercado mundial, os países do Leste enfrentam economicamente, na verdade, quase o mesmo problema que depois da Revolução de Outubro. Sem dúvida, trata-se agora em grande parte de populações ocupadas na indústria, mas suas indústrias foram derrotadas pela concorrência por não serem suficientemente "produtivas" e, conseqüentemente, ficarem cada vez mais para trás em sua capacidade de participar no mercado. O circuito lógico, porém, de que este atraso tem sua razão precisamente naquelas estruturas que, por outro lado, possibilitaram a industrialização recuperadora, este circuito será rompido hoje muito menos do que antes.

Pois o que se exige não é aquele reconhecimento, mas sim esta produtividade. O problema tem dois aspectos. Primeiro, a ilusão dos modelos faz uma má figura no mercado mundial real, concreto, porque este exige a capacidade de exportação, como requisito básico. O "modelo" estabelece apenas a estrutura da economia de concorrência, mas a realidade exige que essa estrutura se imponha *dentro do mercado mundial*. De outro modo, não tem valor algum. Um país incapaz de competir no mercado mundial, com ou sem estrutura de mercado baseada na concorrência, permanecerá paupérrimo e será derrotado pela concorrência com violência tanto maior. A simples liberação dos mercados internos produziria apenas o caos, o que em parte já aconteceu. A abertura desses mercados ao exterior, porém, somente pode conduzir à depenação das próprias indústrias indefesas por concorrentes e intrusos ocidentais.

Em segundo lugar, uma vez reconhecido esse fato, a própria capacidade de exportação requer o nível de produtividade do mercado mundial real. Este, porém, não pode ser alcançado nem por

esforço nem por medidas políticas reguladoras no sentido ocidental, mas unicamente por enormes investimentos de capital, e precisamente estes deixou-se de fazer durante várias décadas, em virtude de uma estrutura interna que somente era apropriada para as formas grosseiras e extensivas da produção de mais-valia. Não se necessita de investimentos como tais ou de investimentos "mais adequados", mas sim de investimentos que possibilitem uma produção em "nível mundial". Isso significa hoje uma produção de capital intensivo e amplo emprego de máquinas, grandes despesas para pesquisa e desenvolvimento, uma enorme logística infra-estrutural, e tudo isso acompanhado de um desgaste moral* cada vez mais rápido dos agregados de equipamento. É exigida, portanto, uma reação em cadeia de investimentos tão enormes que os economistas logo pôr-se-ão a chorar.

Os amigos recém-convertidos da economia de mercado teriam que arrancar de seus povos, de repente, meios de investimento simplesmente inimagináveis, e isto durante anos e décadas. E mesmo então não estaria absolutamente garantido, em face do nível atual de produtividade que também no Ocidente já empurrou para o lado dos perdedores relativos a maioria dos países, o estabelecimento de uma relação satisfatória com o mercado mundial. Mesmo que estagnassem os mercados mundiais, os adeptos orientais da concorrência, cheios de esperança, não apenas teriam que derrotar os concorrentes ocidentais, mas também os *newcomers* asiáticos.

Pensemos no que isso significa. Enquanto as massas do Leste exigem como próximo passo, mas como o próximo mesmo, a esti-

* A expressão "desgaste moral" é um termo da análise econômica do capital de Marx e significa a "perda de validade", na economia de concorrência, de parques de maquinaria e equipamentos, que do ponto de vista técnico podem ser absolutamente perfeitos, mas têm que ser afastados por não corresponderem mais ao nível de produtividade mais recente, sujeito a mudanças aceleradas que o mercado impõe sob pena da diminuição da participação no mercado e, por fim, da falência. Assim acelera-se também a intensidade do capital na reprodução, isto é, aumenta cada vez mais o ritmo em que se tornam necessários novos investimentos no capital fixo constante (máquinas, robôs, sistemas operacionais), o que deixa também no Ocidente cada vez mais empresas sem fôlego.

mulação do consumo, dirigindo unicamente por isso seu olhar ao Ocidente, a orientação no mercado mundial conduzirá exatamente ao contrário. Os animados amigos do povo e moralistas magnânicos neodemocratas, que, todos eles, não têm noção alguma de economia, teriam que se transformar em figuras três vezes piores do que Stalin; e mesmo nesse caso seria o empreendimento impraticável porque a população quase teria que morrer de fome para se poder conseguir os meios de investimento atualmente exigidos. Pois a estrutura ditatorial e terrorista do regime stalinista não se explica pelos defeitos morais de alguns indivíduos ou de uma casta dominante, mas sim precisamente por esse dilema que se apresenta hoje mais do que nunca e de forma muito mais grave.

Dai pode-se avaliar como são infundadas as esperanças de que a prosperidade ocidental da época pós-guerra possa repetir-se milagrosamente no Leste. De fato completa e consolida-se a ilusão *estrutural* de uma troca de modelo pela ilusão *histórica* de uma repetição do milagre econômico. Mas a história não se repete nem nesse nível. As causas verdadeiras da prosperidade da época pós-guerra não se encontram na escolha do modelo "certo", tal como o sugere a ilusão iluminista referente ao sujeito, mas sim nos processos de evolução, independentes de sujeitos, do sistema produtor de mercadorias, processos que não podem repetir-se porque representam os estágios de uma progressão irreversível. O mercado mundial está hoje muito mais desenvolvido do que nos anos após a Segunda Guerra Mundial, e com ele sua lógica global de produtividade, não podendo haver jamais uma volta àquele ponto de partida.

* Falha nesse caso completamente a analogia à experiência das ciências naturais, cuja veracidade é confirmada pela repetibilidade ilimitada. As "leis" da "segunda natureza", economias de fetiche, cujo caráter de processos tem outra dimensão que a história natural, são essencialmente diferentes. Pois nesse caso estão mudando os fundamentos no decorrer do processo e chegam por fim a suprimir-se a si mesmos. A ilusão referente ao sujeito, que domina o pensamento iluminista, ao contrário, equipara de forma irrefletida a "primeira" e a "segunda natureza". Mas dentro da socialização na forma-mercadoria não existe nenhum modelo "certo" a ser verificado por experiências empíricas, pois a própria estrutura, em oposição à "primeira natureza", está sujeita ao processo histórico, não podendo ser restringida a seguir suas leis internas.

Isso começa a ser compreendido, aos poucos, também pelos especialistas ocidentais, que ainda nos meses das mudanças dramáticas dos anos 1989-90 foram levados a fazer promessas irrealizáveis, das quais hoje já estão sentindo vergonha. A euforia quanto às mudanças políticas começa a transformar-se em pânico por causa das conseqüentes despesas incalculáveis para o sistema mundial. Assim, já é declarado francamente, por exemplo, por cientistas do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IAW) em Berlim, que a União Soviética "não poderia ser integrada" ao sistema de mercado ocidental. Para os países reformadores do Leste europeu, uma nova pesquisa do Banco Mundial (de abril de 1991) desfez todas as ilusões, prognosticando sua volta ao nível de vida de 1989, no melhor caso, para o ano 2000; uma integração nos mercados mundiais teria que ser medida "em décadas e não em anos". Mas até esse prognóstico é duvidoso, porque aposta em futuras condições de crescimento do mercado mundial que também no Ocidente já se tornaram frágeis. As esperadas normalidade e prosperidade capitalistas não se aproximam pelas reformas, mas sim afastam-se para um futuro cada vez mais nebuloso.

O FRACASSO DA MODERNIZAÇÃO

O sacrifício do Terceiro Mundo como advertência fatídica

Se consideramos o sistema de mercado ocidental, baseado na economia de concorrência, não um modelo (bem-sucedido), mas sim um elemento do mesmo processo histórico da modernidade que gerou também a sociedade de trabalho, supostamente antípoda, do “mercado planejado”, o colapso desta última está muito longe de sinalizar uma nova era de prosperidade capitalista. O Oeste, que já entrou em seu estado de crise, e o Leste, que em seu colapso converteu-se num adepto da lógica capitalista da concorrência, estão mentindo um para o outro. Enquanto o Leste espera a salvação de sua situação sem saída cravando os olhos no passado irrecuperável do *boom* ocidental da época pós-guerra, o Oeste, ao contrário, espera do colapso oriental, sem compreender que ameaça este constitui para o sistema de mercado global, uma saída da própria acumulação de capital estagnante, por meio de “mercados novos” que somente existem na imaginação. E isso apesar de poder estudar os processos reais que se dão em sociedades de colapso num exemplo vivo, a saber, no exemplo daquele Terceiro Mundo cujo destino o Leste está prestes a sofrer também.

Pois em face do entusiasmo com que se fala das “necessidades recuperadoras” do Leste e dos “mercados novos” com “centenas de milhões de pessoas”, deve levantar-se a questão por que as “centenas de milhões de pessoas” na África, América Latina e Ásia, com exceção dos poucos países asiáticos ascendentes, ainda não fizeram surgir tais mercados novos, apesar de parecerem ser muito maiores suas necessidades recuperadoras. Mas as necessidades sensíveis e os desejos humanos não fazem surgir nenhum mercado ou, em outras palavras, nenhuma *capacidade aquisitiva produtiva*. Esta pode apenas nascer da exploração em empresas de força de trabalho humana, realizada no nível mundial da produtividade. Mas essas condições prévias do próprio sistema são sistematicamente ignoradas nos condescendentes sermões dominicais dos especialistas e ideólogos ocidentais.

A mesma ignorância pode ser encontrada em grandes setores da esquerda, apenas com sinal invertido. As idéias de uma “colonização” capitalista do Leste estão claramente orientadas no antigo paradigma esquerdista da “exploração neocolonialista” do Sul; em ambos os casos conjura-se como motivo fundamental a absorção de “mão-de-obra barata” pelo “vampiro” capital. Mas essas idéias tinham seu fundamento real na história de imposição pré-fordista do capital, há muito tempo passada. Mão-de-obra barata como meio principal da acumulação, trabalho forçado e de escravos em produções pouco dispendiosas, na exploração de matérias-primas (mineração, plantações) ou em gigantescos projetos infra-estruturais, tais como a construção de ferrovias e represas, faziam parte (particularmente na União Soviética) das forças impulsoras históricas do capital, isto é, de sua “acumulação primitiva”. Quem refere essas forças e esses motivos sem cerimônias ao atual sistema global está vivendo ideologicamente no passado e deixa de ver os potenciais entrementes nascidos da penetração das ciências e o nível daí resultante da produtividade.

A história real do Terceiro Mundo nos anos 70 e 80 desmente essas ideologias do mesmo modo que o palavrório dos especialistas ocidentais sobre os maravilhosos mercados novos. Pois o Terceiro Mundo já passou pela parte essencial de seu co-

lapso, ainda que a vida, depois de terminar a "normalidade", continue de alguma maneira, em um nível cada vez mais miserável. Depois de realizar-se a catástrofe primitiva da reprodução social, trata-se, por assim dizer, de "sociedades pós-catastróficas",* que somente estão ligadas à circulação sangüínea global do dinheiro por algumas poucas veias muito finas. Uma porção gigantesca, e ainda crescente a cada ano, da população mundial afunda-se assim em desespero, vegetando naquelas condições barbarizadas que ainda estão por vir no Leste.

A idéia, atualmente criada e alimentada, por exemplo, por autônomos e feministas (compare Werlhof *et alii*, 1986), de um processo de "acumulação primitiva" que continua acontecendo no Terceiro Mundo e se manifesta como exploração capitalista de mão-de-obra barata permanece, em geral, tão cega à realidade quanto o correspondente teorema acadêmico da "nova divisão internacional do trabalho" (Froebel, Kreye *et alii*, 1977, 1986). Todas essas teses não se fundamentam numa análise do processo geral da produção global de mercadorias, mas sim na generalização dos exames de alguns casos e áreas particulares. O padrão básico comum dessas argumentações consiste em deduzir daquela exploração "barata" de força de trabalho humana no Terceiro Mundo cada transferência de crescimento capitalista bem-sucedida ou prestes a ter sucesso, isto é, na aplicação das antigas categorias da "exploração". Em parte defende-se dessa maneira a idéia de que o desemprego em massa no mundo ocidental não se deve às conseqüências da penetração das ciências e da intensificação da

* Essa expressão foi criada por Vladimir Kostiushev, autor soviético da perestroika, que atribui a ela, no entanto, um significado completamente diferente (e ilusório). Pois para ele a catástrofe era o stalinismo, o qual hoje já não pode ser compreendido, na União Soviética, como forma recuperadora da acumulação primitiva, mas sim apresenta-se como crime puramente subjetivo, de modo que o termo "sociedade pós-catastrófica", deste ponto de vista, se refere à superação incompleta do stalinismo na época pós-guerra, até Brejnev. Nunca ocorreu aos neodemocratas soviéticos que precisamente a própria perestroika possa ser a expressão da catástrofe do mercado mundial que atinge o socialismo real e que a crise da reforma possa determinar o curso posterior, pós-catastrófico, das coisas (compare Kostiushev, 1990, pp. 143 ss.). Deveriam, porém, compreender como advertência fatídica o que cabe dizer hoje em relação à África: "A catástrofe vai continuar durante décadas". (*Sueddeutsche Zeitung*, 12.1.1991)

produtividade imanentes, para muito além da capacidade de absorção do sistema produtor de mercadorias, mas sim ao simples deslocamento do trabalho industrial para o Terceiro Mundo "mais barato"; em parte acredita-se até que uma transferência mistificada de valores, procedentes da produção folclórica de tapetes, cestos etc. possa esporear o crescimento do capital mundial: uma lenda que obviamente nenhum economista pode levar a sério.

De fato, os fenômenos empíricos nos quais se apoiava a tese da nova divisão internacional do trabalho estão em retirada, além de não terem tido jamais o significado que lhes foi atribuído. Em todos os lugares do Terceiro Mundo onde se desenvolveram os incílios de uma industrialização própria ou instalada por capital estrangeiro vale hoje a divisa: "Da economia de trabalho intensivo para a economia orientada na tecnologia". (*Handelsblatt*, 6.4.1987) Já no começo dos anos 80, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) em Genebra reclamou: "A tecnologia empobrece o Terceiro Mundo", ilustrando com isto inconscientemente os paradoxos do moderno sistema produtor de mercadorias. Essa constelação de fatos aplica-se também àquela agricultura do Terceiro Mundo que (crescente e forçosamente) se orienta no mercado mundial:

Pela primeira vez, a OIT [...] teria pesquisado as questões da pobreza e dos sem-terra nas regiões rurais da Ásia. Essa pesquisa teria mostrado que na Índia, na Indonésia, em Bangladesh, em Sri Lanka e na Malásia, onde moram 70% da população rural dos países não-socialistas do Terceiro Mundo, a pobreza estaria aumentando, apesar de um crescimento econômico nunca visto que aconteceu nos últimos 25 anos. Assim, nas mais ricas áreas de cultivo do Pendjab, na Índia, a nova técnica da "revolução verde" teria certamente conduzido a um aumento de 26% da renda real *per capita*, mas ao mesmo tempo teria se elevado de 18 a 23% a parte da população rural que estaria vivendo abaixo do nível de pobreza. O mesmo rumo tomaria o desenvolvimento nas plantações de caucho da Malásia [...]. A resposta à pergunta por que a pobreza teria aumentado estaria mais ligada à estrutura econômica do que à taxa de crescimento. Em face do fato de que as

melhorias técnicas, na maioria dos casos, economizariam empregos em vez de criá-los, investimentos úteis de capital não teriam o efeito desejado de ocupação. Assim, no Paquistão, tratores teriam causado a perda de 200 mil empregos. Na Indonésia, novos moinhos de arroz poderiam conduzir à ocupação de apenas 330 mil pessoas, em vez das atuais 400 mil. [*Sueddeutsche Zeitung*, 17.5.1980]

Naturalmente, esse desenvolvimento continuou durante os anos 80, e isso em processo acelerado. Todo passo de crescimento agrário orientado no mercado mundial tinha que ser necessariamente um passo em direção à agroindústria intensiva de capital, cuja produtividade, bem como aquela nos próprios centros do mercado mundial, está roendo o crescimento global do capital mundial, em vez de fomentá-lo. Assim estão se agravando também no setor agrário a concorrência e a concentração de capital, em nível nacional e internacional.

Isso aplica-se muito mais à indústria e aos investimentos industriais diretos no Terceiro Mundo. Os investimentos baseados no deslocamento de partes da produção para o norte da África, o sudeste da Ásia e a América Latina não apenas ficaram muito atrás dos investimentos em países ocidentais capitalistas, como também diminuíram consideravelmente durante os anos 80: "Investidores alemães evitam os países em desenvolvimento". (*Sueddeutsche Zeitung*, 9.4.1987) Enquanto até 1983 o volume dos investimentos diretos da RFA no Terceiro Mundo era ainda de 2,3 bilhões de marcos por ano, em 1986 tinha caído a 0,7 bilhão de marcos, com tendência decrescente. O mesmo aplica-se ao comportamento de investimento dos demais países capitalistas. Os motivos não são, absolutamente, de natureza política em primeiro lugar, mas sim, bem como no setor agrário, encontram-se na intensidade elevada de capital:

Em face das novas tecnologias, os produtores no sudeste da Ásia precisariam das mesmas máquinas que os produtores em outra parte. Por isso, a parte dos salários já não teria a mesma importância de antes, comenta Wolfgang Kummer, presidente ad-

ministrativo da Linotype S.A. Eschborn. Sua empresa teria 80% de custo de material, 12% de custo geral e apenas 8 a 10% de despesas salariais diretas. No sudeste da Ásia não se poderia produzir mais barato do que aqui. Por isso, a empresa passou a concentrar, há pouco mais de um ano, a parte do leão da produção na República Federal. [*Sueddeutsche Zeitung*, 10.8.1988]

Naturalmente, essa lógica não se manifesta apenas em ramos industriais menores, como impressão, têxteis e vestuário, mas também e muito mais acentuadamente nas indústrias-chave, a eletrônica e a automobilística. Daniel Goeudevert, ex-presidente administrativo das fábricas Ford em Colônia, não deixa nenhuma dúvida quanto a isto: "O deslocamento da produção para os lugares com mão-de-obra mais barata teria perdido [...] sua importância. Em face da compulsão à rentabilidade, as empresas estariam tendendo à redução do custo e, com isso, à libertação de mão-de-obra". (*Handelsblatt*, 15.6.1989)

A tendência deste século ao aumento da intensidade do capital (expressão fetichista para o desdobramento da "força produtiva ciência") desvalorizou há muito tempo a oferta de mão-de-obra "barata" do Terceiro Mundo, fechando com isso, porém, para o próprio Ocidente, uma saída exteriorizante de sua crise por meio da exploração daqueles ominosos mercados novos. Quanto menos o Terceiro Mundo conseguia acompanhar a corrida da produtividade, tanto menos pôde sua economia levantar pelo menos os investimentos indispensáveis para o próprio desenvolvimento e os mercados internos, e tanto menos interessante tornou-se ele para investimentos estrangeiros diretos, por parte do capital ocidental. Passou a depender de créditos do sistema bancário ocidental e das instituições internacionais (FMI, Banco Mundial).

Enquanto nos anos 70 ainda estava vinculada a esses créditos a ilusão de se poder alcançar por esse caminho o desenvolvimento interno, a industrialização e a capacidade de participar no mercado mundial, essa bolha de sabão estourou o mais tardar em 1982, quando a insolvência do México marcou o início da famosa crise de dívidas do Terceiro Mundo, que até hoje não se

aproximou nenhum milímetro de sua superação. Uma parte dos créditos perdeu-se nas burocracias estatais do Terceiro Mundo e nas classes altas, entrou de forma improdutivo no consumo, em projetos inúteis de prestígio e armamento, ou voltou a ser transferida ao sistema bancário ocidental, como capital improdutivo que trouxesse juros. Mas isso não é nem metade da verdade. Pois existem razões muito mais objetivas e decisivas do que a simples mania de enriquecimento das tradicionais classes altas do Terceiro Mundo que faziam com que fracassasse necessariamente o projeto de industrialização e desenvolvimento.

Em última instância, o problema é que a lógica abstrata da rentabilidade, tal como é inerente à mercadoria moderna e ao mercado mundial por esta constituído, não conhece e nem pode admitir algo como uma estratégia politicamente induzida, isto é, puramente baseada em decisões conscientes. Mais cedo ou mais tarde tem que impor-se inexoravelmente a lei da rentabilidade, que diz que somente é válida e capaz de participar no mercado aquela produção que corresponda ao nível mundial de produtividade. Já que se trata aqui da atuação objetiva dessa lei dentro da lógica das mercadorias, não se pode enfrentá-la com argumentos de *fair-play* e referências ao problema do desenvolvimento recuperador; de modo geral, é inútil e absurdo querer discutir e argumentar com as leis estruturais da produção de mercadorias, como se se tratasse de um sujeito consciente.* O fato de que, para a satisfação das necessidades sensíveis, seria "sensato" proceder de outra forma, não produzindo sob o aspecto abstrato da rentabili-

* O fato de esse modo de pensar estar amplamente divulgado precisamente na esquerda deve-se à projeção iluminista do sujeito, isto é, à circunstância de esta apenas ser capaz de criticar como sujeitos os "capitalistas" (e suas supostas intrigas, decisões etc.), mas não o capital, aquele "sujeito automático" que ainda foi criticado por Marx na *Crítica da economia política* (idéia esquecida há muito tempo). Nesse caso, apesar de todos os engenhosos rodeios teóricos, parece que até na base do sistema produtor de mercadorias se possa chegar, mediante boa vontade e intervenções políticas, a decisões bem diferentes e muito mais filantrópicas do que são aquelas supostamente apenas "erradas", tomadas pelos "sujeitos errados". Esse modo de pensar corresponde ao marxismo reduzido, "sociologista", da Revolução de Outubro e do Terceiro Mundo, sendo um elemento da modernização burguesa cuja atualidade já passou completa e irrevogavelmente.

dade e instalando, em interesse do próprio desenvolvimento e da manutenção e ampliação das próprias necessidades, inicialmente também setores de produção abaixo do padrão mundial, não interessa nem um pouco à lógica da forma-dinheiro, que por isso tem que ignorar todos os desejos piedosos com aquela inexorabilidade que é característica da "atuação de leis".*

Na prática, o dilema dessa lógica manifesta-se na distância cada vez maior entre a intensificação da produtividade, forçada pela economia de concorrência, nos países capitalistas desenvolvidos, e a produtividade possível nas regiões atrasadas do mercado mundial. A base do gigantesco estoque de capital do Ocidente, a partir da qual se realizam os aumentos seguintes, não poderá jamais ser alcançada, dentro da lógica das mercadorias, pelas outras partes do mundo em conjunto. Cada passo de desenvolvimento e aumento da produtividade nos países atrasados é negativamente compensado, em escala crescente, por dois, três ou mais passos nas regiões mais avançadas. É a corrida entre a lebre e a tartaruga, que somente pode terminar com a morte da lebre.

Quanto mais alto o nível mundial da produtividade, tanto mais intensidade de capital exige a produção e tanto mais alto e impagável para a maioria dos países pobres é o custo dos investimentos, que muitas vezes já se desvalorizam no momento em que deveriam induzir produções capazes de aparecer no mercado. E quanto mais se estica o metro para medir a penetração das ciências, da técnica e da automatização, tanto mais cresce também, para além da própria produção, a necessidade de investimentos gigantescos no sistema da logística e infra-estrutura social global, nas ciências e na educação, na administração e nos serviços, necessidade à qual os países atrasados não podem atender nem de longe.

* Uma vez que não se trata de leis naturais, a atuação dessas leis do sistema produtor de mercadorias pode ser suprimida em princípio, somente junto com os fundamentos da forma-mercadoria da própria reprodução social. Enquanto não se reconhece isso, a lógica do dinheiro tem que impor-se cegamente, com conseqüências cada vez mais devastadoras, contra a pose de autonomia do sujeito burguês.

O recurso de tomar empréstimos nos mercados financeiros internacionais era, portanto, antes um passo desesperado do que um caminho bem refletido de desenvolvimento. Já que os juros e o custo administrativo dos créditos, na maioria dos países atingidos, expandiam-se necessariamente com rapidez muito maior do que qualquer desenvolvimento imaginável nos mercados internos e externos, a “industrialização endividada” tinha que fracassar por motivos objetivos, seja na forma da “substituição das importações”, seja naquelas da “industrialização para a exportação”:

Em regra, a tentativa de substituir pela produção própria a importação de bens de consumo acarretava amplas importações de bens de investimento que superavam o efeito da substituição das importações; de cada fase da substituição das importações, mediante a qual se trazia ao país a produção de mercadorias tecnologicamente cada vez mais sofisticadas, resultava a necessidade de importar bens de investimento tecnologicamente cada vez mais complexos. Em vez de economizar divisas e de descarregar a balança de pagamentos, criavam-se novos déficits que tinham que ser financiados com recursos estrangeiros. Muitas vezes a industrialização, por desviar recursos internos da agricultura para a indústria, fazia com que estagnasse ou até diminuísse a produção de alimentos. Em alguns casos, as importações de alimentos necessárias pesavam consideravelmente na balança de pagamentos [...]. Por isso, após a fase da substituição das importações, alguns países passaram à industrialização para a exportação, para fazer parar, mediante a exportação de produtos industriais acabados, a espiral de dívidas e garantir o atendimento às obrigações. O exemplo do Brasil, no entanto, que a todo custo tenta exportar seus produtos industriais e até armas para resolver o problema da dívida externa, mostra claramente que nem assim se escapa à armadilha das dívidas — muito menos quando uma crise econômica mundial e o protecionismo dos países industrializados restringem fortemente as possibilidades de venda. [Koerner, Mauss, Siebold, Tetzlaff, 1984, pp. 50 ss.]

De fato, abstraindo-se algumas exceções, a suposta “industrialização para a exportação”, em vez de tornar-se uma possível

alternativa, somente contribuiu para agravar a crise de dívidas. Apenas algumas poucas mercadorias de países do Terceiro Mundo podiam resistir à concorrência do mercado mundial; assim, por exemplo, nos setores da indústria de mineração e metalurgia (entre outras coisas, aço barato de baixa qualidade), da construção naval, da indústria de armamento (sobretudo a brasileira), da indústria têxtil e naturalmente da agricultura e da indústria de produtos alimentares. Mas, uma vez que o mercado mundial, em sua totalidade, pode gerar cada vez menos capacidade aquisitiva produtiva, em virtude do nível de produtividade "demasiadamente alto" que corresponde à sua própria lógica, uma vez que o movimento de expansão, como tal, se transformou há muito tempo substancialmente em estagnação e se intensificou a concorrência nos mercados agora mais "apertados", até os poucos moderados sucessos do Terceiro Mundo na área da exportação tinham que prejudicar os setores correspondentes nos próprios países ocidentais, provocando ali medidas defensivas na forma de subvenções e protecionismo.*

Ao mesmo tempo continua pesando o montante crescente de juros e amortizações dos créditos dissipados há muito tempo, de modo que as exportações industriais e agrárias têm que ser malbaratadas até chegarem a condições cada vez mais absurdas: assim, os países do Sul realmente definham, com novos surtos de depauperação que resultam na desindustrialização daqueles países em que as estruturas industriais paparicadas a muito custo, mas construídas sobre areia, estão decaindo sob a pressão crescente da concorrência, conforme já mostrou muito cedo o exemplo negativo da Argentina:

* A esse respeito, o caso mais extremo, que contradiz diretamente o reconhecimento ideológico da liberdade de mercado e da concorrência, constitui o sistema gigantesco e monstruoso das subvenções agrárias da Comunidade Européia: este sistema protecionista encontra-se em apertos crescentes em virtude das discussões cada vez mais violentas em conexão com o Acordo Internacional de Alfândega e Comércio (GATT). Uma atitude transigente teria por conseqüência a aniquilação quase total da agricultura européia, com imensos atritos sociais e políticos; uma atitude intransigente, ao contrário, conduziria à guerra comercial aberta, a qual está se preparando há anos. Esta significaria também a sentença de morte definitiva para muitas sociedades doentes do Terceiro Mundo que jamais sobreviveriam a uma guerra desse tipo.

A Argentina tornou-se o caso exemplar de uma estratégia impiedosamente praticada de desindustrialização. Entre 1975 e 1982, a produção industrial caiu em 20%, e a ocupação na indústria, em 40%. Crise e desemprego em massa fizeram com que a participação dos salários na renda nacional diminuísse de 49% para 32,5%. Da baixa econômica resultou uma estrutura industrial desesperadamente arruinada, cujo atraso tecnológico frente à concorrência internacional tinha aumentado mais ainda. [Simon, 1987, p. 158]

Seguindo o exemplo da Argentina, a maioria dos países do Terceiro Mundo que conseguiram instalar rudimentos de uma estrutura industrial tomou esse caminho da "desindustrialização endividada". Com isto está programada para a grande maioria dessas regiões a queda no *status* de um "caso social mundial", com todas as conseqüências da desestabilização interna.

As poucas exceções, sobretudo os países ascendentes asiáticos na região do Oceano Pacífico, cuja "industrialização para a exportação", observada superficialmente, parece ser bem-sucedida (principalmente os quatro "tigres pequenos": Coreia do Sul, Hong Kong, Taiwan e Cingapura), na verdade não escaparam absolutamente à armadilha das dívidas, permanecendo numa dependência precária dos países ocidentais e não tendo conseguido, até agora, uma modernização e estruturação internas correspondentes ao avanço nos mercados de exportação (isso ainda se aplica, em certo grau, até ao Japão). Uma vez que o fator da mão-de-obra barata está perdendo sua importância e continuará perdendo-a, os bons resultados da exportação somente podem ser mantidos enquanto acompanham o nível mundial da tecnologia e produtividade, com altos investimentos de capital; mas isso significa que essas produções destinadas ao mercado mundial permanecerão

* Os países mais pobres sobretudo da África, mas também da Ásia e da América Latina, já não tiveram chance alguma de iniciar uma industrialização própria e o desenvolvimento social. A piora contínua dos *terms of trade* para seus produtos agrícolas e matérias-primas já os transformou em "casos sociais mundiais" sem esperança, que nem conseguem alimentar-se por força própria. As lutas internas pela distribuição conduziram ali a chacinas, guerras civis e de tribos, catástrofes de fome e epidemias.

ilhas na sociedade e não poderão dar ocupação àquela massa de mão-de-obra que seria necessária para um desenvolvimento interno.

Essa situação pode ser suportável para Estados pequenos ou Estados-cidade como Hong Kong ou Cingapura, mas já para a Coreia do Sul resultará dela, a longo prazo, uma prova de resistência insuportável. A estrutura industrial insular que é capaz de concorrer no mercado mundial está unilateralmente orientada para a exportação, e o mercado interno não pode ser desenvolvido suficientemente porque a industrialização para a exportação, aparentemente bem-sucedida, não pode gerar, em virtude de sua alta intensidade de capital, o volume suficiente de capacidade aquisitiva interna; o fator decisivo nesse processo não é o salário baixo, mas sim a incapacidade destas produções altamente automatizadas de absorver massas suficientes de mão-de-obra.

Por outro lado, os fluxos de exportação, com sua unilateralidade quase já mercantilista, provocam o protecionismo dos países importadores, reação que o Japão experimenta há muito tempo e tenta contornar há anos com os mais diversos truques. A Coreia do Sul já sofreu graves derrocadas de suas exportações por restrições de importação por parte da Comunidade Européia e dos Estados Unidos, enquanto aumentam no interior as tensões e os conflitos sociais, descarregando-se em atos violentos. A dependência total dos mercados estrangeiros ultramarinos e de bens de investimento ocidentais e japoneses (*chips*, máquinas de ferramentas, técnica de automatização), acompanhada de um desendividamento de modo algum terminado (que a cada momento pode desembocar em novos processos de endividamento), torna esses países hipersensíveis às oscilações da conjuntura mundial: um moderado resfriado recessivo dos Estados Unidos já poderia significar sua morte.

Revela-se assim que o Terceiro Mundo ou já fracassou em suas tentativas de modernização — e isto aplica-se à maioria desses países, que desde o fim da descolonização partiram com tanta esperança — ou, no melhor caso, encontrou um *status* precário, no papel de países ascendentes, que permanece exposto à espada de Dâmocles do mercado mundial e, mesmo assim, já não per-

mite um desenvolvimento interno da sociedade inteira. Esse sacrifício do Terceiro Mundo constitui na verdade uma advertência fatídica para os países do ex-socialismo real, que ainda não compreenderam sua verdadeira situação porque estão olhando fixamente para o lado errado: para o Ocidente, e dentro deste, por sua vez, exclusivamente para a atual vencedora no mercado mundial, a RFA, em vez de olhar para o Sul, onde se encontra seu futuro verdadeiro dentro da sociedade mundial do mercado e do dinheiro.

O colapso histórico global da modernização recuperadora

Mas enquanto as massas e os estrategistas econômicos do Leste mantêm seus olhares esperançosos dirigidos para o Oeste, imaginando que o “choque da adaptação” e a marcha através do vale de lágrimas tenham que conduzir logo à prosperidade da economia de mercado, a crise da reforma nada mais indica do que o fato de eles já estarem, na realidade, a caminho do Sul. Simplesmente ignoram o fato de que o Terceiro Mundo já percorreu a maior parte do processo de colapso, representando assim o verdadeiro modelo da modernização recuperadora para o resto deste século e o começo do próximo.

De fato, as estruturas internas da modernização no Terceiro Mundo e no socialismo real revelam *a posteriori* uma afinidade surpreendente quando nos abstrairmos do revestimento ideológico e político. E após depositar-se a poeira ideológica, por ter parado o movimento histórico que a levantou, sobressai claramente a problemática básica idêntica dessa modernização recuperadora. Também nas sociedades em desenvolvimento da época pós-colonial do Terceiro Mundo, o elemento estatista da modernidade tinha que impor-se frente ao monetarista com maior ímpeto do que no Oeste, para possibilitar processos de industrialização. Os regimes da modernização no Hemisfério Sul, seja sob a estrela do marxismo e na forma de “movimentos nacionais libertadores” (Cuba, Vietnã, Angola) ou seja na forma de ditaduras militares pró-oci-

dentais e regimes de "revolução branca" (Brasil, Irã), geraram, do mesmo modo que o Leste, estruturas estatistas do sistema produtor de mercadorias e, com estas, planos quinquenais e burocracias de planejamento e estatais.

A despeito de suas ideologias extremamente opostas e mortalmente inimigas, todos esses regimes enfrentavam o mesmo problema: toda modernização recuperadora do século XX, não apenas aquela do Leste, estava obrigada a repetir, de uma maneira ou outra, as estruturas mercantilistas dos séculos XVII e XVIII, porém num nível de desenvolvimento muito mais elevado. Em todos os países do Terceiro Mundo, o Estado transformou-se numa gigantesca máquina burocrática, para muito além da base produtiva. Pequenos grupos parasitários ocupavam as alturas do comando, enquanto o aparato em geral alimentava uma boa parte da classe média, criando capacidade aquisitiva improdutiva em grande escala.

O Estado ou desempenhava, como no socialismo real, o papel de proprietário e explorador das indústrias-chave ou pelo menos as subvencionava numa extensão muito maior do que o faria o sistema da economia de concorrência do Oeste. Dessa maneira surgiu uma classe de trabalhadores industriais estatizada ou alimentada intravenosamente pelo Estado, classe que na maioria dos países do Terceiro Mundo se integrou à classe média, enquanto a grande massa da população ficava fora do aparato estatal e da produção industrial insular para o mercado mundial, acabando na miséria.

E do mesmo modo como aconteceu mais tarde no socialismo real, essa estrutura de reprodução da modernização recuperadora já fora atacada por dois lados dez anos antes. Por um lado, a tendência inflacionária desse sistema abriu com toda força o caminho à superfície do mercado. A subvenção permanente das indústrias e do aparato estatal abalofado (bem como a subvenção dos alimentos básicos, com a qual se pretendia manter quietas as camadas leprosas da modernização), tornou-se insustentável. Passou a ser apenas aparentemente financiada mediante a impressão de notas de banco. As conseqüências foram hiperinflações que até hoje sacodem essas sociedades com novos surtos. Por outro

lado, porém, a maioria das indústrias subvencionadas já não conseguiu acompanhar o mercado mundial, em virtude do crescimento da produtividade e intensidade de capital, dando origem a todas as conseqüências já expostas, desde a dívida externa até a desindustrialização.

A semelhança com o processo de colapso do socialismo real é evidente demais para se poder passar por cima dela. Nisso repararam posteriormente também as instituições de crédito internacionais, orientadas pela economia de mercado no sentido ocidental, como o Banco Mundial e o FMI (Fundo Monetário Internacional), que se tornaram grandes credores das economias em colapso. De repente descobrem precisamente nos regimes pró-ocidentais, antigamente mimados, os supostos pecados contra a economia de mercado e comparam as estruturas de países como o Brasil, sem consideração do verniz ideológico que já se gastou tanto aqui quanto ali, àquelas da RDA, da União Soviética, da Polônia ou da Romênia.

No entanto, confunde-se também nesse caso a causa com o efeito, do mesmo modo que nas novas reformas orientais no sentido da economia de mercado. Pois também aqui, os pecados estatistas não eram nenhum "erro", mas sim uma necessidade involuntariamente aceita, para poder sobreviver ao menos durante algum tempo no invólucro do sistema mundial produtor de mercadorias. Caso se desmontem essas estruturas, podem apenas seguir novos e piores processos de colapso, por mais demorados e dolorosos que sejam. Mas precisamente isso exige o FMI, seguindo a lógica cega do dinheiro. No entanto, cada passo de desmontagem da burocracia estatal e das subvenções apenas pode servir para acelerar os processos da desindustrialização, do endividamento externo e da depauperação.

O FMI, o Banco Mundial e os demais grandes credores ocidentais já levaram há muito tempo o Terceiro Mundo à desestabilização interna política e social. Já não se trata ali de uma estratégia alternativa e concorrente ("socialista") de desenvolvimento, modernização e industrialização, mas apenas de processos de decadência de sociedades pós-catastróficas. O lugar do modelo oposto

está vazio, porque dentro das formas do sistema produtor de mercadorias não pode haver nenhuma alternativa. Do mesmo modo que as sociedades em desenvolvimento pró-ocidentais, as pró-soviéticas estão decaindo sobre o mesmo fundamento do trabalho abstrato. Os "movimentos libertadores", que somente podiam atuar dentro desse sistema de referência, estão perdendo seus objetivos e sua credibilidade; em parte depuseram as armas, em parte degeneraram a armadas clientelas de interesses particulares nas lutas barbarizadas pela distribuição — na América Latina parecem até confundir-se com a máfia de drogas.

Mas as coisas não podem ficar como estão. Reações violentas, mesmo que sejam apenas eruptivas e sem rumo fixo, são inevitáveis e cada vez mais freqüentes. Isto mostram não apenas os tumultos devidos à falta de pão que se dirigem com violência crescente contra a supressão da subvenção dos alimentos, forçada pelo FMI. Também as camadas que até agora constituíram a classe média no Terceiro Mundo estão sendo atropeladas pela lógica impiedosa do dinheiro. E tanto mais desesperada será a revolta, quanto maior o esforço com que está à procura de alguma legitimação intelectual.

Em algumas partes da Ásia, na Arábia e no norte da África, a re-islamização transformou-se numa militante ideologia substitutiva dirigida contra o Oeste, o qual está criando ali, atrás de suas costas, uma nova espécie de coveiros que, apesar de não possuírem nenhum objetivo transcendente, não recuam diante de absolutamente nada. No entanto, o fundamentalismo islâmico não tem quase nada em comum com a antiga cultura islâmica da pré-modernidade, além do próprio nome. Pois essa cultura não pode ser separada daquelas estruturas de reprodução tradicionais, pré-capitalistas e fundamentadas numa sociedade agrária que desapareceram no mundo inteiro há muito tempo.

Assim, o Islã constitui no fundo apenas um invólucro ideológico para tendências de desenvolvimento da barbárie secundária, nas quais as massas desarraigadas e depauperadas estão lutando cegamente e sem perspectiva alguma contra a lógica do mercado mundial, tentando escapar a esta. Mas esse fundamenta-

lismo torna-se tanto mais perigoso e pseudo-estratégico quanto mais vai além das massas encorticiadas das revoltas de fome e toma conta daquelas camadas da classe média que pelas leis do dinheiro e por seus executores do FMI são expulsas de sua vida anterior e lançadas na miséria. Isto já nos mostrou o desenvolvimento no Irã, que dificilmente deve ter sido a última palavra da islamização antiocidental.

Mas mesmo que o fundamentalismo tenha traços bárbaros, estes não são mais bárbaros do que tudo aquilo que os senhores "civilizados" das instituições financeiras internacionais exigem da humanidade. Para a massa crescente daqueles que "caíram fora", a barbárie do dinheiro "oficial" deve ser subjetivamente ainda mais terrível do que o domínio patente da máfia,* a qual, como forma clandestina e ilegal da lógica do dinheiro, pelo menos ocasionalmente deixa transparecer a caricatura de traços humanos perceptíveis.

A ideologia secundária islâmica, apesar de ser apenas uma formação regressiva e reativa, incapaz de legitimar alguma socialização alternativa no nível do desenvolvimento moderno da força produtiva, pelo menos serve para expressar de alguma forma o sofrimento das massas desorientadas na modernização em colapso. É bem possível que do fundamentalismo possam nascer empreendimentos agressivos de comando e *kamikases* ou até maiores golpes militares desesperados contra os centros do mercado mundial. O fundamentalismo já tomou conta de todo o litoral mediterrâneo norte-africano, e as repúblicas muçulmanas da União Soviética começaram a tomar o mesmo rumo. Pode ser que em um futuro não muito distante, quando a agressividade muito mais inescrupulosa do fundamentalismo islâmico chegar a ameaçar toda a re-

* Por exemplo no Líbano, depois do colapso do poder estatal, assumiram de fato as milícias dos clãs certas funções de manter a ordem e os restos de uma situação normal; nas favelas da América Latina são muitas vezes os barões de drogas a única força que garante certas condições civilizatórias e financia água potável, escolas e moradias em extensão maior do que o faz o Estado do mercado mundial, sob o domínio do FMI, para serem festejados por isso como uma espécie de Robin Hood. Já podem ser observadas tendências semelhantes em alguns países do ex-bloco oriental. Não o FMI e as belas palavras do Ocidente sobre a democracia, mas sim a máfia é para muitas pessoas o último sinal da civilização.

gião, os países mediterrâneos europeus lambam os beiços à procura de um político tão moderado como Kadhafi (que agora tem que servir de bicho-papão).*

Mas também as sociedades em outras regiões do desastre da modernização estão cada vez menos dispostas a confiar nas promessas vazias de um próspero futuro na base da economia de mercado. Pois em oposição ao socialismo real, que só agora está vivendo seu colapso, grandes partes do Terceiro Mundo já passaram a esse respeito por experiências demais, de modo que nem sequer seus representantes e publicistas moderados e tendencialmente pró-ocidentais podem juntar suas vozes à ingênua euforia dos reformadores orientais com a economia de mercado:

Enquanto o ex-bloco oriental tem fortes tendências de adotar a economia de mercado e o capitalismo privado, muitos países do Terceiro Mundo distanciam-se dessas formas. A nova "cortina de ferro" ideológica está se deslocando em direção ao Equador. Para o primeiro-secretário da missão polonesa permanente na ONU em Genebra, Maciej Lebkowski, "a dominante doutrina de crescimento e desenvolvimento dos anos 90 fundamentar-se-á no princípio da economia de mercado. Atribuirá ao setor não estatal a função de motor do crescimento". Na opinião do brasileiro Marcos Arruda, "o mundo deveria abandonar as leis da economia de mercado [!], bem como a lógica do capital [!], como mecanismo diretor principal da atividade econômica, da distribuição do poder e do saber, pois a estação final lógica destas será a desumanização e a morte". [*Handelsblatt*, 5.10.1989]

Nada poderia caracterizar a situação de forma mais adequada do que essa controvérsia estranha por ocasião do 25º aniversário da Conferência de Comércio e Desenvolvimento da ONU (UNC-

* A forma desnortçada e a aparente casualidade com que a administração dos Estados Unidos e os meios de comunicação ocidentais trocam seus "malfeitores" e se metem no Terceiro Mundo em coalisões a cada vez mais renovadas e menos sustentáveis, não apenas revela a desorientação geral após a queda da antiga imagem do inimigo, mas também a simples incapacidade de compreender aquela lógica do mercado mundial por cuja protagonista se quer passar, sem poder produzir absolutamente seus efeitos, para não falar de interceptá-los.

TAD), em outubro de 1989. Enquanto pelo menos uma parte dos ideólogos e da classe política do Terceiro Mundo, em virtude de suas experiências amargas, já começa a abandonar as ilusões de uma nova economia de mercado, as sociedades do ex-socialismo real evidentemente têm que se arruinar pela segunda vez antes de perceberem que a inversão da polaridade ideológica na prática não os levará nenhum passo à frente.

De fato, quase todos os Estados do ex-bloco oriental, independentemente da situação de suas reformas no sentido da economia de mercado, entraram no final dos anos 80, do mesmo modo que o Terceiro Mundo, na fase do endividamento galopante. Os primeiros a se meterem no redemoinho da "industrialização endividada", paralelamente aos países do Terceiro Mundo, foram sobretudo a Polônia e a Romênia; bem como no Terceiro Mundo, os respectivos governos, numa combinação de substituição das importações e industrialização para a exportação, tinham financiado, com créditos procedentes dos mercados financeiros internacionais, ambiciosos megaprojetos industriais (que em conjunto nunca alcançaram a capacidade de concorrer no mercado mundial), caindo na mesma armadilha de dívidas que o Brasil e a maioria dos outros Estados do Terceiro Mundo.

Desde o princípio foi um grandioso mal-entendido quando o movimento operário e oposicionista polonês, como precursor das chamadas revoluções no Leste, tentou enfrentar um suposto desgoverno socialista (idéia que mais tarde se consolidou na ilusão do "modelo errado"), enquanto atrás da máscara ideológica do regime se ocultava na verdade o mesmo problema fundamental da modernização ao qual sucumbiram também os Estados pró-ocidentais do Terceiro Mundo. E com as mesmas conseqüências que no Terceiro Mundo, responsabilizou-se pelo colapso das estratégias de modernização as massas, sujeitando-as às mais graves restrições. E isso com brutalidade especial na ditadura da Romênia, que até a queda do *Conducator* Ceausescu tinha que passar por vários invernos de fome.*

* O fim terrível do ditador, que junto com sua esposa foi fuzilado como um cão, foi

Transparece assim a ironia sarcástica da história de que, nas duas décadas passadas, tentaram enfrentar a mesma lógica da modernização recuperadora, condenada ao fracasso, a maioria dos povos do Leste, em nome dos "ideais" ocidentais da economia de mercado, e muitos povos do Sul, em nome dos "ideais" orientais socialistas. Somente agora, no colapso comum, revela-se a identidade secreta das ideologias concorrentes dentro dessa constelação histórica.

Enquanto inicialmente parecia que casos problemáticos como a Polônia e a Romênia, países já relativamente industrializados em comparação ao Terceiro Mundo, deviam-se a meros erros estratégicos da administração, essa avaliação provou ser errada o mais tardar no início dos anos 90. Hoje não escapa nenhum país do ex-socialismo real à armadilha das dívidas, nem sequer a antiga potência mundial no sotavento, a União Soviética.

Muito longe de constituírem "novos mercados gigantescos", os países do Leste "terão também no futuro cada vez menos importância como parceiros comerciais", conforme constata num estudo o Instituto para Comparações Econômicas Internacionais em Viena, e não só este (*Handelsblatt*, 7.6.1988). No mesmo grau em que "triumfa" o Oeste e as produções do Leste estão perdendo a capacidade de concorrer no mercado mundial, ficando paralisadas, perde-se também a capacidade de pagar as importações de bens de investimento e de consumo. E aquilo que foi a causa "externa" do colapso das estruturas do socialismo real tampouco pode ser melhorado ou até superado mediante créditos proceden-

esmiliado com prazer pela imprensa ocidental como exemplo assustador do que daria "o comunismo": na verdade, é um aviso para todos os chefes de governo dos países na armadilha de dívidas. Isto aplica-se especialmente aos regimes pró-ocidentais que se dizem democráticos e estão cumprindo condescendentemente as exigências do FMI, apesar de as consequências destas serem dificilmente menos brutais do que as intervenções do *Conducator*. Para pessoas famintas, com frio e humilhadas pela lógica do dinheiro tanto faz, em última instância, quais são os ideais de seus atormentadores. O halbueiar dos políticos, ainda corriqueiro e possível no Ocidente, acaba ali onde os chamados responsáveis, de fato desamparados, correm perigo de serem simplesmente enforcados ou fuzilados, mesmo que já não exista nenhuma idéia coerente atrás dos golpes, revoltas e surtos de desespero.

tes dos mercados financeiros e das instituições de crédito internacionais. Isso já provou na prática a experiência do Terceiro Mundo.

Quando o mercado mundial já pronunciou, em princípio, a sentença de morte e não se consegue mais levantar por força própria os investimentos para a conservação ou até a ampliação dos mercados de exportação, os capitais monetários necessários não podem mesmo ser obtidos mediante créditos estrangeiros. Pois estes precisam ser amortizados — precisa-se pagar juros por eles —, conduzindo esse caminho diretamente à armadilha das dívidas, que se fecha tão logo o custo dos créditos comece a superar o rendimento dos investimentos financiados a crédito.

Por isso, são completamente inúteis as *goodwill tours* de um Lech Walesa, que à procura de créditos percorre todas as partes do mundo, mesmo que temporariamente afluam novos créditos. Pois a Polônia hoje já é um caso problemático do FMI. Dificilmente poderá continuar por muito tempo tirando proveito de sua virada ideológica, e isso muito menos porque, com o colapso da União Soviética, também o motivo da concorrência de sistemas deixou de ser atraente para os credores ocidentais. Em princípio, trata-se da mesma atitude desesperada com que já fracassou o Terceiro Mundo. Só que o desastre ainda se acelerou, tomando-se insolvente, no Leste europeu, um país após o outro.

No final de março, os bancos credores ocidentais da Bulgária receberam do Banco do Comércio Exterior em Sófia, por telex, uma notícia funesta: por causa da situação cada vez pior da economia e das divisas, a Bulgária não poderia amortizar por enquanto as dívidas. Far-se-ia, porém, um esforço para pagar os juros vencidos sobre as dívidas com os bancos internacionais. No fundo, os banqueiros ocidentais deveriam estar agradecidos por este grito de socorro vindo de Sófia. Pois a insolvência agora oficialmente declarada dos búlgaros pode servir como sinal de aviso de uma solvência claramente decrescente da maioria dos países do Leste europeu que estão dispostos a reformas. Os búlgaros podem muito bem ser os precursores de notícias funestas semelhantes vindas da Hungria, que está gemendo sob sua carga

relativamente maior de dívidas comerciais com os bancos ocidentais. (*Handelsblatt*, 9.4.1990)

A própria União Soviética, considerada ainda nos anos 80 por muito tempo um devedor exemplar, tornou-se, tanto por seus surtos violentos de colapso quanto por seus primeiros passos de reformas, um país da crise de dívidas, pois os empréstimos tomados pelas empresas no exterior ocidental já não estão garantidos de um modo geral pelo Estado.

Notícias sobre dificuldades de pagamento por parte das empresas soviéticas fizeram com que os bancos alemães ficassem em alerta. Ainda são sobretudo exportadores da RFA que estão à espera de seu dinheiro. Mas os bancos já passaram a rever suas atividades na URSS. Está se desfazendo claramente a reputação da URSS de bom devedor. A causa são os efeitos negativos da liberalização da economia soviética, que encontrou tanta simpatia no Oeste. Ela trouxe para as empresas da URSS uma restrição da soberania do comércio exterior. [...] A consequência é que os *combinats* estão progressivamente atrasando seus pagamentos. [...] Surge a suspeita de que a União Soviética tenha agudos problemas de divisas. [...] A nova situação já se reflete claramente na reputação da União Soviética como devedor. Alguns anos atrás, quando se tratava de conceder créditos à URSS, os bancos praticamente brigavam para participar no negócio. A União Soviética era considerada um ótimo endereço, concedendo-se os créditos sem maiores garantias. Entrementes, as coisas mudaram completamente. Os créditos ficam mais caros. (*Handelsblatt*, 11.5.1990)

Revela-se assim uma conexão realmente precária entre problemas de divisas e liberalização: pois, na verdade, obrigou também a esta última a insolvência do Estado. Quando pára a entrada de divisas porque a exportação está em colapso, o Estado já não pode garantir de modo global a dívida externa. Transfere o problema para as empresas individuais, abandonando-as a sua própria sorte no atendimento aos créditos estrangeiros. Dificuldades de pagamento bem semelhantes são relatadas a respeito da China, onde a "auto-responsabilidade" das empresas, que nasceu das re-

formas não terminadas de Deng, prejudicou imediatamente sua reputação internacional como devedor.

Mas ali onde subsiste a antiga estrutura estatal e centralizada do comércio exterior, o Estado simplesmente tem que suspender o atendimento aos créditos estrangeiros. Isto mostra-se de forma exemplar no grande devedor "socialista" da Ásia, a Coréia do Norte, que caiu para o último lugar na lista internacional dos devedores confiáveis, ultrapassando até Bangladesh e ficando assim quase excluída do comércio internacional. As conseqüências não podem deixar de aparecer. Provavelmente, também o regime de Kim-Il-Sung terá um fim terrível.

A crise da reforma interna, como reação ao colapso da economia de comando estatista, supostamente apenas um choque de adaptação temporário, desemboca diretamente na segunda crise de dívidas, que é ainda mais um beco sem saída e que não ficará atrás nem um pouco daquela do Terceiro Mundo. A estimulação das exportações a todo custo, para a armadilha das dívidas não se fechar definitivamente, conduz com velocidade ainda maior ao mesmo processo de dessangramento que se dá na África e na América Latina e tem que acabar na mesma "desindustrialização endividada". Já estão acontecendo as primeiras conversões de dívidas, que apenas fazem com que se acumulem mais dívidas ainda.

Podem até ser que as sociedades industrializadas do Leste, há pouco tão orgulhosas, alcancem com maior rapidez do que poderiam imaginar os pessimistas mais ousados o *status* de casos sociais mundiais, tal como já o possuem Bangladesh, Etiópia ou Tchad. Impõe-se essa suspeita quando tanto as divisas obtidas da economia quanto os créditos estrangeiros cada vez menos podem ser empregados no atendimento às dívidas ou até em investimentos, mas sim têm que ser dissipados no consumo indispensável das massas (sob pena da revolta aberta ou da guerra civil).

Já que as formas do sistema produtor de mercadorias subsistem incólumes, perdendo porém de mês para mês uma parte de sua substância "produtiva" em comparação ao nível mundial, desenvolve-se uma fome insaciável pela entrada de capital monetário, que já não pode ser satisfeita mediante a substância de valor

existente. Os bancos comerciais retiram-se, bem como fazem frente aos grandes devedores do Terceiro Mundo, do papel de credores, tentando recuperar o que podem em negociações cansativas e insistentes sobre a amortização. Cada vez mais países, primeiro do Sul e agora também do Leste, estão falindo. Quando se tornam casos sociais mundiais, o problema passa a atingir a política mundial.

Os créditos comerciais cada vez mais escassos têm que ser substituídos em extensão crescente pela entrada de capital monetário procedente das grandes instituições internacionais (FMI, Banco Mundial, ONU), que dessa maneira se transformam em "governos paralelos" e minam a soberania dos Estados devedores. Mas uma vez que elas estão sujeitas à mesma lei do dinheiro, tendo que insistir no pagamento de juros, na amortização, apertam também inexoravelmente os torniquetes e insistem em suas famosas condições (diminuição da regulamentação, privatização, redução das subvenções), e isto com o maior sangue-frio, uma vez que não precisam sofrer com as possíveis conseqüências. Essa parte deixam com os chefes dos governos locais, cuja função se aproxima dessa maneira cada vez mais do comando sobre um suicídio coletivo.*

Aleança-se a fase final quando um caso social mundial acaba completamente separado da circulação global do dinheiro, ficando seus próprios recursos paralisados por causa da rentabilidade insuficiente e podendo-se manter viva a maioria da população apenas mediante doações caritativas de organizações assistenciais internacionais. É alarmante que essa situação se apresente hoje até em conexão com a própria União Soviética, já no começo de sua carreira de colosso com "desindustrialização endividada". Parece sarcasmo que o jornal *Bild* e outros órgãos e instituições da antiga guerra fria passem a organizar remessas caritativas para a po-

* Poderia revelar-se, a esse respeito, que talvez fosse um pouco precipitada e incauta a ambição do "líder operário" polonês e portador do prêmio Nobel da Paz, Lech Wałęsa, de ser eleito presidente. Ele poderia meter-se numa situação em que apenas defenderia sua posição mediante a identificação de algum bode expiatório coletivo e a organização de perseguições. Isto já indica seu palavreiro tão vago quanto perigoso, atrás do qual já aparecem, nos nichos imundos da consciência das massas, traços anti-semíticos.

pulação faminta de Moscou e Leningrado ("Meu coração bate pela Rússia"). Isto mostra com que dinâmica e aceleração, sob a pressão dupla do colapso do sistema e da crise da reforma, se desenvolvem as carreiras orientais de sociedades pós-catastróficas.

Progressão e tipologia da acumulação primitiva

Considerando-se numa retrospectiva histórica tanto o Terceiro Mundo quanto o socialismo real do tipo soviético, pode-se de fato falar de sociedades de *acumulação primitiva*, sendo esta última de natureza recuperadora. Sem dúvida, esses tipos de sociedades distinguem-se entre si tanto em seu curso histórico quanto em sua acentuação sócio-econômica, mas distinguem-se ainda mais dos antigos processos de acumulação primitiva na Europa, desde o século XVII.

Os três tipos de acumulação primitiva somente têm uma coisa em comum: a expulsão violenta, realizada em formas bárbaras, dos tradicionais "produtores diretos", na maioria de proveniência camponesa, de seus meios de produção e as "torturas" por eles sofridas ao serem forçados ao *status* moderno de trabalhadores assalariados, o qual exige o sistema da mercadoria moderna como *status* de grandes massas. Produtores de subsistência, no sentido mais amplo, transformam-se em trabalhadores assalariados efetivos ou potenciais e, com isto, em modernos sujeitos-mercadoria-dinheiro, ainda que inicialmente de forma muito grosseira, acompanhados de restos e escórias das tradicionais estruturas estamentais pré-capitalistas. O que Marx descreveu para a Inglaterra dos séculos XVI e XVII poderia ser descrito analogamente para a Rússia do início do século XX e para o Brasil ou a Índia do fim deste século. A esse respeito, o que distingue as diferentes regiões do mundo é apenas a diferença temporal no processo histórico da modernidade.

Mas esse processo gerou em escala crescente cada vez mais forças produtivas científicas, até alcançar, em nossos dias, a beira

da supressão, por parte do próprio capital, da substância de "trabalho" produtivo do capital. E precisamente nesse desenvolvimento e aumento da produtividade, que faz colocar em alturas inacreditáveis a régua de medição da rentabilidade, podem ser observadas as diferenças essenciais na tipologia da acumulação primitiva.

Na Europa, o estatismo criador de "casas de detenção e trabalho" limitou-se à primeira fase do mercantilismo, porque a enorme massa inerte da economia de subsistência, por falta de pressão externa, não podia ser transformada em pouco tempo. E isto nem era necessário. O sistema produtor de mercadorias, ou seja, o capital, dispunha de um período de mais de três séculos para absorver as massas desvinculadas com violência maior ou menor das produções agrárias e artesanais. E conseguiu isto em fases de desenvolvimento que se seguiam uma à outra com velocidade cada vez maior, interrompidas apenas por breves "crises de imposição".

O nível de desenvolvimento da força produtiva daquela época, em que a penetração das ciências ainda estava nos inícios, até reproduzia por parte do capital, nas palavras de Marx, uma "fome canina" de força de trabalho viva. Foi muito demorado o processo em que a produção da "mais-valia absoluta" (prolongamento da jornada de trabalho até a exaustão, trabalho infantil etc.) foi substituída pela produção da "mais-valia relativa" (redução do custo de reprodução do trabalhador mediante produtividade elevada, aumentando assim a participação relativa da mais-valia na produção global de valor). O problema não era a falta de trabalho dentro do capital, mas sim a natureza grosseira desse próprio trabalho.

Devido à ação conjunta de reformas sociais estatistas (por exemplo, a legislação social de Bismarck) e da luta do movimento operário, as massas podiam desenvolver-se em sujeitos-dígnos "civilizados" e socialmente pacificados em alto grau e em sujeitos-cidadãos democráticos. Nas chacinas gigantescas das guerras mundiais evaporaram mais uma vez escórias estamentais e resíduos pré-capitalistas. Mas a violência dessa época já não se limitava a esse fim, em oposição às revoluções burguesas dos

séculos XVIII e XIX. O enorme tributo de sangue das guerras mundiais já se devia, no mesmo grau, mais às contradições internas da modernização que à imposição desta contra resíduos pré-modernos. Pois as economias de guerra da época das guerras mundiais já encontraram formados os traços fundamentais da subjetividade de massas ocidental modernizada, podendo operar com esta. Por isso, no fim da Primeira Guerra Mundial, bastaram algumas intervenções sociais não muito profundas (por exemplo, a abolição da monarquia e do sufrágio prussiano, com três categorias de eleitores) para escalar o próximo degrau da modernização.

Por causa dessa vantagem histórica, a parte ocidental do sistema mundial produtor de mercadorias podia conservar, apesar da grave derrocada da crise econômica mundial de 1929 a 1933, seu *status* global e, com o *boom* fordista da época pós-guerra, até melhorá-lo. Esse boom, que sujeitou ao capitalismo os últimos poros da reprodução social e engoliu os setores tradicionais até então também existentes nos países ocidentais (compare Lutz, 1984) e que ao mesmo tempo estabeleceu o mercado mundial total como ponto de referência obrigatório para todos os países unidos sob o teto da *Pax Americana*, parecia poder absorver outra vez a força de trabalho abstrata do mundo inteiro. Mas com a decadência do *boom* fordista e o desenvolvimento de forças produtivas completamente novas, da racionalização e automatização, foram também estabelecidas novas condições irreversíveis da rentabilidade, nas quais começou a manifestar-se, pela primeira vez, o limite lógico inerente ao movimento de exploração abstrata de força de trabalho.

O desemprego em massa, que primeiro apareceu temporariamente durante a crise econômica mundial, tornou-se um problema permanente da sociedade mundial. Os países ocidentais, graças a sua vantagem histórica e sua produtividade cada vez mais avançada, podiam "exportar", pelo menos em parte, esse problema; mas a situação global do sistema mundial produtor de mercadorias tornou-se precária. Essa produtividade sempre crescente, que excede a capacidade de absorção da produção de mercadorias, não podia ficar sem repercussão catastrófica nos processos recuperadores da acumulação primitiva.

Já o tipo soviético dessa acumulação primitiva, no início do século XX, não estava mais em condições de adotar o passo relativamente lento com que se desenvolvera o sistema produtor de mercadorias na Europa ocidental. A União Soviética tinha que exagerar o elemento estatista, isto é, transformar toda a sociedade numa máquina de trabalho abstrato comandada de forma quase militar, para impor a lógica do capital. Essa experiência apresentava-se ao Ocidente, já mais desenvolvido sobre a mesma base, como pólo oposto e inimigo ou até como "reino do demônio". Mas com isso levava a sério a ideologia soviética, em interesse de sua própria legitimação. Também as massas ocidentais sentiam repugnância e aversão frente à imagem nada irreal das "formigas azuis", dos soldados de trabalho com sua vida cotidiana de caserna terrivelmente monótona, parecendo a liberdade ocidental áurea em comparação com ela.

Mas, na verdade, as "formigas azuis" nada mais eram, do ponto de vista histórico, que uma forma disfarçada do mesmo sujeito-dinheiro abstrato que no Ocidente surgira há muito tempo e fora liberado para fazer parte da história como mônada "livre" do mercado total. Considerado dessa maneira, o conflito acabado entre o Leste e o Oeste pode ser compreendido, pelo menos quanto ao aspecto ideológico, como uma espécie de mal-entendido, como controvérsia entre duas fases históricas não sincrônicas do mesmo sistema produtor de mercadoria. O núcleo real dessa controvérsia nada mais era que a concorrência entre economias nacionais atrasadas e outras mais adiantadas.

Mas nesse caso, a dissolução dessa constelação conflituosa está sujeita a uma interpretação equívoca, tal como aparece na ilusão dos "modelos". O capitalismo ocidental não venceu o "socialismo", mas sim fracassou a modernização recuperadora do tipo soviético. Ainda assim, esse segundo tipo de acumulação primitiva chegou a realizar historicamente, mesmo que tenha sido em reclusão, uma industrialização que cobria grandes áreas e uma estruturação profunda da sociedade. Mas hoje, sob a pressão do mercado mundial, já não consegue manter esse nível.

Sem dúvida, as massas do Leste estão pensando e agindo de

forma conseqüente ao aspirarem a romper finalmente seu próprio casulo em que vivem como "formigas azuis", como soldados de trabalho de uma economia de comando produtora de mercadorias, e a entrar na vida de "liberdade e aventura", tal como a sugere a propaganda de Marlboro, como sujeitos-dinheiro, sujeitos-opinião e sujeitos-votação "livres" e abstratos, segundo o modelo ocidental. Mas essa aventura está programada há muito tempo para ser uma segunda catástrofe social. Pois não compreendem que na verdade a economia de comando, com todos os seus fenômenos concomitantes corrosivos, foi o preço histórico pela oportunidade de existir por algum tempo nas estruturas de uma moderna sociedade industrial e dentro do horizonte das necessidades desta última. Mas agora está sendo arrasada, junto com as estruturas da economia de comando, também sua substância de sociedade industrial. As "formigas azuis" foram liberadas de seu casulo e transformadas em sujeitos-dinheiro abstratos e livres — e estão sem dinheiro. Não sabem o que está acontecendo com elas enquanto percorrem a estrada de sua segunda depauperação, no fim da qual nada mais encontrarão do que a barbárie secundária.

O Terceiro Mundo, como tipo historicamente mais tardio da modernização, já percorreu esse caminho. Aqui realizou-se a maior parte da acumulação primitiva somente após a Segunda Guerra Mundial, isto é, num nível muito mais elevado do desenvolvimento do mercado mundial e da produtividade que no tipo soviético. Por isso, já não foi possível, desde o princípio, uma reclusão frente à lógica de produtividade e rentabilidade do mercado mundial, demasiadamente poderosa. Nas sociedades do Terceiro Mundo, o desenvolvimento do sistema produtor de mercadorias tinha que dividir-se, portanto, em duas tendências completamente distintas.

O processo da acumulação primitiva atingiu a *sociedade inteira* apenas em um aspecto: a economia de subsistência tradicional, que em grande parte sobreviveu à época colonial, foi destruída em poucas décadas com a mesma brutalidade que se empregava na União Soviética e numa época ainda mais remota

na Europa ocidental, em parte pelos mesmos métodos de feroeste que já usavam os latifundiários da Inglaterra,* em parte pela pressão indireta do mercado mundial e pela destruição de sistemas ecológicos fechados. Mas já que a abertura forçada ao mercado mundial e a exigência de uma produtividade elevada impediam uma industrialização recuperadora completa e extensa, a acumulação primitiva não chegou a terminar sua obra. Ficou parada na metade do caminho, isto é, depois de desarraigas as massas, deixou de integrá-las na moderna máquina de exploração em empresas.

Desde o princípio, a industrialização foi apenas *seletiva*, limitando-se a algumas fábricas isoladas que produzem para o mercado mundial. O setor moderno, com a infra-estrutura correspondente, sempre existiu apenas como corpo estranho numa sociedade que já não pôde penetrar inteiramente. A maior parte da sociedade foi apenas modernizada em sentido negativo, isto é, foram destruídas as estruturas tradicionais sem que alguma coisa nova ocupasse seu lugar. E desde os anos 70 intensificou-se extraordinariamente esse desenvolvimento, ao qual o Terceiro Mundo pós-colonial estava predestinado desde o princípio.

O que hoje faz sofrer as massas do Terceiro Mundo não é a provada exploração capitalista de seu trabalho produtivo, conforme continua acreditando, de acordo com a tradição, a esquerda, mas sim, ao contrário, a ausência dessa exploração. Por isso, também não pode haver nesses países uma reforma social social-democrata burguesa. Ninguém "precisa" da grande maioria dessas massas desarraigadas, levando esta parte uma vida miserável e

* Em seus rebentos mais recentes continua se desenvolvendo esse processo. Um europeu ocidental comum deve achar muito estranho que no ano de 1991, por exemplo no Brasil ou no México, na Índia ou nas Filipinas, certos latifundiários e o capital agrário tenham a seu serviço autênticos pistoleiros que fuzilam um arrendatário ou um funcionário do sindicato dos trabalhadores rurais com a mesma naturalidade com que se sentam à mesa para tomar o café da manhã. Segundo o modelo clássico, terrenos gigantescos são transformados em pastos quase desabitados ou em empresas agroindustriais intensivas de capital, fornecedoras das cadeias de restaurantes de *fast food* do Ocidente, enquanto a população foge para a periferia miserável das metrópoles monstruosas. E não pode ser ocultado que, além de grupos radicados no Brasil, também as empresas Volkswagen constam entre esses latifundiários.

improdutiva fora de qualquer estrutura de reprodução coerente. Até a ascendente Coreia do Sul, com sua prosperidade temporária e seu sucesso nos mercados de exportação, mandou demolir com tratores favelas inteiras de sua capital Seul e expulsar os moradores, por ocasião das Olimpíadas de 1988, para não ter que revelar ao mundo a face leprosa de seu rosto.

A maioria da população mundial já consiste hoje, portanto, em sujeitos-dinheiro sem dinheiro, em pessoas que não se encaixam em nenhuma forma de organização social, nem na pré-capitalista nem na capitalista, e muito menos na pós-capitalista, sendo forçadas a viver num leprosário social que já compreende a maior parte do planeta. Não fala a favor da compreensibilidade do mundo que ele fique observando esse espectáculo há mais de duas décadas e continue praticando impassivelmente e sem crítica precisamente aqueles negócios cujo andamento apenas acelera cada vez mais o desastre, que por fim não poupará ninguém.

No atual momento, em que as massas do Leste passam a fazer companhia aos sujeitos-dinheiro sem dinheiro e começam a desmoralizar-se outras partes gigantescas do sistema produtor de mercadorias, poder-se-ia pensar que alcançamos o limite do suportável. Mas enquanto ainda existe algum vencedor no mercado mundial, subsiste evidentemente a ilusão de que a humanidade possa continuar reproduzindo-se nesse sistema e alcançar novos continentes. As elites e camadas superiores do Terceiro Mundo, que já cercaram suas residências de arame farpado, deixaram de pôr o pé em vastas regiões de seu próprio país e somente ousam sair na rua armadas, obviamente já não consideram seres humanos a maioria de seus chamados concidadãos.

São essas minorias que se aferram às estratégias de privatização e abertura do FMI, sustentando as miragens a que figuras como Collor de Mello no Brasil, Carlos Menem na Argentina ou Alberto Fujimori no Peru e semelhantes atores da cena política na África e na Ásia devem sua ascensão.*

* Se também na Polónia, nas eleições presidenciais de dezembro de 1990, o "líder operário" populista Lech Walesa teve que enfrentar um segundo turno contra o polo-

As mesmas ilusões proliferam no Leste europeu, mas não se limitam a uma minoria. As massas simplesmente não podem imaginar que possam ser lançadas para fora da estrutura de necessidades própria de países plenamente industrializados e condenadas a viver na miséria.

Os perdedores do Sul e do Leste não querem compreender que a situação do passado recente, que caiu na crise e contra a qual lutaram, *já foi a modernização*, a única historicamente possível para eles dentro do contexto do sistema mundial produtor de mercadorias. Não seguirá a esta nenhuma "metamodernização", mas apenas o horror infinito das sociedades pós-catastróficas. O programa de ação da ONU de 1981 fracassou completamente, conforme teve que admitir, no outono de 1990, a Conferência de Paris sobre problemas de Estados menos desenvolvidos (também chamados, com ironia maliciosa, de "clube dos mais pobres"):

Nove anos depois da anúncio orgulhosa do programa mundial de desenvolvimento para os Estados mais pobres do globo, a ONU tem que limitar-se, na conferência ontem iniciada em Paris, a constatar o seguinte: os anos 80 foram uma "década perdida" para os mais pobres. Até trouxeram um agravo considerável da miséria. [*Nuernberger Nachrichten*, 4.9.1990]

Essa constatação foi também uma declaração de capitulação, pois nem foi possível votar um novo programa cosmético. A Conferência de Paris foi um fracasso. As frentes entre os países ocidentais e as casas de misericórdia do Terceiro Mundo estavam traçadas desde o princípio. Assim, o único resultado foi de natureza triste:

nês residente no exterior Stanislaw Tyminski (ao mesmo tempo cidadão canadense, peruano e polonês), que de repente emergiu do nada, operando com promessas charlatanescas e uma versão estridente da ideologia do FMI, esse acontecimento, registrado com certa preocupação, revela eloqüentemente a situação histórica. Os candidatos vigaristas, que também chegam ao poder político, parecem ser a última versão da "democratização" que ainda tem para oferecer o frágil sistema da mercadoria moderna.

Já se tem certeza de que a Libéria será aceita pelo plenário da ONU no "clube" dos Estados mais miseráveis, depois de sua indústria de mineração ter sido completamente destruída pela guerra civil. Desde 1970, esse "clube" vai crescendo a cada ano em mais um país. Mas nenhum Estado conseguiu desde então sair do círculo dos miseráveis. [*Nuernberger Nachrichten*, 15.9.1990]

Quanto mais países compartilham desse destino, quanto mais se afasta para massas humanas cada vez maiores a Fada Morgana do desenvolvimento e da prosperidade baseada na economia de mercado, tanto mais clara e inevitável apresenta-se essa perspectiva negativa: o sistema da mercadoria moderna chegou ao fim, e junto com ele a subjetividade burguesa do dinheiro, porque esse sistema, na área da produtividade, passou de seus próprios limites e já não consegue integrar em sua lógica a maioria da população mundial. Mas para que a crise da forma-mercadoria possa entrar na consciência da sociedade, fazendo com que se desvançam as últimas ilusões, é mister haver outro perdedor, o último, e este somente pode ser o Ocidente, o criador do capitalismo, que morrerá asfixiado por seus próprios triunfos.

A CRISE DO SISTEMA MUNDIAL PRODUTOR DE MERCADORIAS

Guerra civil mundial em vez da "paz eterna"

Apesar do próprio Ocidente reclamar há mais de uma década de seu terço de pobres, apesar de o *boom* da época pós-guerra fazer há muito tempo parte do passado e apesar de, portanto, a crise ocidental ser tão real quanto a do Sul e do Leste, esta não é reconhecida e levada a sério em toda a sua profundidade porque o consumo das massas, em comparação ao Sul e ao Leste, faz com que até as camadas perdedoras do Ocidente ainda acreditem na incólume normalidade capitalista.

Não obstante, surgem também aqui maus pressentimentos, avisando que o Oeste não pode ficar inatingido pelos colapsos que acontecem nas outras partes do mundo. Esses pressentimentos são acalmados pela esperança de novos milagres de modernização e de uma futura era de prosperidade e crescimento. Não apenas têm que ser iludidos, portanto, os povos do Leste e do Sul e a própria minoria de perdedores, mas também a própria consciência de vencedor.

Mas mesmo que a crise do sistema mundial produtor de mercadorias não continue passando dos limites que já alcançou, o

sistema parcial ocidental não poderá sobreviver ao colapso global. É impossível que um elemento particular do sistema mundial moribundo se defenda a longo prazo contra a maioria da população mundial e contra uma crescente minoria interna. Não é infinita a paciência daqueles que “caíram fora”.

Já é óbvio que a anulação do conflito de sistemas da era pós-guerra, a despeito de todos os prêmios Nobel da Paz concedidos a diversos chefes dos perdedores e a despeito de toda boa vontade dos intermediários políticos, não trará a “paz eterna” kantiana, mas sim, muito provavelmente, exatamente o contrário. O *mundo único*, finalmente realizado e reconhecido como tal, mas condenado à forma fetichista, atacada por crises, do sistema produtor de mercadorias, revela-se como visão de terror de uma guerra civil mundial que está por vir, guerra em que já não haverá frentes firmes, mas apenas surtos de violência cega em todos os níveis.

O jogo do mercado mundial, que absorveu e assimilou todas as outras formas, já não permite que os perdedores voltem depois para casa em sossego, mas sim está destruindo sucessivamente para eles toda possibilidade de uma existência digna. Quando esses homens, povos, regiões e Estados perceberem que nunca mais terão alguma chance de vencer e que as futuras derrotas inevitáveis os privarão de qualquer possibilidade de viver, lançarão, mais cedo ou mais tarde, o tabuleiro no chão e dispensarão todas as regras da chamada civilização mundial. Essas regras democráticas da “razão mundial” burguesa e iluminista são em sua essência abstratas e insensíveis, pois seu verdadeiro fundamento é o automovimento do dinheiro, abstrato e privado de sensibilidade, movimento que faz nascer suas leis históricas destrutivas e as executa mecanicamente até o terrível fim.

Mas não parece que as instituições, os poderes e os representantes (ou figuras de proa políticas) deste *mundo único* pretendem questionar o automatismo do movimento do mercado mundial. Em vez disso querem impor, com a *ultima ratio* da coação militar, a conservação daquelas regras. Mas já não estão legitimados pelo antigo conflito de sistemas, com o suposto “reino do

demônio”. Têm que proceder como *poder policial internacional* contra as revoltas de fome, surtos de desespero, campanhas de vingança e atentados de terror do exército bilionário dos perdedores, mas também, com isso, contra aqueles poderes e figuras nada filantrópicos que na luta global pela distribuição da massa de valor cada vez menor, por vantagens pessoais, fazem o papel de vingadores dos deserdados.

Já a primeira ação desse tipo, por parte de uma polícia planetária automeada, com emblema da ONU, contra o ditador iraquiano Saddam Hussein, comemorada hipocritamente como estratégia de pacificação de uma feliz “família dos povos” (termo que, em face dos fatos, nada mais expressa que puro sarcasmo), poderia revelar-se, a despeito das vitórias militares, como desastre político. Mas mesmo que esse foco de revolta fosse eliminado a custo de talvez dezenas de milhares de vidas humanas, apenas seria uma vitória de Pirro, porque, não obstante, as revoltas vão aumentar em vez de diminuir. Uma tropa interventora móvel e internacional contra os “perturbadores da paz” (sendo esta também uma expressão hipócrita do dicionário da “razão mundial” burguesa) estaria a longo prazo condenada ao fracasso, simplesmente porque teria de enfrentar focos de revolta e “perturbadores da paz” em demasia. Já do ponto de vista técnico-militar, a longo prazo seria impossível resolver os problemas logísticos, para não falar do custo improdutivo que teria que ser registrado no lado de débito da decrescente acumulação global de valor.

A médio prazo, o fundamentalismo islâmico assumirá o poder em outros tantos países; será impossível manter absolutamente fora de seu alcance bombas atômicas e foguetes, os quais em algum momento ele empregará, seguindo sua ideologia bárbara de suicídio e vingança contra o Ocidente. E muito mais ainda são a América do Sul e o Leste europeu sociedades pós-catastróficas, armadas até os dentes. Mesmo depois de desfazer-se qualquer ideologia alternativa dirigida a determinado fim, poderia acontecer ali, se prosseguir a depauperação e crescer a desesperança, que generais golpistas ou chefes da máfia assumam integral ou parcialmente o poder, metam as mãos em armas intercontinentais e ini-

ciem com elas manobras de chantagem. Poderiam apresentar o argumento tão simples quanto cínico de que os foguetes e as bombas atômicas seriam as únicas coisas que ainda funcionariam em seu país. Também a China possui há muito tempo meios de extermínio de massas, que no caso de decadência pós-catastrófica da sociedade chinesa podem chegar às mãos de *warlords* inescrupulosos (que ali têm uma longa tradição em tempos de declínio da ordem estatal) e ameaçar o Ocidente.

Ao mesmo tempo, multidões cada vez renovadas e maiores de fugitivos, agora já quase incontáveis, resultarão das perseguições de minorias e guerras civis que se baseiam na desesperada luta de distribuição nas sociedades pós-catastróficas e que, enquanto na América Latina continuam sem cessar há muito tempo, se iniciaram recentemente no Leste europeu, mais especificamente na União Soviética, com extrema brutalidade. Quase poder-se-ia evocar a imagem do Império Romano decadente, com suas fronteiras orientais e setentrionais inundadas pelos invasores bárbaros, para descrever a situação no Rio Grande (fronteira meridional dos EUA) ou nos rios Oder e Danúbio (fronteira oriental da Comunidade Européia), para não falar das regiões de crise na Ásia, no Oriente Próximo e na África.

Logo não haverá nenhuma grande região na Terra que não seja área de fugitivos, com todas as consequências daí resultantes. Também a esse respeito deixou de existir há muito tempo a normalidade capitalista. A despeito de todo otimismo profissional referente às perspectivas dos chamados mercados novos, essa tendência à catástrofe até chegou a fazer-se sentir no Ifo, Instituto de Economia de Munique:

Caso os países do Leste europeu não suportem o choque de adaptação, a riqueza e o esplendor do Ocidente e as perspectivas econômicas desesperadoras no Leste europeu provocarão "uma migração dos povos [!] do Leste para o Oeste". Esta, por medidas das autoridades, possa "talvez ser dosada, mas dificilmente parada", escreve o Ifo em seu relatório para o Ministério Federal da Economia. [*Sueddeutsche Zeitung*, 12.10.1990]

É evidente: a luta global de extermínio e distribuição não deixará sobrar em nenhum lugar uma ilha de bem-aventurados, com economia de mercado. Ameaçado por parte de todas as regiões de perdedores, inundado de fugitivos e clandestinos e ao mesmo tempo sobrecarregado por uma minoria crescente de pobres próprios, o Ocidente já não pode manter a frágil normalidade em sua superfície.

Mesmo que uma polícia planetária capitalista consiga durante algum tempo reprimir, com meios bárbaros, as reações igualmente bárbaras da maioria perdedora, não poderia fazer nada contra a criminalidade em massa interna, contra o crescente terror sangrento individual e contra ações de sabotagem em grande escala por parte de insatisfeitos técnica e cientificamente qualificados, às quais o sistema intensivamente entrelaçado da reprodução penetrada pelas ciências é propenso como nenhum outro sistema anterior da história. Jamais foi tão verdadeiro quanto hoje o mito

- * À medida que o terror político está perdendo seu suposto sentido e com isso sua força, aparecem em cena indivíduos patológicos ou psicologicamente perturbados ou simplesmente desesperados. Exemplos disso são, na RFA, os atentados contra o candidato social-democrata ao cargo de chanceler, Lafontaine, e contra o ministro do Interior, Schäuble, no histórico ano de triunfo de 1990. No lugar do terror político calcinado aparece o assassinato indiscriminado de pessoas proeminentes, com que alguns inconscientes e desconcertados, do círculo daqueles que "caíam fora", atacam cegamente uma objetividade que já não conseguem definir. Hans Magnus Enzensberger deu uma descrição clarividente desse "vazio no centro do terror": "Enfrentaríamos um terror que admite existir a razão de si mesmo, um terror sem ritual, sem objetivo, sem por que, um terror que pode ser praticado por qualquer um e que pode atingir qualquer um [...] teremos então que compreender inevitavelmente o terrorismo como propriedade estrutural de nossa civilização, como fenômeno *endêmico* que, por assim dizer, surge naturalmente, mascarando-se apenas de caso a caso com intenções, reivindicações e justificativas. Teríamos que admitir também que o terror é politicamente vazio e que ele, bem como os massacres nas ruas e nos estádios de futebol, como a pornografia violenta, a dependência de drogas e os maus-tratos em massa de mulheres e crianças, tem sua razão maior no estado psíquico do conjunto". (Enzensberger, 1991, pp. 248 ss.) Mas num lugar onde os "vencedores" e seus representantes, a cada passo e a qualquer momento, podem ser perfurados com a faca da cozinha por pessoas endoidecidas de qualquer idade, procedência ou profissão, torna-se tendencialmente supérflua toda descrição da "situação de segurança". E nem é preciso falar das consequências mortíferas, dentro dos próprios sujeitos do poder, de uma "cultura política" baseada no mercado, mas decadente por tornar-se insustentável, conforme mostrou o caso Batschel.

antigo do ditador cuja fortaleza parecia inatingível por fora, mas podia ser derrubada sussurrando-se uma única palavra no interior.”

Por fim, os setores vencedores do Oeste estão cavando sua própria cova mediante a potência de destruição ecológica do sistema produtor de mercadorias. A exploração abstrata de força de trabalho humana emprega a mesma abstração frente às matérias naturais exploradas nesse processo. O trabalho abstrato como ponto de partida e de chegada da mercadoria moderna, a partir do momento em que se torna princípio geral da reprodução global, está destruindo com velocidade crescente os fundamentos naturais comuns da humanidade. Também essa força destrutiva tornou-se há muito tempo virulenta dentro das sociedades vencedoras no mercado mundial.

Se no setor econômico quase já não podem ser “exportados” e externalizados o desemprego em massa e a destruição de capital — repercutem imediatamente no Ocidente na forma de fuga em massa e terror —, isso aplica-se ainda mais à externalização do custo ecológico. O lixo tóxico, clinicamente exportado para os países com falta de divisas, volta por meio dos circuitos ecológicos. A destruição de gigantescos sistemas ecológicos fechados nos Estados devedores empobrecidos ameaça provocar catástrofes climáticas e naturais que atingirão toda a humanidade e das quais nenhum dinheiro do mundo poderá preservar os “ricos”. Também no lado ecológico de sua crise, o sistema produtor de mercadorias criou inevitavelmente o *mundo único*, cujo entrelaçamento ninguém pode negar.

Em todos os aspectos está certo, portanto, o que a mencionada Conferência de Paris da ONU prognostica, em tom advertente, mas sem assumir qualquer compromisso, quanto à repercussão, nas supostas regiões vencedoras, dos processos de destruição e depauperação no número crescente de países perdedores:

* A evolução tecnológica faz surgir potenciais de perturbação até agora inimagináveis, que quase podem ser acionados por qualquer criança. Como pretende um sistema proteger-se com os recursos tradicionais do poder estatal, se toda copiadora em cores perfeita se torna potencialmente uma fábrica de moeda falsa e jovens fãs de computadores penetram, por pura brincadeira, os centros mais íntimos do poder, podendo paralisar sua comunicação e capacidade de funcionamento?

Se não for feito o suficiente para acabar logo com a pobreza, a miséria e o desespero no mundo, deslizos demográficos e catástrofes ecológicas provocarão tensões e violência, guerras e atos de terror de cujo alastramento nenhum país do globo estaria a salvo. [Nuernberger Nachrichten, 4.9.1990]

Mas todas as advertências ficam sem resultado enquanto se descreve apenas a situação e seu potencial perigoso e as causas verdadeiras; por exemplo, as "leis" fetichistas do sistema produtor de mercadorias e sua pretensão abstrata e destrutiva de rentabilidade não se tornam assunto de uma discussão radicalmente crítica. Acontece precisamente o contrário: conjura-se essa pretensão, adotando-a como padrão. Também a esquerda desmoralizada cai de joelhos perante esse ídolo canibal, porque seu pensamento não ousa transcender o fetichismo da forma-mercadoria.

Uma coisa já se pode dizer agora: em oposição total à ideologia e expectativa atualmente predominantes, a crise provocará também no Ocidente um novo salto histórico, do pólo monetarista ao estatista. Só que dessa vez não como outro surto de modernização, mas sim como progressiva administração de emergência estatista do sistema global em colapso, como estatismo terrorista da fase final que procura obstinadamente conservar o invólucro vazio das relações mercadoria-dinheiro, mesmo à custa de uma administração violenta da miséria que se transformará em terror, para acabar na autodestruição absoluta.

Também no Ocidente nunca foram completamente demolidas as estruturas de economia de guerra da época das guerras mundiais. O estatismo, no papel de um Estado social e militarista endividado, ficou de retaguarda e cedeu o palco ao princípio monetarista da economia de concorrência. Mas no auge da crise, o elemento estatista voltará a se desdobrar em dimensões inimagináveis.

A administração da própria pobreza interna, a constituição de uma polícia planetária capitalista, * o terror do Estado exer-

* Os Estados Unidos, pretendente número um ao cargo de polícia mundial, já pratica-

cido dentro da sociedade contra as revoltas cegas daqueles que “caíram fora”, a burocracia das catástrofes ecológicas (Chernobyl já deu uma demonstração), o controle da fuga em massa e da migração dos povos do Leste e do Sul, a guerra comercial protecionista que está se preparando: tudo isso exige transferências monetárias improdutivas do ponto de vista capitalista, medidas burocráticas em maior escala e o crescimento, em vez da diminuição, das estruturas econômicas estatistas. Um irônico e apreciador do humor negro poderia assim acreditar no triunfo póstumo do socialismo real, o que se deveria precisamente a seu colapso. Mas tão pouco quanto em algum outro momento da história o elemento estatista, como pólo oposto do monetarista, pôde transcender às “necessidades objetivas” do sistema produtor de mercadorias, sendo, ao contrário, forçado a executá-las à sua maneira, tão pouco sairá alguma fálscia emancipatória da administração de emergência estatista no “fim da história”.

A última corrida destlumbrada do princípio da rentabilidade

Nem o descontentamento latente do terço de pobres na periferia e tampouco a repercussão das crises e colapsos de outras regiões do globo nos centros ocidentais constituirão a última fase do processo de crise mundial. Pois a promessa de uma nova pros-

rum na era Reagan, em contraste absoluto à sua doutrina monetarista, paralelamente um hiper-keynesianismo estatista, ampliando continuamente, mediante gigantescos processos de endividamento interno e externo, historicamente sem par, a economia de armamento improdutiva e, com isso, a parte disfarçada que ocupa a economia estatal em sua reprodução, arruinando-se dessa maneira até o ponto de ter que pedir esmolas de seus aliados para sua nova intervenção militar no Golfo Pérsico. Ao mesmo tempo, a política monetarista dos EUA e da Grã-Bretanha fez com que a decadência das estruturas internas sociais e econômicas ultrapassasse tanto o nível geral e médio dos países ocidentais que também a esse respeito, ao repercutir a crise, haverá uma usurpação do governo precisamente por aquele poder que o monetarismo queria afastar definitivamente: a saber, o compadre Leviatã, o monstro da economia estatal, que sempre se levanta como a Fênix das cinzas quando o mercado chega ao fim de sua sabedoria. Mas a *visible hand* do Estado executa nessa situação exatamente o mesmo princípio básico que a *invisible hand* do mercado, até que tudo caia aos pedaços.

peridade futura também passará vergonha nas próprias economias ocidentais, cujas zonas de normalidade começaram a diminuir do mesmo modo. A lógica da crise está avançando da periferia para os centros. Depois dos colapsos do Terceiro Mundo nos anos 80 e do socialismo real no começo dos anos 90, chegou a hora do próprio Ocidente. O princípio da rentabilidade ainda partirá para uma última corrida deslumbrada antes de percorrer, até o fim, seu caminho duplo de "emancipação negativa" e destruição social-ecológica.

Toda empresa que no mercado mundial faz parte dos vencedores apropria-se de determinada quantia da mais-valia global, em forma de dinheiro disponível; participa, portanto, na mais-valia global, e isto para muito além de sua própria produção de valor efetiva. A parte dos vencedores aumenta, portanto, à custa dos perdedores. Se o nível global da produtividade, e com ele o nível correspondente da rentabilidade, é tão alto (e já alcançamos essa fase) que "perder" significa, para cada vez mais unidades empresariais, a exclusão do mercado e, portanto, a destruição de capital, acontece que em cada nova volta do processo de concorrência diminui a massa global da mais-valia disponível, apta para ser apropriada, em relação à massa global do capital monetário aplicado, já que este tem que "crescer" antes de transformar-se na forma-dinheiro.

Se a transferência de valor das regiões dos grandes perdedores, com produtividade fraca, para os centros do mercado mundial deixa de basear-se no efeito dos salários baixos e na "exploração" em massa de força de trabalho humana, baseando-se, ao contrário, na absorção *indireta* de mais-valia produzida em outros lugares, por parte da produtividade superior e inalcançável, é lógico que essa transferência dos perdedores para os vencedores não pode continuar indefinidamente. Ao contrário, a cada paralisação de recursos numa região de perdedores que cai abaixo do nível exigido de rentabilidade diminui também a margem para outras transferências desse tipo.

Qual será necessariamente o resultado? Se cada vez mais grandes regiões do Sul e do Leste deixam de ser fontes de transferência de valor para os países da OCDE, porque sua produção

foi paralisada ou porque já não produzem nenhum valor reconhecido, a luta de distribuição deslocar-se-á para os próprios países da OCDE. Certamente isso não se realiza de forma pura e ideal-típica, mas sim como um movimento global contraditório e em parte retrógrado. Assim, as sociedades pós-catastróficas de perdedores podem transferir durante muito tempo restos de valor barateando seus produtos no mercado mundial, para atenderem com o resultado a suas dívidas. Mas essa fonte vai secando à medida que o definhamento ultrapassa os limites do possível e que avança a desindustrialização.

Para os grupos de empresas ocidentais que dominam o mercado mundial, junto com seus enormes agregados de fornecedores, faz-se sentir esse problema na superfície do mercado, por causa da diminuição, nas sociedades pós-catastróficas, da capacidade aquisitiva produtiva, da perda, em grande parte, da solvência, e do colapso das estruturas estatais de crédito e subvenções. Na prática, isso significa para os vencedores que seu glorioso triunfo na concorrência com as produções locais conduz entre os perdedores a um resultado muito indesejável: os mercados nesses países vão secando, pouco a pouco, também para eles. Com seus "triunfos", destruíram também a capacidade aquisitiva nesses países. Apenas uma minoria decrescente nas sociedades pós-catastróficas ainda pode dar-se ao luxo de comprar os produtos ocidentais, enquanto paralelamente estão desaparecendo de seu mercado também os produtos nacionais.

Esse processo pode ser demorado. Mas já relativamente cedo começa a trazer também para o próprio Ocidente conseqüências que preparam a crise. Já que em cada vez mais países, está diminuindo a capacidade aquisitiva das massas, limitando-se a setores cada vez menores, as produções com maior produtividade têm que esforçar-se correspondentemente para estarem presentes em todos os mercados do mundo, lutando pela participação no mercado. Sua concorrência recíproca tem que intensificar-se consideravelmente, e com isto impõe-se a mesma lógica de perdedores e paralisação também dentro do Ocidente. Esse processo começou quase paralelamente aos primeiros surtos de colapso no Terceiro

Mundo, no fim dos anos 70, e já alcançou, ainda que desapercibido por trás do barulho causado pelo rompimento das estruturas do ex-socialismo real, um estado perigoso: "O capitalismo soltou-se da corrente e atacou a si mesmo", conforme descreve com exatidão inimitável o analítico bancário alemão Winfried Hutmänn a situação da economia dos Estados Unidos (citado segundo o jornal *Die Zeit*, 7.12.1990).

De fato, a pirâmide do mercado mundial apresenta há muito tempo também setores perdedores, em termos relativos, dentro dos países ocidentais da OCDE, que estão seguindo o mesmo caminho das regiões perdedoras do Sul e do Leste, só que com velocidade relativamente menor, num momento histórico diferente e partindo de um nível mais alto de produtividade. Pode-se comparar esse processo ao espalhamento de um tumor canceroso, através de metástases, por um corpo aparentemente saudável. A princípio, o desemprego exteriormente quase imperceptível, somente registrado pela estatística, e a pobreza de certo número de indivíduos são os fatores pelos quais se expressa a destruição da capacidade aquisitiva mediante um nível de produtividade "demasiadamente alto" para a lógica da mercadoria.

Mas logo a seguir manifesta-se o tumor também externamente, na forma de zonas de pobreza com caráter de guetos, nos centros urbanos. A princípio são, muitas vezes, apenas bairros isolados que estão com o estigma de terem "caído fora" e transformam-se em focos de revolta potenciais. Essa fase já alcançaram, em extensão maior ou menor, todas as sociedades ocidentais, sem exceção, inclusive os vencedores "absolutos" no mercado mundial, o Japão e a RFA. Mas o processo continua irrefreavelmente. O que marca a próxima fase é que regiões inteiras estão "caindo fora", morrendo em seu papel de regiões industriais porque suas indústrias foram derrotadas na concorrência dos mercados mundiais e já não podem levantar o capital monetário para continuar na corrida da produtividade.

Dessa forma estão atingidos pela desindustrialização até o Japão e a RFA, em alguns setores da indústria de mineração e metalúrgica, na construção naval e em algumas indústrias meno-

res. Na RFA, isto conduziu a processos de paralisação e até a crises regionais permanentes (região do rio Ruhr, regiões litorâneas). De forma muito mais grave manifestam-se essas crises regionais no norte da Inglaterra e na periferia meridional da Europa, onde indústrias inteiras são desmanchadas ou, depois de enormes processos de encolhimento, compradas pelos grupos de empresas vencedores (por exemplo, Seat, o coração da indústria automobilística espanhola, que foi incorporado à Volkswagen). O mesmo aplica-se a grandes regiões dos EUA, as quais, no entanto, em virtude do gigantesco mercado interno, ainda hoje não plenamente integrado no movimento do mercado mundial, conseguem subsistir durante algum tempo, mesmo produzindo abaixo do nível de produtividade internacionalmente válido.

Somente as regiões perdedoras que fazem parte de economias nacionais vencedoras, de resto ainda vigorosas, podem ser sustentadas durante certo tempo, apresentando temporariamente até o aspecto de "curadas". Isto consegue-se promovendo-as a regiões que prestam serviços às zonas vencedoras ainda existentes, passando para o setor terciário, o que, no entanto, é quase sempre apenas parcialmente possível e dificilmente serve para sanear a região em sua totalidade.* Ou as regiões de perdedores são artificialmente inspiradas e mantidas vivas pelas subvenções do Estado, que se apóia em outras regiões, de vencedores (isto acontece também na Comunidade Européia com toda a agricultura).

Ali onde não existe esse tipo de apoio direto ou indireto ou de saneamento parcial, essas regiões transformam-se numa grande

* Revela-se aqui, pelo menos indiretamente, o caráter improdutivo, no sentido da produção global capitalista, da maioria dos serviços. Pois não se trata de setores com acumulação de capital autônoma; ao contrário, o setor de serviços permanece dependente da acumulação industrial propriamente dita e, com isso, da capacidade das indústrias correspondentes de realizar mais-valia nos mercados mundiais. Somente quando essa capacidade se mantém para toda a economia nacional em conjunto, os serviços industriais e não industriais (relativos a pessoas) podem sobreviver, e expandir-se. São inimagináveis Estados inteiros que se limitem à prestação de serviços, ou então apenas tratando-se de Estados muito pequenos ou Estados-cidade, na vizinhança de indústrias vencedoras. Por isso, em todas as economias nacionais cuja indústria perde a capacidade de concorrer no mercado mundial, tem que quebrar também o setor de serviços, porque foi cortado o afluxo de dinheiro.

zona de pobreza, um Terceiro Mundo dentro do Primeiro, que passa por uma carreira pós-catastrófica interna com gigantescas taxas de desemprego, decadência da infra-estrutura etc. Esse estado já foi alcançado em grandes regiões do norte da Inglaterra, bem como nos países mediterrâneos europeus, onde é apenas atenuado pelas massas de turistas vindas do Norte europeu e pela correspondente transferência monetária a partir das regiões vencedoras relativas da Europa.*

Até agora, falta no setor do mercado mundial que se constituiu pela OCDE apenas a última fase, a saber, a incapacidade de economias nacionais inteiras de concorrer no mercado mundial, segundo o modelo do Sul e do Leste. Mas a incapacidade crescente de alguns países de subvencionar ou de sanear mediante o setor terciário suas regiões perdedoras internas no mesmo grau em que o fazem o Japão e a RFA, já indica que essa fase não está muito distante. O Sul europeu e todo o mundo anglo-saxão, principalmente os EUA, transformaram-se em economias deficitárias em declínio, que apenas podem ser mantidas no nível da OCDE mediante transferência monetária externa. Nessa situação chegou a formar-se, em nível internacional, entre as próprias economias capitalistas ocidentais, um sistema precário de "deslocamento" artificial da crise, cuja dissolução inevitável arrastará por fim também o Ocidente "vitorioso", em conjunto, para dentro do redemoinho pós-catastrófico.

Em última instância, o Ocidente encontra-se diante do mesmo problema que já rebaixou o Sul e o Leste ao *status* de grandes perdedores. Quanto mais diminui a capacidade aquisitiva global, real ou produtiva, em virtude da destruição, mediada pela concorrência, de recursos e capital, e quanto mais se intensifica a luta entre os vencedores restantes, tanto mais cedo têm que ficar para trás na corrida da produtividade, também dentro da OCDE, eco-

* Neste contexto manifesta-se de forma muito clara a dependência dos setores terciários dos centros industriais da produção de mais-valia. Caso as regiões industriais da Europa central e setentrional fossem atingidas plenamente pela crise, os países mediterrâneos já não poderiam vender sua herança paisagística e cultural, tendo que quebrar dentro de pouco tempo gigantescos setores de serviço do turismo em massa.

nomias nacionais inteiras, caindo abaixo do nível global da rentabilidade entrementes alcançado. As causas podem ser diversas. Assim, a periferia da OCDE, depois de caírem para fora grandes partes do Terceiro Mundo e do ex-socialismo real, passou a ocupar seu lugar. Esses países encontram-se, com toda a sua reprodução, sob uma pressão de custo que já não conseguem enfrentar com os próprios recursos. A intensidade de capital aumenta com tanta velocidade que seus investimentos não podem acompanhar o nível do mercado mundial.

O mesmo efeito dá-se, de forma modificada, na potência mundial capitalista número um, os EUA, e na ex-potência mundial Grã-Bretanha, arruinada há muito tempo. Ambos os países estão dissipando seus próprios recursos de capital monetário em um *consumo improdutivo a nível de potências mundiais*, consumo que no fundo já não se podem dar ao luxo de praticar há muito tempo: em armamento, apoio político no exterior, estacionamento de tropas no exterior, intervenções globais de todos os tipos, mas também no exigente consumo interno das camadas da classe média que não dispõem de economias suficientes.

A queda de todos esses países da OCDE a posições inferiores no mercado mundial, seu atraso em relação ao padrão global da produtividade, não apenas conduz ao crescimento de regiões pós-catastróficas internas, como "máculas", mas também torna esses países (bem como antes o Terceiro Mundo) cada vez mais dependentes de uma inspiração artificial monetária na base de capital monetário estrangeiro. Mas o decurso da crise de dívidas assim iniciada é diferente daquele no Sul e no Leste.

Isso pode ser observado no desenvolvimento do comércio exterior. Dentro da OCDE, os fluxos comerciais internacionais transformaram-se numa só década em ruas de mão única. Sem dúvida, já houve antes o chamado desequilíbrio comercial no mercado mundial (superávit de alguns países e déficit de outros); determinados países, como o Reich Alemão, apresentavam desde o começo do século, durante longos períodos, excedentes de exportação, em virtude de sua localização geográfica e sua estrutura de reprodução específica (predominando a importação de matérias-

primas e a exportação de produtos acabados). Mas nunca antes chegou o desequilíbrio à mesma extensão, tanto absoluta quanto relativa, que alcançou no movimento do mercado mundial dos anos 80.

Todo o mundo anglo-saxão e a maior parte da Europa meridional estão importando constantemente e em grande volume mais bens do que podem exportar, acumulando-se dessa maneira um déficit comercial gigantesco. Nessa circunstância expressa-se a perda de produtividade, rentabilidade e capacidade competitiva desses países. Se eles, apesar disso, conservam pelo menos em parte e nas regiões centrais o padrão de vida ocidental e como economias nacionais ainda não ultrapassaram aquele limite além do qual se inicia, para o Estado global, a carreira pós-catastrófica, isto não se deve à sua própria força. Seus enormes déficits comerciais são apenas o pólo "material", ligado à economia de bens, de uma relação cujo lado oposto é representado pelo déficit correspondente da balança de capital. Em grau crescente, os déficits comerciais já não foram financiados a partir das próprias economias, mas sim mediante o afluxo de capital monetário estrangeiro, pelo qual, obviamente, se tem que pagar juros.

Dessa maneira chegaram a constituir-se, dentro de uma década, dois megacircuitos de déficits na OCDE: um europeu e um pacífico. Na Europa ocidental, é a maravilhosa RFA que está inundando seus parceiros da Comunidade Européia com mercadorias, derrotando na concorrência cada vez mais produções nacionais desses países e substituindo artificialmente partes da capacidade aquisitiva assim destruída ao emprestar seus ganhos monetários aos perdedores relativos. O mesmo jogo praticam o Japão e os pequenos países ascendentes do sudeste da Ásia, através da via comercial transpácifica com os EUA e o Canadá. Uma parte considerável dos excedentes obtidos com as exportações refluí, como capital monetário que rende juros, para os países deficitários, mantendo assim indiretamente em funcionamento a própria máquina de exportação.*

* Nos países superavitários asiáticos a desproporção é ainda muito mais acentuada do que na RFA, porque aqueles, em virtude de seus mercados internos relativamente

Em outras palavras: os países superavitários, entretantes praticamente apenas o Japão e a RFA, acompanhados dos “quatro tigres pequenos”, estão financiando eles mesmos, há anos e em dimensões inimagináveis, seus sucessos de exportação nos mercados mundiais, emprestando às economias da OCDE que de fato já foram derrotadas na concorrência os recursos necessários para a continuação da inundação com mercadorias importadas. Somente por isso, as economias perdedoras dentro da OCDE ainda não tomaram o rumo das sociedades pós-catastróficas do Sul e do Leste, porém à custa de acumularem verdadeiras montanhas de dívidas impagáveis. A montanha global de dívidas, absoluta e relativamente sem igual, indica claramente que a produtividade alcançada no nível mundial começa a romper o contexto formal do trabalho abstrato e de todo o sistema fetichista da modernidade. Evidentemente, esse contexto apenas pode ser mantido a muito custo, mediante a substituição artificial de valor, e isto apenas dentro do âmbito da OCDE, que, dentro do contexto global, representa uma minoria.

Nessa situação, os processos internacionais de endividamento entre a OCDE e as sociedades pós-catastróficas, por um lado, e dentro da OCDE, por outro, apresentam aspectos invertidos, porém entrelaçados. A dívida externa do Sul e do Leste partiu de um estoque de capital nacional “subdesenvolvido”, que se pretendia aumentar por meio de investimentos, com o apoio do capital monetário ocidental. O fracasso dessa tentativa conduziu rapidamente ao colapso da dignidade de crédito estes países, que passaram a esvaír-se lentamente no atendimento de suas dívidas, até acabarem como casos sociais mundiais no clube horroroso dos pobres. Quando chega esse momento, logo depois de eles terem perdido pela desindustrialização grande parte de sua capacidade

fracos e de sua infra-estrutura atrasada fora das produções *high-tech* para o mercado mundial, reinvestem apenas uma parte insignificante de seus excedentes no próprio país, podendo por isso emprestar uma parte maior a seus principais “parceiros deficitários”, os EUA. Mas a essa situação deve-se também, em grau nada insignificante, a maior velocidade com que se torna precário o circuito de déficit da região pacífica, fato que se anunciou claramente durante o ano de 1990 (sobretudo na situação de crise que se prepara nos mercados financeiros japoneses).

de exportação, apenas podem acceitar outras importações na forma de doações caritativas. Os excedentes de exportação encontram-se, portanto, enquanto a transferência indireta de valor ainda apresenta sinais de capacidade de funcionamento, nas mãos dos *devedores*, sendo transportados para os *credores* pelo atendimento cada vez mais reduzido às dívidas.

Exatamente contrária é a situação dentro da OCDE e em seus circuitos de déficit. Aqui, o estoque de capital dos perdedores possui um fundamento histórico maior e mais firme. Por isso, é gasto num espaço de tempo mais longo, e a transferência de valor indireta que resulta dessa situação permite protelar a crise de dívidas e prolongar a dignidade de crédito. Isto conduz a uma relação inversa entre credores e devedores: dentro da OCDE são os *credores* aqueles que acumulam excedentes de exportação, fluindo estes para os *devedores*, que durante muito mais tempo do que os países do Sul e do Leste podem financiar o atendimento a suas dívidas por meio de novas dívidas nos mercados de crédito internacionais e protelar assim seu colapso.

A ligação entre as duas formas opostas de déficit consiste no fluxo de grande parte dos excedentes de exportação do Sul e do Leste, ambos moribundos, e também dos excedentes do Japão e da RFA, para os grandes países deficitários da OCDE, à frente dos quais se encontram os EUA.

Isto é, os ganhos de exportação dos poucos vencedores da OCDE não apenas mantêm em funcionamento os circuitos de déficit ocidentais, mas também, indiretamente, o atendimento do Sul e do Leste a suas dívidas; com o dinheiro emprestado pelo Japão e pela RFA, os EUA e a Europa ocidental não apenas pagam suas importações excessivas do Japão e da RFA, mas também aquelas do Brasil, da Polônia e dos demais países da "desindustrialização endividada". Com créditos japoneses e alemães, mediados pelos mercados financeiros internacionais, financia-se, portanto, diretamente, o *endividamento* dos Estados deficitários ocidentais e indiretamente o *atendimento às dívidas* dos países endividados do Sul e do Leste.

O absurdo dessas relações no mercado mundial, no fim do

século XX, é tão óbvio que o esforço de ignorá-lo completamente pode ser considerado uma atitude grandiosa e quase admirável. Até agora, o fato de essa constelação não apresentar saída alguma não foi assunto para ninguém, e nem sequer foi percebido. Ao contrário, todos os "especialistas", instituições nacionais e internacionais e governos estão se sobrepujando mutuamente com promessas, prognósticos e esperanças que de mês em mês tornam-se cada vez mais fantásticos. Como se toda a humanidade tivesse tomado alucinógenos, continua-se desprezando os fatos e proclamando como "vencedor" o sistema de mercado ocidental, que já não tem cura, sendo apenas a última parte do sistema global que sofrerá seu colapso, apesar de este "vencedor" já estar com os lábios roxos e prestes a cambalear para fora do ringue da batalha global de concorrência. Parece que precisa chegar a terceira e última crise de dívidas, a das próprias economias deficitárias ocidentais, que arrastará para dentro do abismo também os últimos supostos vencedores, o Japão e a RFA, e provocará uma crise econômica mundial de extensão nunca vista.

Se fossem apenas os ganhos de exportação japoneses e alemães que financiassem a montanha global de dívidas, esta teria desabado há muito tempo. Mas a inspiração artificial do mercado mundial, que substancialmente já se encontra em estado de coma, alimenta-se desde os meados dos anos 80 também de outra fonte: a saber, da *superestrutura especulativa* internacional, que brotou da *superestrutura de crédito* já precária e constitui um fenômeno ainda mais fantástico.

Quanto mais Estados, regiões, unidades empresariais e indivíduos assumem o *status* de perdedores, tanto mais capacidade aquisitiva produtiva internacional é destruída. O conjunto dessa capacidade aquisitiva desaparecida não pode jamais ser substituída e revitalizada artificialmente, por meio de créditos. Por um lado, vão se expandindo o crédito e o endividamento e, por outro, vai diminuindo o potencial global de capacidade aquisitiva. Esses dois movimentos opostos sobrepoem-se um ao outro de tal forma que de cada ciclo de realização de mais-valia, por parte dos vencedores, sobra um resto cada vez maior que não pode ser apli-

cado produtivamente nem emprestado diretamente como capital monetário que rende juros. Paralelamente às estruturas globais de déficit passou a desenvolver-se, portanto, desde os anos 70, um aparente excedente de capital monetário que está desesperadamente à procura de alguma aplicação lucrativa; a princípio, a concorrência entre os que emprestavam era grande e os créditos eram concedidos a condições "baratas", sem que a superestrutura de crédito internacional pudesse absorver completamente a mais-valia acumulada, realizada na forma de dinheiro.

Conseqüentemente aconteceu naquela época não apenas que os vencedores, ainda um pouco mais numerosos, concediam prontamente créditos aos perdedores, estabelecendo assim os fundamentos da subsequente crise de dívidas do Sul e do Leste, mas também que uma parte desse capital monetário fluía para outro setor, o mais recente e mais perigoso do sistema de mercado ocidental, a saber, a especulação. Paralelamente ao processo de endividamento mediante fluxos comerciais internacionais desenvolveu-se, portanto, nos anos 80, uma especulação global com imóveis e ações, historicamente também sem igual, com o centro primário no Japão e centros secundários nos EUA e na Grã-Bretanha. Partindo dali, a onda de especulação passou a inundar, com intensidade maior ou menor, todo o mundo ocidental.

Sobretudo no Japão, carreirista número um no mercado mundial, ganhos já não reinvestíveis, procedentes dos excedentes de exportação e do refluxo de juros, serviam em grande escala para a compra de imóveis por parte das empresas fornecedoras do mercado mundial, demasiadamente bem-sucedidas. A consequência foi uma explosão dos preços imobiliários que excedeu todos os casos comparáveis da história. Hoje em dia, uma área de estacionamento em Tóquio tem o mesmo preço de uma região extensa na Califórnia. Naturalmente, esses preços, que a procura excessiva fez subir a essa altura, já não têm nada a ver com o valor real desses prédios ou terrenos, no que se refere à localização ou à forma de aproveitamento, como fábricas, escritórios ou apartamentos alugados. Mas a especulação alimenta a especulação, e assim tornou-se a compra de imóveis cada vez mais lucrativa em

virtude do aumento contínuo dos preços, causando a elevação do nível de preços nos proprietários a ilusão de um valor cada vez mais alto.

Dos imóveis, a especulação alastrou-se aos mercados de ações. A cotação das ações foi forçada a alturas incríveis, em parte com ganhos procedentes do *boom* desvairado dos imóveis. Dentro de poucos anos, o rendimento real (reduzido praticamente a zero no Japão), na forma de dividendos, perdeu quase toda importância frente ao preço e, com isso, ao valor aparente e astronômico das ações, que ultrapassava de longe seu valor nominal. Sobre empresas como a Nissan fez-se o comentário irônico de que estas teriam passado a pagar a partir da caixa para despesas postais seus investimentos produtivos, que subiram consideravelmente. E logo a seguir, processos de especulação semelhantes surgiam nos EUA e na Grã-Bretanha, alimentados pelo capital especulativo japonês, que “poderosamente” atravessou as fronteiras, até arderem em chamas altas e fortes.*

O *boom* absurdo, puramente fictício, do capital especulativo,**

* Ao lado da especulação clássica com imóveis e ações, praticada em mega-escala, desenvolveu-se a forma peculiar da absorção especulativa de empresas. Enquanto nos processos de concorrência da economia real acontecia em parte que os vencedores, por razões estratégicas ligadas ao mercado, compravam o capital derrotado na concorrência (conforme mostra o exemplo já mencionado da incorporação do complexo Seat à Volkswagen), mudou agora a situação no sentido de que também cada vez mais empresas vencedoras no setor da economia real e até grandes grupos de empresas tinham que temer serem absorvidos, por motivos puramente especulativos, pelo capital especulativo imensamente crescido, para serem depois destripados pela venda lucrativa de setores parciais. As absorções especulativas de empresas revelaram-se assim como meta-forma da especulação comum com ações, fato que indica as dimensões horripitantes destes processos.

** No terceiro volume de sua obra principal, Marx analisou as características fundamentais desse processo, ainda em estado embrionário no século XIX, criando para ele o termo “capital fictício”. Mas esse caráter fictício revela-se somente depois de terminar um processo especulativo mais longo ou mais curto. Enquanto este está se passando, o capital fictício, que não tem substância alguma, cria nos participantes do mercado a ilusão de render muito mais lucro do que o capital realmente produtivo. Precisamente por isso, o capital fictício pode atuar sobre a produção real de bens e induzir processos de produção materiais, cuja invalidade se revela apenas posteriormente, no colapso inevitável da especulação. Essa conexão de fatos é ignorada completamente até pelos teóricos acadêmicos esquerdistas, que percebem o capital fictício somente no âmbito imediato dos setores especulativos e para os quais toda produção

sobreposto aos circuitos de déficit nacionais e internacionais, fez nascer, até o fim dos anos 80, a ilusão de que a solvência do Ocidente fosse praticamente inesgotável, os processos de endividamento pudessem ser estendidos até o infinito e as diversas crises de dívidas pudessem ser administradas sem grande esforço. Uma parte cada vez maior tanto dos créditos quanto do atendimento a estes alimentava-se direta ou indiretamente da superestrutura especulativa global. Dessa maneira, os excedentes de exportação originalmente reais dos setores vencedores assumiram cada vez mais o caráter de complexos puramente fictícios, tornando-se eles próprios componentes da superestrutura especulativa.

Mas o processo básico da destruição global de capacidade aquisitiva, causada pela produtividade "demasiadamente alta" do sistema mundial, penetrado pelas ciências, não se deixa enganar dessa maneira. Por fim, terá que se fazer sentir o desaparecimento da capacidade aquisitiva, derrotada na concorrência, e o dos mercados reais correspondentes, acabando com os mercados fictícios, abalofados pela especulação. Ao rasgar o último fio finíssimo que liga a acumulação real à superestrutura de crédito, terá que desabar também o complexo especulativo, porque ficará pesada demais a gigantesca cauda de cometa de juros que entrementes se prendeu à reprodução global, esse peso forçando o mundo produtor de mercadorias a descer para seus próprios fundamentos reais.

Chegará o dia em que os empréstimos a juros alcançarão seus limites. De repente, a aparente abundância, apenas temporária, de capital monetário transformar-se-á em escassez. Acaba-se o jogo da dívida e do atendimento a esta. Nesse momento, o *crash* manifestar-se-á com toda força, e isso na forma de uma reação

aparentemente real é um elemento da acumulação real. Mas os lucros do capital especulativo fictício experimentam também uma constante realização aparentemente produtiva. Quando um especulador, com os ganhos obtidos pela especulação que para ele são absolutamente reais, sendo porém fictícios do ponto de vista da reprodução social do capital, dá-se ao luxo de comprar um Mercedes Benz, a produção aparentemente muito real desse automóvel não possui, na verdade, nenhum fundamento de capacidade aquisitiva produtiva. E o mesmo vale em escala maior e internacional. Por isso, é bastante ingênuo quem acredita poder separar nitidamente o setor especulativo e a suposta acumulação real.

em cadeia. Quanto mais dívidas se tomam impagáveis, o que então também será o caso nos países da OCDE, tanto mais será preciso recorrer à venda de ações e imóveis para garantir o pagamento, e tanto maior será a velocidade com que a especulação entrará em colapso. Em parte, isto já aconteceu nos mercados imobiliários dos EUA e da Grã-Bretanha, desde os anos de 1988 e 1989. Nos EUA, o mercado da absorção especulativa de empresas é considerado morto, deixando a herança de um endividamento excessivo de ramos inteiros. Durante o ano de 1990, o mercado de ações japonês sofreu uma queda de quase 50%.

Mas o colapso definitivo da especulação global causará também a ruína do sistema internacional de crédito. A bancarrota gigantesca do sistema de poupança americano (*savings and loan association*) e a crise que está amadurecendo no sistema de bancos comerciais dos EUA e do Japão estão anunciando um grandioso fogo de artifício em que entrarão em colapso os mercados financeiros internacionais e ao qual não poderão escapar nem os países da OCDE que até agora são vencedores. A crise de dívidas dos EUA, da Grã-Bretanha, do Canadá, da Austrália e da Europa meridional (a Grécia praticamente já faliu e, ao que parece, a Itália logo a seguirá) conduzirá então inevitavelmente também à crise dos credores, o Japão e a RFA, que segundo seus cálculos deveriam ter-se tornado ricos.

No fundo, o mecanismo de dívidas dentro da OCDE é idêntico àquele do Terceiro Mundo e do ex-socialismo real. Obedece à mesma lógica; por toda parte tenta-se protelar a crise mediante dinheiro de crédito artificialmente criado, que na verdade não tem substância alguma, na esperança de que possa pegar de novo o motor da acumulação real. Em virtude de seu estoque de capital menos firme e do grau mais baixo da penetração das ciências, isto é, em virtude de sua incapacidade de acompanhar a corrida da produtividade, os países do Sul e do Leste podiam integrar-se em grau apenas reduzido na circulação internacional de mercadorias e dinheiro. Por isso, apenas podiam formar capital fictício dentro dos limites de seu crédito nacional interno, de modo que o inevitável endividamento externo tinha que conduzir com rapidez

muito maior ao *crash* das dívidas e ao colapso. Dentro da OCDE, ao contrário, a existência do capital fictício podia ser prolongada graças à internacionalização deste e ao crescimento de uma fantástica superestrutura especulativa, protelando-se assim a crise.

Mas a causa da crise é a mesma para *todas* as partes do sistema mundial produtor de mercadorias: a diminuição histórica da substância de "trabalho abstrato", em consequência da alta produtividade ("força produtiva ciência") alcançada pela mediação da concorrência. No entanto, o sistema produtor de mercadorias está vinculado à sua finalidade inerente tautológica e depende do crescimento interminável, em escala mundial, dessa substância de "trabalho". A crise do subsistema ocidental, que provavelmente acontecerá nos anos 90, revelará impiedosamente essa constelação histórica de fatos. Tanto faz, nesse caso, o que ocasionará ou diretamente provocará essa crise, cujo início será o colapso financeiro global. Afinal é bastante amplo o espectro das fricções sociais, econômicas e políticas e dos fatores de risco acumulados. Atualmente têm as melhores chances as condições caóticas no Oriente Próximo é o surto de colapso iminente da União Soviética, com seus riscos de golpe e guerra civil.

No entanto, o colapso do Ocidente, da última ilha de normalidade aparente, não repetirá simplesmente as crises e os colapsos do Sul e do Leste, por mais cruéis que estes sejam. Pois a normalidade artificialmente prolongada dentro da OCDE lançou seu reflexo também sobre as sociedades pós-catastróficas até agora existentes, e isto não apenas ideologicamente, na forma de esperanças irracionais de prosperidade e ambições ligadas à troca de modelo, mas também na forma real de infusões monetárias e "conservas de sangue", as quais, apesar da separação forçada da circulação global do dinheiro, tinham conservado nessas sociedades um resto cada vez mais fraco de vida e de normalidade da existência burguesa.

Assim, por exemplo, apesar do colapso dos sistemas monetários nacionais internos, podia ser mantida nas sociedades pós-catastróficas, sob enormes fricções, a forma das relações de mercadoria e dinheiro, assumindo o dólar ou o marco alemão a função monetária interna que fora destruída. Como instâncias mediado-

ras serviam em parte as produções insulares, cada vez mais raras, para o mercado mundial, das quais dependiam direta ou indiretamente segmentos inteiros da população, até os engraxates e limpadores de pára-brisas nos cruzamentos, para não falar da prostituição em massa. A essa categoria pertencem também as transferências de divisas feitas por trabalhadores estrangeiros ocupados nos centros do mercado mundial que ainda têm capacidade de funcionamento, imigrantes regulares que chegaram ali para trabalhar desde os anos 60 e 70. Mas essas instâncias evaporar-se-ão completamente no caso de uma nova crise, que também abrangerá o Ocidente. Os processos de desindustrialização já começaram a ameaçar essas funções de mediação. Os fluxos de imigrantes trabalhadores estão se transformando em movimentos que escapam a qualquer regulamentação, como, por exemplo, a fuga em massa de trabalhadores estrangeiros asiáticos da região do Golfo Pérsico. Com isso, vão secando também os fluxos de transferência de divisas.

Como última instância "civilizatória" do dinheiro, a máfia de drogas e do mercado negro está exercendo essas funções de mediação. Muitas regiões em colapso somente recebem dinheiro por meio do crime organizado, conservando-se assim pelo menos uma sombra de "ordem" nas relações de mercadoria e dinheiro. *

* Valeria a pena examinar se a máfia não exerce desde sempre essa função social, ainda que em condições bem diferentes. Em todo caso, não é certamente nenhum acaso que a máfia tenha sido sempre um fenômeno típico de regiões subdesenvolvidas e ainda hoje brota com vigor em todas as regiões de crise que foram abandonadas à própria sorte (também na Alemanha Oriental, onde provavelmente se recruta em proporções nada insignificantes dos restos do antigo aparato estatal e de segurança). Seria justo explicar esse fenômeno social aparentemente objetivo unicamente pela erupção de energia criminosa subjetiva em regiões relativamente "distantes do Estado" respectivamente na "anarquia" de processos de crise. Pois quando o crime organizado constitui o único elo de união à circulação sanguínea do dinheiro, a máfia torna-se uma instância *necessária* da reprodução social, pensando-se dentro da lógica do dinheiro. Nessas condições é apenas conseqüente que disponha também de personagens mais inteligentes e mais resolutos do que são as figuras e os representantes da sociedade oficial, privada de suas funções, os quais são reduzidos a meros produtos dessa sociedade. Nesse sentido, a guerra da polícia e do exército contra a máfia de drogas latino-americana não pode conduzir a vitória nenhuma. Somente pode acelerar a crise, cujas causas, tanto aqui quanto por toda parte, encontram-se no Ocidente.

No entanto, também a máfia chegará ao fim de sua sabedoria quando se dissolverem no fogo da crise global as últimas formas de dinheiro "aparentemente" real, desfazendo-se o valor dos dólares ou dos marcos alemães do mesmo modo que o dos rublos ou das pesetas. Os meros substitutos em espécie do dinheiro, que existem nas formas de troca primitivas, não podem manter o complexo da socialização em seu nível civilizatório atual; na medida em que podem ser observados em regiões de crise ou no mercado mundial (por exemplo, na forma de negócios de compensação), pressupõem um sistema mundial monetário ou de crédito que ainda apresenta condições razoáveis de funcionamento.

Por mais estranho e inacreditável que possa parecer aos apóstolos ocidentais da normalidade capitalista (já menos inacreditável talvez à maioria da população das sociedades pós-catastróficas): é muito provável que o mundo burguês do dinheiro total e da mercadoria moderna, cuja lógica constituiu com dinâmica crescente a chamada Era Moderna, entrará já antes de terminar o século XX numa *era das trevas*, do caos e da decadência das estruturas sociais, tal como jamais existiu na história do mundo. O caráter singular desse desastre da modernização, que somente por último atingirá seu causador, o Ocidente, consiste, por um lado, em sua dimensão social mundial, e por outro, na enorme dinâmica desse sistema. Ninguém pode prever a duração desta maior época de crise da história, nem as formas que percorrerá. Mas com toda certeza não haverá nenhum retorno às formas atualmente familiares do sistema produtor de mercadorias, que incluem a subjetividade moderna em todos os níveis de sua existência.

SUPERAÇÃO DA CRISE E "UTOPIA"

O momento de inércia da vida e do pensamento humanos parece imenso, e a capacidade de sofrimento dos indivíduos talvez chegue muito perto daquela dos animais. Não obstante, existe um limite absoluto, mesmo que este esteja à beira da "destruição do mundo", limite do qual ninguém pode dizer o quanto estamos distantes. É possível que a *era das trevas* da crise do sistema produtor de mercadorias, com suas formas de percurso e acontecimentos catastróficos, abranja boa parte do século XXI.

Além disso, todo acontecimento, até o mais aterrador, depois de isolado da lógica global da economia mundial, pode ser interpretado arbitrariamente e colocado subjetivamente em contextos extremamente bizarros. A consequência disso é que em qualquer situação específica e em qualquer catástrofe particular podem acontecer reações que se encontram em *conformidade com o sistema*. Essas, no entanto, terão no futuro menos o caráter de "reformas" do que, pelo contrário, o de terror do Estado e de administração de crises. Por isso, essas opções não oferecem nenhuma perspectiva consoladora. Transformam-se em elementos dos próprios processos catastróficos. Tanto mais desesperadora e ignorante tem que parecer aquela sabedoria acadêmica nascida de discussões de botequim, que ainda hoje continua comentando com toda calma a escatologia errônea da crítica da economia de

Marx e ridicularizando presunçosamente todo prognóstico de crises futuras como cenário de fim de mundo, supostamente irracional. Como se não bastassem os fins de mundo já acontecidos, que atingiram a maioria da humanidade. Essa presunção serena simplesmente não leva em conta o entrelaçamento global do dinheiro, que implica uma dimensão igualmente global da crise. Por isso são ilusórias desde o princípio quaisquer referências amenizadoras a outras situações históricas com clima de fim de mundo (por exemplo, o início da Era Moderna), depois das quais teria continuado "a vida". Deveríamos observar muito bem quais as poltronas de onde provém essa zombaria e que rastilho já está aceso debaixo delas.

O que menos podemos esperar é que a lógica destrutiva iminente possa ser rompida e superada pelas administrações estatísticas de crise e emergência. A crise seria apenas superável se um consciente movimento social de supressão acabasse com a mera administração dessa crise, movimento que teria que derrubar, com violência maior ou menor, também esses aparatos.* Nesse sentido, não se tornou desnecessária, apesar de todas as diferenças resultantes do nível mais elevado da socialização, a *forma* geral

* Também não é absolutamente o caso que a "competência" (por exemplo, na área das ciências naturais ou no abastecimento da população) constituísse a essência dessas administrações de emergência. Tais competências já estão servindo hoje de instrumentos, seja do estatismo, seja do monetarismo, sendo seus representantes incorporados por meio de motivações compulsórias, isto é, tanto mediante a dependência monetária e material quanto mediante obrigações jurídicas e ameaças de pena. E quanto à substância organizatória das administrações de emergência, não é preciso ter grandes ilusões. Já nas modestas estréias da lógica da emergência, que aconteceram até na RFA, vencedora no mercado mundial (por exemplo, por ocasião das manifestações contra as usinas atômicas, da catástrofe de Chernobyl ou das invasões de casas abandonadas), tivemos a oportunidade de lançar um olhar à máscara petrificada e anônima das autoridades. O aparato administrativo é tão sensível às necessidades quanto uma central de computadores, o aparato judiciário é nada menos positivista quanto o do Terceiro Reich, e o núcleo do aparato policial e militar profissional está a princípio disposto a empregar violência indiscriminada. Já uma ideologia muito diluída de tranqüilidade e ordem e um sentimento de solidariedade corporativista do aparato independentizado devem ser suficientes como fundamento da legitimação das brutalidades mais terríveis. Essa tendência manifesta-se em todos os lugares onde já foi desencadeada a lógica da emergência, seja em Pequim ou na Lituânia, em Londres ou em Paris, no norte da Índia ou na América do Sul.

das históricas revoluções burguesas, inclusive a Revolução de Outubro.

Pois a crítica da ideologia de decapitação jacobina não significa, de modo algum, que a humanidade tivesse que se entregar ao automatismo de uma transformação pacífica do sistema produtor de mercadorias. Essa idéia, em face dos acontecimentos catastróficos, seria desatrelada da realidade. É óbvio que, matando pessoas que são meras máscaras de caráter de determinadas relações, ninguém pode acabar com essas relações. Mas essa consideração não anula a necessidade de *romper* também empiricamente o domínio, sem sujeito, do valor econômico abstrato, o que exige o rompimento dos aparatos* que com certeza pretendem manter o valor *como valor*, mesmo que essa conservação absurda da forma básica causasse a ruína (como já está acontecendo) de milhões de seres humanos.

Existe até o perigo de que a crítica social, depois de perder toda a orientação prática e teórica, ofereça-se aos aparatos de emergência como fornecedora de legitimização, suprimindo assim a si mesma, na função de crítica social, em vez de suprimir a economia fetichista. Essa intervenção torna-se possível, e até provável, quando por trás dos aparatos estatais abalados aparece a anarquia no sentido negativo, isto é, a anarquia dos sujeitos-mercadoria que, presos em sua crise incompreendida, põem-se indiscriminadamente em atitude de ataque. A transformação tendencial do estatismo em um barbarismo secundário poderia produzir outra pseudolegitimização do Estado moderno e de sua missão civilizatória já terminada, e isso precisamente na consciência daqueles que vagamente compreendem esse processo.

Do mesmo modo que outrora o absolutismo trouxe certa pacificação frente à situação anterior, sangrenta e agitada pelas lutas

* Constitui, no entanto, uma condição prévia a circunstância de que esse rompimento apenas pode ser o resultado de uma mobilização bem-sucedida de grandes massas em favor de uma alternativa social nova e conscientemente formulada, que primeiro tem que ser elaborada. Essa circunstância faz com que tal idéia seja completamente incompatível com a lógica do terror "simbólico" (defendido, por exemplo, pelos terroristas da RAF), que voltou até atrás do jacobinismo e por isso tinha que acabar na ausência completa de perspectivas.

intermináveis entre os poderes particulares, o aparato de emergência poderia apresentar-se como último baluarte da normalidade frente à rebelião imediatamente *subseqüente*, realizada de forma desorientada e bárbara por aqueles que foram “enforcados” pela lógica do dinheiro. Em vez de assumir a missão perigosa de dar a essa rebelião um conteúdo consciente e um novo objetivo, precisamente as competências intelectuais, indispensáveis para essa tarefa, poderiam sucumbir à tentação de ensaiar, por trás dos baluartes do aparato de emergência, a própria sobrevivência no decadente mundo do dinheiro, que acabará apesar de tudo.*

No entanto, uma crítica social radical, renovada e praticada no apogeu da crise do sistema produtor de mercadorias, teria que se emancipar completamente de suas idéias anteriores, já obsoletas. Em virtude da situação totalmente modificada da sociedade mundial, a crise nem sequer poderá ser identificada com os antigos recursos da crítica. Em resumo, essa modificação fundamental pode ser caracterizada como segue:

(a) Tendencialmente, o capitalismo tornou-se “incapaz de explorar”, isto é, pela primeira vez na história capitalista está diminuindo também em termos absolutos — independentemente do movimento conjuntural — a massa global do trabalho abstrato produtivamente explorado, e isso em virtude da intensificação permanente da força produtiva.

(b) Uma vez que a rentabilidade das empresas somente pode ser estabelecida no nível até então alcançado da produtividade, e isso apenas de acordo com o padrão social mundial, e uma vez que esse nível, em virtude da crescente intensidade de capital, está se tornando inalcançável para cada vez mais empresas, ficam paralisados em um número crescente de países cada vez mais recursos materiais; desaparece a capacidade aquisitiva

* Precisamente na inteligência da estrutura acadêmica média e superior, há pouco ainda crítica e até radical, e particularmente entre os intelectuais envelhecidos de 1968, aconteceram com certo atraso programações no sentido da “normalidade” da classe média, que sinalizam tacitamente o desejo de se acomodar no meio da crise “dos outros”, antes que seja tarde — atitude devastadora em relação ao pensamento teórico crítico, para não falar de seu caráter ilusório.

correspondente e os mercados que dela resultam, tirando-se assim dos homens as condições capitalistas da satisfação de suas necessidades.

(c) A "força produtiva ciência" gerada cegamente pelo próprio capitalismo criou assim no nível substancial-material potências que já não são compatíveis com as formas básicas da reprodução capitalista, continuando-se não obstante a encaixá-las forçosamente nessas formas. A conseqüência é a transformação das forças produtivas em potenciais destrutivos, que provocam catástrofes ecológicas e sócio-econômicas.

(d) Uma vez que essa crise consiste precisamente na eliminação tendencial do trabalho produtivo e, com isso, na supressão negativa do trabalho abstrato pelo capital e dentro do capital, ela já não pode ser criticada ou até superada a partir de um ponto de vista ontológico do "trabalho", da "classe trabalhadora", ou da "luta das classes trabalhadoras". Nessa crise, e em virtude dela, revela-se todo o marxismo da história como parte integrante do mundo burguês da mercadoria moderna, sendo por isso atingido ele próprio pela crise.

Somente depois de compreender essa constelação, pode-se avaliar toda a extensão do perigo que brota nessa situação histórica. Sucessivamente, a crise está avançando com toda a força, sendo porém interpretada de forma errônea: primeiro como crise aparentemente particular dos países subdesenvolvidos do Terceiro Mundo e, depois, como crise do modelo "errado" da reprodução do socialismo real, enquanto a própria economia de concorrência ocidental aparece como "vencedora", ainda que provavelmente, se pensarmos em dimensões históricas, apenas durante um segundo. Essa interpretação errônea da crise, isto é, a incapacidade de reconhecer sua verdadeira extensão global e de decifrar sua lógica interna, deve-se, evidentemente, ao fato de que todos os modelos de interpretação ainda apresentam eles mesmos a forma-mercadoria, sendo impossível reconhecer através deles a crise do sistema produtor de mercadorias.

Particularmente a esquerda, com todos os seus matizes, mostra-se completamente incapaz de dar uma resposta à crise. Para isso,

não possui nem sinal de um programa, porque seu pensamento está firmemente vinculado às categorias do marxismo do movimento operário, permanecendo, portanto, obcecado pela forma-mercadoria. O "outro" Marx, o da crítica da economia política que transcende essa forma, foi há muito tempo mandado para um além teórico, ou então somente serve de fundamento para um sermão dominical "filosófico", livre de qualquer compromisso. Toda recordação das conseqüências verdadeiras provoca na esquerda reações quase já furiosas de defesa e hipocrisia teórica, nascidas da consciência pesada. E por isso precisamente a esquerda considera as conseqüências erradas: em vez de radicalizar-se após a derrota dos "mercados planejados" da modernização recuperadora, e de combater, no nível atual da crise, a lógica do mercado, ela passa, pelo contrário, a aproximar-se das formas ocidentais do mercado, originariamente capitalistas, e isso em parte na ponta dos pés, mas em parte também esmagando abertamente e com toda força o seu próprio papel anterior, de oposição. Não há muita esperança de que esse pensamento possa juntar força suficiente para outra virada quando chega o momento em que a crise se alastra definitivamente para o Ocidente, revelando impiedosamente a insustentabilidade de todos os programas da economia de mercado.

Mas, reconhecendo e aceitando o não à realidade: a humanidade tem que enfrentar o fato de que, por trás de suas costas e pelas forças produtivas que ela mesma criou, foi socializada de forma *comunista* no nível substancial-material e "técnico". Essa situação objetiva é incompatível com as formas que o sujeito apresenta na superfície da sociedade. O comunismo, supostamente fracassado, que é confundido com as sociedades em colapso da modernização recuperadora, não é nem utopia nem um objetivo distante, jamais alcançável, muito além da realidade, mas sim, um fenômeno *já presente*, o mais próximo que encontramos na realidade, ainda que na forma *errada e negativa*, dentro do invólucro capitalista do sistema mundial produtor de mercadorias, isto é, na forma de um *comunismo das coisas*, como entrelaçamento global do conteúdo da reprodução humana. E esse comunismo é dirigido pela estrutura cega e tautológica do automovi-

mento do dinheiro, que não pode obedecer a nenhuma lógica de necessidades sensíveis, sentindo os próprios sujeitos humanos o contexto em que se encontram como realidade objetivada e extrínseca, dentro da qual somente podem observar e examinar a atuação das leis próprias, da mesma maneira que aquela dos processos naturais (por exemplo, com a teoria conjuntural).

Nessa situação, a consciência burguesa, em todas as suas formas de manifestação e variações nascidas durante a história da modernidade, está vacilando, num vaivém cada vez mais rápido, desamparado e desesperado, entre o pólo monetarista e o estatista de sua existência, sem poder escapar aos processos catastróficos que ela própria criou. Uma vez que se tornou efetiva e definitivamente obsoleto o "comunismo do trabalho", que nunca passou de uma ideologia rígida da modernização burguesa, já não encontrando nenhum fundamento na realidade, ignora-se a realidade comunista que existe por trás das costas. Na verdade, esse distingue-se bastante do socialismo esperado pelo antigo movimento operário. Pois não foi criado pelo proletariado, mas sim pela "força produtiva ciência". Fundamenta-se nessa, e não tem mais nada a ver com a antiga ontologia do trabalho, supostamente anticapitalista.

Por isso, o problema que atualmente se apresenta, e isso sob pena da ruína, já não pode ser compreendido e resolvido pelo antigo pensamento "utópico". Esse pensamento, por encontrar-se muito aquém do momento de crise e supressão do sistema produtor de mercadorias, tinha que se limitar à projeção abstrata de um "novo ser humano". Até suas manifestações mais radicais nada mais podiam ser, na verdade, do que antecipações fantásticas não

* Não apenas por parte da esquerda podemos observar uma "nova falta de transparência" (Habermas, 1985) crescente e baseada em referências confusas e aparentemente insolúveis. Por um lado, continua-se evocando, e isso precisamente em face dos fenômenos de crise sócio-econômicos, as competências de superação do Estado social e de bem-estar, e por outro lado exorta-se, em variações esquerdistas e direitistas, a um "eivismo" não estatal, que na verdade será mais um disfarce ideológico da lógica igualmente heterônoma do mercado. Nem no papel de sujeito-cidadão, nem naquele de sujeito-mercado, o indivíduo moderno pode ainda superar sua crise, por mais que criem palavras novas seus ideólogos, pois meras palavras nunca lhes faltaram.

de um comunismo futuro, mas sim somente de fases de desenvolvimento futuras da moderna sociedade de mercadorias e de sua totalidade hoje em dia definitivamente amadurecida, que se manifesta na forma do mercado mundial.

Mas não se trata de criar um “novo ser humano”, que saísse de alguma retorta ideológica como Atena saiu da cabeça de Zeus, nem de transportar (conforme acreditam Horkheimer e seus adeptos) algo “completamente diferente”, criado por uma razão transcendente e absoluta, para este mundo “mau”, até agora intocado por essa razão. Todos esses construtos nascem do pensamento iluminista, que junto com o sistema produtor de mercadorias tem de chegar a seu fim, por ter ele mesmo a forma-mercadoria, considerando e percebendo o mundo de forma invertida, isto é, por meio da *abstração*, típica da forma-mercadoria, do *conteúdo sensível*. A atualidade exige, no fundo, uma *razão prática*, que pode ser imanente, isto é, que se limita à superação de determinada situação histórica, porque já não pode estabelecer a pretensão absoluta de uma “razão universal” burguês-iluminista, que na verdade não tem substância alguma.

Hoje em dia, essa idéia é até pronunciada pelo próprio pensamento iluminista decaído, mas outra vez de forma errada, a saber, como renúncia a qualquer pretensão de conhecimento. A renúncia cabisbaixa aos assim denominados “conceitos abrangentes” e “teorias abrangentes” (compare Sloterdijk, 1983), a proibição tácita de pensar no nível das estruturas básicas, a denúncia de toda crítica social radical como “presunção” de um pensamento “desvinculado da prática” — tudo isso é apenas o lado oposto e negativo da pretensão absoluta e iluminista que antigamente era atribuída a uma “razão universal” abstrata.

Nessa redução das pretensões até a insignificância manifesta-se não apenas o reconhecimento da obsolescência das utopias do iluminismo e do movimento operário (pois isso seria realmente um progresso), mas também, e até muito mais, o caráter secreto, burguês e marcado pela mercadoria, desse próprio pensamento, que agora aparece indisfarçado, depois de desfazer-se de suas vestimentas históricas. Pois o que esse pensamento, livre de

todas as restrições, entende por razão prática e imanência não absolutista é um manejo prático e desavergonhado da categoria dinheiro, pressuposta cegamente e sem crítica, categoria cujo automovimento tautológico finalmente pode ser reconhecido como princípio ontológico. O que está aqui atuando é ainda a mesma razão abstrata do iluminismo, que se tornou destrutiva e à qual se passou a recorrer somente numa forma diminutiva e decadente, acompanhada de constantes desculpas e teoricamente malbaratada, porque o sujeito, apesar de reconhecer sua desrealização e heteronomia, agarra-se desesperadamente a essa sua forma. A redução da razão subjetiva desemboca na apoteose da lógica objetiva do mercado, à qual as pessoas acabam se sujeitando com um prazer quase masoquista.

“Ser prático” não significa mais nada, portanto, do que se acomodar, até em crises e catástrofes, no automovimento abstrato do dinheiro, reduzir a subjetividade (inclusive a teórica) a uma estratégia astuciosa de sobrevivência (sendo essa a quintessência banal da “crítica da razão cínica”, aparentemente abrangente, de Sloterdijk) e, como se isso não bastasse, combinar essas atitudes, se possível, com o gesto habitual da “crítica”, que dessa maneira transforma-se em seu contrário.*

* Até que ponto um “pensamento duplo” no sentido de Orwell já penetrou as ciências sociais acadêmicas revela-se na mudança de nome do atual apogeu histórico da objetivação do mundo, em forma-mercadoria, chamando-se esse processo de “desobjetivação das relações sociais” (Giesen, 1991). Consta no programa a produção teórica de conceitos tortos e desfigurados: “Hoje em dia, a própria crítica social abandonou sua distância do conjunto, para tomar-se prática e pôr em movimento o que observou. Com isso, entra na sociedade, passa a fazer parte dela, e perde sua força criticamente sintética” (Giesen, 1991, p. 246). Isto é, a crítica social pode continuar usando esse nome mesmo depois de desistir dessa função. Pressupõe-se simplesmente que a prática sempre tenha que integrar-se de forma afirmativa nas condições já existentes. Essa inversão dos fatos implica outra: “A pós-modernidade é o produto de intelectuais em situações especiais e novas, nas quais unicamente a crítica da crítica social promete criar a distância necessária” (Giesen, l.c.). A mudança de nome, de afirmação para crítica e de crítica para afirmação, parece desenvolver-se até a virtuosidade. Um dos termos prediletos da prática “crítica”, que nada crítica, é no contexto das teorias de “civismo”, tão modernas quanto indefinidas, a expressão “negociar”, como se a lógica afirmada do mercado não fosse uma esfera de execução da rentabilidade e de suas leis, mas sim uma espécie de bazar oriental em que se reúnem diversos poderes sociais e culturais, para se decidirem subjetiva-

Mas a superação da crise exige um tipo completamente diferente, exatamente oposto, de "razão prática" e "imanência", que ao invés de moderar a crítica social torna-a mais radical e mais aguda. Ou, em palavras mais precisas: a *substância* material das potências alcançadas da socialização tem que ser radicalmente liberada da *forma* histórica que contaminou essa substância e tornou-a extremamente destrutiva. O que é exigido é, portanto, uma *razão sensível*, que é exatamente o contrário da razão iluminista, abstrata, burguesa e vinculada à forma-mercadoria. Revelar-se-ia então que a pretensão dessa, de ser absoluta, nada mais significa que medir conteúdos sensíveis de qualidade totalmente diferente com os mesmos critérios de uma lógica que se tornou independente. À indiferença do dinheiro frente ao conteúdo das necessidades corresponde então a forma teórica do método científico positivista, aplicado a conteúdos quaisquer.

Essa lógica e essa razão chegaram ao fim porque as forças produtivas substancial-materiais que delas brotaram chegaram a causar, sob o ditado da abstração social, estragos insuportáveis. Por um lado, causaram a fome e o desespero de milhões e, por fim, bilhões de pessoas, e por outro, a paralisação em massa de recursos ainda perfeitos. Por um lado, são paralisadas produções indispensáveis, sem consideração das necessidades, e por outro, levados a cabo projetos "piramidais" extremamente perigosos, sem consideração dos prejuízos. Os navios de *containers*, que transportam às regiões de fome africanas os bens procedentes de doações caritativas, levam de volta para casa, dessas regiões, produtos de luxo e das monoculturas das agroindústrias com os quais já não tem nada a ver a maioria da população desses países, nem como produtores, nem como consumidores. O sistema da agricultura da Comunidade Européia, nascido das contradições da exigência de rentabilidade e da orientação no mercado mundial, já não parece passar de passatempo de lunáticos. O desperdício de ener-

mente (e com toda a liberdade) por acordos universalmente aceitáveis. Para esses representantes, atualmente predominantes no espírito acadêmico "crítico", nem pessoas morrendo de fome, nem perseguições sangrentas, nem tanques em avanço, nem mercados financeiros em colapso, parecem poder estabelecer uma ligação com a realidade.

gia, causado pelo absurdo transporte individual e por produções completamente inúteis que trazem em si sua própria finalidade, está destruindo o clima, a atmosfera, a camada de ozônio e o lençol de água, sendo não obstante incentivado e garantido (por exemplo, na crise do Golfo) com meios de destruição de massas, nas correspondentes "regiões de interesse".

Já não tem nenhum sentido, em face dessas ações coletivas de suicídio em escala mundial, discutir "reformas" isoladas, enquanto isso não acontece com a perspectiva da supressão radical da mercadoria moderna e de seu sistema mundial. Para possibilitar as atividades de remoção, mais do que necessárias há algum tempo (e que, como ironia do destino, serão o primeiro ato inevitável depois de terminar o "trabalho" abstrato), e a purificação, necessária à sobrevivência, dos entrelaçamentos materiais que escaparam ao controle, por meio da "razão sensível", tem que ser interrompido por toda parte e aniquilado, o quanto antes, esse sistema mundial da rentabilidade e dos processos abstratos de exploração em empresas.

Tratar-se-ia de uma revolução de fato, mas não daquele tipo no qual uma "classe" dentro da forma-mercadoria (e constituída por essa) tivesse que "derrotar" outra "classe", como sujeito antípoda. A possível violência resultaria unicamente do fato de que um sistema louco e perigoso para a humanidade não será abandonado voluntariamente por seus representantes (os executivos, a classe política, e o aparato de administração e de emergência).

Mas para essa revolução, por sua vez, teria primeiro que se formar um movimento de supressão, como força social, e isso é apenas possível por meio da consciência e, com isso, mediante a *conscientização*, que no nível intelectual restabelece o contexto perdido e deixa de considerar os fenômenos de destruição em sua mera particularidade, forma em que já não podem ser superados. Isso já provam o fracasso e a dissolução rápida dos movimentos concentrados em um só ponto.

Provavelmente não seria difícil chegar com muitas pessoas ao acordo de que a "razão sensível" tornou-se tão necessária quanto um pedaço de pão e que é precisamente a lógica abstrata,

independentizada, da rentabilidade que está destruindo o mundo. Mas o sujeito-mercadoria fica assustado e teimoso no momento em que percebe que a conseqüência seria o fim de todas as receitas em dinheiro, isto é, da famosa relação de mercadoria e dinheiro, além da qual ele não conhece, e nem quer conhecer ou desenvolver, outra forma de relações sociais. Sem pensar, passa a identificar imediatamente como "utopia" irrealizável a crítica do dinheiro, apesar de essa, nas condições dadas, ser exatamente o contrário. "Mas como vai funcionar isso na prática?" — esta pergunta, feita com toda seriedade, poderia muito bem conduzir, mediante a discussão social e de experiências práticas, a resultados concretos. Mas ela é apenas retórica, pejorativa e reprovadora.

Ninguém pode afirmar que conhece um caminho cardeal para sair da miséria; ninguém pode tirar da cartola um programa de supressão da mercadoria moderna. A fatalidade é apenas que até agora nem se iniciou uma discussão que enfoque o problema. "E como pode continuar tudo isso na prática?" — esta réplica justa, na forma de outra pergunta, acaba sempre numa nova sujeição à lógica dominante de destruição. Os passageiros do Titanic querem ficar no convés, e que a banda continue tocando. Se tivermos que viver mesmo o "fim da história", não será um final feliz.

Já não tem sentido algum recorrer ao Estado contra o mercado, e ao mercado contra o Estado. A *falha do Estado* e a *falha do mercado* tornam-se idênticas porque a forma de reprodução social da modernidade perdeu completamente sua capacidade de funcionamento e de integração. Mas com isso torna-se impossível contornar os problemas, tanto na teoria quanto na prática, e isso o mais tardar no momento em que também os componentes ocidentais do sistema global de produção de mercadorias chegam a experimentar, na mesmo grau de crueldade que o resto do mundo, as conseqüências da crise. *Hic Rhodus, hic salta.*

PEQUENO GLOSSÁRIO

Fetichismo (fetiche mercadoria)

Conceito que se origina na crítica da religião do século XVIII, sendo considerado uma característica essencial de religiões "primitivas". Fundamentava-se nas observações de colonizadores portugueses na África e servia para designar uma crença que imagina em objetos mortos uma alma e forças sobrenaturais. Marx referiu esse conceito ironicamente à moderna sociedade produtora de mercadorias, que se sujeita a um fetichismo análogo na forma do dinheiro e de seu movimento de exploração em empresas. Assim, o conceito tornou-se corriqueiro na crítica da lógica da mercadoria, apesar de ser, a rigor, demasiadamente geral. Pois no fundo, Marx não quer ressaltar o fato de que a objetos em geral podem ser atribuídas forças sobrenaturais que nada tem a ver com sua existência natural, mas sim caracterizar um estado social em que a sociedade não tem consciência de si mesma, não penetra nem organiza diretamente na prática sua própria forma de socialização, mas sim tem que "representá-la" simbolicamente em um objeto externo. Esse objeto (que também pode ser animado) assume então um significado sobrenatural que não é idêntico a sua forma externa, mas que aparece através desta. Em virtude desse significado adquire ele, apesar de sua banalidade

material, *poder* sobre todos os membros dessa sociedade. Um etnólogo diria talvez que o totem constituiria uma analogia mais adequada. Nos modos de produção asiáticos, o Filho do Céu ou Imperador Divino assume essa função, e no feudalismo, o solo. O dinheiro, como uma das muitas formas do fetichismo, existe em todas essas sociedades, mas ainda não possui a função geral de representar a socialização inconsciente, que adota outras formas. Somente na modernidade assume o dinheiro definitivamente essa função. Por isso, pode ser designado como *totemismo objetivado e secularizado da modernidade*. Não é à toa que tem suas raízes no âmbito sacral, fato que quase sempre ressaltam os apologistas do moderno sistema produtor de mercadorias, sem refletir o que estão dizendo com isso. Somente em conexão com sua crítica do fetiche mercadoria e de sua forma de manifestação, como dinheiro, pode-se compreender por que para Marx a modernidade ainda faz parte da "pré-história da humanidade". Pois cabe dizer, numa inversão daquela perspectiva etnológica que se recusa a chamar de "primitivas" as culturas muito antigas e os povos incivilizados, que também o sistema produtor de mercadorias da modernidade é ainda uma sociedade primitiva.

Fordismo

Designação sociológica moderna para a fase de desenvolvimento mais recente da produção moderna de mercadorias, que se estende aproximadamente de 1920 até 1980. Denominação em homenagem a Henry Ford, que inventou a esteira rolante na montagem de automóveis. Com isto podiam ser eliminados do processo de trabalho industrial os últimos restos de competência artesanal. Os "fundamentos da direção científica de empresas", do engenheiro americano Taylor, isto é, a decomposição de processos de produção e sua recomposição sintética, sob o comando da lógica econômica do entrelaçamento "ótimo", somente podiam ser realizados em grande escala em virtude da produção na

esteira rolante de Ford. Assim tornou-se possível, para muito além da indústria automobilística, a produção em massa em muitos setores que até então escaparam ao cálculo de valorização da administração de empresas. Somente após a Segunda Guerra Mundial impôs-se o fordismo universalmente. As novas indústrias de produção em massa não apenas se tornaram o centro de uma acumulação de capital sem par, mas também o de um "modelo social", de um modo de viver, marcado pela totalização do trabalho abstrato em combinação com uma "cultura do tempo livre" compensatória e uniformizada. Desde o início dos anos 80, o fordismo está se esgotando em todos os aspectos; crises ecológicas, desemprego industrial em massa, terciarização ("sociedade de serviços"), novas formas de depauperação e colapsos de sistemas em grande parte do mundo provocaram críticas numerosas do modo de viver fordista.

Mercantilismo

Doutrina econômica e "política econômica" na época do absolutismo europeu (aproximadamente de 1650 até 1800). Acentuava a economia estatal e as intervenções do Estado, sobretudo para fomentar o tráfico de mercadorias e sua tributação monetária e para obter pelo comércio exterior excedentes em forma monetária. O Estado concedia privilégios para a produção industrial manufatureira, apoiava as companhias mercantis ou fundava as suas próprias, apoderou-se da navegação marítima e conquistou colônias. O mercantilismo viveu seu apogeu já no século XVII, sob Colbert na França e sob Cromwell (ata de navegação) na Inglaterra. No século XVIII, já tinham diminuído os elementos de economia estatal, sendo porém temporariamente retomados pela Revolução Francesa.

Monetarismo

Designação comum para uma teoria econômica especial, que nasceu do neoclassicismo nacional-econômico — do neoliberalismo — e se dirige estritamente contra a regulamentação estatal da procura, defendida pelo keynesianismo. Conjura-se, como já Adam Smith, as “forças autocurativas do mercado” e a *invisible hand* deste, a qual, no entanto, precisaria do apoio de uma política monetária estritamente antiinflacionária e restritiva. Milton Friedman, com sua escola de Chicago, é considerado o representante principal. Quase sempre entende-se também por monetarismo a política econômica prática, defensora radical do mercado, que está vinculada a essa teoria e que nos anos 80, com os nomes de “*reaganomics*” e “*thatcherismo*”, conquistou particularmente os EUA e a Grã-Bretanha, ainda que com resultados bastante catastróficos.

Mas pode-se também entender por monetarismo, num sentido muito mais geral e fundamental, o princípio da concorrência ou a atuação coativa das leis do dinheiro, em geral. A esse princípio opõe-se, como reverso da mesma medalha, o estatismo, a intervenção estatal no processo quase naturalmente surgido da concorrência, a fim de mudar seu rumo ou de impedir suas conseqüências. Como ideologias político-econômicas, monetarismo e estatismo lutam pela hegemonia político-social, mas também se interpenetram constantemente e referem-se à mesma estrutura básica objetivada do trabalho abstrato, isto é, da autovalorização do dinheiro. Por isso, em épocas estatistas do sistema produtor de mercadorias atua sempre também o elemento monetarista, e vice-versa, distinguindo-se eles somente pela acentuação.

Razão (iluminismo)

Conceito pouco claro do pensamento ocidental desde a Antiguidade. Na época do iluminismo (séculos XVII e XVIII) foi proclamada a emancipação da razão dos grilhões da religião. Que-

ria-se que os homens se libertassem da dependência que eles mesmos causaram e atuassem no mundo conscientes de seu próprio valor. Mas a razão não suprimiu a religião, senão apenas a secularizou, o que se revela claramente na "Deusa Razão", idolatrada durante a Revolução Francesa, na forma simbólica de uma estátua. O caráter fetichista ou totemista dessa crença na razão foi provado pelo fato de que em seu nome foi desencadeado o processo cego da socialização mundial capitalista, a qual, quanto à forma, é precisamente o contrário da consciência humana de seu próprio valor.

A razão universal supostamente absoluta rebaixou-se à mera *racionalidade funcional*, a serviço do processo de valorização do dinheiro, que não tem sujeito, até a atual capitulação incondicional das chamadas "ciências do espírito". O universalismo abstrato da razão ocidental revelou-se como mero reflexo da abstração real objetiva do dinheiro.

Em oposição a esse conceito, cabe estabelecer o conceito da *razões sensível*, cujo pressuposto é a superação da abstração real fetichista. Ao filósofo profissional burguês, esse conceito deve apresentar-se como contradição em si, já que para ele é idêntico à razão como tal o universalismo abstrato ("masculino"). O debate *ecológico* e seu conceito de *entrelaçamento* poderiam indicar-nos um caminho para dissolver o conceito iluminista da razão. No entanto, falta a esse debate até agora quase todo avanço crítico em direção às formas de socialização do trabalho abstrato e também, com isso, à dimensão filosófica dessas formas; o debate se reduz ao "praticismo" e desvia para a ética, isto é, para o lado prático da razão fetichista ainda incólume do pensamento ocidental.

Trabalho abstrato (compare valor)

À primeira vista, o trabalho parece sempre ser concreto, pensando-se em determinada atividade útil e no caso do substantivo abstrato, na generalização dessa atividade. Mas nos sistemas produtores de mercadorias, o "trabalho" como tal, sem conteúdo específico, torna-se como *abstração real* um poder material direto.

O abstrato, nascido da mente, aparece frente a essa mente, na forma de dinheiro, como fenômeno real externo. O dinheiro, a encarnação do trabalho abstrato, não deixa transparecer nenhum conteúdo concreto; apresenta sempre a mesma qualidade, sendo um fenômeno insensível com forma sensível, um paradoxo. Ali onde o dinheiro, como imperativo social de fazer mais dinheiro (lucro absoluto), passa a trazer em si sua própria finalidade, a abstração real estende-se também ao próprio processo de trabalho material. Os homens, antes de qualquer determinação concreta e substancial, transformam-se em mônadas do dispêndio de força de trabalho abstrata. Em agregados altamente diferenciados cooperam de forma diretamente social, porém no grau mais alto de indiferença e alienação recíprocas. Podem satisfazer suas necessidades apenas indireta e posteriormente, mediante o processo abstrato de automovimento do dinheiro. Os projetos cada vez mais monstruosos de exploração do "trabalho *sans phrase*" apresentam-se como algo que se independentizou de seus autores. Todo estudante de economia política repete, já no primeiro semestre, irrefletidamente e com grande convicção, a afirmação de Keynes de que abrir e fechar buracos poderia ser útil para a mobilização e o aumento da riqueza social. O trabalho abstrato é, portanto, uma espécie de *neurose obsessiva da economia*.

O marxismo dos epígonos falhou completamente na crítica do trabalho abstrato. Para eles, o trabalho, na forma de existência em que o encontraram, era o "bom" ontológico, que teria sido violentado apenas exteriormente pelo capital, compreendendo eles o conceito de trabalho abstrato irrefletidamente como *definição positiva*. Por isso aconteceu que os livros didáticos de economia do socialismo real se referiam a ele como necessidade da técnica contábil ou até como objetivo explícito do Estado.

Valor

Tanto etimologicamente quanto na prática, o conceito de valor parece designar o "bom" como tal, o desejável. Apesar da acentuação diferente, confundem-se como sinônimos o valor

econômico e os "valores" éticos e culturais. Não é à toa que o fundador da economia política clássica, Adam Smith, atuava paralelamente como filósofo da moral. Mas na conceituação totalmente inversa de Marx, o valor econômico é, precisamente o contrário, o negativo central da sociedade da mercadoria. Nela é "objetificado" o trabalho abstrato, à forma social fetichista dos produtos. A expressão de um produto "ter" um chamado valor, tem para ele um significado duplo. Primeiro, enquanto são valores econômicos, extingue-se a qualidade sensível dos produtos, não passando eles de representantes materiais de trabalho abstrato indiscriminado, que apenas como tais podem ser transformados na forma de encarnação do dinheiro. Em segundo lugar, porém, revela-se na forma-valor abstrata dos produtos, que se expressa pelo preço em dinheiro, o absurdo social de que o processo vivo da apropriação da natureza pelo homem e das relações sociais por ela medidas assumem a forma de propriedades de objetos mortos. A atividade viva dos homens é absorvida, por assim dizer, por seus próprios produtos, que por esse mecanismo absurdo são promovidas a quase-sujeitos da sociedade, enquanto os homens, seus criadores, são degradados a meros acessórios. No automovimento do dinheiro termina essa inversão.

O marxismo dos epígonos, na sucessão dos clássicos burgueses e em contraste a Marx, não se referia de forma *negativa*, mas sim de forma *positiva* à qualidade dos produtos de valores fetichistas, de "bom" resultado do trabalho, enquanto o conceito de objetificação foi reduzido a um mero fenômeno da consciência. A crítica passa a focar exclusivamente a *mais-valia*, isto é, a quantia "não paga" do valor produtivo, da qual é supostamente privado o trabalhador. Dessa maneira, não se critica a *qualidade* destrutiva da socialização na forma-valor, mas sim apenas o mecanismo *quantitativo* de distribuição que se encontra sobre essa base cegamente pressuposta.

BIBLIOGRAFIA

- Aganbegjan, Abel, *Ökonomie and Perestroika. Gorbatschows Wirtschaftsstrategien*, Hamburgo, 1989a.
- "Interview zur Lage der Sowjetökonomie", in *Die Welt*, 31.10.1989.
- Bahro, Rudolf, *Die Alternative*, Frankfurt/Main, 1977.
- Brandler, Heinrich, *Die Sowjetunion und die sozialistische Revolution*, 1982 (1950).
- Braudel, Fernand, *Sozialgeschichte des 15 bis 18. Jahrhunderts. Der Handel*, Munique, 1986.
- Cornelsen, Doris, "Das System produziert Knappheit", entrevista in *Der Spiegel*, n° 41, 9.10.1989.
- Dutschke, Rudi, *Versuch, Lenin auf die Füße zu stellen*, Berlin, 1974.
- Engels, Wolfram, "Geschichte live", in *Wirtschaftswoche*, 17.11.1989.
- Ezensberger, Hans Magnus, "Die Leere im Zentrum des Terrors", in *Mittelmass und Wahn. Gesammelte Zerstreungen*, Frankfurt/Main, 1991.
- Fichte, Johann Gottlieb, "Der Geschlossene Handelsstaat", in *Ausgewählte Politische Schriften*, Frankfurt/Main, 1977 (1800).
- Freyer, Hans, *Theorie des gegenwärtigen Zeitalters*, Stuttgart, 1955.
- Fröbel, Volker; Heinrichs, Jürgen; Kreye, Otto, *Die neue internationale Arbeitsteilung*, Reinbek, 1977.
- *Umbruch in der Weltwirtschaft*, Reinbek, 1986.
- Giesen, Bernhard, *Die Entdinglichung des Sozialen*, Frankfurt/Main, 1991.
- Glucksman, André, *Köchin und Menschenfresser*, Berlin, 1978.
- Habermas, Jürgen, *Die neue Unübersichtlichkeit*, Frankfurt/Main, 1985.
- Heinrichs, Jürgen; ver Fröbel, Volker.

- Jorkheimer, Max, "Der autoritäre Staat", in *Gesellschaft im Übergang*, Frankfurt/Main, 1972(1942).
- Hübner, Kurt, "In der Klemme", in *Frankfurter Rundschau*, 25.11.1989
- Jacoby, Henry, *Die Bürokratisierung der Welt*, Neuwied, Berlin, 1969.
- Jaurès, Jean, *Die Ursprünge des Sozialismus in Deutschland. Luther, Kant, Fichte und Hegel*, Frankfurt/Main, Berlin, 1974(1891).
- Koerner, Peter; Maass, Gero; Siebold, Thomas; Tetzlaff, Rainer, *Im Teufelskreis der Verschuldung*, Hamburg, 1984.
- Kostjusev, Vladimir, "Die 'postkatastrophale Gesellschaft' und ihre Bewegungen", in Segbers, Klaus (org.), *Perestroika — Zwischenbilanz*, Frankfurt/Main, 1990.
- Kreye, Otto; von Fröbel, Volker.
- Kritzman, Leo N., *Die heroische Periode der grossen russischen Revolution*, Frankfurt/Main, 1971(1924).
- Kuczinski, Jürgen, *Das Entstehen der Arbeiterklasse*, Munique, 1967.
- Land, Rainer et alii, *Das Umbaupapier*, Berlin, 1990.
- Lenin, Wladimir I., *Staat und Revolution*, in *Werke*, vol. 25, Berlin, 1972 (1917).
- *Über "linke" Kinderei und über Kleinbürgerlichkeit*, in *Werke*, vol. 27, Berlin, 1978 (1918)
- Lutz, Burkart, *Der kurze Traum immerwährender Prosperität. Eine Neuinterpretation der industriellkapitalistischen Entwicklung im Europa des 20. Jahrhunderts*, Frankfurt/Main, 1984.
- Maass, Gero; von Koerner, Peter
- Maier, Harry, "Die DDR am Scheideweg", in *Handelsblatt*, 6.10.1989.
- Mann, Thomas, *Tagebücher 1918-21*, Frankfurt/Main, 1979.
- Marx, Karl, *Das Kapital*, vol. 1, Berlin, 1965 (1890).
- *Das Kapital*, vol. 3, Berlin, 1965b (1894).
- *Zur Kritik der Politischen Ökonomie*, Berlin, 1968(1859).
- Mumford, Lewis, *Mythos der Maschine*, Wien, 1974.
- Nove, Alec, *Das sowjetische Wirtschaftssystem*, Baden-Baden, 1980.
- Preobrachenski, E.A., *Die Neue Ökonomie*, Berlin, 1971 (1926).
- Saslawskaja, Tatjana, *Die Gorbatschow-Strategie. Wirtschafts- und Sozialpolitik in der UdSSR*, Wien, 1989.
- Schumpeter, Josef A., *Kapitalismus, Sozialismus und Demokratie*, Munique, 1980 (1942).
- Siebold, Thomas; von Koerner, Peter.
- Simon, Gabriela, "Argentinien: Das bittere Ende des 'süssen Geldes'", in Altwater (org.), *Die Armut der Nationen*, Berlin, 1987.
- Sloterdijk, Peter, *Kritik der zynischen Vernunft*, Frankfurt/Main, 1983.

- Stalin, Josef W., *Geschichte der Kommunistischen Partei der Sowjetunion (Bolschewiki)*, Viena, s/d (1938).
- Strotmann, Peter, Prefácio a Beutelheim et alii, *Zur Kritik der Sowjetökonomie*, Berlin, 1969.
- Tetzlaff, Rainer: ver. Kærner, Peter.
- Thalheimer, August, "Über den Faschismus", in Abendroth, Wolfgang (org.), *Faschismus und Kapitalismus*, Frankfurt/Main, 1967(1930).
- Tocqueville, Alexis de, *Der alte Staat und die Revolution*, Munique, 1978(1856).
- Trotski, Leon D., *Verratene Revolution. Was ist die Sowjetunion und wohin treibt sie?*, Dortmund, 1979(1936).
- Vicentz, Volkhart, "Auf dem Weltmarkt kommt die DDR ausser Atem", in *Handelsblatt*, 17.11.1989.
- Weber, Max, *Die protestantische Ethik*, Tübingen, 1984(1920).
- Werlhof, Claudia et alii, *Frauen, die letzte Kolonie*, Reinbek, 1986.
- Wittfogel, Karl A., *Die Orientalische Despotie*, Frankfurt/Main, Berlin, Viena, 1977(1957).

que o capitalismo nunca pretendeu, desde suas origens, estabelecer a pura "liberdade de mercado". Aqui, Kurz aproxima o estatismo soviético das teorias de Fichte sobre o Estado racional burguês, e lembra os diversos momentos estatizantes na história do capital.

Os surtos ocidentais de racionalização e produtividade, nos anos 70 e 80, acelerados pela microeletrônica, deixaram para trás os países do Leste devido à sua estrutura interna estagnante, já que faz parte da lógica do sistema global "o fato de que seus componentes mais fracos, no que se refere à produtividade e ao entrelaçamento, são os primeiros a cair no abismo de colapso do sistema; mas, mais cedo ou mais tarde, a penetração das ciências que passa dos limites lógicos do sistema produtor de mercadorias ocorrerá também no Ocidente, sendo os indícios disso perceptíveis há muito tempo". Dois desses indícios são o desemprego em massa e a nova pobreza, que vêm se espalhando pelo Ocidente desde a década de 70, ou seja, paralelamente à penetração das ciências e à intensificação da produtividade para muito além da capacidade de absorção do sistema produtor de mercadorias. Como escreve Roberto Schwarz no prefácio, "o movimento vai em direção de uma nova idade das trevas, de caos e decomposição, embora o processo produtivo, considerado em sua materialidade e envergadura planetária, e apartado da carapaça concorrencial, exiba os elementos de uma solução, que o autor valentemente chama pelo nome de comunismo".

◆ ◆ ◆

Como entender a derrocada dos países socialistas? Embora chegasse de surpresa, ela deu lugar a mais certezas do que dúvidas, e pareceu de fácil compreensão. Segundo a voz geral trata-se: a) da vitória do capitalismo, e b) da refutação do prognóstico histórico de Marx, ou ainda, da derrota do estatismo pelas sociedades de mercado. Pois bem, para desmanchar a unanimidade este livro inteligente e incisivo de Robert Kurz arrisca uma leitura inesperada dos fatos. A mencionada *débâcle* representaria, nada menos e pelo contrário, o início da crise do próprio sistema capitalista, bem como a confirmação do argumento básico de *O capital*.

ROBERTO SCHWARZ

◆ ◆ ◆

